

**AUGUSTO CEZAR LOURENZATO**

**A FORÇA PÚBLICA NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE BELO**

**HORIZONTE:**

**influências do policiamento na cidade na Primeira República**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L892f  
2021 Lourenzato, Augusto Cezar, 1988-  
A força pública na transformação da paisagem de Belo Horizonte : influências do policiamento na cidade na Primeira República / Augusto Cezar Lourenzato. – Viçosa, MG, 2021.  
170 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Polícia - Belo Horizonte (MG) - História. 2. Brasil - História - República Velha, 1889-1930. 3. Paisagens - Belo Horizonte (MG). 4. Civilização moderna. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 981.05

**AUGUSTO CEZAR LOURENZATO**

**A FORÇA PÚBLICA NA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE BELO**

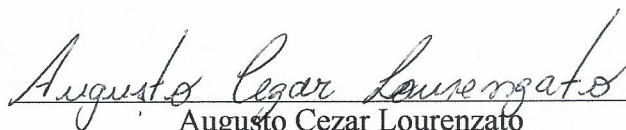
**HORIZONTE:**

**influências do policiamento na cidade na Primeira República**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 10 de fevereiro de 2021.

Assentimento:

  
Augusto Cezar Lourenzato  
Autor

  
Patrícia Vargas Lopes de Araújo  
Orientadora

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa Rafaela, que sempre permaneceu ao meu lado, mesmo quando eu insistia em afastá-la. A minha filha Lavínia, doce surpresa, cuja espera deixou parte dessa jornada mais leve. Aos meus pais, Maria Benedita e João Cezar que sempre me incentivaram a alçar voos cada vez mais altos. Aos meus avós, Domingas e Benedito, por se apresentarem sempre como um modelo de resistência e perseverança. À minha irmã, Fernanda, e aos meus tios e primos, pelo carinho e admiração incondicionais. À família da minha esposa, que me acolheu e fez com que Viçosa passasse a ser o meu lar.

À Universidade Federal de Viçosa, ao Departamento de História e ao corpo docente, direção e administração do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania que me concederam a oportunidade de aprimorar e enriquecer meus conhecimentos, bem como de materializar essa pesquisa.

À minha orientadora, Patrícia Vargas Lopes de Araújo, registro um agradecimento especial pelo incentivo, suporte e correções que sempre se deram com um carinho maternal. Aos professores Fábio Luiz Rigueira Simão e Vanessa Lana, pelas valorosas contribuições apresentadas na qualificação e na defesa. Em excepcional, ao professor Mateus Rezende de Andrade e ao amigo Rodrigo Paulinelli de Almeida Costa, que por diversas vezes me auxiliaram a vislumbrar soluções para os problemas apresentados pela pesquisa.

Ao Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e ao Arquivo Público Mineiro, bem como a todos os seus funcionários, em especial ao Pedro, que proporcionaram acesso a documentos que certamente contribuíram para a conclusão dessa pesquisa.

Aos amigos da República Pioka, da turma da “Malhação” da História UFV/2009 e do Colégio Anglo de Viçosa, agradeço o afeto e companheirismo de sempre. E a todos que, ao longo dessa vida, direta e indiretamente, contribuíram para a minha formação, o meu muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

LOURENZATO, Augusto Cezar, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2021, **A Força Pública na transformação da paisagem de Belo Horizonte: influências do policiamento da cidade na Primeira República (1889-1930)**. Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a influência da Força Pública na transformação da paisagem de Belo Horizonte, através do policiamento, durante a Primeira República (1889-1930). Esse período é marcado por grandes transformações, no mundo, no Brasil e, especificamente, no estado de Minas Gerais. O processo de mudança da capital mineira da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte, inicialmente denominada Cidade de Minas, provocou uma série de alterações na paisagem do antigo arraial do Curral d'El Rei, que passaria a sediar a administração estadual. O projeto do engenheiro Aarão Reis, para a nova capital, representava os interesses da elite mineira, que defendia a implementação dos ideais de modernidade que se desenvolviam no mundo ocidental e tinham como origem as concepções iluministas do século XVIII. Esse projeto refletiu todo o racionalismo e tecnicismo de reformas urbanistas que o precederam, como a de George-Eugène Hausmann, em Paris, que priorizou o fluxo de pessoas e mercadorias. Entendendo que a produção da paisagem urbana de Belo Horizonte não se limitou ao período de sua construção, esse trabalho investigou a ação da Força Pública de Minas Gerais na repressão de indivíduos considerados indesejáveis e que eram incompatíveis com o projeto modernista da época. Para tanto, esse estudo apoiou-se no conceito do geógrafo Denis Cosgrove, para quem a paisagem seria uma representação cultural e se manifestaria numa relação de dominância entre as culturas. Dessa forma, essa pesquisa focou nas atividades da Guarda Civil de Belo Horizonte, representadas pelas prisões correcionais. Visando contribuir com a história das polícias no Brasil, processou-se também um apanhado sobre a formação da Força Pública e, dentro dela, dos papéis da Guarda Civil e do Chefe de Polícia.

**Palavras-chave:** Polícia. Belo Horizonte. Primeira República. Paisagem. Modernidade.

## ABSTRACT

LOURENZATO, Augusto Cezar, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February 2021, **The Public Force in the transformation of the Belo Horizonte landscape: influences of the city's policing in the First Republic (1889-1930)**. Advisor: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

The present study analyses the influence of the Public Force, by police patrol, transforming Belo Horizonte landscape, during the First Republic (1889-1930). This period is marked by huge transformations in the world, in Brazil and, specifically, in Minas Gerais. The process to move the capital of the state from Ouro Preto to Belo Horizonte – initially named Cidade de Minas – caused a series of changes in the old village of Cural d'El Rei landscape that would become the seat of the state administration. The project to the new capital, signed by Aarão Reis, represented the elite of Minas Gerais interests. It was defended the implementation of modernity ideals that was being developed in the Occidental world originated from enlightenment concepts from XVIII century. This project reflected about the rationalism and technicality of the anterior urbanist reforms, as George-Eugène Hausmann in Paris, which prioritized the flow of people and goods. Understanding that production of Belo Horizonte landscape was not limited by the time that was built, this research looked into the Public Force of Minas Gerais action repressing individuals that was considered undesirable and incompatible with the modernist project. For this purpose, this study based on the Denis Cosgrove's concept that the landscape would be a cultural representation and it would manifest in a relation of dominance between cultures. In this way, this research focused on Belo Horizonte Civil Guard activists, represented by correctional prisons. To contribute with the history of the polices in Brazil was sued a overview about the formation of Public Force and, inside of it, the role of Civil Guard and the Police Chief.

**Keywords:** Police. Belo Horizonte. First Republic. Landscape. Modernity.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Organograma da Brigada Policial de Minas Gerais em 1894.....	71
<b>Figura 2:</b> Ciclistas da Inspeção de Veículos – 1912.....	81
<b>Figura 3:</b> Organograma da Chefia de Polícia entre os anos 1891 e 1926.....	82
<b>Figura 4:</b> Guardas da Guarda Civil de Belo Horizonte – 1912.....	86
<b>Figura 5:</b> Edifício da Secretaria da Polícia, Rua da Bahia com Bernardo Guimarães.....	91
<b>Figura 6:</b> Prédio da Inspetoria da Guarda Civil em Belo Horizonte e que foi sede da Delegacia da 1º Circunscrição – MG. Autoria: Raimundo Alves Pinto. Data: 1911.....	92
<b>Figura 7:</b> Gabinete do Chefe de Polícia, 1912.....	92
<b>Figura 8:</b> Sala do Oficial de Gabinete e Ajudante de Ordens.....	93
<b>Figura 9:</b> Parte da sala da 1º Seção da Secretaria.....	93
<b>Figura 10:</b> Parte da sala da sala da 2º Seção da Secretaria.....	94
<b>Figura 11:</b> Face posterior da Secretaria e depósito de veículos.....	94
<b>Figura 12:</b> Parte da sala de identificações.....	95
<b>Figura 13:</b> Armários <i>Dactyloscopicos</i> .....	95
<b>Figura 14:</b> Edifício da Delegacia da 2ª Circunscrição situado na rua Tamoios.....	96
<b>Figura 15:</b> Mapa de Belo Horizonte com as divisões das circunscrições dos anos de 1908 e 1913.....	97
<b>Figura 16:</b> Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições do ano de 1908 com os postos da Guarda Civil em 1910.....	102
<b>Figura 17:</b> Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições do ano de 1913 com os postos da Guarda Civil em 1916.....	106
<b>Figura 18:</b> Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições dos anos de 1908 e 1913 com os postos da Guarda Civil em 1910 e 1916.....	108
<b>Figura 19:</b> Mapas com as manchas populacionais de Belo Horizonte das décadas de 1900, 1910, 1920, 1930 e 1940.....	118
<b>Figura 20:</b> Edifício da Delegacia da 1ª Circunscrição situado na Avenida Afonso Pena.....	125
<b>Figura 21:</b> Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições dos anos de 1908 e 1913 com as localizações dos edifícios das delegacias das circunscrições e da Secretaria de Polícia.....	126
<b>Figura 22:</b> Edifício da Delegacia de Polícia do Arraial de Belo Horizonte.....	127

**Figura 23:** Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições dos anos de 1908 e 1913, com as localizações dos edifícios das delegacias das circunscrições e da Secretaria de Polícia e os postos da Guarda Civil em 1910 e 1916.....128

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Policiamento das áreas urbana e suburbana em Belo Horizonte entre os anos 1910 e 1918.....	98 e 99
<b>Quadro 2:</b> Relação dos postos de vigilância da 1ª Circunscrição da Capital no ano de 1910.....	100
<b>Quadro 3:</b> Relação dos postos de vigilância da 2ª Circunscrição da Capital no ano de 1910.....	100 e 101
<b>Quadro 4:</b> Relação dos postos de vigilância da 1ª Circunscrição da Capital no ano de 1916.....	104
<b>Quadro 5:</b> Relação dos postos de vigilância da 2ª Circunscrição da Capital no ano de 1916.....	105
<b>Quadro 6:</b> Estatística das prisões correcionais da 1ª e 2ª Circunscrições da cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1900 e 1922.....	116

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ALMG** - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

**APM** - Arquivo Público Mineiro

**CCNC** - Comissão Construtora da Nova Capital

**BNCC** - Base Nacional Curricular Comum

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE I.....	18
CAPÍTULO 1: A PAISAGEM MODERNA NA BELO HORIZONTE DA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	19
1.1 Os conceitos de paisagem e paisagem urbana.....	20
1.2 A identidade moderna, a modernidade e o modernismo.....	30
1.3 A identidade moderna nos projetos urbanos, a Paris de Haussmann como referência de planejamento urbano.....	39
1.4 O modelo urbanístico de Belo Horizonte: racionalização e controle na Belle Époque brasileira.....	43
CAPÍTULO 2: AS FORÇAS POLICIAIS MINEIRAS COMO INSTRUMENTOS DE CONTROLE NA ORDEM REPUBLICANA.....	51
2.1 O pensamento político-institucional na Primeira República (1889-1930).....	52
2.2 Os conceitos de segurança, de ordem pública, de poder de polícia e de polícia.....	56
2.3 As forças policiais de Minas Gerais.....	60
2.4 O desenvolvimento da militarização na Força Pública Mineira.....	68
2.5 A inserção do elemento civil na Força Pública Mineira.....	77
CAPÍTULO 3: INFLUÊNCIA DO CONTROLE POLICIAL NA PAISAGEM URBANÍSTICA DE BELO HORIZONTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	84
3.1 O controle do cotidiano e da circulação: paladinos da ordem <i>versus</i> desordeiros ...	85
3.2 O caos na ordem e a ordem no caos: apropriação dos espaços e lugares pela população e pela Força Pública.....	109
3.3 Paisagem urbanística de Belo Horizonte na Primeira República (1889-1930).....	121
CONCLUSÃO.....	130
PARTE II.....	133
CAPÍTULO 4: UM PARADIDÁTICO COMO PRODUTO DO MESTRADO.....	134

4.1 O paradidático AÇÕES POLICIAIS NA PAISAGEM REPUBLICANA DE BELO HORIZONTE: A GUARDA CIVIL NA BELLE ÉPOQUE .....	138
4.2 Considerações finais sobre a produção do paradidático .....	142
FONTES .....	144
REFERÊNCIAS .....	145
APÊNDICE .....	152

## INTRODUÇÃO

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho deu-se a partir do desejo de ingressar no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Mestrado Profissional Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania, oferecido pelo Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa, pois o ingresso no programa possibilitaria a complementação da formação acadêmica e a ampliação da área de atuação profissional.

Outra motivação para o desenvolvimento desta pesquisa está relacionada ao fato de ser ex-integrante das forças armadas e de que, desde a graduação, a interação das forças militares – Exército, Marinha e Aeronáutica – na política e na sociedade sempre me despertaram grande fascínio. Para além disso, com a maturidade, foi também possível perceber de forma ainda mais atrativa as instituições policiais, uma vez que tanto seu desenvolvimento quanto sua atuação estariam ligados de forma constante às interações sociais.

Na história do Brasil, pode-se observar a existência de diversos movimentos políticos, econômicos e sociais que tiveram como protagonistas membros das forças armadas ou policiais, os quais, muitas vezes, representavam determinadas instituições. Assumindo que essas instituições interagem com o espaço que ocupam e que, através disso, atuam na produção de uma paisagem específica, entende-se que uma paisagem urbana resulta também das ações policiais, normalmente em forma de policiamento.

Ao compreendermos, portanto, as cidades como uma expressão material das interações humanas, em que há uma maior quantidade de indivíduos num espaço cada vez mais disputado e reduzido - o que acabaria por impelir seus moradores para um maior contato e, por conseguinte, a uma crescente nos conflitos - a urbe pode, então, ser considerada um encantador objeto a ser estudado. Nesse cenário, a linha de pesquisa intitulada Cidade, Paisagem e Patrimônio, do referido Mestrado Profissional, apresentou a possibilidade da junção desses elementos em uma mesma pesquisa.

A capital do Estado de Minas Gerais, a Cidade de Minas, inaugurada em 12 de dezembro de 1897, cuja concepção e planejamento foram elaborados pelo engenheiro Aarão Reis, trazia consigo a marca dos ideais da modernidade defendidos pela elite política mineira daquela época. Belo Horizonte se apresentaria como um modelo urbano de cidade planejada, onde haveria valorização da circulação, um fluxo de pessoas e mercadorias facilitado pelos grandes *boulevards* e avenidas, bem como o controle das massas, através da abertura das vias e dos espaços públicos que colocavam os seus moradores numa constante exposição e vigilância mútua.

Em face desses aspectos, optou-se por desenvolver um estudo que discutisse elementos da modernidade que constituíram a paisagem da cidade de Belo Horizonte durante o período da Primeira República, por meio da composição das forças policiais que se estabeleceram como parte do aparato estatal que representaria os interesses políticos da elite oligárquica mineira.

Partindo-se da premissa de que atualmente a cidade de Belo Horizonte não mais apresenta sua paisagem constituinte do início do século XX, surgem os seguintes questionamentos: de que forma pode-se manifestar a paisagem daquele momento? Quais eram os interesses e a quem eles representavam no projeto de uma nova capital em Minas Gerais? Os desígnios definidos pelo projeto do engenheiro Aarão Reis foram mantidos pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC)? Como se deu a relação entre os projetistas e administradores da cidade e a população que habitaria o núcleo urbano? De que forma a força pública foi mobilizada na tentativa de se concretizar tal projeto? Como a população belorizontina reagia às imposições e desmandos dos governantes? E, finalmente, como pode ser definida a paisagem resultante desses processos?

Todos esses questionamentos conduzem, por fim, a uma indagação principal: quais as prescrições e ações das forças policiais mineiras na Primeira República e quais seus impactos sobre as práticas sociais e as transformações da paisagem urbana de Belo Horizonte?

Para responder tais questões, buscou-se investigar diversos documentos que pudessem revelar a produção da paisagem através da interação dos cidadãos com o lugar em que habitavam. Com isso, partiu-se da hipótese de que a criação da Guarda Civil, dentro do escopo da força pública mineira, correspondeu ao esforço das elites mineiras em pôr em prática um projeto modernizador. Tem-se como princípio a perspectiva de que a Guarda Civil na cidade de Belo Horizonte atuava como uma instituição responsável pelo controle da população, num sentido de disciplinarização dos corpos. Acredita-se que a própria criação da Guarda Civil visava atender a essa demanda, uma vez que, em sua concepção, essa instituição seria regulamentada por parâmetros semelhantes ao das forças europeias que tinham essa finalidade. Acredita-se, também, que todo esse esforço se mostrou ineficiente, uma vez que o projeto de Aarão Reis não foi seguido à risca.

Apesar dos diversos edifícios tombados ou inventariados na cidade de Belo Horizonte, que evocaram o ideal de modernidade e da ordem naquele período - através do planejamento da cidade e do estilo eclético empregado nas construções - não é possível afirmar que tal concepção tenha se consolidado em todas as áreas da cidade e entre todos os seus habitantes, ali fixando uma identidade moderna. Dessa forma, tem-se como objetivo a análise da construção da paisagem de Belo Horizonte - MG, através da atuação da Guarda Civil durante o

período da Primeira República (1889-1930).

Para desenvolver tal exame, buscou-se dialogar diretamente com dois trabalhos que podem ser considerados referência sobre o tema. Tratam-se das dissertações de Fábio Luiz Rigueira Simão, “Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte” (2008), atualmente publicada em livro; e de Marina Guedes Costa e Silva, intitulada “A moral e os bons costumes: a experiência da cidade em narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926)”, defendida em 2009.

Em sua dissertação, Fábio Simão estuda a realidade da cidade através dos projetos urbanísticos do final do século XIX e início do XX, quando os projetos urbanísticos emanavam competências de arquitetos, médicos e engenheiros, resultando num traçado reto e racional que definiria a cidade de Belo Horizonte como um tabuleiro de xadrez. Privilegiando um ponto de vista analítico, o autor inclui o corpo policial e a força pública como produtores do espaço, e os consumidores do espaço como opositores, sendo esses pertencentes a setores populares e trabalhadores excluídos pelo projeto de cidade dos produtores.

Simão centra-se fundamentalmente na questão da disciplina e do ordenamento urbano vividos pela sociedade de Belo Horizonte, desde a sua construção até a década de 1920. Esse pesquisador destaca a ordem urbana evocada no período, relacionando-a à transição do trabalho escravo para o livre e a uma nova postura do poder público diante da higienização, do embelezamento, da racionalidade do espaço e das posturas municipais. Ao mesmo tempo, ressalta, também, a existência de outro lado da cidade, onde existiriam enclaves e guetos que revelariam um ambiente de conflitos e negociações entre os desviantes da ordem e a força policial ainda em processo de consolidação.

Marina Guedes Costa e Silva, por sua vez, procurou abordar em seu trabalho o modo como se deram as relações entre a construção de Belo Horizonte - enquanto nova capital do Estado de Minas Gerais - e a mobilização da polícia como um dos instrumentos acionados para moldar os corpos da população de acordo com a moral e os bons costumes. Para essa pesquisadora, a construção de Belo Horizonte não estaria vinculada somente a um projeto de modernidade econômica e política, mas também a mudanças de hábitos e postura das pessoas.

Segundo a autora, a CCNC teria inventado uma cidade que, através do seu traçado, seria portadora de uma dimensão moral para educar sua população, civilizando seus comportamentos e hábitos numa dimensão pedagógica de educação e treinamento dos corpos. Por conseguinte, a vivência na cidade seria regulada por diversos mecanismos, entre os quais estavam a legislação municipal e a ação da polícia.

Nessa perspectiva, a pesquisa de Marina Silva se desenvolveu em torno da compreensão

acerca do modo como a construção impactou os corpos dos seus habitantes e como esses ofereceram resistência a esse projeto de modernidade.

Inspirado nesses trabalhos e por meio da análise dos Relatórios da Secretaria de Polícia de Minas Gerais apresentados pelos Chefes de Polícia, na tentativa de compreender o papel da polícia na correção dos corpos e, conseqüentemente, na produção da paisagem, percebeu-se a necessidade de se investigar e estabelecer mais fidedignamente a história dessa instituição em Minas Gerais.

Embora dialogue com os trabalhos de Fábio Simão e Marina Silva, este estudo se diferencia do trabalho desses autores ao propor-se a identificar a paisagem resultante das prescrições e ações das forças policiais mineiras na cidade de Belo Horizonte durante o período da Primeira República.

É fundamental ressaltar que, com o intuito de se investigar a cidade a partir da polícia e utilizando fontes que apresentassem um olhar interno da instituição, não se buscou escrever uma história celebrativa dessa instituição. Os relatórios, apesar de oficiais, não foram tomados como verdade ou provas, mas, antes, como um dos possíveis discursos sobre os acontecimentos. Além disso, sempre que possível, essas fontes foram confrontadas com outras.

Dentre as fontes utilizadas neste trabalho, pode-se destacar os Relatórios da Secretaria de Polícia de Minas Gerais apresentados pelos Chefes de Polícia, disponíveis no fundo Chefia de Polícia do Arquivo Público Mineiro (APM). Esses relatórios eram apresentados anualmente ao Secretário de Interior, trazendo informações muito relevantes, como, por exemplo, o número do efetivo policial, as áreas policiadas e as detenções efetuadas em um determinado período. Além disso, foi possível identificar que esses relatórios eram utilizados como forma de justificar determinadas ações dos chefes de polícia para seus superiores, muitas vezes manifestando seu descontentamento com os recursos que lhes eram designados ou prestando contas de investimentos feitos.

As leis que regulamentavam a força pública mineira, delimitando suas diretrizes, também se revelaram fontes importantes, por meio dos regulamentos, os quais eram publicados em decretos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Através deles foi possível identificar os interesses que nortearam os legisladores e o executivo do estado, tendo-se em vista a forma como conduziam a administração em prol das oligarquias mineiras.

Apesar de os Relatórios dos Chefes de Polícia abarcarem o estado de Minas Gerais como um todo, pode-se encontrar, em vários deles, trechos que tratam especificamente da cidade de Belo Horizonte, nos quais são ressaltadas questões do cotidiano da capital e dos agentes inseridos nesse contexto.

Cruzando-se as informações obtidas nos Relatórios dos Chefes de Polícia com as de outras fontes<sup>1</sup> (como as Partes Diárias, produzidas pela Guarda Civil, e alguns periódicos daquela época, mesmo que de forma indireta, como o Almanaque Laemmert e os jornais *A Capital* e *O Estado*), procurou-se analisar, neste estudo, de que maneira ocorreu a apropriação e transformação do espaço e da paisagem da cidade bem como a consolidação do poder do Estado, através da força pública, para cumprir tal finalidade.

É possível ainda afirmar que, por meio deste trabalho, dedicado ao tema da cidade e da constituição de uma paisagem urbana moderna e, nesse escopo, buscou-se perceber o percurso do poder público em sua tentativa de consolidar um novo projeto de ordem. Conseqüentemente, torna-se fundamental considerar a organização da força pública, em específico, a Guarda Civil de Belo Horizonte, e suas ações através das leis e dos decretos referentes a ela.

Com esse objetivo, no primeiro capítulo da parte I da dissertação, denominado “A paisagem moderna na Belo Horizonte da Primeira República”, visou-se trabalhar os conceitos de paisagem e paisagem urbana e suas aplicações; a concepção específica da paisagem moderna; bem como o desenvolvimento dos conceitos de urbanização do final do século XIX e do início do XX que a ela estariam ligados. Dentro desse contexto histórico, há que se dar especial atenção à reforma implementada por Georges-Eugène Haussmann, em Paris, buscando identificar os ideais e referências que animaram tal empreendimento e como também essa capital influenciou, além de reformas, projetos de novas cidades.

Vale ressaltar que o projeto para a cidade de Belo Horizonte pode ser visto como um dos ecos da modernização parisiense, defendido pela elite republicana local. Entretanto, observa-se que a modernização brasileira não seguiria à risca os moldes europeus. A nova capital, ao invés de aproximar os indivíduos através da organização de suas vias, se apresentaria como um espaço de exclusão, onde os sujeitos considerados indesejáveis não teriam acesso amplo à cidadania.

No segundo capítulo, denominado “As forças policiais mineiras: instrumento de controle na ordem republicana”, tem-se, num primeiro momento, a tentativa de se estabelecer quais foram as diretrizes que orientaram as elites brasileiras na composição do aparato político-

---

<sup>1</sup> Para este estudo, é ainda pertinente esclarecer ao leitor o momento que a sociedade atual vive. No contexto de globalização e da grande circulação de mercadorias e pessoas, a humanidade se deparou com um novo vírus, denominado de Sars-CoV-2, popularmente conhecido como Covid-19, e que foi responsável pelo enfrentamento de uma pandemia. O número de mortos e infectados tornou-se alarmante, uma vez que o contágio do vírus se mostrou extremamente eficaz e rápido. Isso fez com que alguns órgãos competentes, adotando protocolos que visavam evitar o contágio, permanecessem fechados durante um longo período, dificultando o acesso a um maior número e diversidade de fontes. Dessa forma, na tentativa de concluir a pesquisa, iniciada em 2018, optou-se por utilizar, mesmo que de forma indireta, algumas fontes já citadas por outros pesquisadores.

institucional da Primeira República (1889-1930). E, em seguida, tentou-se delimitar o conceito de polícia e suas implicações sociais. Num terceiro momento, buscou-se definir as instituições policiais de Minas Gerais do período republicano, com a finalidade de identificar quais diretrizes balizavam a força pública mineira, empenhando-se em delinear um percurso histórico vivido pelas instituições que fizeram parte do processo de policiamento do cotidiano. Deu-se destaque, com isso, à Guarda Civil que atuava na capital. Integrante da força pública mineira, essa guarda foi composta por civis que tinham por atribuição fiscalizar o cumprimento daquilo que era considerado a boa conduta, zelando assim pela ordem, pela moral e pelos bons costumes.

No terceiro capítulo, nomeado “Influência do controle policial na paisagem urbanística de Belo Horizonte na Primeira República”, problematizou-se a apropriação dos espaços, identificando as influências que o embate entre os moradores da capital e a Guarda Civil proporcionaram nas transformações paisagísticas ocorridas na cidade de Belo Horizonte durante a Primeira República (1889-1930). Para isso, optou-se por analisar os relatórios da Secretaria de Polícia que eram enviados anualmente ao secretário de Estados dos Negócios do Interior e das Partes Diárias da Guarda Civil; as edições do *Almanaque Laemmert* e algumas reportagens nos jornais *A Capital* e *O Estado*.

Procurou-se, através das ideias de paisagem do Geógrafo Denis Cosgrove, perceber como o esforço no policiamento e os resultados das operações policiais foram utilizados para o desenvolvimento de um mecanismo de controle por parte do Estado. E, na mesma perspectiva, buscou-se entender as formas de resistência encontradas pela população, que não acatou totalmente o projeto imposto pelo governo.

A parte II da dissertação, que contém o capítulo 4, intitulado “Um paradidático como produto do mestrado”, corresponde ao produto do mestrado. Uma das especificidades do curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Mestrado Profissional Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania se caracteriza pela exigência da apresentação de um material que possa ser utilizado de maneira prática nos campos de atuação profissional que o curso abarca e que o mesmo desenvolva um diálogo com as discussões teórico-metodológicas e os apontamentos gerados pela pesquisa. Dessa forma, desenvolvendo-se uma pesquisa no campo da paisagem, foi possível refletir sobre os elementos simbólicos da sociedade que se constituem num determinado espaço.

**PARTE I**

## CAPÍTULO 1: A PAISAGEM MODERNA NA BELO HORIZONTE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Quando nos deparamos com uma localidade, o que nos salta aos olhos é um conjunto de informações e referências que ajudam a compor o quadro da imagem que a representa, criando-se, assim, a concepção de uma paisagem. O resultado dessa percepção não é homogêneo e cômputo, pois as variantes que condicionam essa produção estarão ligadas tanto a questões individuais quanto sociais.

Nessa perspectiva, compreendemos que as transformações da modernidade e seus reflexos se apresentaram como um campo fecundo para a o desenvolvimento do conceito de paisagem ligado ao urbano. A conjuntura ligada à razão e ao progresso, base do pensamento iluminista que influenciou diversas transformações ocorridas no final do século XVIII e início do XIX, produziu uma sociedade ocidental, que, nos séculos XIX e XX, seria palco de consideráveis mudanças.

A sensação de transitoriedade e de incerteza daquilo que se passa sem a consciência de sua velocidade, e do quão íntima ela é do tempo, acabou por imprimir em seus atores o esfacelamento de suas crenças, ideologias e tradições. Isso contribuiu para que se organizasse um novo tecido social, em que o ser humano passou a partilhar de um ambiente que prometia poder, euforia, crescimento e transformação. As cidades se apresentariam como a própria imagem dessa transformação, sendo que o tempo dessa modernidade era o da descontinuidade e do desencontro, cuja rotina era modificada pelos efeitos da industrialização e do avanço do capitalismo industrial nos processos produtivos, nas perspectivas políticas, nos costumes e hábitos.<sup>2</sup>

Nesse contexto histórico, vê-se a ampliação do número de projetos urbanísticos, e nota-se que muitos deles incorporaram o discurso higienista de ordenação urbana. Seguindo a prática dos engenheiros sansimonistas e fourieristas, que propunham intervenções técnicas na cidade com o fim de solucionar os problemas através de obras públicas, tem-se o programa de reformas implementado por Georges-Eugène Haussmann, em Paris, durante o governo de Napoleão III.<sup>3</sup> Programa esse que pode ser considerado um dos mais importantes desse grupo, e que acabou por influenciar e orientar tanto as reformas de antigas cidades quanto a projeção de novas

---

<sup>2</sup> MATTOS, Maria de Fátima Silva Costa Garcia de. (2009). O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. **dObras** – **Revista Da Associação Brasileira De Estudos De Pesquisas Em Moda**, 3(6), 96-103. Disponível em: <https://doi.org/10.26563/dobras.v3i6.291>. Acesso em: 24 ago 2020. p. 97 e 98.

<sup>3</sup> PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a gênese da haussmannização. *In*: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades Capitais do Século XIX**: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001. p. 65 e 66.

metrópoles.

Tendo em vista os fatos apresentados, optou-se por dar início a esse capítulo com uma breve discussão sobre os conceitos de paisagem e paisagem urbana. Em seguida, buscou-se definir a concepção ocidental de modernidade do século XIX, a fim de identificar suas aplicações junto aos projetos de urbanização que a ela se relacionavam.

Ao enveredar por tal senda, ocorreu a descoberta do projeto e da construção da cidade de Belo Horizonte, que se apresentam como um dos casos em que se é possível observar a projeção do discurso higienista e do ideal de modernidade. O projeto dessa cidade deve ser tratado como fruto da elite política republicana mineira, visto que buscava estampar um processo de modernização que seguisse padrões similares aos do modelo europeu. Entretanto, ao se esmiuçar os ideais que circundaram a CCNC e seu engenheiro chefe, Aarão Reis, é possível perceber a construção de uma representação abasileirada de modernidade, onde se consolida um liberalismo excludente.

### 1.1 Os conceitos de paisagem e paisagem urbana

A palavra paisagem, de caráter extremamente polissêmico, é um conceito amplo e repleto de nuances e veredas que se multiplicam, mas não se opõem necessariamente. Diversos autores e instituições, nacionais e internacionais, têm se dedicado a perquirir a concepção do conceito de paisagem e suas vertentes. Muitos desses autores sugerem que o surgimento do termo ocorreu por volta do século XV, tendo estado relacionado a uma mudança na percepção visual e à concepção da noção de perspectiva desenvolvida durante o período do Renascimento na Europa moderna.

Entre os autores que se dedicaram ao tema, destacam-se Teresa Barata Salgueiro<sup>4</sup>, Maria Tereza Duarte Paes Luchiare<sup>5</sup>, Kenneth Clark<sup>6</sup>, entre outros. Segundo Salgueiro, o vocábulo de raiz germânica seria usado pelos holandeses ainda em finais do século XIV e introduzido na Inglaterra por volta do século XVI para descrever uma representação pictórica do campo. Entretanto, nas línguas latinas, o termo *paesaggio* tem sua ocorrência registrada no início do século XVI, para fazer referência às obras flamengas compradas por colecionadores italianos que traziam representações da natureza.<sup>7</sup>

<sup>4</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia In: **Finesterra**, v. 36 n. 72 ano 2001.

<sup>5</sup> LUCHIARE, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. São Paulo: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

<sup>6</sup> CLARK, Kenneth. **Paisagem na Arte**. Ulisseia, Lisboa, 1949.

<sup>7</sup> SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia In: **Finesterra**, v. 36 n. 72 ano 2001. p. 38.

Nicolau Sevcenko, ao discurtir sobre as novas concepções que o Renascimento suscita nas artes plásticas, define que a perspectiva intuitiva e a técnica do olho fixo são de extrema importância para remeter o homem a ele próprio. Esse novo estilo artístico multiplicava o espaço dos interiores, dando às pessoas, às paisagens e aos objetos retratados mais naturalidade. O arquiteto florentino Filippo Brunelleschi destaca-se por ter incorporado operações matemáticas a suas representações pictóricas. Utilizando-se de uma perspectiva central, todo espaço ficaria subordinado a uma única diretriz visual, o ponto de fuga, obtendo-se, assim, a completa racionalização do quadro. Além disso, o domínio das diferentes colorações impostas pela profundidade e os jogos de luz e sombra e de tons e meio-tons, oriundos da técnica do Sfumato, possibilitaram a aplicação de estudos relacionados ao fenômeno da luz, reflexo e refração.<sup>8</sup>

Marilena Chauí, num prisma filosófico, afirma que a noção de paisagem que se estrutura com a pintura está associada ao conceito de extensão. A noção de perspectiva, empregada na pintura renascentista e moderna, é utilizada para imprimir uma visão que abarca uma totalidade em simultaneidade. Os pintores bizantinos recusaram essas técnicas, classificando-as como blasfematórias, já que essa visão pertenceria exclusivamente a Deus e nunca poderia ser entendida ao olhar humano.

Com o advento do Romantismo, enquanto movimento cultural, e a formação do conceito da paisagem na geografia, buscou-se romper com a dualidade sujeito-objeto através da ascepção de que o conhecimento da natureza seria possível apenas pela percepção e pela observação. Para Patrícia Vargas Lopes de Araújo, por volta do século XVIII, a paisagem, tanto natural quanto representada, seria caracterizada na linguagem artística por uma nova categoria estética, a do pitoresco. Sua expressão artística, por excelência, seria a representação dos jardins ingleses, por meio do desenvolvimento da arte de educar a natureza, seguindo uma concepção de melhoramento, sem deixar de refletir a naturalidade própria. Assim, privilegiava-se o que é característico, mutável e relativo em contraposição ao infinito e ao universal.<sup>9</sup>

Esse conceito pitoresco ou ornamental de paisagem ainda estaria vivo, mas, para Jean-Marc Besse, ele começa a viver uma crise. Destarte, as paisagens, posteriormente, seriam retratadas num conceito mais geral sobre as cidades, suas extensões e seus impactos na produção, transporte e circulação.<sup>10</sup>

<sup>8</sup> SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 16ª ed. São Paulo: Atual, 1994. p. 33.

<sup>9</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Campanha da Princesa: urbanidade civilidade em Minas Gerais, 1798-1840**. 2008. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2008. 48 e 49.

<sup>10</sup> BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: sei ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

Segundo Anne Cauquelin, a partir do desenvolvimento dessas técnicas, a forma simbólica - que se estabeleceria pela perspectiva - envolveria o conjunto de nossas construções mentais, de tal modo que só conseguiríamos ver através do seu prisma.<sup>11</sup> Em outras palavras, pode-se dizer que a imagem que se construiria através da perspectiva e se confundiria com o elemento do qual ela seria a imagem, resultando em uma representação da paisagem.

Segundo a autora, ao longo da história, o conceito de paisagem passou por diversos desdobramentos que o levaram a acumular a imagem de uma natureza econômica, diversa e rica. Tal desenvolvimento fez com que, pouco a pouco, essa perspectiva fosse cedendo lugar a uma organização visual, tátil e emocional, sempre reiniciada em outras figuras.<sup>12</sup>

O geógrafo Milton Santos afirma que o vocábulo paisagem é frequentemente utilizado no lugar da expressão *configuração territorial*, sendo que, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. Essas configurações espaciais se dão como um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A paisagem seria, então, a rigor, apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão.<sup>13</sup> De certa forma, uma paisagem seria composta por aqueles objetos e seres que abarcariam nosso campo de visão.

A paisagem, portanto, poderia ser entendida como o conjunto de formas que exprimem as heranças representantes das sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. Ela se classificaria como um conjunto de itens reais e concretos, caracterizados por uma dada distribuição de formas-objetos, e providos de um conteúdo técnico específico. A paisagem, seria ainda transtemporal, unindo objetos passados e presentes, numa construção transversal. Por isso, sua existência se dá através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, mas que coexistem no momento atual.<sup>14</sup>

Para Santos, ao se falar de paisagem, deve-se levantar a questão da própria natureza do espaço, que seria formado pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo e animado pelas ações atuais que lhe atribuem dinamismo e funcionalidade. Paisagem e sociedade seriam variáveis complementares, cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano. As ações sociais, ao longo do tempo, atribuiriam novas funções às formas geográficas e transformariam a organização do espaço. Dessa forma, criariam novos pontos de partida e, ao mesmo tempo, novas situações de equilíbrio para um novo movimento, permitindo

---

p. 145.

<sup>11</sup> CAUQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem**. Trad. Marcos Marcionilo. Ed 1. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p 36.

<sup>12</sup> CAUQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem...** p. 100.

<sup>13</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. 2ª. Reimp. São Paulo: Edusp, 2006. p. 67.

<sup>14</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção...** p. 66 e 67.

que as formas geográficas participem de uma dialética com a própria sociedade e, assim, façam parte da própria evolução do espaço.<sup>15</sup>

Milton Santos também destaca o caráter palimpsesto da paisagem, que a transforma em precioso instrumento de trabalho, imobilizando sua “imagem” de uma vez por todas, permitindo rever as etapas do passado numa perspectiva de conjunto. Entretanto, ele ressalva que, de fato, a paisagem permite apenas supor um passado, uma vez que o que temos diante de nós são apenas fragmentos materiais de sucessivos passados numa recolagem.

Na busca por levar a sério seu ofício, o historiador deve esforçar-se por reconstruir o caráter dos horizontes temporais dos atores da história. Segundo Bernard Lepetit, é função desse profissional enxergar no processo histórico um presente em andamento. A história deve ser entendida por um prisma da interação social e da irreversibilidade do tempo.<sup>16</sup>

Nesse sentido, Milton Santos sugere que, se:

queremos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual.<sup>17</sup>

Partindo desses pressupostos, é possível inferir que, para se conhecer e entender a paisagem, deve-se pensá-la em seu funcionamento global na sociedade. Dessa maneira seria possível perceber como suas formas realizaram funções sociais no espaço-tempo e, sob essa perspectiva, seriam, então, testemunhas dos meios de trabalho e resultado de um acumulado histórico.

Michel Collot defende que o conceito de paisagem deve ser apreendido a partir do campo da percepção e afirma que sua definição remete a três elementos: a ideia de ponto de vista, a ideia de parte e a ideia de unidade. A paisagem seria definida, conforme afirma, pela fronteira do olhar e pelo alcance do corpo e através dele, na ação de ver, apreender, organizar e interpretar os dados sensoriais. Assim, essa experiência estaria limitada à semantização e seletividade, fisiológica e psicológica, dos órgãos sensoriais. O ver amplia-se para um poder, de maneira que o caminho é visto como percorrível, o sino como audível, a fruta como comível etc.<sup>18</sup>

Luiz Otávio Cabral, por sua vez, afirma que a paisagem não pode ser considerada

<sup>15</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção...** p. 69.

<sup>16</sup> LEPETIT, Bernard. A História leva os atores a sério? *In*: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Por Uma Nova História Urbana**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 242 e 243.

<sup>17</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção...** p. 69.

<sup>18</sup> COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. *In*: **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 20, n.39, 1990. p. 27, 28 e 29.

isoladamente e nem deve ser dissociada do sujeito que a vivência. Enquanto fenômeno, ela necessita ser vista como um conjunto dinâmico no qual o sujeito vive, desloca-se e busca por significados.<sup>19</sup> Segundo o estudioso, é preciso deslocar a atenção do objeto externo para os processos que ocorrem com os sujeitos que interagem com a paisagem, visando não somente determinar os aspectos físicos e psíquicos envolvidos, mas, também, descrever e analisar a maneira pela qual eles partilham essas relações existenciais com o entorno.<sup>20</sup>

Denis Cosgrove defende que a ideia de paisagem estaria intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo, através de uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como aos olhos, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente. Ele acrescenta que esse complexo conceito de paisagem estaria conectado a três dimensões: a primeira seria a do foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; a segunda seria a da unidade, coerência e ordem ou a concepção racional do meio ambiente; e, a última, a da ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam nosso mundo.<sup>21</sup> O autor ressalta que essa intervenção deveria se dar numa relação harmônica entre a vida humana e a ordem da própria natureza. Conforme esclarece, os temas que abordaram os laços entre vida humana, amor e sentimento para com os ritmos invariáveis do mundo natural foram mais poderosos nas representações da paisagem através da pintura, da poesia ou nas outras artes.<sup>22</sup> Ele ainda sugere que essas expressões trouxeram registros de momentos diversos, entre os quais, a:

passagem das estações, o ciclo de nascimento, o crescimento, a reprodução, o envelhecimento, a morte, a deterioração e o renascimento, e o reflexo imaginado dos sentimentos e emoções humanas no aspecto das formas naturais.<sup>23</sup>

Além disso, Cosgrove diferencia o conceito de lugar<sup>24</sup> do de paisagem e, ressaltando a

<sup>19</sup> CABRAL, Luiz Otavio, A paisagem enquanto fenômeno vivido. *In: Geosul*, Florianópolis, v.15, nº 30, jul./dez. 2000. p. 38 e 39.

<sup>20</sup> CABRAL, Luiz Otavio, A paisagem enquanto fenômeno vivido... p. 38.

<sup>21</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas. *In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 223.

<sup>22</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 224.

<sup>23</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 224.

<sup>24</sup> A expressão “lugar”, também de caráter polissêmico, é alvo de grandes debates entre os geógrafos. Tomando-se por base as ideias de Carl Sauer, um dos precursores da Geografia Cultural, entende-se que o sentido do lugar não estaria vinculado ao local em si, mas, antes, aos significados atribuídos a um ponto específico do espaço. SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. *In: Paisagem, Tempo e Cultura*. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925). Através das contribuições de autores como Yi-Fu Tuan, TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983, e Anne Buttimer, Buttimer, A. (2015). Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar / Place, reach, and the sense of place. *Geograficidade*, 5(1), 4-19. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2015.51.a12915>, a ideia de lugar passou a ser associada ao campo da fenomenologia, donde se partiria da compreensão do ser sobre a realidade, dando ao lugar à ideia de significação.

nossa posição no esquema da natureza, ao contrário de meio ambiente ou espaço, nos lembra que apenas por meio da consciência e da razão humana esse esquema é conhecido por nós, e somente através da técnica podemos participar da paisagem como seres humanos.<sup>25</sup>

Ulpiano Bezerra de Menezes, por sua parte, afirma que existem civilizações paisagísticas e civilizações não-paisagísticas. Para discriminá-las, ele se apropria das teorias de Augustin Berque, que elenca quatro critérios empíricos para o uso da paisagem em uma sociedade: o uso de uma ou mais palavras para exprimir a paisagem; representações literárias que descrevam ou celebrem seus atributos; representações pictóricas; e a existência de jardins de fruição. O primeiro critério é primordial e determinante, pois a paisagem não é um fato universal e os critérios de beleza, mutáveis e variáveis, que integram os códigos históricos operantes nas sociedades ou em segmentos delas, estão em transformação contínua.<sup>26</sup>

Segundo Menezes, para se compreender melhor esse conceito seria oportuno ampliar o referencial de apropriação de paisagem, isto é, deixar de vê-la como pura e simplesmente relacionada ao que é belo para percebê-la como uma concepção da estética, como um universo mais amplo e complexo, ligada à percepção.<sup>27</sup> Assim, passa-se a entender que a apropriação estética seria uma etapa fundamental na construção da paisagem. Desse modo, compreende-se que não há paisagem sem observador, pois a percepção visual seria uma condição fundamental para a existência cultural da paisagem. Não se pode negar que ela possua uma natureza objetiva, material e real, porém, ela não se define por esse caminho. Considerá-la *a priori* como objeto é ainda permanecer num horizonte restrito. A paisagem, portanto, deve ser considerada como objeto de apropriação estética sensorial; entendendo-a como prática cultural, deve-se procurar identificar seus efeitos e o alcance dessa prática no interior da sociedade.<sup>28</sup> Nessa perspectiva, Menezes conclui que:

a paisagem que dessa forma serve de ponte entre o mundo humano e o não humano, não é apenas uma cena natural, nem mesmo apenas a representação dessa cena, mas uma “representação natural de uma cena natural, um traço ícone da natureza na própria natureza”.<sup>29</sup>

Tentando sistematizar a definição de paisagem, o geógrafo Augustin Berque elaborou dois conceitos que seriam complementares, o de paisagem-marca e o de paisagem-matriz. Segundo argumenta, a paisagem seria uma marca, porque exprime uma civilização, mas também seria uma matriz, porque participa de esquemas de percepção que canalizam a relação

<sup>25</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 224.

<sup>26</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: Eduardo Yázig. (Orgs.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 31.

<sup>27</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural... p. 31 e 32.

<sup>28</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural... p. 32, 33 e 34.

<sup>29</sup> MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural... p. 34.

de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em suma, a paisagem de seu ecúmeno.<sup>30</sup>

Berque defende que, se analisássemos a paisagem somente como marca, teríamos como consequência o distanciamento da paisagem enquanto dado sensível, abstraindo-se o sujeito que com ela se relaciona. Portanto, ela deve ser analisada simultaneamente como marca e como matriz, partindo do sujeito coletivo (a sociedade) - uma vez que a análise a partir dos indivíduos não seria suficiente – participando, assim, dos esquemas culturais que relacionam espaço com natureza.<sup>31</sup>

Para complementar a concepção de Berque, cabe retomar as reflexões de Cosgrove, que sugere que as formas visíveis da paisagem devem ser associadas à cultura, como produção cultural. Entretanto, ele alerta que, nesse percurso, deve-se tomar os devidos cuidados para que a cultura não atue através das pessoas para alcançar fins dos quais elas estavam vagamente cientes, o que pode promover um certo “determinismo cultural”.<sup>32</sup>

Posto isso, para que a cultura tenha significado, ela deve ser constantemente reproduzida pelos seres humanos em suas ações, mesmo que algumas delas não sejam reflexivas e rotineiras da vida cotidiana. Para Cosgrove, as transformações que ocorreriam com a cultura viriam de mudanças, rápidas ou lentas, em sua prática, no ato da reprodução cultural. Assim, a cultura seria determinada, ao mesmo tempo, pela consciência e pelas práticas humanas e suas determinantes.<sup>33</sup>

Sendo a cultura o resultado da produção de uma sociedade específica, devemos levar em consideração que a maioria das sociedades são divididas em classe, casta, sexo, idade ou etnicidade. Na visão de Cosgrove, essas classificações geralmente correspondem à divisão do trabalho e/ou ao padrão de consumo, ficando evidente que uma posição diferente na sociedade significa também diferentes experiência e consciência e, até certo ponto, uma cultura diferente.<sup>34</sup>

Na interação entre os grupos sociais e a produção de suas representações culturais, Cosgrove lembra que o poder é expresso e mantido por meio da reprodução da cultura, quando uma cultura tenta se sobrepor e dominar a outra. Esse poder se manifestaria de melhor maneira quando concretizado de forma tão sutil ao ponto que as suposições culturais do grupo dominante

---

<sup>30</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 84.

<sup>31</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural... p. 85.

<sup>32</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 224.

<sup>33</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 225.

<sup>34</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 226.

apareceriam simplesmente como senso comum, gerando uma hegemonia cultural. O autor, nessa perspectiva, assume que existem culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade.<sup>35</sup> Todas as paisagens possuiriam, assim, significados simbólicos, porque seriam produtos da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo homem. Segundo propõe, esse simbolismo seria mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas, como a cidade, o parque e o jardim; e por meio da representação da paisagem na pintura, na poesia e em outras artes. Entretanto, poderia ser lido também nas paisagens rurais e até mesmo nas paisagens mais aparentemente não humanizadas do meio ambiente natural.<sup>36</sup>

Consequentemente, para se compreender uma paisagem, faz-se necessário perceber as expressões nela impressas por uma cultura, através do conhecimento da linguagem empregada, dos símbolos e de seu significado nessa cultura. Partindo-se da premissa de que todas as paisagens são simbólicas, mesmo que a ligação entre o símbolo e o que ele representa pareça tênue, o simbolismo da paisagem serve ao propósito de reproduzir normas culturais e de estabelecer os valores de grupos dominantes de uma sociedade.<sup>37</sup>

A definição de cultura dominante é crucial para Cosgrove, uma vez que é ela quem exerce poder sobre as outras existentes<sup>38</sup>. Esse poder não estaria, necessariamente, conectado ao sentido limitado de um grupo executivo ou governo em particular, mas, sim, a um grupo ou classe para quem a dominação tem como base o controle dos meios de vida, terra, capital, matérias primas, força de trabalho.<sup>39</sup> Ainda conforme o autor, trata-se de grupos existentes na sociedade que determinam a alocação do excedente social produzido pela comunidade, de acordo com seus interesses, mantendo e reproduzindo seu poder através de sua capacidade de projetar e comunicar uma imagem do mundo, consoante sua própria experiência. Utilizam-se de quaisquer meios disponíveis, a fim de que essa imagem seja aceita como reflexo verdadeiro

---

<sup>35</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 227.

<sup>36</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 228.

<sup>37</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 227.

<sup>38</sup> Denis Cosgrove, em COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, defende que a maioria das pessoas vive em sociedades que podem ser divididas em classes, castas, sexo, idade ou etnicidade. Ao se ocupar uma posição diferente na sociedade isso significaria uma experiência e consciência diferentes e, em certo ponto, uma cultura diferente. Assim, em uma sociedade podem coexistir culturas tão radicalmente diferentes que parecem incompatíveis. Denomina-se cultura dominante aquela que, de certa forma, é imposta no macro por uma coerção social, como um idioma, alimentação, atividades desenvolvidas economicamente, entre outros. Já as culturas subalternas ou alternativas resistiriam no âmbito do micro, em comunidades ou tradições familiares que se manifestam também no dia a dia. Frequentemente podemos identificar subculturas dentro de uma cultura dominante e, invariavelmente, a dominante procurará impor suas próprias experiências tomadas como verdadeiras.

<sup>39</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 230.

da realidade de cada um, culminando, assim, na construção de uma ideologia. Conclui-se, portanto, que somos naturalmente inclinados a perceber a expressão mais clara da cultura dominante no centro geográfico do poder. O espaço, assim como o excedente, permanece concentrado nas sociedades de classes, tanto no campo quanto nas cidades.<sup>40</sup>

Tal concepção se insere como mote nesse trabalho, uma vez que, em face das relações de poder e dominância, seria possível enquadrar o projeto de Aarão Reis para a construção da nova capital mineira e os esforços da CCNC como uma tentativa de se colocar em prática as concepções de uma elite política mineira que se enquadraria no papel de cultura dominante.

Logo, neste estudo, será utilizada a perspectiva de Cosgrove quanto à análise das formas das cidades. Esse estudioso aponta que, se observarmos o uso das formas racionais e geométricas, concluiremos que elas têm sido historicamente utilizadas no planejamento das cidades. O sistema de vias em círculo, quadrado ou em tabuleiro de xadrez são recorrentes nessa geometria radicalmente diferente das curvas e ondulações da paisagem natural.<sup>41</sup>

Essa geometrização representa a superação da razão humana e do poder do intelecto sobre a natureza, que, desde as primeiras organizações sociais, tentou, de diferentes formas, exercer o domínio sobre o espaço em que habitava. A exemplo disso, temos a geometria euclidiana como base da forma urbana, que pode ser encontrada nos planos de cidades gregas, romanas, da renascença, barrocas e vitorianas. Paisagens produzidas em geometria aplicada também estariam presentes até mesmo no aparentemente benevolente plano da cidade-jardim de Ebenezer Howard, assim como nas formas urbanas chinesa, indiana e maia. Esse plano é igualmente aplicado nas cidades modernas.<sup>42</sup>

A planta da Cidade de Minas, Belo Horizonte, pode ser referida como um dos exemplos em que a racionalização do espaço tenta se sobrepor ao meio ambiente. Com seus *boulevards*, ruas e avenidas distribuídas como que numa espécie de tabuleiro de xadrez, a cidade planejada desafiou a geografia mineira do Curral d'El Rei.

Para além das culturas dominantes nas paisagens, Cosgrove informa a existência de culturas alternativas ou subordinadas, as quais seriam menos visíveis. Fazendo-se uma mudança na escala de observação, uma cultura subordinada ou alternativa pode até parecer dominante. Seria o caso de bairros que representam um grupo étnico específico, por exemplo. Entretanto, esse pesquisador ressalta que, por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela ainda se manterá resignada a uma cultura nacional oficial, aquela considerada a

---

<sup>40</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 230.

<sup>41</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 231.

<sup>42</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 231.

dominante. Em uma última instância, Cosgrove apresenta a ideia de que essas culturas alternativas ou subalternas poderiam ser organizadas em: residuais, emergentes e excluídas.<sup>43</sup>

Este trabalho partiu do pressuposto de que uma parcela considerável dos habitantes de Belo Horizonte se enquadrariam no contexto de cultura subalterna, uma vez que não é possível identificar sua inserção no projeto para a nova capital. Entretanto, como o próprio Cosgrove ressalta, ao se fazer uma mudança na escala, a cultura desses habitantes poderia, de certo modo, ser apresentada como dominante.

No caso das culturas residuais, muitos elementos da paisagem têm pouco de seu significado original e alguns podem ser até desprovidos de significado. A característica marcante dessas culturas se encontra na dificuldade de se recuperar o significado que seus elementos um dia tiveram para os que os produziram, de tal forma que, na verdade, a interpretação que delas fazemos revela mais a respeito de nós mesmos e de nossas suposições culturais acerca de seu significado original.<sup>44</sup>

No que se refere às culturas emergentes, elas seriam de muitos tipos, com algumas se revelando muito mais transitórias e com impacto relativamente menor sobre a paisagem. Esse caráter transitório é resultante de um esforço utópico para romper com padrões estéticos, econômicos e morais da cultura dominante, promovendo uma visão de futuros alternativos possíveis. A cultura emergente muitas vezes é expressa na forma de um projeto ou paisagens de papel.<sup>45</sup>

Nessa acepção, pode-se inferir que as culturas emergentes buscam a resignificação de práticas e experiências comuns. Originando-se de duas formas distintas, as culturas emergentes podem ser designadas como alternativas ou oposicionistas. As alternativas buscariam formas de vida que se diferenciariam daquelas pertencentes às culturas hegemônicas, sem estabelecer qualquer embate direto; já as culturas oposicionistas estabelecem práticas sociais e valores que buscam mudar a sociedade e as culturas hegemônicas, combatendo-as.<sup>46</sup>

Outra faceta importante das culturas alternativas diz respeito ao fato de poderem também ser chamadas de culturas excluídas. Cosgrove ilustra esse aspecto apresentando uma temática que fora excluída dos estudos geográficos, a da masculinidade e da feminilidade na paisagem pública.<sup>47</sup> Ele afirma que:

---

<sup>43</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 233.

<sup>44</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 233.

<sup>45</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 234.

<sup>46</sup> MALTA, Renata Barreto. A narrativa publicitária como fonte para a compreensão sociocultural: uma proposta teórico-metodológica. In: RENÓ, Denis & CAMINOS, Alfredo. (Orgs). **Imagens, Narrativas e Meios**. Aveiro, Ria Editorial, 2018. p. 82

<sup>47</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 235.

em geral, as mulheres representam a maior cultura singular excluída, pelo menos no que tange ao impacto sobre a paisagem pública. A cultura feminina está evidentemente no lar, talvez no jardim doméstico. Mas o geógrafo tem evitado estudar significativamente a paisagem doméstica. A organização e o uso do espaço pelas mulheres pressupõem um conjunto muito diferente de significados simbólicos que aquele dos homens, e na última década foram feitos estudos iniciais para revelar o significado das diferenças de sexo na atribuição e na reprodução do simbolismo na paisagem.<sup>48</sup>

Abordando a paisagem sob essa ótica, pode-se depreender que ela se trata de um conceito que possui múltiplos e dinâmicos significados, os quais estão ligados ao campo da percepção ou mesmo a outras áreas, como a da sociologia ou a da geografia cultural. Essa última, em específico, permite que o sujeito deixe de se apresentar como mero expectador e passe a atuar diretamente com a paisagem, moldando-a conforme sua necessidade e sofrendo as intercorrências que ela lhe apresenta. Entende-se, igualmente, que não se deve abdicar da noção de que a percepção individual esteja ligada ao contexto social, cultural, econômico e histórico em que o sujeito se insere, não podendo ele ser desconectado da realidade que o cerca. Por conseguinte, torna-se imperativo apreender que o sujeito deve ser analisado em conjunto com a sociedade em que vive, não podendo ser dela desconectado. Logo, concebe-se que ele reflete aspectos culturais do grupo do qual participa, imprimindo elementos de sua cultura no espaço em que habita.

No que tange à paisagem que se engendra na cidade de Belo Horizonte, admite-se que ela apresenta especificidades que a tornam única na história e na sociedade brasileira. Por se tratar de uma capital, que teria por característica sua construção e ocupação iniciadas através do planejamento urbano, a Cidade de Minas ostentaria uma paisagem ímpar.

Cercada pelas ideias da modernização, o projeto de construção da nova capital mineira refletiria as concepções higienistas e sanitaristas da intelectualidade que representaria a elite política e econômica mineira. Assim, para se entender a formação da paisagem da cidade de Belo Horizonte, durante a Primeira República, faz-se fundamental identificar as concepções que nortearam os engenheiros envolvidos no planejamento e na construção dessa capital. Esses técnicos não apenas sofreram forte influência dos ideais europeus da época como também terminaram por adaptar e produzir uma perspectiva específica, reveladora do desenvolvimento de uma identidade moderna, com práticas e ideias voltadas para a modernização.

## **1.2 A identidade moderna, a modernidade e o modernismo**

---

<sup>48</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 235.

O período da Era Moderna, iniciado no século XV e estendido até o século XVIII, promoveu mudanças tão drásticas na economia, na política e nas relações humanas que seus desdobramentos trazem reflexos que influenciam a sociedade ocidental ainda na contemporaneidade. É nesse momento que se pode ver o desabrochar dos princípios iluministas, que teriam por base características ligadas ao racionalismo, ao naturalismo e ao liberalismo econômico.

Após as revoluções Inglesa e Francesa, também denominadas de revoluções burguesas, e com o advento da Primeira Revolução Industrial, observou-se a construção de uma nova estruturação social, a partir de então orientada pelas classes e não mais pela ordem. Com isso, os ideais defendidos pela nova classe dominante, a burguesia, passaram a ditar as dinâmicas sociais. De tal modo, o paradigma do cientificismo afetou inúmeras áreas de produção da humanidade, relativizando de forma mais tecnicista as diversas abstrações criadas pelo ser humano. A sociedade que se engendrou após esse período trouxe como característica marcante uma identidade ligada ao conceito de modernidade.

A ideia de modernidade e sua identidade se consolidaram entre os séculos XIX e XX. O termo modernidade refere-se, segundo Giddens, às instituições e aos modos de comportamento estabelecidos pela primeira vez na Europa, após o feudalismo, mas seus impactos tornaram-se mundiais durante o século XX.<sup>49</sup> Embora o termo *moderno* tenha uma história bem mais antiga, o projeto de modernidade entrou em foco durante o século XVIII. Esse projeto representou um extraordinário esforço dos intelectuais e pensadores iluministas em desenvolver uma ciência objetiva, a moralidade e as leis universais. O domínio científico sobre a natureza prometia libertar o ser humano da escassez e das calamidades naturais. Conseqüentemente, o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de pensamento assegurava a liberdade das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, do uso arbitrário do poder e do lado sombrio da nossa própria natureza humana.<sup>50</sup>

O movimento iluminista procurou desmitificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social que existiam até então, e, através de uma mentalidade cientificista e do culto à razão, abraçou a ideia de progresso. Tomado pelo ideal de modernidade, esse movimento buscou ativamente a criação de uma imagem de ruptura com a tradição e a história. A transitoriedade das coisas, ocorrida como um vendaval que afetava tanto os termos da discussão

---

<sup>49</sup> GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002. p. 21.

<sup>50</sup> HARVEY, David. Modernidade e Modernismo. In: \_\_\_\_\_. **Condição pós-Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 14ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2005. p. 23.

como o que está sendo discutido, dificultava a preservação de todo o sentido de continuidade histórica. Na medida em que exaltavam a busca da excelência individual, a descoberta científica e a criatividade humana em nome dos progressos humanos, os pensadores iluministas acolheram esse turbilhão de mudanças e viram na efemeridade, no fugidio e no fragmentário a condição necessária para se implementar o projeto modernizador.<sup>51</sup>

David Harvey afirma que o projeto iluminista internalizava uma gama de problemas e contradições incômodas. Os planos não especificavam os alvos em si, aparentando ser opressor para alguns e emancipador para outros. Não se sabia quem poderia ser considerado possuidor dessa razão superior e em quais condições essa razão deveria ser exercida, forçando a humanidade a ser livre. O que se destaca, por fim, nesse momento, é a concepção de uma elite coletiva, masculina e branca.<sup>52</sup>

Harvey aponta que, entre os críticos da modernidade, cabe destacar alguns e agrupá-los em dois períodos: Edmund Burke e Thomas Malthus, num primeiro momento, Max Weber e Friedrich Nietzsche num segundo. Burke não teria feito nenhum esforço para esconder o seu desgosto e suas dúvidas para com a Revolução Francesa. Malthus, por sua vez, tendo mostrado a incapacidade do ser humano de escapar da escassez, rebateria o otimismo desenvolvimentista de Condorcet.<sup>53</sup> Weber, no início do século XX, afirmou que o desenvolvimento da racionalidade instrumental levaria a uma jaula burocrática e não à liberdade universal. Nietzsche, por sua vez, mostrou que o moderno seria uma energia vital, nadando num mar de desordem, anarquia, destruição e alienação do indivíduo. Nesse sentido, a essência eterna e imutável da humanidade encontraria sua representatividade na figura de Dionísio, sendo a um só tempo destrutivamente criativo.<sup>54</sup>

Harvey afirma ainda que essa imagem seria muito importante para a compreensão da modernidade, pois, se o modernista necessita destruir para criar, a única maneira de representar verdades eternas seria mediante um processo passível de autodestruição dessas verdades no final.<sup>55</sup>

Para Giddens, a forma social mais distinta produzida pela modernidade é a do Estado-nação, que, contrastando de modo fundamental com a maioria dos tipos de ordens tradicionais, possui formas muito específicas de territorialidade e capacidade de vigilância, monopolizando

---

<sup>51</sup> HARVEY, David. *Modernidade e Modernismo...* p. 23.

<sup>52</sup> HARVEY, David. *Modernidade e Modernismo...* p. 24.

<sup>53</sup> HARVEY, David. *Modernidade e Modernismo...* p. 25.

<sup>54</sup> HARVEY, David. *Modernidade e Modernismo...* p. 26.

<sup>55</sup> HARVEY, David. *Modernidade e Modernismo...* p. 26.

o controle efetivo sobre os meios de violência.<sup>56</sup>

Em meio ao dinamismo da modernidade, Giddens destaca três elementos para se entender a descontinuidade, amplitude e profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamentos existentes: a separação entre espaço e tempo, fundamental nas articulações sociais de um sistema global; os mecanismos de desencaixe, que consistem em fichas simbólicas especializadas que separam a interação das particularidades com o lugar; e, por último, a reflexividade institucional, que regulariza o conhecimento sobre as circunstâncias da vida social como elemento de sua organização e transformação.<sup>57</sup>

A partir do século XX, desenvolve-se uma nova concepção do projeto modernista. Um posicionamento estético acima da ciência, da racionalidade e da política tornou-se um poderoso meio para o estabelecimento de uma nova mitologia quanto àquilo a que o eterno e o imutável poderiam referir-se em meio a toda efemeridade, caos e fragmentação da vida moderna<sup>58</sup>. Logo, já não podemos mais pensar os grandes processos da vida moderna como estando centrados apenas nos indivíduos, uma vez que as sociedades se tornavam cada vez mais complexas. O desenvolvimento de uma identidade moderna passava pela construção da concepção do individualismo associada a esse contexto do Estado-nação e das grandes massas.<sup>59</sup> Segundo Stuart Hall:

as leis clássicas da economia, política, da propriedade, do contrato e da troca tinham que atuar, depois da industrialização, entre as grandes formações de classes do capitalismo moderno. O empreendedor individual da *Riqueza das nações* de Adam Smith ou mesmo d'*O Capital* de Marx foi transformado nos conglomerados empresariais da economia moderna. O cidadão individual tornou-se enredado nas máquinas burocráticas e administrativas do estado moderno. Emergiu então uma concepção mais social do sujeito. O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e definido no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras das sociedades modernas.<sup>60</sup>

Percebe-se que outra característica desse período diz respeito à mudança radical de uma estratégia racional e instrumentalista para uma estratégia mais conscientemente estética de realização de metas iluministas. Essa busca da experiência estética com fim em si mesma se tornou, com efeito, o marco do movimento romântico, gerando uma onda de subjetivismo radical e individualismo desenfreado. Assim, artistas, escritores, arquitetos, compositores, poetas, pensadores e filósofos teriam papel criativo e de vanguarda ao desempenhar a essência da humanidade.

<sup>56</sup> GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade... p. 21.

<sup>57</sup> GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade... p. 26.

<sup>58</sup> HARVEY, David. Modernidade e Modernismo... p. 28.

<sup>59</sup> HALL, Stuart. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. In:\_\_\_\_\_. **A identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2004. p. 29.

<sup>60</sup> HALL, Stuart. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno... p. 29 e 30.

Nesses termos, Harvey aponta Charles Baudelaire como quem melhor teria representado a definição do artista moderno. O poeta é visto como alguém capaz de concentrar a visão em elementos comuns da vida na cidade, compreendendo suas qualidades fugidias e, ainda assim, extrair todas as sugestões de eternidade contidas nesse momento fugaz.<sup>61</sup>

Mas os estilos literários, tanto do naturalismo como do realismo, mostraram-se insuficientes para representar a efemeridade do eterno e imutável. Assim, os artífices dessa nova concepção estética tiveram de encontrar uma forma especial de representá-la. Segundo Harvey, o modernismo se preocupava com a linguagem e com a descoberta de alguma modalidade especial de representação de verdades eternas, ficando a realização do indivíduo dependente de uma inovação na linguagem e nas formas de representação. O autor acrescenta ainda que:

se a palavra era de fato fugidia, efêmera e caótica, o artista tinha, por essa mesma razão, de representar o eterno através de um efeito instantâneo, tornando “a tática do choque e a violação das continuidades” esperadas vitais para chegar ao destino a mensagem que o artista desejava transmitir.<sup>62</sup>

Anthony Giddens admite essa mesma ideia ao propor que, para a vida humana, a linguagem seria o meio original e principal do distanciamento no tempo e no espaço, o que elevaria a humanidade e suas atividades para além do imediatismo da experiência dos animais. Giddens compara os estudos de Lévi-Strauss e Walter Ong acerca da linguagem apontando que o primeiro defende que a linguagem seria uma máquina do tempo, que permitiria a reencarnação das práticas sociais através das gerações, tornando possível, ao mesmo tempo, a diferenciação de passado, presente e futuro; já o segundo afirma que as culturas orais têm de investir pesadamente no registro do passado de suas instituições altamente conservadoras e que seguem fórmulas relativamente invariáveis e calculadas para preservar o conhecimento conquistado das experiências passadas. O que deve receber destaque é a conexão entre os tipos dominantes de mídia e as transformações espaço-temporais.<sup>63</sup>

A modernidade, assim como outras correntes, é inseparável de sua própria mídia, dos textos impressos ao sinal eletrônico. Conforme sugerido por Giddens, o estabelecimento e a expansão das instituições modernas estão diretamente relacionados ao imenso aumento na mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciam. Os livros, inicialmente feitos à mão, passando de pessoa para pessoa, estavam atrelados, principalmente, à tradição clássica. Com o advento da prensa de Gutenberg, essa produção ganha ressonância e escapa à exclusividade dessa categoria. Nesse sentido, pode-se alegar que a imprensa teria sido uma das

---

<sup>61</sup> HARVEY, David. Modernidade e Modernismo... p. 29.

<sup>62</sup> HARVEY, David. Modernidade e Modernismo... p. 30.

<sup>63</sup> GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade... p. 29.

principais influências no surgimento do Estado moderno e de outras instituições da modernidade.<sup>64</sup>

Os Estados modernos podem ser vistos como sistemas reflexivamente monitorados, os quais seguiam políticas e planos coordenados numa escala geopolítica, mesmo não atuando no sentido estrito do termo. Para Giddens, o que distingue as organizações modernas não seria tanto o seu tamanho, mas, antes, o seu caráter burocrático quanto ao monitoramento reflexivo que elas permitem implicar. Essa vigilância refere-se à supervisão e ao controle de classes subalternas, sob uma perspectiva foucaultiana, assumindo controle da forma de supervisão, usando informações para coordenar as atividades sociais.<sup>65</sup>

Diante desse contexto, pode-se inferir que o modernismo surge como um fenômeno, em grande parte, urbano. Ele estaria intimamente ligado à forte migração para os centros urbanos, com várias cidades superando a marca de um milhão de habitantes no final do século XIX, bem como à industrialização, à mecanização, e à reorganização maciça dos ambientes constituídos e dos movimentos urbanos de base política. Harvey compreende o modernismo, nesse sentido, como uma arte que encontrava seu *habitat* natural nas cidades.<sup>66</sup>

No livro *Paris, capital da modernidade*, David Harvey aponta que, juntamente com Baudelaire, Honoré Balzac teria sido um dos observadores mais perspicazes dessas mudanças e desse período em Paris. Conforme esclarece, Balzac conseguia narrar em prosa, utilizando-se da figura do *flâneur*, e colocou os mitos da modernidade sob o microscópio.<sup>67</sup>

Pode-se dizer que Paris seria a personagem principal de grande parte de seus escritos, o crescimento rápido e aparentemente caótico tomava vida na cidade no século XIX, uma cidade difícil de decifrar, decodificar e representar. Balzac registrava muita coisa a respeito de seu mundo material e dos processos sociais que fluíam do seu entorno, ele explorava diferentes maneiras de representar tal mundo, ajudando a moldar a imaginação do que a cidade era e do que poderia se tornar, analisando alternativas e possibilidades por meio de evocações do jogo do desejo humano em relação às formas sociais, às instituições e às convenções. Harvey decodificou a cidade tornando-a legível e propiciando maneiras de captar, representar e moldar processos de mudança urbana que pareciam rudimentares e que eram muitas vezes disruptivos.<sup>68</sup>

---

<sup>64</sup> GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade... p. 29 e 30.

<sup>65</sup> GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade... p. 21.

<sup>66</sup> HARVEY, David. Modernidade e Modernismo... p. 34.

<sup>67</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade". A Paris de Balzac. In: \_\_\_\_\_, **Paris a capital de modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Boitempo, 2015. p. 43.

<sup>68</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 43.

O escritor francês destaca, em sua obra, grande contraste entre o passo vagaroso da vida provincial e rural e a correria diária de Paris - uma cidade que, na sua percepção, era desprovida de moral, de princípios e de sentimentos genuínos. No vazio da vida burguesa, pequenos, médios e grandes se digladiavam pela necessidade de dinheiro, glória e diversões. A circulação do capital estava no comando, assim como o sistema de crédito, e ambos seriam os fios condutores do poder nessa nova sociedade.<sup>69</sup>

A estrutura de classes permeava toda a cidade, onde se encontrava um padrão espacial e uma ordem moral para cada circunscrição. Em uma consciência abrangendo ambiente e personalidade, a ecologia da cidade e a personalidade de seus habitantes tornaram-se imagens espelhadas umas das outras.<sup>70</sup>

Todo esse enquadramento que a vida pública e o ambiente citadino trariam é visto como desgastante para o escritor, que postula (por assim dizer, de modo utópico) uma vida estável na intimidade, como um lugar idílico e seguro, distante da turbulência do mundo e protegido da reificação.<sup>71</sup>

Para além disso, no mito burguês da modernidade, o ideal de aniquilação do espaço e do tempo - eterno desejo capitalista e burguês - estaria sendo construído nesse momento. Segundo Harvey, sob essa ótica, a conquista e domínio do mundo apareceria como uma expressão deslocada, porém, sublime do desejo sexual em inúmeras fantasias capitalistas.<sup>72</sup>

A figura do *flâneur* de Balzac tem destaque ao mapear o terreno da cidade, evocando suas características vivas, tornando-a legível. Mais do que um simples observador errante, ele tem o propósito de buscar e desvendar mistérios das relações sociais da cidade, penetrando em seu fetiche<sup>73</sup> - fetiche esse que seria o hábito humano de atribuir poderes mágicos e misteriosos às coisas banais do mundo a nossa volta. Sob o ângulo do capitalismo, os objetos e as coisas estariam impregnados de significados sociais, pois seriam resultado da incorporação social do trabalho e da ação humana. Nesse caso, com o fetichismo da mercadoria, o dinheiro conferiria poder social sobre seu detentor. A cidade capitalista seria necessariamente um objeto de fetiche, não por ser construída tendo a circulação de mercadorias como base, mas pelo fato de suas ruas, bairros, apartamentos, escadas e portas estarem impregnados de significado social.<sup>74</sup>

Segundo argumenta-se, a ideia de modernidade teria encontrado nas cidades século XIX

---

<sup>69</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 54 e 56.

<sup>70</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 68.

<sup>71</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 71.

<sup>72</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 76.

<sup>73</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 84.

<sup>74</sup> HARVEY, David. "Os mitos da modernidade" ... p. 82.

e nos seus contextos sociais, políticos e econômicos terreno fértil para seu desenvolvimento. Corroborando tal teoria, o historiador Eric Hobsbawm elucida em seu livro *A Era do Capital – 1848-1875* que a cidade era o mais impressionante símbolo exterior do mundo industrial, fazendo-se exceção à estrada de ferro. Entretanto, ele destaca que é importante observar a diferença entre a cidade provinciana e a cidade capitalista. A primeira é essencialmente comercial e, a segunda - na medida em que o comércio domina o trabalho produtivo -, uma cidade-fábrica. Na primeira metade do século XIX, poucas cidades atingiram mais de quinhentos mil habitantes. Contudo, na segunda metade do mesmo século, havia capitais que cresceram com extraordinária rapidez, das quais podemos destacar: Viena, Berlim, Paris e Londres.<sup>75</sup>

Hobsbawm declara que essas grandes cidades, apesar do grande número de fábricas que apresentavam, não eram exatamente centros industriais, mas, sim, centros de comércio, transporte, administração e de uma multiplicidade de serviços que atraía grande concentração de pessoas. A maioria desses habitantes eram trabalhadores, o que garantia, nas palavras do autor, uma boa porcentagem de classe média e baixa classe média. Assim,

para os planejadores de cidades os pobres constituiriam uma ameaça pública e suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares que levariam os pobres dos bairros populosos a procurarem habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitizados e certamente menos perigosos.<sup>76</sup>

Além do mais, segundo o autor, para os construtores, se comparados aos ricos, com suas lojas especializadas e distritos de comércios e sólidas casas e apartamentos para a classe média, os pobres constituíam um mercado que não promovia lucro. Esse grupo subalterno ocupava os distritos centrais das cidades, abandonados pelas classes mais elevadas, ou em lugares construídos.<sup>77</sup>

Paradoxalmente, enquanto a classe média crescia, drenando recursos para seu próprio sistema habitacional, para os bairros de classe operária dedicava-se, relativamente, poucos recursos. Se no primeiro ambiente se destacam escritórios, lojas de departamento e prestigiosos edifícios – característicos do desenvolvimento da época –, no segundo, os investimentos aparecem nas formas gerais de despesas públicas, pavimentação, esgotos, iluminação, entre outras utilidades. Para Hobsbawm, no mercado imobiliário de massa inglês, a única exceção feita era a de pequenas lojas, principalmente as tavernas, pois, na medida em que as pessoas se

---

<sup>75</sup> HOBBSAWM, Eric. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora. In: **A Era do Capital, 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 23ª ed. São Paulo. Paz & Terra, 2015. p. 319 a 321.

<sup>76</sup> HOBBSAWM, Eric. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora... p. 322.

<sup>77</sup> HOBBSAWM, Eric. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora ...p. 322.

urbanizavam, suas antigas tradições e práticas de lazer e divertimento, trazidas do campo, tornavam-se irrelevantes.<sup>78</sup>

Como resultado, na medida em que as cidades cresciam, esses centros urbanos passavam, a partir do século XVIII, a se apresentar como um espaço possível para que o homem desenvolvesse sua própria riqueza e sua civilização. Esse crescimento, bem como o ideal de civilização, foram balizados pelo cientificismo e pela razão, representados pelas máquinas e pelos ideais iluministas.

A historiadora Marieta Pinheiro de Carvalho afirma que as mudanças que surgiram no século das Luzes se fizeram expressar no ambiente específico das cidades. A cidade, portanto, tomaria para si a missão de difundir os ideais da razão e da ilustração, incorporando, através da arquitetura, a preocupação de cuidar não somente da estética, mas, também, da ordenação e da racionalização dos espaços das cidades.<sup>79</sup>

Ainda que apresente um período de desenvolvimento diferente daquele do trabalho elaborado pela autora, que se dedica ao início do século XIX, este trabalho se aproxima da concepção de Marieta Pinheiro de Carvalho, posto que defende que os conceitos que orientaram a visão de cidade ilustrada seriam os de beleza, higiene e circulação, além da ideia de bem-estar e da busca pela felicidade, uma vez que os princípios norteadores do espaço urbano se mantiveram, ao longo do século XIX, pautados nos ideais de racionalidade, higiene, salubridade e beleza, orientados pelo pensamento Ilustrado. Ademais, observa-se que, em todo o século XIX, a preocupação com a salubridade nos espaços urbanos estaria ligada ao interesse médico e à preocupação de se evitar epidemias provenientes das precárias condições urbanas.<sup>80</sup>

Marieta Pinheiro de Carvalho pontua também que a percepção de cidade mudaria no século das Luzes. Ela indica que a *Encyclopédie*, organizada por Diderot e D'Alambert, confere ao vocábulo *cidade* uma acepção tradicional, que valorizava os limites impostos pela cidade. Entretanto, ela nota haver, em algumas partes do verbete, a interferência do pensamento científico. A racionalidade apareceria através da matemática: no traçado das ruas retas e perpendiculares; na necessidade de a praça se encarregar de concentrar os principais edifícios e de atender à proporcionalidade do número de habitantes; além de outras características como ser um lugar plano, a edificação de muralhas, e a limitação de espaços para as casas.<sup>81</sup>

<sup>78</sup> HOBSBAWM, Eric. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora... p. 322 a 324.

<sup>79</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2003. p. 15.

<sup>80</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821)** ... p. 16

<sup>81</sup> CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte**

Patrícia Vargas Lopes de Araújo, outra estudiosa do assunto, sugere que, ao se vincular a cidade a uma determinada concepção de mundo, deve-se compreender que ela seria representativa ou visualizadora de conceitos, fossem eles físicos ou embutidos em uma dimensão mais abstrata. Segundo argumenta, os valores interfeririam na organização do espaço e nas atitudes e comportamentos sociais.<sup>82</sup>

Com o iluminismo ligado a esse conjunto de valores, conceito e utopias, Araújo defende que a noção de civilização estaria unida à de progresso e remeteria a uma concepção de sociedade ideal que, por sua vez, aludiria ao constante caminhar dos povos, com vistas à promoção do bem estar de toda uma sociedade. Esse ideal de civilização teria como essência o aprimoramento da condição humana, rompendo com a barbárie e atingindo o ideal de prosperidade pública. Todavia, observa-se que, em finais do século XVIII, o termo não se restringiria às distinções de grupos ou classe, mas assumiria uma conotação referente às diferenças dos povos e nações.<sup>83</sup>

Para além disso, constata-se que, entre os séculos XVIII e XIX, as elites intelectuais e políticas apresentariam uma grande preocupação com relação a essas noções de modernização e civilização. Tal preocupação apresentou, como reflexo, o incremento no número de projetos para a reestruturação das cidades que atendessem às demandas dessa classe social. Esses projetos, orientados pelo racionalismo e cientificismo, visavam implementar o ideal de cidade máquina, que atenderia às demandas econômicas e políticas claramente identificadas pela intensificação de um movimento de fluxos e do controle desse conjunto.

### **1.3 A identidade moderna nos projetos urbanos, a Paris de Haussmann como referência de planejamento urbano**

O pensamento iluminista e a racionalização científica, desenvolvidos durante o século XVIII e consolidados no século XIX, acabaram por perpassar e influenciar outras esferas, sendo aplicados ao contexto do controle da natureza e do espaço para um melhor desenvolvimento do ser humano. O processo de concentração de pessoas nas cidades, promovido pelo Mercantilismo e, mais tarde, pela Revolução Industrial, forçou o convívio de pessoas de classes sociais e meios diferentes num mesmo espaço. Nesse processo desenfreado de urbanização,

---

portuguesa (1808-1821) ... p. 19 e 20.

<sup>82</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Campanha da Princesa: urbanidade civilidade em Minas Gerais, 1798-1840** ... p. 25.

<sup>83</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Campanha da Princesa: urbanidade civilidade em Minas Gerais, 1798-1840** ... p. 27 e 28.

alguns estudiosos enxergaram a necessidade de aplicar a mesma racionalidade das ciências do período aos espaços de vivência do ser humano.

Richard Sennett mostra como a concepção iluminista influenciou as análises urbanísticas, comparando o elo entre os estudos desenvolvidos acerca do corpo humano, a anatomia e as cidades. Para ele, na segunda metade do século XVIII, o novo discernimento acerca das impurezas e o cuidado com a limpeza do corpo começaria a se tornar presente na mentalidade da época, particularmente para os integrantes das classes médias urbanas.<sup>84</sup> Tais mudanças foram acompanhadas de uma série de leis de saúde pública. Tomando como ponto de partida a ideia de um corpo saudável, limpo e que se deslocava com total liberdade, desenvolveu-se um desenho urbano prevendo uma cidade que funcionasse também assim. A teoria médica a respeito da circulação conferiu um novo sentido à ênfase da locomoção. Numa perspectiva formal de deslocamento em direção a um objetivo, termos como “artéria” e “veia” entraram para o vocabulário urbano no século XVIII.<sup>85</sup>

Segundo Sennett, o desenho urbano do século XIX tanto promoveu a circulação de grande número de indivíduos, mercadorias e riquezas quanto incapacitou o movimento de grupos ameaçadores surgidos com a Revolução Francesa. Inspirados nos iluministas, que concebiam as cidades como artérias e veias, os modernistas desenvolveram novos usos para esse imaginário, de modo que o indivíduo não seria mais agitado pela multidão, mas protegido por ela.<sup>86</sup>

O período histórico justifica também o temor que as autoridades adquiriram das multidões. A Era das Revoluções, assim chamada por Eric Hobsbawm, havia deixado chagas ainda recentes no poder absolutista europeu. Na França, os fantasmas das revoluções de 1830 e 1848 preocupavam as pessoas que ainda traziam na memória a Grande Revolução do tempo dos seus avós. Para evitar episódios parecidos, Napoleão III, em meados do século XIX, idealizou a reconstrução da cidade, empreitada essa que teria ficado a cargo de Haussmann.<sup>87</sup> Nas palavras de Sennett:

Haussmann levou a cabo o maior esquema de redesenvolvimento urbano dos tempos modernos, destruindo boa parte da malha medieval e da Renascença; retas, as novas vias ligavam o centro da cidade aos distritos. No mercado central de Paris ele usou um novo material de construção, o ferro fundido – gritando para Baltard, seu arquiteto: “Ferro! Ferro! Nada senão ferro!”<sup>88</sup>

<sup>84</sup> SENNETT, Richard. *Corpos em Movimento – A revolução de Harvey*. In: \_\_\_. **Carne e Pedra – O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003. p. 219.

<sup>85</sup> SENNETT, Richard. *Corpos em Movimento – A revolução de Harvey*... p. 220.

<sup>86</sup> SENNETT, Richard. *Corpos em Movimento – A revolução de Harvey*... p. 265 e 266.

<sup>87</sup> SENNETT, Richard. *Corpos em Movimento – A revolução de Harvey*... p. 268.

<sup>88</sup> SENNETT, Richard. *Corpos em Movimento – A revolução de Harvey*... p. 269.

De acordo com Harvey, visando criar um mito inovador e tentando garantir a ideia de que não haveria alternativa para o autoritarismo benevolente do Império, Haussmann cria um mito de ruptura total entorno dele próprio e do imperador, ignorando algumas ordens do mesmo.<sup>89</sup> Mas, em uma troca de cartas com ele, Haussmann também reconheceu que uma das características mais notáveis das tendências modernas seria a de buscar no passado uma explicação para o presente e uma preparação para tendências do futuro.<sup>90</sup>

Antoine Picon afirma que o pensamento do engenheiro de Haussmann afigura-se, em certos aspectos, como herdeiro das preocupações oriundas do século XVIII, referentes principalmente à circulação, como observamos a seguir:

Uma mesma preocupação com o controle dos fluxos tanto naturais quanto humanos se manifesta, todavia, das cidades ideais do final do século XVIII às especulações sansimonistas. Nos dois casos, trata-se de propiciar a fácil circulação do ar, da luz, dos homens e das mercadorias. Mas, enquanto as primeiras recorrem a uma regularidade geométrica que lembra as regras da composição arquitetural, as segundas rejeitam-na como definitivamente ultrapassada. Tal mutação não deixa de se ligar, já observamos, com a emergência de uma nova ciência do engenheiro no decorrer da primeira metade do século XIX, uma ciência baseada numa abordagem analítica dos problemas e em sua resolução por meio do cálculo integral e diferencial, em vez de apoiar-se, como outrora, na consideração de relações puramente geométricas. A modelização acurada dos movimentos e fluxos constitui uma das principais contribuições dessa ciência. Ao mesmo tempo, o ideal da regularidade tende a ser substituído pela busca de uma regulação dinâmica das circulações várias que irrigam a cidade. Esse ideal de regulação, no entanto, pretende-se compatível com os preceitos da cidade medieval, com a variedade e o pitoresco de suas ruas e arquiteturas.<sup>91</sup>

O sansimonismo, movimento de engenheiros preconizados por Saint-Simon, também deixou suas marcas e contribuiu para toda uma frente de reflexão e para as novas práticas da arquitetura do século XIX, dado que buscava um equilíbrio harmonioso entre razão e sentimento, ciência e arte, técnica e inspiração poética. A ideia de progresso esboçada por esses engenheiros traduz-se em uma metrópole, uma cidade de interligações, mas também de eventos urbanísticos, dignos de uma idade do ouro. Dessa maneira, se mostravam contrários às fortificações, que poderiam comprometer a comunicação do fluxo, e favoráveis às estradas de ferro, que reforçavam a comunicação.<sup>92</sup>

Mesmo assim, segundo Picon, não podemos considerar o ideário sansimonista como uma fonte de inspiração direta para os engenheiros haussmannianos, mesmo em face de algumas continuidades ligadas à questão dos fluxos e à rede de parques e lugares de passeio.

<sup>89</sup> HARVEY, David. Modernidade como ruptura. *In: Paris a capital de modernidade*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 23.

<sup>90</sup> HARVEY, David. Modernidade como ruptura... p. 25.

<sup>91</sup> PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a gênese da haussmannização. *In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001. p. 79 e 80.

<sup>92</sup> PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a gênese da haussmannização... p. 85.

Não mais existiria a ambição de regenerar a sociedade por intermédio dos indivíduos, ela seria substituída por um desejo de pacificação social, fundada no reconhecimento de segmentações irreduzíveis complexas do corpo social. Nesse âmbito, o ideal de conciliação, que passa pela disponibilização de um mínimo de recursos para diferentes classes, substituiria a ênfase dada à formação do sentimento moral individual.<sup>93</sup>

Segundo Sennett, o barão Haussmann, partindo dessas premissas e valendo-se de compasso e régua para calcular o traçado das ruas, adaptou os princípios lineares usados pelos romanos, subindo em altas torres de madeira construídas para avaliar o que deveria ser demolido. Em virtude do temor das multidões rebeladas, na região norte, por exemplo, onde estavam situados os bairros operários, oficinas e pequenas fábricas, Haussmann atravessou essas áreas, dividindo os pobres com largas avenidas. Por meio delas ele almejava tornar possível a passagem de carroças militares de modo a facilitar o trabalho da milícia de reprimir qualquer revolta.<sup>94</sup> Segundo Sennett, os projetos geométricos de Haussmann dividiam Paris em três redes:

A primeira abrangia o emaranhado de vielas que remontava à antiga cidade medieval; aí, os esforços da reurbanização concentraram-se na região próxima do Sena, retificando o traçado viário e adequando-o às carruagens. A segunda, entre o centro e a periferia, para além das vias chamadas *octroi*, passou a subordinar-se à administração municipal, tão logo seus acessos foram integrados à malha central. Finalmente, a terceira era a mais amorfa, consistindo das intercessões das principais rotas que davam acesso à cidade e dos elos entre as duas anteriores.<sup>95</sup>

Partindo destes pressupostos, entende-se que, fundamentados nas ideias de controle que buscavam regular os grandes traçados e as áreas de lazer, os projetos de modernização de Paris desenvolvidos por Haussmann e seus engenheiros transformam a cidade em uma grande máquina. A grande incongruência dessa modernização reside no fato de o prefeito do departamento de Sena sustentar, através do mito de ruptura, a destruição criativa da cidade de Paris, que, por fim, não chegou a ocorrer, pois é possível observar algumas das qualidades essenciais desenvolvidas por outros movimentos transformadores, como o dos iluministas e dos sansiornistas.

O movimento reformista de Paris, preconizado pelo barão de Haussmann, acabou influenciando diversos outros projetos de urbanização pelo mundo ao longo do século XIX e no início do século XX. Além de balizar as modificações sanitárias promovidas em grandes capitais, como Londres, Nova Iorque, Madri, Barcelona, Berlim, Chicago, São Petersburgo, Filadélfia, Manchester Birmingham, Moscou Boston, Glasgow, Rio de Janeiro, Recife,

<sup>93</sup> PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a gênese da haussmannização... p. 86.

<sup>94</sup> SENNETT, Richard. Corpos em Movimento – A revolução de Harvey... p. 269.

<sup>95</sup> SENNETT, Richard. Corpos em Movimento – A revolução de Harvey... p. 270.

Salvador, Vitória e São Paulo, com a intenção de transformá-las em metrópoles, a ideia de urbanização estimulou também a construção de novas capitais que atendessem à perspectiva higienista, entre as quais estão La Plata e Belo Horizonte.

#### **1.4 O modelo urbanístico de Belo Horizonte: racionalização e controle na Belle Époque brasileira**

A partir da queda do Império e do advento da República no Brasil, as elites articuladoras das mudanças que vinham sendo implantadas pretendiam construir uma nação moderna, abandonando a monarquia, considerada por muitos como retrógrada, escravista e sincrética. Na virada do século XIX para o século XX, muitos brasileiros experimentavam, pelo menos na capital federal e nas grandes cidades, uma sensação de aceleração e vertigem, provocada pelo progresso. Em contrapartida, nesse mesmo período, constata-se que a maior parte da população do Brasil ainda vivia no marasmo das vilas do interior e fazendas do sertão.

Margarida de Souza Neves apresenta a concepção de que uma lógica paradoxal relacionava e diferenciava ao mesmo tempo esses dois cenários acima mencionados.<sup>96</sup> Partindo dessa premissa, pode-se atestar a existência de dois Brasis durante esse período. Um, primeiro, em que o projeto civilizador e republicano abarcava a sociedade, trazendo o aspecto da aceleração e dinamismo. E um outro que representava os rincões, sob controle das oligarquias, onde o Estado e a cidadania republicana não operavam.

As cidades brasileiras refletiam o quadro político, econômico e social do Império, que ainda apresentava aspectos da herança colonial. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, as obras realizadas pelos portugueses no Brasil, mesmo que em seus melhores momentos, sempre tiveram caráter de feitorização, já que não era conveniente fazer grandes obras na colônia que não produzissem lucro imediato ou que resultassem em prejuízo para a metrópole.<sup>97</sup> Em virtude disso, segundo o autor, o esquema retangular espanhol não chegou a se manifestar no Brasil, tudo era irregular e as casas se achavam dispostas segundo o capricho dos moradores. Em São Vicente e Santos, as casas ficavam em tal desalinho que o governador-geral considerou inviável a construção de um muro que protegesse as duas cidades. Até mesmo o Rio de Janeiro, que

---

<sup>96</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs) **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 16.

<sup>97</sup> HOLANDA, Sergio Buarque. O Semeador e o Ladrilhador. *In*: \_\_\_\_\_. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. p. 107.

contava com poucos empecilhos naturais, teve seu esboço em esquema retangular tratado como ilusório.<sup>98</sup>

Na República, surge, conseqüentemente, a necessidade de se construir um espaço público legitimador do poder, sendo que a cidade seria considerada o espaço de sua representação. O desejo de se distinguir da antiga ordem rural, colonial e arcaica fora coroado com a consolidação de uma cultura de reforma, embasada na ciência e na técnica, a fim de reorganizar a sociedade.<sup>99</sup>

É importante ressaltar que esse ideal de modernização – caracterizado por um ritmo de vida que parece acelerar-se e pelas tecnologias que, por um lado, encurtam distâncias e, por outro, ampliam o contato entre os seres humanos - não é pura e simplesmente transferido do continente europeu para os países periféricos, como o Brasil. O processo de aceitação dessa concepção evolucionista e linear da História engendrava colocar, em primeiro plano, algumas facetas menos edificantes do espírito do tempo, tais como o etnocentrismo e o desrespeito aos valores das diversidades culturais.<sup>100</sup>

No caudal dos ideais modernos, o Brasil, mesmo que timidamente, apresenta novidades desse tempo desde a década de 1860. Nas Exposições Universais, as quais ocorriam periodicamente na Europa e nos Estados Unidos e se tornavam marcos que monumentalizariam as ideias modernas, pode-se excogitar a participação brasileira desde 1862.<sup>101</sup> Esse fato evidencia, ademais, a existência de grupos que não se preocupavam apenas em importar e copiar as ideias vindas de fora, mas trabalhavam, também, para desenvolver as suas próprias em meio ao espírito de elevação da época.

Segundo Heliana Angotti Salgueiro, os engenheiros e médicos reformadores que atuaram no Brasil no século XIX, impulsionados pelo mito do progresso, partilharam do desejo universal de modernizar as cidades. Em meio às representações de regeneração ou recomeço, desenvolveu-se a consciência de que era necessário romper com o passado e adotar medidas urbanas próximas daquelas dos países do “mundo civilizado”.<sup>102</sup>

A criação de Belo Horizonte ocorreu envolta por essa atmosfera mental, em que segmentos da elite buscavam colocar em prática os ecos da modernização europeia. Para tanto,

<sup>98</sup> HOLANDA, Sergio Buarque. O Semeador e o Ladrilhador... p. 109.

<sup>99</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. (orgs). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996. p. 50 e 51.

<sup>100</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX... p. 23 e 24.

<sup>101</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 24 e 25.

<sup>102</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001. p. 135.

em Minas Gerais, buscou-se, na identificação com a luta libertária inconfidente, certa tradição republicana que pudesse legitimar o novo modelo político adotado no Brasil através do seu encontro com as origens e os heróis nacionais.

Por esse viés, depreende-se que, em Minas Gerais, buscou-se na identificação com a luta libertária inconfidente a tradição republicana e a legitimidade da política, por meio de seu encontro com as origens e com os heróis nacionais. A construção da nova capital significaria, portanto, a justificativa e glorificaria a recomposição entre a tradição e o futuro.<sup>103</sup>

A historiografia que trata dos interesses, debates e disputas que circundavam os projetos de manutenção da capital mineira em Ouro Preto ou de sua mudança para outras possíveis áreas, elucida a existência de dois principais grupos políticos: de um lado, os mudancistas, representados pela república progressista e pelo Estado, porta-vozes de uma cultura urbano-industrial; e, do outro, os antimudancistas, reacionários e conservadores de caráter tradicional. As disputas também se deram entre as bases regionais, de modo que as regiões Sul, Zona da Mata e Central ora atuavam em dissonância ora em consonância.<sup>104</sup>

A eleição do Congresso Constituinte Mineiro representa bem o que foi a expressão das lutas internas dominantes no Estado. Em meio a suas disposições transitórias, estabeleceu no Art. 13 o decreto da “mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade”.<sup>105</sup>

Determinada a necessidade da desconjuntura da capital da cidade de Ouro Preto, a solução para os embates da localidade das instalações da nova sede do governo de Minas Gerais se daria através de um viés técnico. A CCNC, chefiada pelo engenheiro Aarão Leal de Carvalho Reis, buscou, em sua proposta de trabalho, a escolha de um local higienizado, ordenado e moderno, segundo padrões franceses, especialmente os de Paris.<sup>106</sup> Essa relação fica explicitada na formação dos integrantes da CCNC, conforme lê-se, a seguir:

Aarão Reis, que organiza os estudos preliminares e traça o plano da cidade, alicerça seus conhecimentos nas Luzes – passando pelo pensamento sansimonista e pelo positivismo, ambos cultivados na Escola Politécnica do Rio; e também porque José de Magalhaes, que será o autor dos projetos de arquitetura oficial, foi um dos raros brasileiros que frequentaram a Escola de Belas Artes de Paris – instituição de cujos modelos e métodos de composição ele se apropria, adaptando-os à realidade dos canteiros de obra do país.<sup>107</sup>

<sup>103</sup> MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho - uma capital para a república. In: DUTRA, Eliana de Freitas. (orgs). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996. p. 13.

<sup>104</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano 43, nº 2, julho/dez. 2007. p.32.

<sup>105</sup> MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho - uma capital para a república... p. 37.

<sup>106</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa... p 37.

<sup>107</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 137 e 138.

Salgueiro afirma que os “Relatórios de estudo das localidades indicadas para a escolha da capital e a planta da cidade revelam semelhanças, embora não sincrônicas, se comparado às memórias descritivas regionais francesas”. Segundo aponta, é evidente a influência de Jean Reynaud e Michael Chevalier<sup>108</sup> nos temas sobre salubridade, centralização geográfica e econômica, na necessidade de uma rede de circulação, bem como na referência às obras de Haussmann e a outras experiências urbanísticas, como as de Chicago e São Petersburgo.<sup>109</sup>

Letícia Julião reforça essa ideia, pois, para ela, a CCNC teve uma atuação fiel aos mandamentos urbanísticos consagrados na Europa. Conforme explica, os técnicos da Comissão de Estudos e, mais tarde, da CCNC, investigaram com minuciosidade o sítio da futura construção da capital, levantando empiricamente informações sobre o clima, solo, condições de salubridade, recursos naturais etc. Deparando-se com uma paisagem pouco povoada, a CCNC partilhava do pressuposto de que era necessário conhecer para ordenar e, assim, antecipar no mundo físico o desenho de uma nova ordem social.<sup>110</sup>

Heliana Angotti Salgueiro, em sua análise dos relatórios da CCNC, corrobora essa ideia. De acordo com seu estudo, a ligação orgânica entre a ciência e a política obcecava também o Brasil, onde médicos e engenheiros eram objetos de inúmeros projetos discutidos na imprensa. Saneamento e embelezamento eram evocados no discurso racionalista sobre as cidades capitais. O relatório da escolha da localidade ressalta as melhorias de higiene e conforto para a vida urbana trazidas pela ciência e pela indústria modernas, além do progresso nas condições do sítio para a instalação dos esgotos e dos recursos naturais para a iluminação elétrica e distribuição dos equipamentos no espaço urbano.<sup>111</sup>

Letícia Julião, por sua vez, explica que o engenheiro-chefe contava com plenos poderes, além de ser responsável pelo planejamento e pela construção da cidade, ele estava a cargo da condução administrativa das obras. Sobrepondo-se às vontades políticas e longe de qualquer injunção da sociedade, a capital nascia de uma lógica confinada aos meios técnicos, como produto da prancheta.<sup>112</sup>

Julião ressalta a importância de se destacar o papel de conceitos e procedimentos higiênicos que atuaram nessa concepção científica de cidade. Nesse âmbito, a CCNC executou

---

<sup>108</sup> Tanto Jean Ernest Reynaud, quanto Michel Chevalier frequentaram o curso de Engenharia de Minas, na *École Polytechnique de Paris* e também fizeram parte do movimento sansimoniano.

<sup>109</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 141 e 142.

<sup>110</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa... p. 55.

<sup>111</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 144 e 145.

<sup>112</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 55.

projetos de normatização urbana que orientavam para o abastecimento de água ou para a rede de esgotos; instruía sobre onde localizar equipamentos considerados como possíveis focos de propagação de doenças (cemitério, matadouro etc.) ou qual a largura higienicamente recomendada das ruas, a fim de evitar-se congestionamentos humanos. O preceito higienista prestava-se a produzir e legitimar cientificamente a pretensão do urbanismo de estabelecer o domínio sobre o universo humano e o espaço.<sup>113</sup>

O caráter rígido do projeto de Aarão Reis seria explicado, segundo Salgueiro, pelo peso dos códigos modernos definidos pelos engenheiros brasileiros comprometidos com a crítica à construção das antigas cidades, construídas ao acaso, e, complementarmente, pelo fato de que uma cidade resultante de uma proposta deliberada pudesse se fazer notar pelo aspecto distintivo de ser uma cidade construída com método.<sup>114</sup>

Em ofício, o engenheiro Aarão Reis submete a planta geral da nova capital à aprovação do governo do Estado, justificando a sua disposição da seguinte forma:

organizada a planta geral da futura cidade dispondo-se na parte central, no local do atual arraial, a área urbana de 8.8815.382m<sup>2</sup>, dividida em quarteirões de 120 x 120 m, pelas ruas largas e bem orientadas, que se cruzam em ângulos retos, e por algumas avenidas de 45°. Às ruas fiz dar a largura de 20 m, necessária para a conveniente arborização, a livre circulação dos veículos, o tráfego dos carris e os trabalhos da colocação e reparações das canalizações subterrâneas. Às avenidas fixei a largura de 35 m, suficiente para dar-lhes a beleza e o conforto que deverão, de futuro proporcionar à população. Apenas a uma das avenidas – que corta a zona urbana de norte a sul, e que é destinada à ligação dos bairros opostos – dei a largura de 50 m, para concluí-la em centro obrigatório da cidade e, assim, forçar a população, quando possível, a ir-se desenvolvendo do centro para a periferia, como convém à economia municipal, à manutenção da higiene sanitária e ao prosseguimento regular dos trabalhos técnicos.<sup>115</sup>

Segundo Letícia Julião, esse planejamento procurava materializar um modelo de cidade, no qual o imprevisível e a atuação conflitante dos atores urbanos deveriam ser inibidos por essa gestão técnica do espaço.<sup>116</sup> O estado assumiria o papel de orientar a ocupação do espaço de modo a facilitar os fluxos, a circulação de bens, de mercadorias e da população, e visando impor barreiras e limites que pudessem auxiliar no controle e na fiscalização do cotidiano.

A geometria clara e arejada, que fixava previamente os limites e hierarquizava os territórios, concorria para a higiene coletiva, coibindo proximidades e contágios promíscuos entre os homens e entre esses e os elementos ambientalmente suspeitos. Tal projeto

<sup>113</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 56.

<sup>114</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 153.

<sup>115</sup> Dr. Aarão Reis. Ofício nº 26 ao governo do Estado de Minas Gerais *apud* BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva**: (história antiga e história média). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995. 2 v. p. 251.

<sup>116</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 56 e 57.

arquitetônico revelava e naturalizava a ideia dos perigos da multidão urbana, uma vez que os espaços abertos e iluminados colocavam todos sob a vista de todos os outros. A transparência desse traçado de Belo Horizonte impelia seus moradores a encontros indesejáveis e exposições involuntárias, revelando uma experiência de vigilância mútua na sociedade.<sup>117</sup>

Dessa maneira, as ruas se tornariam balizas no princípio organizador da paisagem da nova capital, subordinando todos os outros elementos urbanísticos aos seus imperativos. Constituindo-se de verdadeiras artérias, a supremacia do traçado de Belo Horizonte assinalava um ajuste às demandas modernas, que requeriam formas apropriadas ao tráfego e à circulação de mercadorias, da multidão e dos veículos. Suas ruas retas, que formavam quarteirões regulares, reforçavam essa concepção de um espaço livre e des congestionado, pronto para sediar o movimento de uma sociedade de massas.<sup>118</sup>

Letícia Julião discorre acerca da importância que a Avenida do Contorno teria para o projeto de Aarão Reis. Em sua análise, salienta que a avenida que circundava a cidade fixava os limites entre a zona urbana e suburbana, além de funcionar como recurso de comunicação e de integração, interligando diferentes bairros da cidade.<sup>119</sup>

A utilização dessa avenida como recurso para a sobrevivência e melhor funcionamento da cidade foi defendida pelo engenheiro Aarão Reis, ao dizer que a:

zona urbana é delimitada e separada da suburbana por uma avenida de contorno, que facilitará a conveniente distribuição dos impostos locais, e que, de futuro, será uma das mais apreciadas belezas da nova cidade. A zona suburbana, de 24.930.803 m<sup>2</sup> - em que os quarteirões são irregulares, os lotes e áreas diversas, e as ruas traçadas de conformidade com a topografia e tendo apenas 14 de largura -, circunda inteiramente a urbana, formando vários bairros e é, por sua vez, envolvida pela terceira zona de 17.474.619 m<sup>2</sup> reservada aos sítios destinados a pequena lavoura.<sup>120</sup>

Para Salgueiro, essa ideia de um *boulevard* periférico que interrompe irregularmente o xadrez e delimita a zona urbana numa forma similar à de Paris torna a planta extremamente interessante. Além de apresentar razões topográficas, essa limitação responde à previsão demográfica da época. Embora inspire a ideia de cidade “acabada” ou fechada”, remontando às utopias do Renascimento, essa via acaba tendo outras funções, como favorecer a circulação e ser útil à taxaço de impostos locais.<sup>121</sup>

Salgueiro ressalta que, através desse projeto, somos tentados a fazer uma aproximaço

<sup>117</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 57.

<sup>118</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 59.

<sup>119</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 59.

<sup>120</sup> Dr. Aarão Reis. Ofício nº 26 ao governo do Estado de Minas Gerais *apud* BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva**... p. 251.

<sup>121</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 156.

da planta de Belo Horizonte à concepção da cidade ideal de Fourier, dividida também em três limites. Para a autora, a planta apresenta a concepção de uma zona suburbana, como uma cidade-jardim, que deveria funcionar como uma transição entre a cidade e o campo. Isso seria devido à fraca densidade das construções previstas para as zonas de periferia em relação à zona urbana, bem como à declarada intenção de se obedecer ao relevo mais acidentado.<sup>122</sup>

O plano de Aarão Reis dedicou-se pouco ao subúrbio, tendo contentado-se apenas em demarcá-lo. Não foram previstas vias que ligassem ambas as zonas, o que prova que essa artéria circular funcionava como um obstáculo concreto, isolando, estrategicamente, a cidade cenário monumental daquela comumente identificada como pobre, perigosa e insalubre.<sup>123</sup>

Tendo por base essa lógica segregacionista, o plano apresentava sinais de atomização urbana, uma vez que tendia a classificar espaços de acordo com funções distintas, isto é, fixavam-se áreas específicas para a moradia, o trabalho, o comércio, o lazer etc. São curiosas inclusive as denominações: Bairro dos Funcionários e Avenida do Comércio. Decretava-se, assim, uma tendência à compartimentalização da cidade, erguendo-se barreiras invisíveis entre as classes sociais, homogeneizando os espaços e eliminando a mistura de pessoas, atividades e coisas.<sup>124</sup>

Esse urbanismo pretendia ser uma força ordenadora da realidade, uma ordem que tentaria formar uma nação, mas que negava a participação dos setores populares através de seus mecanismos de controle social. Os espaços abertos e a geometria clara e orientadora criavam a possibilidade de “iluminar” a turba urbana, expondo-a ao conhecimento e ao olhar vigilante.<sup>125</sup>

Segundo Marcelo Cintra do Amaral, o projeto da cidade havia sido concebido para abrigar uma população máxima de duzentos mil habitantes. Seu planejamento não lhe atribuiu vocação para ser um polo industrial ou econômico, nacional ou regional. Tendo sido pensada para ser a capital do Estado e uma referência regional enquanto lócus do funcionalismo, toda sua estrutura e planejamento seguiriam esse modelo. A zona urbana seria habitada por uma classe média de funcionários e pela elite da cidade, enquanto a ocupação da zona suburbana seria a de uma “zona popular”. A ocupação inicial limitou-se aos funcionários transferidos de Ouro Preto. Inicialmente, a CCNC construtora cedeu ou vendeu lotes situados em uma pequena

---

<sup>122</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 154.

<sup>123</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 60.

<sup>124</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 60 e 61.

<sup>125</sup> JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920) ... p. 61 e 62.

faixa de terra, destinada a comportar uma população inicial de trinta mil habitantes.<sup>126</sup>

Salgueiro defende a ideia de que a CCNC se dedicou à fabricação de uma imagem urbana para Belo Horizonte, o que revelaria, mais uma vez, a proximidade dos seus idealizadores com os teóricos franceses. A autora sugere que caberia à CCNC, e, mais tarde, à prefeitura, fazer com que as regras estéticas do conjunto da cidade fossem observadas.<sup>127</sup> Pode-se, com isso, afirmar que houve, por parte das autoridades administrativas da nova capital, a intenção de se produzir uma paisagem urbana que representasse os ideais de modernização e republicanismo da elite política e econômica mineira.

Salgueiro ainda destaca que a prescrição desses dispositivos nos regulamentos de construção da cidade permitiu uma tipologia de alojamentos padronizada e generalizante, que poderia se aproximar do sistema ornamental graduado indicado por Fourier. Nesse sistema, as casas-tipo levavam em conta as rendas e as categorias dos funcionários, através de formas hierarquizadas em dimensões, distribuição e, sobretudo, na ornamentação das fachadas.<sup>128</sup>

Outro ponto fundamental analisado por Salgueiro, e que ilustra os textos dos fundadores da nova capital mineira, está ligado à imagem negativa dos habitantes do arraial a serem desapropriados. Conforme esclarece, os relatórios contêm traços tanto do darwinismo social quanto das representações utópicas da sociedade, o que mostra que as ideias de uma cidade purificada ainda alimentavam a geração de engenheiros politécnicos brasileiros do final do século.<sup>129</sup>

Adotando os conceitos europeus da forma como lhes convinha, a cidade de Belo Horizonte foi concebida como um polo de atração de habitantes notáveis, oferecendo lugar apenas para os que lhe traziam trabalho, ciência e arte. O que, na prática, resultou, segundo Salgueiro, na ausência de um programa de alojamento para os trabalhadores que chegavam em massa e com uma concepção artificial de progresso segregacionista, circunstâncias essas que impunham uma ocupação centrífuga do espaço urbano. Assim, a ocupação tornou-se mais densa para além do *boulevard* periférico, distribuindo-se de forma desordenada pelos montes vizinhos. Constitui-se, desse modo, uma população a olhar, do alto, a cidade quase vazia, com

---

<sup>126</sup> AMARAL, Marcelo Cintra do. **A mobilidade da cidade aos pedaços: espaço-tempo-corpo dos deslocamentos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, 545 f. v 1 e v 2. Tese. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências. p. 147 e 148.

<sup>127</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 161.

<sup>128</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 162.

<sup>129</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 164.

suas ruas sem história, cortando-se em ângulos retos.<sup>130</sup>

Pelos critérios acima apresentados, pode-se aferir que, embora os projetos de urbanização de outras localidades tenham servido de referência e inspiração, os engenheiros e urbanistas brasileiros do período acabaram por desenvolver concepções modernistas e higienistas adequadas às necessidades e à realidade social e geográfica brasileira, criando, desse modo, uma espécie de haussmannização à brasileira.

Ademais, é importante considerar que, para além da ação da CCNC, através da apresentação e execução de seu projeto, outros esforços se mostraram necessários para se cumprir o propósito de ordenar os corpos e a ocupação dos espaços urbanos pelos habitantes da cidade. Dessa forma, fez-se fundamental compreender o trabalho e o modo de organização das forças policiais, os quais atuaram na remodelação dos corpos sociais.

A polícia, amparada e orientada por determinados estratos da população, foi vista como o arauto, responsável pela defesa e manutenção do discurso higienista. A ela foi atribuída a autoridade e a responsabilidade de garantir a harmonização de conflitos e distorções no projeto modernizador, ocasionados pela vadiagem, mendicância e doenças. Diante do exposto, faz-se de extrema importância analisar tanto o processo de constituição das forças policiais mineiras, considerando as leis que as arregimentavam, quanto o papel que desempenhavam no cotidiano e na manutenção desse projeto ordenador da sociedade.

## **CAPÍTULO 2: AS FORÇAS POLICIAIS MINEIRAS COMO INSTRUMENTOS DE CONTROLE NA ORDEM REPUBLICANA**

Com o advento da república no Brasil, foi possível observar que algumas estruturas políticas seriam reelaboradas, ou, até mesmo, teriam a sua gênese a partir daquele momento. Com a Constituição de 1891, o Brasil passou a ser uma República Federativa Liberal, com um sistema presidencialista, divisão e isonomia dos três poderes, separação entre Igreja e Estado e votos diretos. Nesse contexto, uma das instituições que passaria por grande reestruturação seria a força policial.

Novas leis e decretos que visavam uma melhor organização e, de certa forma, uma profissionalização, foram aprovados e homologados. Assim, toda uma concepção jurídica e institucional desenvolve-se em meio ao fluxo dos acontecimentos do final do século XIX e início do século XX.

---

<sup>130</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas... p. 165 e 166.

Este capítulo tem como objetivo estabelecer quais foram as diretrizes que orientaram as elites brasileiras na composição do aparato político-institucional da Primeira República (1889-1930). E, em seguida, delimitar o conceito de polícia e suas implicações sociais no período citado.

Por fim, através da análise bibliográfica e de fontes como as Coleções das leis e decretos do Estado de Minas Gerais, referentes à força pública; os Relatórios da Secretaria de Polícia, desenvolvidos pelo Chefe de Polícia e entregues anualmente ao Secretário do Interior; além dos Relatórios e Partes Diárias da Guarda Civil, empenhou-se em delinear o percurso histórico vivido pelas instituições que fizeram parte do processo de policiamento do cotidiano da capital mineira.

## **2.1 O pensamento político-institucional na Primeira República (1889-1930)**

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, tem-se início uma nova fase na história política do Brasil, que, de certa forma, refletiu a expectativa que permeava parte da sociedade brasileira de romper com o Império e suas estruturas. Esse evento se dá em meio à continuidade do processo de desgaste da legitimidade do governo imperial, que derivou de crises como a Guerra do Paraguai (1864-1870), o Manifesto Republicano de 1870, e a abolição da escravidão em 1888.

Apesar de adotar um modelo semelhante ao da Constituição dos Estados Unidos, a Assembleia Constituinte enfrentaria a tarefa de inserir e ajustar no Brasil as tradições liberais norte-americanas do federalismo e do individualismo econômico. Além disso, o federalismo seria a grande novidade na Constituição de 1891, pois, conforme afirma Maria Efigênia Lage de Resende em “O Processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”, a inspiração liberal do individualismo político e econômico já havia deixado sua marca nas primeiras décadas do século XIX, na Constituição de 1824.<sup>131</sup>

Entretanto, o que se constata é, na verdade, a impossibilidade de se fazer uma transposição direta dos princípios constitucionais norte-americanos, dada a realidade social e econômica do país. Numa sociedade marcada pela concentração de propriedades e pelo poder

---

<sup>131</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs) **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 93.

associado à posse delas, tem-se uma população hierarquizada pela pobreza, pelo estigma da escravidão e pela cor da pele.<sup>132</sup>

Desse modo, desde o período imperial, o liberalismo brasileiro<sup>133</sup> seria essencialmente conservador, uma vez que vinculava a causa nacional à causa liberal, associando a independência nacional ao governo constitucional, mas mantendo uma participação limitada e restrita da maior parcela da população na política. Ademais, essa visão subsiste na Constituição de 1891, dado que comungava dos valores que negam a igualdade entre os homens.<sup>134</sup>

No que tange aos direitos ligados à cidadania, a Constituição de 1891 contempla os direitos individuais, relativos à liberdade de culto e de expressão de pensamento, de segurança, de igualdade perante a lei e do direito de propriedade em sua plenitude. Entretanto, no que se refere aos direitos políticos, apesar de incluir a liberdade de associação e o direito ao voto sem a necessidade de comprovação de renda, mantém-se excluídos os analfabetos e as mulheres.

Devido a esse contexto histórico da formação do Brasil – que causou a inexistência no país de um verdadeiro padrão de cidadania e, por conseguinte, a ausência de uma relação de identificação entre as garantias jurídicas asseguradas pela legislação oficial, de um lado, e, de outro, o atendimento das necessidades do povo – esse projeto mostrou-se incompatível com a realidade brasileira da época.<sup>135</sup> Silva afirma que:

a despeito da existência de um texto formalmente bem elaborado, que garantia muitos dos princípios basilares do liberalismo da época – direitos individuais, representação política, separação de poderes, federalismo - a realidade institucional e constitucional

<sup>132</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico... p. 98.

<sup>133</sup> Sobre o desenvolvimento das ideias liberais no Brasil ver SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo. Penguin Class Companhia das Letras, 2014.; FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho Franco. *As ideias estão no lugar*, disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2499829/mod\\_resource/content/1/pensamento/MariaSylvia\\_as\\_ideias\\_e\\_stao\\_no\\_lugar.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2499829/mod_resource/content/1/pensamento/MariaSylvia_as_ideias_e_stao_no_lugar.pdf). Acesso em: 05 set 2020; RICUPERO, Bernardo. *Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”*. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a03.pdf>. Acesso em: 05 set 2020 e BRESCIANI, Maria Stella Martins; MOTA, Carlos Guilherme Santos Seroa da. **Liberalismo: ideologia e controle social: um estudo sobre São Paulo de 1850-1910**. 1976. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976; \_\_\_\_\_. *O cidadão da República, liberalismo versus positivismo no Brasil: 1870-1900*, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25973/27704>. Acesso em: 05 set 2020.

<sup>134</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico... p. 98 e 100.

<sup>135</sup> Não é objetivo, no momento, tratar da formação da sociedade brasileira. Entretanto, podem ser citados: José Murilo de Carvalho em CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, Sergio Buarque de Holanda em HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995, Gilberto Freyre em FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001, Vitor Nunes Leal em LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, Boris Fausto em FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001, Lilia Moritz Schwarcz e Maria Heloísa Starling em SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. [S.l: s.n.], 2015, entre outros autores que desenvolveram o tema com maior amplitude.

do país sempre foi muito diferente: constante decretação de estados de exceção, fraudes eleitorais, hipertrofia do poder executivo, dominação do poder central sobre os estados membros, pelo menos sobre a maioria deles (os mais fracos), por meio de constantes intervenções federais, dentre outros.<sup>136</sup>

A incapacidade da Primeira República em lidar com a falência do projeto liberal da Constituição possibilitou que, nas décadas de 1910 e 1920, alguns autores atacassem o idealismo da Constituição por meio de ideias de organização e antiliberalismo. As concepções de Alberto Torres ganharam um campo fértil e, com isso, acabaram por influenciar o pensamento constitucional de Oliveira Viana<sup>137</sup>, professor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro e um dos mais importantes representantes dos autores antiliberais e anti-idealistas.<sup>138</sup>

Apoiado no antagonismo das concepções jurídicas desses grupos políticos, Ricardo Marcelo Fonseca afirma que, no Brasil, o Estado sempre teve uma relação muito tênue com os particulares, argumentando:

uma intervenção radical do Estado na vida privada das pessoas – na ausência de uma genuína ordem jurídica oficial pré-codificação e de um processo revolucionário burguês, que foram fatores que caracterizaram a passagem à época do código na Europa – certamente seria sentida como uma indesejada invasão no âmbito dos valores tradicionais por parte de uma entidade – o Estado – que afinal não tinha tanto a que ver com a vida das pessoas.<sup>139</sup>

Segundo Maria Stella Bresciani, a sociedade em que vivemos teve como sua noção fundante uma matriz liberal ligada à percepção de indivíduo e seus derivados, individualidade/individualismo/identidade individual. Para ela, tal perspectiva teria por base a noção de fronteira social ou coletiva estruturada em um movimento recíproco de proximidade ou distância, onde o afastamento físico seria substituído pelas medidas frequentemente penosas e vexatórias da exposição contínua, forçando os indivíduos a manterem uma distância interior.<sup>140</sup>

<sup>136</sup> SILVA, Virgílio Afonso da. **Ideias e instituições constitucionais do século XX no Brasil: o papel dos juristas**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 111, pp. 229-245, jul./dez. 2015. p. 234.

<sup>137</sup> Francisco José de Oliveira Viana nasceu em Saquarema-RJ em 1883, tornando-se professor da Faculdade de Direito do Estado do Rio de Janeiro no ano de 1916. Uma das ideias centrais sobre a qual se baseou a sua análise é a da incompatibilidade existente entre o liberalismo e a realidade brasileira.

Segundo o autor, o povo brasileiro seria desprovido do senso de solidariedade social e, portanto, incapaz de se congregarem para a defesa de causas de interesse coletivo. Tais deficiências fariam com que os partidos políticos brasileiros não representassem correntes de opinião nem interesses de classes ou segmentos da sociedade. VERBETE BIOGRÁFICO DE FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA VIANA, FGV – CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 26 nov. 2020.

<sup>138</sup> SILVA, Virgílio Afonso da. **Ideias e instituições constitucionais do século XX no Brasil: o papel dos juristas**... p. 236, 236 e 237.

<sup>139</sup> FONSECA, Ricardo Marcelo. A Cultura Jurídica Brasileira e a Questão da Codificação Civil no Século XIX. In: **Revista da Faculdade de Direito** – UFPR, Paraná. n. 44, pp. 61-76. jul./dez. 2006. p. 73.

<sup>140</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Fronteiras em seus limites incertos: multietnias, civilidade e cidadania nas

É importante ressaltar que essa ideia de liberdade, que balizou esse grupo de teóricos ocidentais na virada do século XIX para o século XX, tem sua origem na Grécia Antiga. De acordo com Yonne de Souza Grossi, as figurações da liberdade e da igualdade, naquele contexto, serviram de pressupostos para o agir comunitário no conjunto do espaço livre da palavra e da ação, tornando a vida verdadeiramente digna. Na época clássica, o conceito grego de liberdade consiste em não ser escravo de ninguém, o que significaria a possibilidade de decidir os negócios da República na praça pública. Esse homem público se construiria

na tessitura da liberdade e da necessidade, que na antiga Grécia qualificam as esferas pública e privada. O sentido original de privado circunscreve a esfera da família, relacionada com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, temas por excelência domésticos, definidores das atividades relacionadas ao reino das necessidades humanas, das utilidades e carecimentos. A casa, para o grego, significa ter um lugar no mundo e poder participar de seus negócios. Na vida em família, o chefe impera com poderes despóticos e incontestes. Essa esfera denota estar privado de participação no bem comum e público, que significa a vida na *pólis*; esse espaço identifica familiares e escravos. Pertencer à *pólis*, domínio da esfera pública, representa ter ultrapassado o plano da necessidade e do carecimento, condição para ingressar no reino da liberdade. Este é o reino das relações entre iguais, os cidadãos, comunidade de iguais em sua liberdade para deliberar e governar, participando democraticamente nas decisões.<sup>141</sup>

Na cidade-estado grega, a liberdade era um conceito político que envolvia a cidadania, em um contexto de autonomia com o sentido de obediência à própria lei elaborada na praça pública. Essa Assembleia do Povo, denominada de *ágora*, ocorria em uma praça com o mesmo nome. Esse espaço não se dava na Praça do Mercado, frequentada por artesãos e camponeses, suja de víveres e entregue ao tráfego, mas, sim, na Praça de Liberdade, reservada aos exercícios ginásticos de cidadãos privilegiados, um lugar onde se discutia política e se formava opiniões.<sup>142</sup>

Ademais, a liberdade apregoada pelos gregos da antiguidade não deve ser entendida como um modelo com um registro de mecânicas repetições, mas, antes, na forma de uma evocação, cujas ressonâncias ecoam nas cidades modernas. Dessa maneira, para os modernos, a liberdade seria balizada pela conveniência dos interesses individuais, contrastando nesse ponto com a liberdade grega.<sup>143</sup>

Para Nicolau Sevcenko, a descrição que apresenta com maior clareza a gênese simultânea do grande público e do processo de privatização nas sociedades europeias ao longo

---

sociedades contemporâneas. A indiferença – espaço psicológico de tensão? In: NAXARA, Márcia, Org.; MARSON, Izabel, Org.; BREPHEOL, Marion, Org. **Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento**. São Paulo, Intermeios, 2015. p. 94.

<sup>141</sup> GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual *Polís*? In: **Cadernos de História**. PUC-Minas, Belo Horizonte. V. 2, n. 44, pp. 12-24. out. 1997. p. 14.

<sup>142</sup> GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual *Polís*?... p. 14 e 15.

<sup>143</sup> GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual *Polís*?... p. 15.

dos séculos XVII, XVIII e XIX é a do filósofo alemão Jürgen Habermas. Conforme argumenta, pelo fato de esses desenvolvimentos terem uma mesma raiz histórica, eles só poderiam ser interpretados em suas relações recíprocas, quando, então, a “privacidade de um se funda na dimensão pública do outro, e a subjetividade do indivíduo privado se refere desde o início à esfera pública”.<sup>144</sup>

Ainda em acordo com esse autor, os desdobramentos desse processo lançaram suas sementes na sociedade brasileira através da expansão internacional do capitalismo e da intensificação dos contatos ocasionada pela instauração do regime republicano no país. Essa nova ordem promovida ampliou, através do crescente desenvolvimento da imprensa e das oportunidades de convívio cultural, a possibilidade de construção de uma esfera pública, acentuando, por outro lado, os sentidos e valores associados à experiência da privacidade.<sup>145</sup>

Todavia, Sevcenko considera disfuncional da realidade a percepção de que “os padrões de privacidade construídos ao longo da história das sociedades europeias pudessem se reproduzir com as mesmas características no meio social brasileiro”. Segundo o autor, a dupla carga opressiva do estatuto colonial e da ordem escravista reforçou as tensões existentes entre os vários estratos da sociedade, fazendo com que cada grupo ou indivíduo construísse ulteriormente os sentidos que articulavam suas experiências íntimas.<sup>146</sup>

Na latência dessas correntes ideológicas, necessitam ser trabalhados, mesmo que de forma sucinta, conceitos que estão estritamente vinculados ao de *polícia*, como, por exemplo: “segurança”, “ordem pública” e “poder de polícia”<sup>147</sup>. Através do entendimento desses termos poderemos, de melhor forma, compreender o real valor da “polícia” e suas atribuições. Portanto, no tópico seguinte, tais conceitos são discutidos.

## 2.2 Os conceitos de segurança, de ordem pública, de poder de polícia e de polícia

A noção de segurança, das pessoas e das coisas, pode ser considerada um elemento básico das condições universais, ainda que se dê sob formas e gradações distintas, nos diversos tempos e sociedades que se organizaram ao longo da história humana. Segundo José Cretella Junior, apesar de proclamada inviolável pelo direito, a noção ou a prática da segurança não está

<sup>144</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões de progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Orgs). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 29.

<sup>145</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso... p. 30.

<sup>146</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso... p. 28.

<sup>147</sup> Não é objetivo deste trabalho se aprofundar sobre todos esses temas, entretanto, faz-se, de vital importância, uma rápida explanação sobre cada um deles, uma vez que, esses são termos que integram de forma simbiótica com o conceito de polícia.

livre de ameaças que afetem a paz física e espiritual dos indivíduos, principalmente, no âmbito particular e no social, uma vez que a ameaça dirigida a uma pessoa ameaça toda a coletividade.<sup>148</sup>

A fim de garantir essa almejada segurança, os indivíduos responsáveis pelo controle dos Estados modernos buscariam desenvolver e manter certas instituições, as quais atuariam no policiamento dos cidadãos. Essa sociedade policiada buscaria garantir a convivência pacífica de todos os cidadãos, de maneira que o exercício dos direitos de cada um não se transformasse em abuso e não ofendesse, impedisse, ou perturbasse o exercício dos direitos alheios, mantendo-se assim a ordem pública.<sup>149</sup>

Ligado diretamente ao conceito de segurança, encontra-se o de ordem pública, o qual, na visão de Álvaro Lazzarini, seria definido como uma situação, de fato, oposta à desordem, a agitações e a atos de violência contra pessoas, bens e/ou o próprio Estado. A ordem pública seria constituída por um mínimo de condições essenciais a uma vida social conveniente, que fundamentassem a segurança dos bens e das pessoas, a salubridade e a tranquilidade. Além disso, não se resumia apenas à manutenção material da ordem na rua, mas, também, de uma certa ordem moral.<sup>150</sup>

Essa noção de ordem pública não se distinguiu significativamente da que fora estabelecida na virada do século XIX para o XX, pelo jurista alemão Otto Mayer,<sup>151</sup> e defendida, no início do XX, no Brasil, por outro jurista, Aurelino de Araújo Leal. Segundo argumentava Leal,

a polícia seria a instituição jurídica destinada à manutenção da ordem pública, « *a boa ordem* da coisa pública », diz OTTO MAYER, isto é, « um estado geral da sociedade no qual as forças coletivas são comprometidas o menos possível por efeitos nocivos

<sup>148</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia. In: **Revista de informação legislativa**. Senado Federal, Brasília. Ano 22, n. 88, pp. 105-128, out./dez. 1985. p. 114.

<sup>149</sup> LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 198, p. 69-83, out. 1994. ISSN 2238-5177. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46412>. Acesso em: 29 jun. 2020. p. 69.

<sup>150</sup> LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia.... p. 72.

<sup>151</sup> Otto Mayer foi um importante jurista alemão, pioneiro na área do Direito Administrativo. É considerado um dos três principais nomes do Direito Administrativo alemão e referência para a jurisprudência brasileira. Ele defendia o direito administrativo como o direito relativo à administração, cuidando das relações entre o Estado administrador e o sujeito. Mayer ainda distingue o direito administrativo do direito constitucional partindo da superação do modelo do estado sob regime de polícia pelo modelo do estado sob o regime de direito. O primeiro é marcado por uma intensificação da “*puissance publique*” e pela expansão da polícia, que se torna instrumento sistemático para conduzir a massa humana a um fim elevado: a força e a grandeza da coisa pública; todavia, o regime da polícia preencheu o período de transição entre o antigo direito e o estado de coisas que o tempo presente nos oferece. Era uma escola severa para nos preparar para o estado moderno. O que há de novo no segundo é que a “*puissance souveraine universelle*” recebe uma organização especial, revestindo-se do direito. Passa, pois, a haver direito na relação entre o Estado e o indivíduo, do que resulta um “direito público administrativo que se aplica à administração, ao lado do que resta atribuído ao direito civil”.

», no domínio « da tranquilidade, da segurança, da salubridade, da moralidade e da ordem pública no sentido especial.<sup>152</sup>

Lazzarini reforça essa ideia e, apoiando-se nos Princípios Fundamentais do Direito Administrativo de Marcello Caetano<sup>153</sup>, defende a concepção de que o Estado é inseparável da ideia de polícia, sendo sua fundamentada no poder de polícia. Conforme esse estudioso, o Estado teria como missão primordial a busca pelo bem comum. Essa busca seria efetivada por meio de uma legislação adequada, de instituições e serviços capazes de controlar, ajudar e regular as atividades privadas e individuais da vida social.<sup>154</sup> Lazzarini conclui esse raciocínio afirmando que:

*o poder de polícia, que legitima o poder da polícia e a própria razão dela existir, é um conjunto de atribuições da Administração Pública, como poder público, e indelegáveis aos entes particulares, embora possam estar ligados àquela, tendentes ao controle dos direitos e liberdades das pessoas, naturais ou jurídicas, a ser inspirado nos ideais do bem comum, e incidentes não só sobre elas, como também em seus bens e atividades.<sup>155</sup>*

Apoiados sobre esses pilares de segurança, ordem pública e poder de polícia, juristas engendraram o conceito moderno de polícia. Para Cretella Júnior, esse vocábulo é um dos mais genéricos e sofreu fértil evolução ao longo da história. Na língua jurídica antiga, por exemplo, acrescenta o autor, o termo serviu para designar toda espécie de imposição destinada a concretizar os objetivos da sociedade política, sendo o equivalente da organização jurídica. Seria, portanto, nesse sentido que se falaria em Estado policiado.<sup>156</sup>

A polícia, enquanto instituição organizada, é quase inexistente ao longo da antiguidade e do feudalismo. Sua formação se daria relativamente na época moderna. Citando León Ameline, Cretella Júnior salienta que, na França, o termo *polícia* teria tido origem na libertação das Comunas e na vitória dos reis sobre os grandes reinos. Até o século XVII, a *polícia* era ainda a justiça e os mesmos magistrados representavam uma e outra.<sup>157</sup> Na Alemanha, o vocábulo *polícia* tinha o sentido de "bom estado da coisa comum" (*Guter Stand des Gemeinwessens*), da *res pública*, que é o fim que deve ter por alvo a autoridade pública.<sup>158</sup>

Na dicionário *Vocabulario portuguez & latino*, de Raphael Bluteau, publicado em 1728, o termo aparece relacionado à boa ordem que a prudência estabelece para a sociedade humana nas cidades, no trato e nos costumes, e também à graça nas ações e gestos do corpo,

<sup>152</sup> LEAL, Aurelino. These 7ª da 1ª secção. In: **Polícia e Poder de Polícia**. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1918. 314p. p. 83.

<sup>153</sup> Marcello José das Neves Alves Caetano foi um jurista e professor de direito, autor de O direito administrativo português, sistematizou administração pública limitando-a pelos direitos individuais.

<sup>154</sup> LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia... p. 69.

<sup>155</sup> LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia... p. 74

<sup>156</sup> LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia... p. 119.

<sup>157</sup> AMELINE, León. *apud*. CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia... p. 119.

<sup>158</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia... p. 119.

ligados à urbanidade.<sup>159</sup> No *Diccionario da Lingua Portuguesa*, de Antônio de Moraes Silva, publicado em 1813, o vocábulo é apresentado como o governo ou administração que respeita as comodidades e a segurança dos cidadãos, a urbanidade dos cidadãos no falar e nas boas maneiras.<sup>160</sup> Já no *Diccionario da Lingua Brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em 1835, o termo aparece com a definição de governo, administração interna, limpeza e segurança, relativos à cultura e a urbanidade.<sup>161</sup> Por essas significações entende-se que, até meados do século XIX, a palavra estaria conectada à ideia de polis, de cidadão polido.

Apoiando-se nas ideias de Otto Mayer, Cretella Júnior afirma que, com o advento da época moderna, a polícia desempenharia um papel relevante, chegando até a representar o Estado em todas as relações que ele assumia para com o cidadão/súdito. Para fortalecer a ordem interna e consolidar a coisa comum, todas as atribuições que antes foram do exército e da justiça passaram à polícia, a qual se mostrava sempre obstinada na tarefa de preparar novos recursos e deixar-se guiar pela luz da economia política, ciência que acabava de se desenvolver. Ademais, tudo o que a autoridade julgava saudável, a polícia poderia agora realizar e, em caso de necessidade, mediante o emprego de força.<sup>162</sup>

No Brasil, durante a Primeira República (1889-1930), vê-se um maior esforço das autoridades na tentativa de desenvolver esse Estado policiado, que seguisse, de fato, os moldes modernos e os ideais liberais que circundavam o período. É justamente nesse momento que boa parte das instituições brasileiras são estruturadas e reorganizadas, tendo como orientação a concepção de uma força pública capaz de modelar o indivíduo no convívio social.

De acordo com José Cretella Júnior, a polícia deve ser definida como um conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão, mediante restrições legais impostas a essas atividades, quando abusivas, a fim de se assegurar a ordem pública. Na presença dessa força, designada e organizada para proteger a sociedade, a livre atividade dos indivíduos é limitada pela autoridade pública.<sup>163</sup>

---

<sup>159</sup> BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. Volume 6. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/1/pol%C3%ADcia>. Acesso em: 03 fev 2020. p. 575.

<sup>160</sup> SILVA, Antonio Moraes. Diccionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Volume 2. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/2/pol%C3%ADcia>. Acesso em: 03 fev 2020. p. 464.

<sup>161</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/3/pol%C3%ADcia>. Acesso em: 03 fev 2020. Documento sem paginação.

<sup>162</sup> MAYER, Otto. *apud*. CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia... p. 119.

<sup>163</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia... p. 120.

Essa atividade seria instituída pela administração do Estado, com maior ou menor amplitude, conforme as regras legais em vigor no país que se considere.<sup>164</sup> Essa concepção é referendada por Álvaro Lazzarini, que, citando Louis Rolland, salienta que a tranquilidade, a segurança e a ordem pública eram atribuições e responsabilidade da polícia.<sup>165</sup>

Essa definição pode ainda ir além, já que, podendo ser considerada sob diversos prismas, a polícia pode ser subdividida de diversas formas. Vários autores propõem uma divisão clássica da polícia em: administrativa, judiciária e mista. A primeira, de caráter preventivo, tem por objetivo tomar providências e fazer respeitar todas as medidas necessárias para a manutenção da ordem, da segurança e da salubridade pública. A segunda, de caráter repressivo, atua na investigação de delitos já consumados. Já a terceira é o organismo estatal que acumula ou exerce sucessiva ou simultaneamente as duas funções, preventiva e repressiva. Aqui temos o caso da polícia brasileira, em que o mesmo agente previne e reprime.<sup>166</sup>

Entretanto, esse sistema é criticado por Brandão Cavalcanti. Em sua visão, a verdade seria que, dentro de uma mesma determinada manifestação de poder da polícia, a medida poderia revestir-se de caráter administrativo ou puramente policial, quer seja a sua finalidade a tranquilidade pública, quer o cumprimento de um regulamento administrativo. Por conseguinte, a classificação interessa mais à natureza da medida do que propriamente à esfera dentro da qual deve agir a autoridade".<sup>167</sup>

Partindo dessa breve definição teórica e jurídica da institucionalidade da polícia e, a partir disso, entendendo-se a polissemia de seu conceito – tanto na sociedade, quanto nas diversas escolas legislativas que influenciaram a jurisprudência brasileira – o que se faz necessário, a partir desse momento, é desenvolver uma pequena análise histórica dessa instituição em Minas Gerais e no Brasil.

### 2.3 As forças policiais de Minas Gerais

A constituição das forças policiais ocorreu paulatinamente e, de certa forma, tardiamente no Brasil. O tema se apresenta de maneira bastante recente na historiografia nacional. Até a década de 1960, boa parte das produções estavam relacionadas a antigos agentes. Com a crise de dois grandes modelos explicativos – tanto o liberal, que colocava essas

<sup>164</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia... p. 120.

<sup>165</sup> ROLLAND, Louis. *apud*. LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia... p. 71.

<sup>166</sup> CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia... p. 120.

<sup>167</sup> CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Tratado de direito administrativo**. 4ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1956. p. 10 e 11.

instituições como uma parte menor de um Estado racional e moderno, quanto a marxista, no qual elas simplesmente fariam parte de um arsenal repressivo do Estado burguês – dá-se a ascensão da perspectiva foucaultiana<sup>168</sup>, na qual o controle do Estado passa a ser elemento de vanguarda da compreensão histórica.<sup>169</sup> Na tentativa de unir tais perspectivas, esse trabalho busca entender a polícia levando em consideração a imposição da ordem pelo Estado, mas sem deixar de lado as lutas e resistências populares.

Com o crescimento do interesse pela história vista debaixo, muitos trabalhos se desenvolveram com o fim de tentar compreender os componentes da tropa, quem eram e por que agiam de determinada forma. Outra abordagem possível de se observar é a da análise da polícia enquanto uma organização formal, direcionando o foco para os códigos e leis que regiam essas instituições. Há também a perspectiva em que se apoia este trabalho, o qual, seguindo a concepção de Marcos Luiz Bretas, fundamenta-se na perspectiva da existência de diferentes polícias no Brasil, uma vez que tanto as províncias quanto os Estados, até 1930, gozaram de grande autonomia nas práticas cotidianas relacionadas aos códigos legais.<sup>170</sup>

Esta pesquisa também objetivou sistematizar a estruturação das instituições que atuaram no policiamento da cidade de Belo Horizonte, por isso, tornou-se imperativo um exame sobre as forças policiais mineiras, resgatando, mesmo que brevemente, sua gênese ao longo dos períodos colonial e imperial brasileiro. A partir disso esperou-se entender quais as disposições que se mantiveram ou foram alteradas, quanto à polícia e ao policiamento, no alvorecer do regime republicano no Brasil.

Para dois autores que escreveram em momentos distintos da história do Brasil, Nelson Werneck Sodré, na obra *História Militar do Brasil*, de 1965, e Francis Albert Cotta, com o livro *Matrizes do Sistema Policial Brasileiro*, de 2012, o que se observa acerca do período colonial é que a codificação das Ordenações Filipinas balizaria sua atuação no universo criminal. Assim, as forças militares teriam sua atividade reservada ao patrulhamento no espaço urbano e, também, ao controle de estradas e ao problema dos escravos fugidos.<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> Não é objetivo deste trabalho desenvolver uma discussão entorno da teoria de Michel Foucault. Entretanto é indiscutível sua contribuição para uma perspectiva histórica que procura entender os fenômenos relacionados aos espaços. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013 e \_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes. 1987.

<sup>169</sup> BRETAS, Marcos Luiz & ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas. *In: Revista Topoi*. v. 14, nº 26, jan/jul. 2013, p. 162-173. p. 163.

<sup>170</sup> BRETAS, Marcos Luiz & ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas... p. 164.

<sup>171</sup> COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões: políticas da ordem e o universo militar nas Minas setecentistas**. 2004. 307 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 61.

O aprimoramento desse aparato na colonização acontece a partir dos anos setecentos, já que se deve levar em conta que a ocupação da região das Minas Gerais ocorreu tardiamente em relação ao litoral. Segundo Sérgio Buarque de Holanda, somente no terceiro século do domínio português houve um afluxo maior de emigrantes para além da faixa litorânea, com o descobrimento do ouro das Gerais.<sup>172</sup> Visando a viabilização da exploração aurífera sob monopólio da Coroa, foram transferidas para a região as forças auxiliares, milícias ou tropas de segunda linha.<sup>173</sup> Seus contingentes eram destinados a assegurar, em particular, o exercício da contribuição, acompanhando o transporte do ouro, impedir sua evasão, guardar os registros de passagem obrigatória e exercer o policiamento em suma.<sup>174</sup>

Segundo Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, o Governador da Capitania de Minas deveria indicar um capitão-mor por localidade para a Força Pública, o qual, por sua vez, teria de nomear os sargentos e cabos. O recrutamento da tropa recaía, majoritariamente, sobre os negros e pardos, uma vez que compunham cerca de 78% da população local. A maior parcela desse grupo era requisitada para o serviço através do sistema “pau e corda”<sup>175</sup>, e, em menor número, o recrutamento ficava a cargo de homens livres, os chamados “desclassificados”<sup>176</sup>.<sup>177</sup> Dessa forma, percebe-se que os postos de comando seriam ocupados pelas elites e as tropas acabariam servindo como exércitos particulares.

Uma relevante diferença na consolidação e evolução das instituições coloniais para as nacionais se daria no incremento da burocracia administrativa, tornando o exercício do poder policial mais padronizado e eficiente. Mesmo assim, o que se observou é que a introdução dessas reformas progressivas e de instituições baseadas nos últimos modelos dos países que os brasileiros consideravam avançados impediu uma ruptura rápida e fundamental com o passado, e reforçou o controle nas mãos da elite existente. Dessa forma, a militarização se apresentaria como solução para a institucionalização dessas forças policiais no período.<sup>178</sup>

---

<sup>172</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Ed. 26. São Paulo: Companhia Das Letras, 1995. p. 102.

<sup>173</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República**. In: *Locus Revista de História*. Recuperado de: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20401>. Acesso em: 17 mar 2019. p. 44.

<sup>174</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil...** p. 63.

<sup>175</sup> Segundo as análises de CHIAVENATO, Júlio José. **Os voluntários da Pátria e outros mitos**. São Paulo, Global, 1983, feito entre escravos e libertos, o recrutamento de pau e corda tinha essa denominação tamanha a truculência exercida pelos agentes recrutadores que cooptavam voluntários para a composição das tropas.

<sup>176</sup> Eram homens livres, em sua maior parte mestiços, cujas atividades não garantiam a subsistência e que, com isso, tornavam-se vadios e passavam a compor o exército de reserva da escravidão. SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII**, Rio de Janeiro: Graal, 1982.

<sup>177</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 44 e 45.

<sup>178</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 43.

Durante o século XIX, no Brasil, as forças policiais seriam organizadas e reorganizadas obedecendo aos interesses políticos das elites, que nem sempre agiam de forma conciliadora. Thomas Holloway e Marcos Luiz Bretas argumentam, em consonância, que a transmigração da Família Real portuguesa para o Brasil daria início a uma primeira etapa da organização. Segundo Marcos Luiz Bretas, esse é o momento da criação tanto da Intendência Geral de Polícia (1808) como da Guarda Real de Polícia (1809), ponto de fundação da Polícia brasileira, tendo sido eles os primeiros organismos públicos a carregarem em seu nome a concepção de polícia.<sup>179</sup>

Para Thomas Holloway, de certa forma, o que ocorreu com a fundação desse corpo foi uma transposição indireta do modelo francês de polícia, uma vez que o ato de criação da Intendência se propôs como uma transferência do modelo lisboeta, assim como o de Lisboa faz referência a Paris. A Intendência de Polícia se caracterizaria quase que aos moldes de uma prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, sendo fortemente associada ao nome do primeiro intendente, Paulo Fernandes Vianna. Envolvendo tarefas voltadas à manutenção da iluminação e calçamento e que seriam atribuídas, mais tarde, a outros órgãos do Estado, a polícia abarca uma visão muito mais ampla do que a simples gestão da ordem.<sup>180</sup>

Em Vila Rica e em Mariana, seguindo os mesmos critérios de manutenção da ordem, seria criado, em 1811, o Corpo de Guardas e Polícia. De acordo com Viscardi, esse órgão seria substituído por uma Companhia Provisória de Cavalaria, anexa ao regime de linha, e por uma Companhia de Infantaria, na qual se reuniam pedestres da demarcação de Diamantina.<sup>181</sup> Cotta esclarece que esses guardas teriam por principal obrigação perseguir negros fugidos e auxiliar as diligências, e seu fardamento seria no mesmo padrão da Guarda Real de Polícia.<sup>182</sup>

No processo que culminou com a independência, não é possível destacar-se grandes mudanças estruturais nas forças policiais. A implementação da Constituição de 1824, que estabeleceria a estrutura do governo, continha declarações gerais de princípios, mas deixaria vários pontos a serem definidos pela legislação ordinária, como as normas policiais, conhecidas

---

<sup>179</sup> BRETAS, Marcos Luiz & ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas... p. 167.

<sup>180</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 46 e 47.

<sup>181</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 47.

<sup>182</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Crisálida, 2006. p. 72.

como o “toque de Aragão”<sup>183</sup>, baixadas pelo intendente Francisco Alberto Teixeira de Aragão.<sup>184</sup>

Por conta da abdicação de D. Pedro I e do início das regências, chegou-se a um período de grande instabilidade política no país. Na tentativa de manter a ordem, o Estado desenvolveria instituições e políticas que se tornariam a base do sistema policial durante o resto do Império. Nesse contexto, em 1831, seriam organizadas duas forças, a Guarda Nacional, que, subordinada à autoridade central, teria como função a manutenção da ordem e da tranquilidade pública, e as Guardas Municipais, que teriam por finalidade auxiliar as diligências policiais.<sup>185</sup>

Através da instalação da Secretaria de Polícia, em 1833, elementos de uma nova estrutura de repressão no Rio de Janeiro começaram a vigorar, sendo composta por três setores: a Guarda Nacional, a Polícia Militar (os Permanentes) e as instâncias judiciais (juízes de paz e seus inspetores de quarteirão e o Chefe de Polícia).<sup>186</sup> Com a Reforma Judiciária de 1841, o Chefe de Polícia pôde contar com um quadro de pessoal ampliado e assumir parte das atribuições dos Juízes de Paz, supervisionando os Inspetores de Quarteirão e expedindo mandatos de busca e apreensão, efetuando prisões, incriminando formalmente, determinando fianças, conduzindo audiências judiciais sumárias, pronunciando sentenças e supervisionando as punições.<sup>187</sup>

Mais tarde, com o início da Guerra do Paraguai (1864-1870), ocorreu a mobilização de grandes contingentes das Polícias Militares, de todas as províncias, para se juntarem às forças brasileiras no conflito. Com o propósito de suprir a escassez de pessoal, seriam criadas, em todo o território nacional, as Guardas Urbanas – uma força de policiais pagos, cujo efetivo era o mesmo da Polícia Militar. Os Guardas Urbanos eram controlados diretamente por um civil, o Chefe de Polícia, como tinham sido os Pedestres. Deveriam ser recrutados homens com idade entre 21 e 50 anos, que gozassem de boas condições de saúde e tivessem reconhecida moralidade, dando-se preferência para veteranos do serviço militar ou de outros cargos

---

<sup>183</sup> Essas diretrizes autorizavam patrulhas à submissão de suspeitos ao interrogatório, à utilização de violência em caso de necessidade, bem como instauravam um toque de recolher às 22h no verão e às 21h no inverno, anunciados pelos sinos da Igreja de São Francisco. As punições variavam entre o cárcere, açoite ou multa, e eram aplicadas pela própria Guarda Real.

<sup>184</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 58.

<sup>185</sup> Para maiores informações, tanto da Guardas Municipais, quanto da Guarda Nacional, verificar: CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. Brasília: Ed. Nacional. 1977; SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Ed. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2010 e HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

<sup>186</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 109.

<sup>187</sup> BRASIL. **Lei nº 261, de 3 de dezembro, de 1841**. Reforma o Código de Processo Criminal. Rio de Janeiro, RJ. Assembléia Geral, [2020] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim261.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim261.htm). Acesso em: 19 jun 2020.

públicos. Os guardas deveriam morar no distrito em que estavam lotados e suas patrulhas se restringiriam aos mesmos limites. Seus idealizadores invocavam o *policeman* inglês como modelo, uniformizado, mas não militarizado. Instituindo agentes moralizados, encarregados de percorrer continuamente um espaço determinado e circunscrito, esperava-se obter os resultados de algumas cidades mais populosas da Europa, como Paris e Londres.<sup>188</sup>

Na província de Minas Gerais, Viscardi declara que a criação dos urbanos somente ocorreria no ano de 1881. Esse atraso se daria, provavelmente, pelo forte aparato militar formado na década de 1840, que visava controlar a grande massa de escravos pertencentes a província. Ainda segundo a autora, os investimentos percentuais em segurança caíram após a abolição, uma vez que os gastos oficiais com a repressão de escravos teriam terminado.<sup>189</sup>

Como parte do pacote de reformas do início da década de 1870, o Parlamento aprovou uma nova Reforma Judicial, em 1871. Com sua implantação, seria retirada dos Chefes de Polícia a atribuição de julgar os crimes referentes às contravenções às Posturas Municipais, assim como os alusivos aos termos de bem viver.<sup>190</sup> Dessa forma, o cargo de Chefe de Polícia seria desvinculado do sistema judicial, passando a compor apenas um quadro administrativo que controlava as tropas no policiamento.

Em face de tais aspectos, este trabalho se coloca em concordância com a perspectiva de Thomas Holloway e entende que essa reforma desencadearia duas consequências: primeiramente, se ampliaria o clientelismo na hierarquia judicial, no âmbito do governo, para com a elite formada nas faculdades de direito.<sup>191</sup> E, em seguida, a repressão se tornaria mais especializada e eficiente, uma vez que liberaria os Delegados e Subdelegados para se dedicarem à administração da polícia e à linha de frente da vigilância.<sup>192</sup>

Como força armada de múltiplas finalidades, a Polícia Militar sempre esteve subordinada ao controle civil. Para os agentes da Força Pública, fossem eles soldados da Polícia Militar, Pedestres, Urbanos ou oficiais auxiliares da Guarda Nacional, Exército ou Guarda Municipal, sempre lhes caberia o papel de estar na linha de frente do poder judicial, fiscal ou regulador do Estado.<sup>193</sup> A polícia seria um instrumento de repressão institucionalizado e

<sup>188</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 216 e 217.

<sup>189</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 50.

<sup>190</sup> BRASIL. **Lei nº 2.033, de 20 de setembro, de 1871.** Altera diferentes disposições da Legislação Judiciário. Rio de Janeiro, RJ. Assembleia Geral, [2020] Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim2033.htm#:~:text=Altera%20diferentes%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20da%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Judiciaria.&text=Art.&text=%C2%A7%205%C2%BA%20Os%20Chefes%20de.obrigatoria%20a%20aceita%C3%A7%C3%A3o%20do%20cargo](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2033.htm#:~:text=Altera%20diferentes%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20da%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Judiciaria.&text=Art.&text=%C2%A7%205%C2%BA%20Os%20Chefes%20de.obrigatoria%20a%20aceita%C3%A7%C3%A3o%20do%20cargo). Acesso em: 20 jun 2020.

<sup>191</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 229.

<sup>192</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 231.

<sup>193</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 256.

conservantista, isto é, a força armada que tornava a coerção possível e efetiva. Normalmente, bastava exhibir uniformes, pistolas, espadas e cassetetes para obter-se o efeito desejado, desde que a disposição implícita de exercer a coerção física fosse confirmada pela ação direta quando as circunstâncias o exigissem.<sup>194</sup>

Dessa maneira, entende-se que o papel inicial da polícia como agente disciplinador, voltado contra escravos, deixou um legado persistente de técnicas policiais e de atitudes, mutuamente hostis, entre a polícia e os setores da sociedade que sentiam o impacto de sua ação no final do Período Imperial.

Já a Proclamação da República produziu um cenário alardeado de promessas de igualdade e de cidadania. Segundo Lilia Moritz Schwarcz, o contexto foi propício a diversos tipos de utopias e projeções, numa modernidade que se impunha mais como uma etapa obrigatória e incontornável do que como uma opção. A França, com sua sociabilidade urbana composta por circuitos literários, cafés e teatros, seria o modelo civilizatório almejado por outras sociedades.<sup>195</sup>

A chamada “geração de 70”, do século XIX, era uma nova elite, composta de intelectuais, artistas, políticos e militares, que se comprometiam com uma plataforma de modernização e atualização de estruturas consideradas ossificadas do Império, tomando por base as diretrizes científicas e tecnicistas emanadas da Europa e Estados Unidos.<sup>196</sup> Na percepção de Margarida de Souza Neves, esse movimento político pode ser visto de forma circular, dado que terminou por ser mais uma das transformações sem mudanças substantivas da história brasileira. Dessa maneira, os antigos donos do poder se manteriam no controle político e econômico da sociedade, uma vez que ela se manteria sem grandes alterações.<sup>197</sup>

No nível da política, a federalização provocou a necessidade de os Estados garantirem, mesmo que pela força, seu poder político na União. Esse processo de rearticulação das forças repressivas herdadas do Império privilegiou e fortaleceu os poderes repressivos estaduais, sobretudo nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.<sup>198</sup>

<sup>194</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 258.

<sup>195</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. *In:* \_\_\_\_\_, (Orgs). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. v. 3, A Abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre e Editora Objetiva. 2012. p. 19.

<sup>196</sup> SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões de progresso... p. 14.

<sup>197</sup> NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. *In:* FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 26.

<sup>198</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A força Pública do Estado de São Paulo. *In:* FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. t. III, O Brasil republicano. v. 9, Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 267.

Nesse sentido, Marcos Luiz Bretas reconhece que o Estado brasileiro se revelou incapaz de definir um agente específico para a ação coercitiva e suas tarefas. Conforme Bretas, isso contribuiu para o desenvolvimento de uma zona cinzenta e mal regulada, em que a indefinição do limite entre a ação policial e a arbitrariedade revelava que os confrontos entre policiais e marginais se davam de forma extralegal.<sup>199</sup>

A herança do cientificismo, na passagem do século XIX para o XX, faz parecer possível a utilização dessa metodologia no trabalho policial e nas soluções de crimes. O positivismo de Comte, e mesmo os anarquistas, como Kropotkin, mostravam-se fascinados pelas possibilidades abertas pela ciência contra o crime. No Brasil, os projetos de Lombroso e Ferri, Bertillon e Vucetich<sup>200</sup> eram discutidos nas reformas ou estudos.<sup>201</sup>

Uma vez que a Proclamação da República representou para o cientificismo da época a colocação do Brasil no contexto da modernidade, as instituições policiais seriam influenciadas seguindo o ritmo da evolução a médio prazo. O governo enviaria ao exterior pessoal encarregado de estudar o sistema policial, para que novas técnicas fossem empregadas.<sup>202</sup>

Entretanto, destaca-se que, entre os projetos cientificizantes e a realidade das ruas, foi necessário organizar o aparato policial para ampliar seu espaço contra outras aplicações da violência e contra a justiça, num processo em que a estratégia repressiva seria tomada como o caminho para se fixar a identidade das corporações que se tornaram senhoras das ruas.<sup>203</sup>

Nessa ótica, e para facilitar o entendimento, a análise das Forças Policiais prosseguirá de forma a se separar os organismos que dariam origem à Polícia Civil e à Polícia Militar, em meio ao sistema que se reforçou com a República. O processo de militarização da maior parte das forças públicas brasileiras não foi um desenlace natural, pois as forças policiais, ao atuarem

<sup>199</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas**. O povo e a Polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1997. p. 36.

<sup>200</sup> Cesare Lombroso, médico e psiquiatra, juntamente com Enrico Ferri, criminologista, foram os principais fundadores da Escola Positiva, que deu início à utilização de critérios científicos na criminologia no final do século XX. LOMBROSO, Cesare. **O Homem delinquente**. São Paulo: Ícon, 2007; FERRI, Enrico. **The Positive School of Criminology**. Tradução inglesa da obra: *La Scuola Positiva de Criminologia*. Tradução de Ernest Untermann, 1908, in Project Gutenberg, jan. 2004. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/10580/10580-h/10580-h.html>. Acesso em: 02 out. 2020.

Alphonse Bertillon, antropólogo, foi o criador de um sistema de identificação criminal baseado nas medidas do corpo humano, a antropometria judicial. BERTILLON, Alphonse **Identification Anthropométrique: Instructions Signalétiques**. Imprenta: Melun, Imprimerie Administrative, 1893. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1060548c.image> >. Acesso em: 03 out 2020.

O argentino Juan Vucetich foi o responsável por desenvolver um sistema eficaz de identificação pessoal através das impressões digitais. VUCETICH, Juan. **Dactiloscopia comparada**. El nuevo sistema argentino. La Plata: Establecimiento Tipográfico Jacobo Peuser, 1904.

<sup>201</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas**... p. 36.

<sup>202</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas**... p. 37.

<sup>203</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas**... p. 38.

como estandarte do monopólio estatal do uso da força, haviam adotado, dos moldes militares, os seus ideais civilizatórios.

Por essa razão, neste trabalho, será dado foco à Força Pública de Minas Gerais. Entretanto, devido ao número significativo de autores que trabalharam com o tema, fez-se necessário dialogar com corporações de outros Estados, abarcando, assim, autores renomados como Marcos Luiz Bretas, Cláudia Mauch, Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, entre outros.

## 2.4 O desenvolvimento da militarização na Força Pública Mineira

Após a Proclamação da República, as oligarquias estaduais buscaram reorganizar as forças policiais das antigas províncias. A primeira Constituição republicana, aprovada pela assembleia em 24 de fevereiro de 1891, permitiu, através do artigo 63, que cada Estado se regesse pela Constituição e pelas leis que adotasse individualmente, desde que respeitasse os princípios da União.<sup>204</sup> Isso permitiu que cada Estado arranjasse suas forças policiais da maneira que bem lhe coubesse.

Na cidade do Rio de Janeiro, incumbiu-se o policiamento ao Corpo Militar de Polícia da Corte, que seria reorganizado sob o nome de Brigada Policial da Capital Federal. Esse grupo estaria sob a tutela do ministro da Justiça, a quem respondia seu comandante, um coronel ou general do Exército.<sup>205</sup>

Cláudia Munch, em seu estudo, procurou identificar o que significava ser policial em Porto Alegre durante a décadas iniciais da República. Em sua pesquisa, ela identifica que a criação da Polícia Militar no Rio Grande do Sul se deu justamente quando o conflito entre *pica-paus* e *maragatos*<sup>206</sup> estava prestes a eclodir. A Brigada Militar tinha a clara missão de zelar pela República e pelo Governo do Estado e sua origem remontava ao Corpo Policial da Província e à Guarda Cívica. Com o auxílio de guardas militarizadas, a criação da Brigada demonstrava a hipertrofia do executivo em relação aos poderes legislativo e judiciário, delineando a ideia comteana de ditadura republicana como regime transitório em períodos de conturbação pós-revolucionária.<sup>207</sup>

<sup>204</sup> BRASIL. **Constituição** (1891). **Constituição** da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro, 1891.

<sup>205</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas...** p. 46 e 47.

<sup>206</sup> Os termos “maragato” e “pica-pau” surgiram no Rio Grande do Sul em 1893, durante a Revolução Federalista. Os “maragatos” representavam os federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, e eram identificados pelo uso de lenços vermelhos. Os “pica-paus” representavam os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, e sua identificação se dava pelo uso de lenços brancos.

<sup>207</sup> MUNCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. 2011. p. 38.

De acordo com o estudo de Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, no que tange à cidade de São Paulo, verifica-se que, com o raiar da república, o Corpo Policial de Permanentes seria reformado. Em decreto de 1896, a instituição seria rebatizada de Força Pública, receberia um novo regulamento e seu efetivo seria elevado para mais de cinco mil homens, comandados por um oficial efetivo ou reformado do exército, que receberia ordens diretas do presidente de província e ficaria à disposição do Chefe de Polícia.<sup>208</sup>

Movimento semelhante acontece em Minas Gerais. Segundo Albert Francis Cotta, para que fossem afastadas quaisquer possibilidades de reação armada fidelizada ou devotada ao regime imperial, as forças policiais foram remodeladas.<sup>209</sup> A esse respeito, Viscardi aponta que, em 1890, seria criada a Guarda Republicana, contando com um efetivo de cerca de mil e quinhentos homens e dividida em quatro corpos, com três companhias cada.<sup>210</sup> No entanto, segundo Albert Francis Cotta, após a promulgação da Constituição Mineira, ela seria rebatizada como Força Pública. Essa força seria distribuída no território mineiro da seguinte forma:

Dividida em quatro corpos alocados nas seguintes localidades: 1º Ouro Preto; 2º Uberaba; mais tarde transferido para Juiz de Fora; 3º Juiz de Fora, mais tarde transferido em caráter provisório para Barbacena e daí para Diamantina, em caráter definitivo e 4º Diamantina, mais tarde transferido para Uberaba. Criou-se também anexo ao 1º Corpo um piquete de cavalaria, composto de 27 praças e comandado por um alferes. A força foi denominada de Corpos Militares de Polícia de Minas, tendo comandos independentes [...]. Em 1893, a Força Pública recebeu a denominação de Brigada Policial, sendo dividida em cinco batalhões e um esquadrão de cavalaria, anexo ao Primeiro Batalhão.<sup>211</sup>

Para desenvolver seu estudo sobre a Brigada Policial de Minas Gerais – a Polícia Militar – Sheila Brandão Baggio desenvolveu uma análise sobre os regulamentos promulgados durante o período da Primeira República. Através desse estudo, ela estruturou quais os objetivos e finalidades atribuídas à milícia estadual, além do modo como ocorria a centralização administrativa, por meio do exercício da autoridade e das disposições penais, e o elemento humano que a compunha.

Seguindo seus passos, procurou-se, também neste estudo, vasculhar tal documentação, disponível como acervo digital da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, de modo a desenvolver um diálogo com a autora. Na lei nº 112 de 23 de julho de 1894<sup>212</sup>, encontram-se

---

<sup>208</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado**. Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012. p. 37.

<sup>209</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 85.

<sup>210</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 51.

<sup>211</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** 84 e 85.

<sup>212</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 112 de 23 de julho de 1894. Determina quais os fins da Força Policial do Estado de Minas Gerais. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1894**: Leis, Ouro Preto, MG, p. 63-68, 1895.

delineadas as finalidades que seriam atribuídas à Brigada Policial. Dentre elas, destaca-se a função de “manter as instituições republicanas, a ordem e a segurança pública”. O que fica evidente é a preocupação dos legisladores, tal como ocorria em outros estados, em manter as instituições republicanas, bem como a subordinação direta da força ao presidente de estado, que deveria ser um oficial reformado do exército, da polícia ou mesmo um oficial honorário.

Além disso, no artigo 6º da referida lei, vê-se elencadas as características necessárias aos candidatos que preencheriam os quadros dos batalhões. Para o engajamento das praças poderiam se voluntariar os maiores de dezessete anos e menores de quarenta e cinco anos que tivessem aptidão física e moral, além dos estrangeiros que preenchessem esses requisitos e tivessem aceitado a nacionalidade brasileira e falassem regularmente o português. Evidencia-se, dessa forma, a tentativa que se fazia de criar um corpo de praças que pudesse representar essa nova polícia moderna, arrojada e que seria considerada como baluarte da moral e dos bons costumes.

O 8º artigo versa sobre a composição que deveria ter cada um dos batalhões, que seriam divididos em estado maior e menor. Entendido como oficialato, o Estado Maior era composto por membros diversos: um coronel, um tenente coronel, um major, um capitão, um capitão médico, um tenente e um alferes. Já o estado menor seria composto por militares considerados de baixo escalão: um sargento ajudante, um sargento mestre, um corneta-mor, sargentos, furriéis e cabos.

É interessante observar que o termo “soldado” aparece somente no regulamento promulgado pelo decreto nº 767, de 17 de agosto de 1894<sup>213</sup>, que determinava que seria quantificado o número de componentes de cada patente no plano de organização da Brigada Policial. Considera-se que tal denominação tenha sido substituída pelo termo “praça”, que é a redução de *praça de pret*, uma vez que ela foi adotada para os militares da hierarquia inferior, como cabos e soldados, os quais, normalmente, ingressam nas forças militares por meio de alistamento, também denominado de engajamento. No organograma abaixo, (**Figura 1**), é possível observar a distribuição das patentes que faziam parte da 1º Brigada Policial alocada em Belo Horizonte em sua escala de comando.

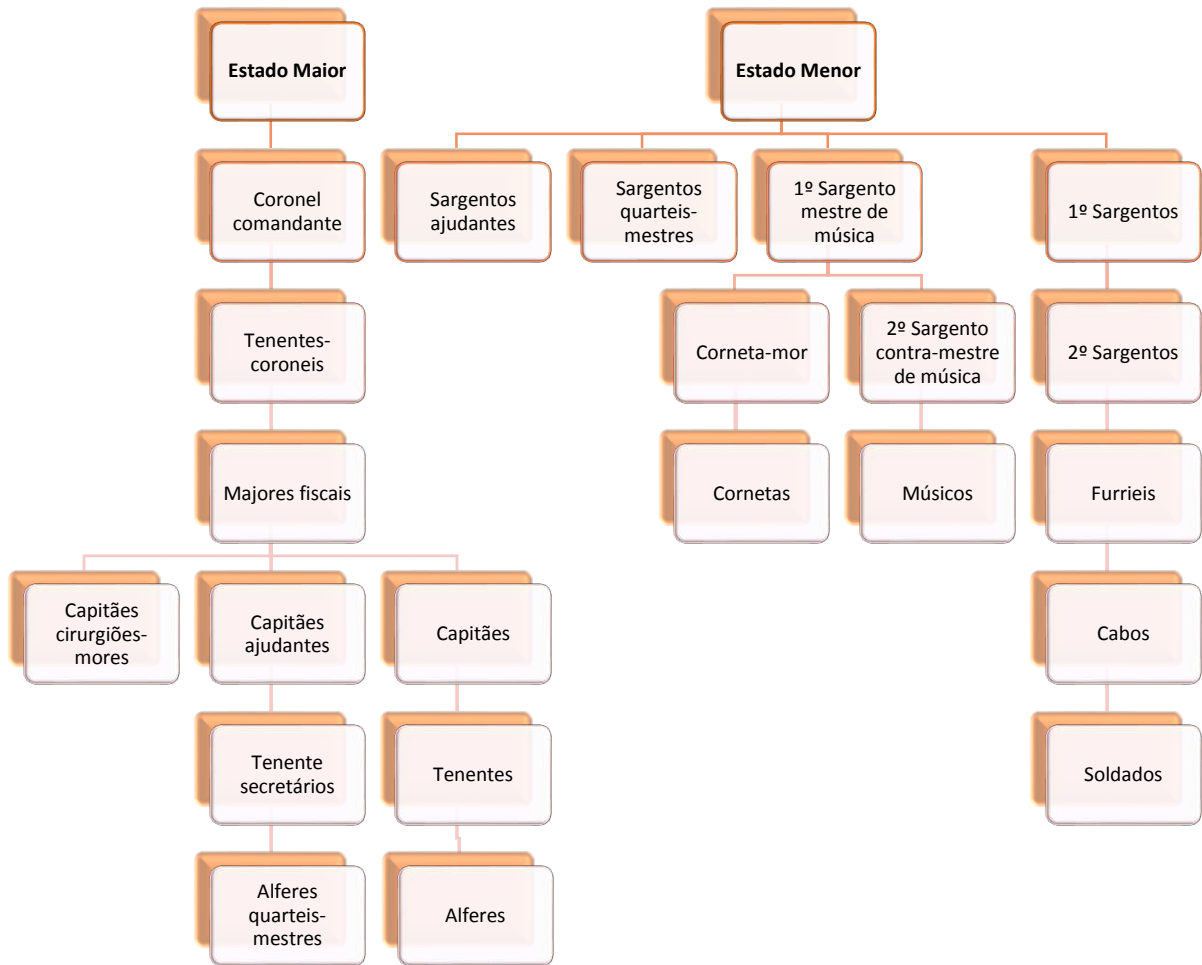
A maior parte das alterações que se seguiriam nos regulamentos próximos não são dignas de nota, pois elas quase não mudam as disposições acerca das diretrizes funcionais da Brigada Policial, com exceção do regulamento de 1903, baixado através do decreto nº 1.573,

---

<sup>213</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 767, de 17 de agosto de 1894. Promulga o regulamento para a Brigada Policial. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1894**: Decretos, Ouro Preto, MG, p. 318-407, 1895.

de 24 de janeiro de 1903.<sup>214</sup> Por meio desse decreto, o comando geral da Brigada Policial passaria a ser exercido pelo Chefe de Polícia, e ambos estariam subordinados ao Secretário do Interior. Sheila Baggio observa que, com a finalidade de assessorar o Chefe de Polícia no comando da brigada, foi criada uma secção Militar chamada de Estado Maior da Brigada.<sup>215</sup>

Figura 1 – Organograma da 1ª Brigada Policial de Minas Gerais em 1894



FONTE: MINAS GERAIS. Decreto nº 767, de 17 de agosto de 1894. Promulga o regulamento para a Brigada Policial. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1894**: Decretos, Ouro Preto, MG, p. 318-407, 1895.

Nota-se também que esse controle, menor em alguns momentos e maior em outros, se manteria até o ano de 1926, uma vez que a própria chefia de polícia deixaria de existir nesse

<sup>214</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 1.573, de 24 de janeiro de 1903. Aprova o Regulamento que reorganiza a Brigada Policial. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1903**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 38-129, 1903.

<sup>215</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, MG. ISSN: 2359-5736. n. 49. julho de 1979. p. 13.

momento. Consequentemente, entre os anos de 1927 e 1930, esse comando ficou a cargo do Secretário de Segurança e Assistência Pública do Estado.

Poucas alterações são observadas nos regulamentos quanto ao processo de promoções, contudo, no decreto nº 2.656, de 14 de outubro de 1909<sup>216</sup>, encontra-se o artigo 9º do Capítulo II, que determinava que as promoções aos postos de major e tenente coronel seriam por merecimento e indicação do Presidente de Estado. Entende-se que, dessa maneira, teriam acesso aos postos mais altos e, consequentemente, ao comando da Brigada Policial indivíduos que fossem mais próximos dos presidentes de Estado.

Uma melhor sistematização da hierarquia da corporação ocorreria ao final da Primeira República, pelo decreto nº 7.712 de 16 de junho de 1927,<sup>217</sup> os postos seriam, agora, divididos da seguinte forma: Oficiais Superiores, tenente-coronel, major e capitão; Oficiais Subalternos, primeiro tenente e segundo tenente; Oficiais Inferiores, sargento ajudante, 1º sargento, 2º sargento e 3º sargento; e, por último, os praças Graduados, cabo de esquadra e anspeçada. O acesso aos postos seria gradual e sucessivo, entretanto, as promoções aos cargos de major e tenente coronel ainda dependiam da indicação do presidente de Estado.

Nesse momento, a transição de quadro de oficiais inferiores para o de superiores estaria condicionada, além de uma conduta civil e militar dita irrepreensível, aos que concluíssem o curso da escola de sargentos. Sheila Brandão Baggio observa que mesmo antes desse período houve uma crescente e progressiva preocupação com a instrução desses corpos. Segundo a autora, além das exigências de conhecimentos elementares como português, aritmética, geografia e história para as promoções dos oficiais, seria exigido que eles tivessem frequentado, no Rio de Janeiro, o curso de qualquer escola prática das três armas do exército. Quanto às praças, seriam instruídas pelos oficiais mais habilidosos desde a posição do recruta em forma até a escola de pelotão, compreendendo também o manejo de armas.<sup>218</sup> Segundo Francis Cotta, a dinâmica do treinamento começava com o envio de parte do efetivo dos batalhões para Belo Horizonte para receber instruções durante um ano, ministradas no bairro do Cruzeiro e na Fazenda da Gameleira.<sup>219</sup>

<sup>216</sup> MINAS GERAIS. Decreto. Decreto nº 2.656, de 14 de outubro de 1909. Aprova o Regulamento que reorganiza a Brigada Policial. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1909**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 428-556, 1909.

<sup>217</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 7.712 de 16 de junho de 1927. Aprova o Regulamento que reorganiza a Brigada Policial. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1927**. Decretos, Belo Horizonte, MG, v.II, p. 640-931, 1927.

<sup>218</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República...** p. 17.

<sup>219</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 92.

No Rio de Janeiro, por exemplo, o efetivo da brigada seria estruturado de acordo com a graduação do exército, limitando-se aos cargos de oficial superior até o posto de tenente-coronel. O acesso ao quadro de oficiais se daria através da promoção de inferiores ou por inserção de oficiais honorários do exército. Já as praças seriam engajadas através de alistamento voluntário e deveriam ter entre dezoito e quarenta anos. A instrução seria feita nos quartéis, cessando a partir do momento que a praça era considerada pronta.<sup>220</sup>

Na historiografia sobre o tema, observa-se grande destaque às reformas promovidas nas forças policiais militares, que resultaram das chamadas “missões estrangeiras”. Ligadas ao contexto do federalismo, essas missões tiveram forte influência no processo de militarização das forças policiais estaduais.

Segundo Heloísa Rodrigues Fernandes, em São Paulo, a contratação da Missão Francesa, em 1906, para instruir a Força Pública marca o início do processo de profissionalização dos agentes policiais-militares paulistas. Tão vastas foram as alterações, que a Força Pública paulista passou a ser comparada por muitos a um pequeno exército, que se distinguia pela postura, disciplina e resistência.<sup>221</sup>

A atuação dessa força em momentos críticos da história nacional mostra que a corporação fez jus a essa alcunha. De acordo com Fernandes, merecem destaque as participações desse grupo: na defesa de Epitácio Pessoa no levante tenentista de julho de 1922 e contra a Coluna Prestes, bem como sua resistência apoiando Washington Luís, em outubro de 1930. Ela ainda explica que a Força Pública também necessitou de aperfeiçoamento para desempenhar outras funções. Dentre esses aperfeiçoamentos, o mais importante está relacionado à capacidade de atuar como força de repressão aos movimentos trabalhistas e como restauradora da ordem nas contínuas greves operárias do período.<sup>222</sup>

Seguindo essa mesma ótica de importação de profissionais, o governo de Minas Gerais contratou o capitão do exército suíço, Robert Drexler, que foi comissionado no posto de coronel da Força Pública de Minas. Além de criar diversos corpos de ensino no período de 1912 a 1927, ele conseguiu contratar seu filho, Rodolpho Drexler, para assessorá-lo.<sup>223</sup> Para Cotta, o coronel possuía um vasto campo de atuação, estando autorizado a intervir nos quartéis, além de desempenhar o papel de instrutor na Escola de Instrução. Além disso, observa-se sua influência

<sup>220</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas...** p. 47 e 48.

<sup>221</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A força Pública do Estado de São Paulo. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira**. t. III, O Brasil republicano. v. 9, Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 273.

<sup>222</sup> FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A força Pública do Estado de São Paulo... p. 274.

<sup>223</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 92.

nas mudanças nos uniformes da Força Pública, como, por exemplo, através da adoção do culote, das perneiras, borzeguins com cadarços, bonés com armação e palas curtas, e, ainda, a adoção de um cadarço branco duplo na gola da túnica, trazendo por cima o número da unidade, seguindo, basicamente, o figurino do Exército Alemão.<sup>224</sup>

Todavia, os métodos de Drexler foram criticados tanto pelos comandantes da Força Pública como pelos soldados, que o temiam e hostilizavam. As instruções ministradas pelo coronel, além de escassas, tendo ocorrido entre os anos de 1921 e 1923 somente duas vezes em um só efetivo da companhia, duravam entre doze e quinze meses, numa média de três horas diárias.<sup>225</sup>

Uma última reforma foi realizada nesse período, por José Francisco Bias Fortes, que estava à frente da recém criada Secretaria de Segurança e Assistência Pública Estadual. De acordo com Cotta, o Corpo Escola receberia sua normatização e, então, ministraria instruções de infantaria, cavalaria e de uso de metralhadoras, sendo destinada ao preparo técnico de oficiais e praças da Força Pública.<sup>226</sup>

Seguindo os paradigmas estabelecidos por Drexler, a instrução dos oficiais seria dividida em duas partes. Uma delas, essencialmente teórica, abrangendo a tática de armas, o conhecimento sobre a organização e a administração militar e a resolução de temas táticos na carta de jogo de guerra. A outra, que compreendia a prática contida na aplicação dos regulamentos do Exército Nacional, seria subdividida em dois tipos: a instrução individual, que consistiria em exercícios formais e de flexionamento, tiro individual, continências militares, serviço de guarnição e de segurança, conhecimento e conservação de armamento e obrigações do soldado no serviço interno do quartéis; e a instrução da unidade, que trataria dos exercícios em ordem unida e de maneabilidade, no serviço de segurança e no de marcha.<sup>227</sup>

Com relação à questão disciplinar, Sheila Brandão Baggio aponta que, durante o período da Primeira República, estruturalmente prevaleceu a orientação dada no primeiro regulamento, o de 1894.<sup>228</sup> Nele, as transgressões disciplinares foram definidas, de maneira geral, como todas as falhas previstas no regulamento e todas aquelas que não fossem classificadas como crimes, além de atos imorais e ações ofensivas ao sossego e à ordem pública.<sup>229</sup>

<sup>224</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 93.

<sup>225</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 52.

<sup>226</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 96 e 97.

<sup>227</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 97.

<sup>228</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República...** p. 22.

<sup>229</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 767, de 17 de agosto de 1894. Promulga o regulamento para a Brigada Policial. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1894:** Decretos, Ouro Preto, MG, p. 318-407, 1895.

No Rio de Janeiro, conforme dados de Marcos Bretas, surgiram debates acerca da competência penal, à qual os integrantes da Força Pública estariam subordinados. Vários policiais militares eram processados no artigo 231, do Código Penal, que penalizava funcionários públicos que cometessem violência no exercício das funções. No entanto, um parecer técnico do relator Miranda Ribeiro no Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, concluiu que, apesar de exercerem uma função pública, as praças policiais não poderiam ser consideradas funcionários públicos na aplicação da técnica do direito público administrativo.<sup>230</sup>

Na prática, isso significou a perda do *status* de funcionário público para os policiais e, conseqüentemente, a retirada do foro especial que antes possuíam. Dessa forma, além de passarem a ser identificados como criminosos comuns, o desrespeito às praças deixou de ser enquadrado, no artigo 134 do Código Penal, como desacato à autoridade, o que impulsionou a busca por uma nova identidade.<sup>231</sup>

No contexto de Minas Gerais, a partir de 1909, torna-se notória a existência de um conselho de inquirição em cada batalhão, denominado de Conselho Disciplinar. Nesse conselho, os oficiais inferiores teriam a responsabilidade de informar ao comandante sua opinião por qualquer falta cometida no batalhão e as punições a serem impostas.<sup>232</sup> Essas seriam, de maneira geral, idênticas em todos os regulamentos, observando-se maior rigor no de 1927, no qual os oficiais passaram a ser castigados com a transferência de unidade ou a suspensão do posto e, as praças, com a prisão simples, perda do soldo, transferência de unidade ou expulsão da corporação.<sup>233</sup> Sheila Brandão Baggio esclarece, a esse respeito, que as praças que cometessem repetidas transgressões no espaço de seis meses seriam consideradas incorrigíveis, cabendo-lhes a expulsão.<sup>234</sup>

Além das transgressões, consideradas infrações mais simples, seriam estabelecidos os critérios para a definição dos delitos considerados crimes: insubordinação, desrespeito, violência, atentados contra a manutenção do regime, deserção, locupletação indevida, entre

<sup>230</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas...** p. 50.

<sup>231</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas...** p. 51.

<sup>232</sup> MINAS GERAIS. Decreto. Decreto nº 2.656, de 14 de outubro de 1909. Aprova o Regulamento que reorganiza a Brigada Policial. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1909**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 428-556, 1909.

<sup>233</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 7.712 de 16 de junho de 1927. Aprova o Regulamento que reorganiza a Brigada Policial. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1927**. Decretos, Belo Horizonte, MG, v. II, p. 640-931, 1927.

<sup>234</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República...** p. 23.

outros. Baggio afirma que, na qualificação dos delitos, havia um interesse especial acerca do crime de deserção, cuja punição, normalmente, era a prisão e a demissão do posto.<sup>235</sup>

As Forças Públicas estaduais acabaram por herdar toda uma rigidez no trato com a disciplina e a hierarquia do Exército Nacional. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que boa parte delas atuaram como forças auxiliares do exército em diversos momentos da sua existência.

Essa ideia é reforçada por Francis Albert Cotta, ao argumentar que as tropas de Minas Gerais tomaram parte da Guerra do Paraguai ao lado de suas coirmãs do império brasileiro.<sup>236</sup> Também segundo Thomas Holloway, a Polícia Militar do Rio de Janeiro respondeu prontamente à convocação para o conflito que opôs Argentina, Uruguai e Brasil ao Paraguai. Conforme argumenta, isso refletia a estreita ligação entre a corporação policial e o Exército regular, do qual sempre saíram alguns oficiais para a polícia.<sup>237</sup>

Todavia, essa opção pela militarização das tropas policiais ganha maior força durante a reorganização da instituição no final do Império e início do período republicano. André Rosemberg, em um artigo em que buscou entender o processo dos significados do militarismo na Força Pública de São Paulo, afirma que:

a opção militar, de estilo gendármico, por assim dizer, afinou-se ao longo dos últimos anos do regime imperial, quando a Guarda Nacional, milícia de caráter civilista, perdeu suas funções policiais, em 1873. Em São Paulo, a militarização do policiamento foi particularmente recrudescida com a vinda da Missão Francesa de Instrução, contratada junto ao exército daquele país, para treinamento da força pública estadual.<sup>238</sup>

Apesar da tentativa de aplicação de algo similar nas forças públicas mineiras, como, por exemplo, através da contratação do coronel Drexler, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi aponta que as tropas paulistas trouxeram maior influência do que o militar suíço. Segundo a autora, as tropas paulistas apresentavam superioridade absoluta, não só em termos numéricos, mas, sobretudo, nos aspectos relativos ao treinamento e à organização se comparadas à tropa mineira. Tanto que as tropas mineiras costumavam ser treinadas pelas tropas paulistas.<sup>239</sup>

Dessa forma, entende-se que a Brigada Policial mineira atuou como um pequeno exército, assim como a de outros Estados, e atuaria a serviço da manutenção dos interesses republicanos da elite. Observando toda a proposta de organização à qual ela foi submetida e tendo-se em vista os decretos que a regulamentavam, percebe-se a constituição de um aparato

<sup>235</sup> BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República...** p. 23.

<sup>236</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 80.

<sup>237</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 215.

<sup>238</sup> ROSEMBERG, André. **Significado do militarismo na Força Pública de São Paulo (1870-1924)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPHU. São Paulo, julho de 2011. p. 2.

<sup>239</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 53.

militar, embasado na rígida hierarquização e disciplina. Entretanto, em diversos Estados, pode-se observar a sistematização de outras forças policiais, no mesmo período. Essas seguiriam a vertente oposta da militarização, optando pela inserção de uma certa civilidade, que se caracterizava por um discurso modernista e de ordem.

## 2.5 A inserção do elemento civil na Força Pública Mineira

Após a Proclamação da República, com a reestruturação do Governo Federal e dos demais estados, diversas instituições passaram por uma revisão que promoveu alterações em praticamente todos os quadros da administração pública. Nas novas constituições, que passariam a ordenar os estados, consegue-se captar uma considerável preocupação com o setor de segurança pública.

Os decretos que organizavam a polícia no Rio de Janeiro a definiam como “a constituição sistemática dos agentes indispensáveis para a proteção dos direitos individuais e a manutenção da ordem pública”. A polícia carioca, sob a superintendência do ministro da Justiça, seria comandada pelo Chefe de Polícia, que, por sua vez, era auxiliado por delegados auxiliares ou subdelegados.<sup>240</sup>

Em São Paulo, seria adotado o princípio da livre nomeação de delegados e chefes de polícia pelos governadores. Marcelo Thadeu Quintanilha Martins elucida a esse respeito que, por meio de um decreto, Campos Salles determinou que a polícia continuaria sendo dirigida por um Chefe de Polícia que estaria subordinado ao secretário dos Negócios da Justiça e sob a inspeção do Presidente do Estado. O costume adotado desde o Império seria mantido, e seriam nomeados para o cargo de chefe de polícia, juízes e desembargadores, o que reataria os laços entre os poderes do executivo e do judiciário.<sup>241</sup>

Na capital paulista, seria ainda criada, em 1897, uma Guarda Cívica, substituindo o antigo corpo do Urbanos. Martins alega que a atribuição dessa nova força policial seria a de fiscalizar os divertimentos públicos, a circulação de veículos, os hotéis e as associações de classe. Seu uniforme seria vistoso, propositalmente semelhante aos dos policiais londrinos, portenhos e bostonianos, denotando progresso e transmitindo a visão de um ambiente civilizado.<sup>242</sup>

---

<sup>240</sup> BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas...** p. 38.

<sup>241</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado...** p. 35.

<sup>242</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado...** p. 36.

No Rio Grande do Sul, coube a Borges de Medeiros<sup>243</sup> elaborar o projeto de lei de organização do policial do Estado. Cláudia Maunch entende que o desembargador foi fundamental na montagem da ordem jurídica republicana.<sup>244</sup> Ela explica que o Chefe de Polícia, subordinado diretamente ao Presidente do Estado, ficaria responsável pelas ações da Polícia Judiciária, desempenhando diligências para a verificação de crimes e contravenções, prisões, inspeção das prisões, entre outras.<sup>245</sup>

O mesmo decreto organizou a Polícia Administrativa da capital. Claudia Maunch revela que esse processo demonstrou as intenções de modernizar o policiamento através de uma instituição civil especializada na vigilância. Seu regulamento colocava o Intendente municipal como autoridade máxima, subordinado ao Chefe de Polícia, e secundado pelos subtenentes dos distritos, auxiliares, inspetores e agentes, cuja responsabilidade era a de fazer cumprir as posturas municipais, inspecionar os espaços públicos e pôr sob custódia os desordeiros, bêbados e prostitutas.<sup>246</sup>

No Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1889 e 1906, a administração seria organizada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891, e passaria a contar com três secretarias. Dentre elas, a Secretaria do Interior, que ficaria responsável pela justiça, higiene, instrução pública e segurança, incluindo a Chefia de Polícia e a Força Policial.<sup>247</sup> A lei estadual nº 30, de 16 de julho de 1892, organizou os campos de ação da polícia,<sup>248</sup> que foi regulamentada no decreto nº 613, de 9 de março de 1893, de modo que o território mineiro passaria a ser dividido, para a administração policial, em municípios, distritos e seções, supervisionados pelo Chefe de Polícia.<sup>249</sup>

Os requisitos para ser Chefe de Polícia incluíam ser nomeado pelo presidente de Estado e ser doutor ou bacharel em direito, com pelo menos quatro anos de prática de foro administrativo. As atribuições do cargo abrangiam as funções de Polícia Judiciária, devendo cuidar das diligências necessárias para a investigação de crimes, realizar corpo de delito e fazer

<sup>243</sup> Antônio Augusto Borges de Medeiros foi um jurista e uma das lideranças do Partido Republicano Rio-Grandense, participando da assembleia que produziu a Constituição de 1891. Além disso, escolhido como sucesso de Júlio de Castilhos, atuou como presidente de estado do Rio Grande do Sul, onde elaboraria a referida lei.

<sup>244</sup> MUNCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929...** p. 39 e 40.

<sup>245</sup> MUNCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929...** p. 43.

<sup>246</sup> MUNCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929...** p. 48.

<sup>247</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Cria três secretarias de Estado. **Coleção das Leis do Estado de Minas Gerais – 1891:** Leis, Ouro Preto, MG, p. 32-37, 1891.

<sup>248</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 30, de 16 de julho de 1892. Contém a organização policial. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1892:** Leis, Ouro Preto, MG, v. I, p. 15-25, 1892.

<sup>249</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 613, de 9 de março de 1893. Consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre o serviço policial e das outras providências para a execução da lei nº 30, de 16 de julho de 1892. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1893:** Decretos, Ouro Preto, MG, p. 289-341, 1893.

buscas e apreensões; mas incluíam, ao mesmo tempo, agir como Polícia Administrativa, fiscalizando os termos de bem viver, passaportes, dispersando ajuntamentos ilícitos, inspecionando teatros e espetáculos públicos e prevenindo delitos, a fim de manter a tranquilidade e a segurança pública. Além disso, o posto abarcava a tarefa de arregimentar a Secretaria de Polícia, as prisões e dar instruções aos delegados, subdelegados e auxiliares, organizar os mapas de estatística policial e fazer relatórios ao secretário do Interior.<sup>250</sup>

Contudo, durante o período de construção da nova capital mineira, o que se observa é que o delegado especial de Sabará, o capitão António Lopes de Oliveira,<sup>251</sup> teria sua jurisdição ampliada até Belo Horizonte. No ano de 1895, ele assumiu o policiamento integral da cidade, permanecendo como autoridade inflexível até a inauguração da capital. Ele manteve, segundo Abílio Barreto, poderes quase discricionários de polícia e justiça em seus múltiplos desdobramentos.<sup>252</sup>

Com a transferência da capital da cidade de Ouro Preto para Belo Horizonte, foi criada, pela lei municipal nº 12, de 8 outubro de 1903, a Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte, composta por civis denominados vigilantes. Fábio Luiz Rigueira Simão salienta que essa modesta corporação, do ponto de vista quantitativo, seria destinada a se fazer cumprir as posturas e regulamentos constantes das leis e dos decretos municipais, proibindo, coagindo e punindo aqueles que os contrariassem.<sup>253</sup>

Devido ao crescimento e à ocupação territorial da nova capital, no entanto, a Turma de Guardas e Vigias mostrou-se incapaz de agir por todo o perímetro urbano. Por conta disso, fez-se necessário a criação da Guarda Civil, em 27 de agosto de 1904, através da Lei nº 380. Subordinada ao Chefe de Polícia, a Guarda Cívica ficou responsável pelo policiamento dentro dos respectivos municípios.<sup>254</sup> Não obstante, uma vez que a administração de Belo Horizonte se dava de forma distinta das demais cidades do estado, ela seria implementada na capital pelo

<sup>250</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 613, de 9 de março de 1893. Consolida as disposições legislativas e regulamentares sobre o serviço policial e das outras providências para a execução da lei nº 30, de 16 de julho de 1892. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1893**: Decretos, Ouro Preto, MG, p. 289-341, 1893.

<sup>251</sup> Chegando à patente de major, António Lopes de Oliveira esteve à frente da delegacia de Belo Horizonte por quase 20 anos, atingindo renome por prezar pela moral e bons costumes, tratando de forma violenta os arruaceiros.

<sup>252</sup> BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte**: memória histórica e descritiva – História média. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v. p. 350.

<sup>253</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte**. 2008. 136 p. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/F%C3%A1bio-Sim%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 jul 2018. p. 87.

<sup>254</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 380, de 27 de agosto de 1904. Cria a Guarda Cívica do Estado, Belo Horizonte. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1904**: Leis, Belo Horizonte, MG, p. 10-12, 1904.

Presidente do Estado, Wenceslau Brás, somente no ano de 1909, por meio do decreto nº 2.654.<sup>255</sup>

Segundo esclarece Albert Francis Cotta, a Guarda Civil era composta por duzentos homens, divididos em três classes, sendo trinta de 1ª, setenta de 2ª e cem de 3ª. Além disso, ela possuía um Fiscal Geral, nomeado pelo Presidente de Estado, nove fiscais de turmas e um auxiliar de escrituração, todos eles escolhidos pelo Chefe de Polícia entre os guardas de 1ª classe. Conforme o mesmo autor, a Guarda Civil estaria subordinada ao Secretário do Interior e às ordens do Chefe de Polícia, sendo incluída, entre os anos de 1910 e 1911, na administração da Brigada Policial.<sup>256</sup>

Com sede, inicialmente, na Secretaria de Polícia e seus guardas distribuídos pelas circunscrições policiais, a Guarda Civil teria as funções de garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública da Capital do Estado através da vigilância.<sup>257</sup> Porém, entre os anos de 1915 e 1918, os guardas também foram designados para desempenhar o serviço de inspeção de veículos e investigações policiais.<sup>258</sup>

Nesse mesmo período, outras instituições foram fomentadas dentro da Secretaria de Polícia: o Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, criado no ano de 1909, pelo decreto nº 2.473;<sup>259</sup> a Inspetoria de Veículos, que se tornou um serviço autônomo, desagregando a turma de inspetores da Guarda Civil, a partir do ano de 1918, pelo decreto nº 5.030;<sup>260</sup> o Gabinete Médico Legal, criado pela lei nº 550, de 22 de junho de 1911;<sup>261</sup> e o Gabinete de Investigações e Capturas, iniciado com uma turma destacada da Guarda Civil em 1912, e que viria a funcionar, de fato, a partir de 1920.<sup>262</sup>

Mário Cléber Martins Lanna Júnior elucida acerca desse último gabinete que ele fora criado para atender à necessidade de um serviço na Polícia que se encarregasse do levantamento

<sup>255</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 2.654, de 13 de outubro de 1909. Cria a Guarda Civil para a Capital do Estado. Belo Horizonte. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1909**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 414-428, 1909.

<sup>256</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 86.

<sup>257</sup> COTTA, Francis Albert. **História da Polícia Militar de Minas Gerais...** p. 86.

<sup>258</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; *et. al.* **História da Polícia Civil de Minas Gerais**: a Instituição ontem e hoje. Ed. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008. v. 1. 197p. p. 50

<sup>259</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 2.473, de 20 de março de 1909. Cria o Gabinete de Identificação e de Estatística Criminal. Belo Horizonte. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1909**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 164-165, 1909.

<sup>260</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 5.030, de 9 de julho de 1918. Aprova o regulamento para o serviço de veículos. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1918**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 306-321, 1918.

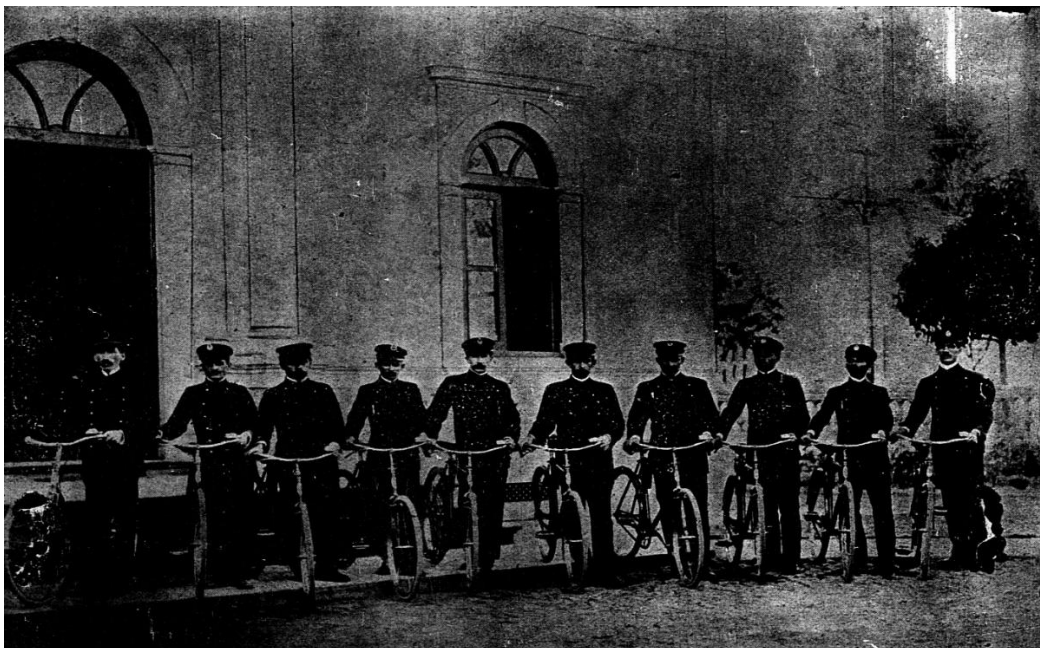
<sup>261</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 550, de 22 de junho de 1911. Cria o lugar de médico legista da Capital. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1911**: Leis, Belo Horizonte, MG, p. 3-4, 1911.

<sup>262</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; *et. al.* **História da Polícia Civil de Minas Gerais**: a Instituição ontem e hoje... p. 53, 55 e 57.

dos delitos mais frequentes e da identificação de indivíduos, tanto para a prevenção dos crimes como para a tentativa de facilitar a investigação e a captura de criminosos. Ainda segundo o autor, esse órgão deveria seguir os moldes do Gabinete do Distrito Federal no Rio de Janeiro, com as identificações sendo feitas por fichas, reunindo as fotos de frente e de perfil e contendo a descrição das características físicas das pessoas.<sup>263</sup>

No caso da Inspetoria de Veículos, Mário Cléber Martins Lanna Júnior argumenta que sua criação adveio da modernidade, que trouxera consigo os veículos automotores e o crescimento do trânsito daqueles com tração animal. Segundo o pesquisador, a Polícia ficaria a cargo de controlar essa grande circulação, por se tratar de objeto relacionado à tranquilidade pública e que, por meio de acidentes, poderia causar danos a bens particulares e às pessoas.<sup>264</sup> Para evitar tais transtornos, inicialmente, foram realocados agentes da Guarda Civil, (**Figura 2**), para desempenhar a fiscalização do trânsito.

Figura 2 – Ciclistas da Inspeção de Veículos – 1912



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

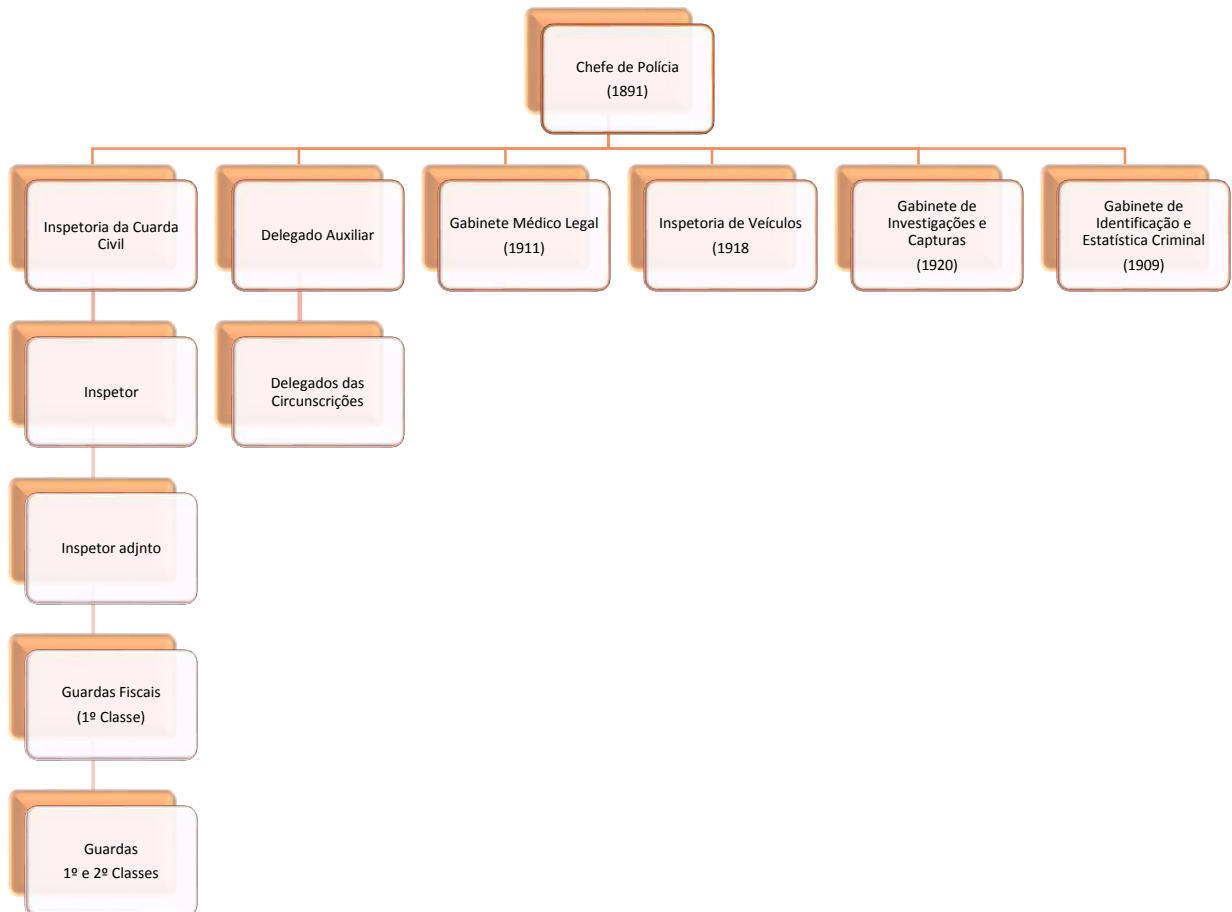
Já o serviço médico legal mostrou-se, durante grande período, ineficiente, por conta da falta de pessoal e de novos aparelhos de pesquisa. Mário Cléber Martins Lanna Júnior relata que esse gabinete era composto por um médico legista e um servente, os quais atendiam, além

<sup>263</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; *et. al.* **História da Polícia Civil de Minas Gerais: a Instituição ontem e hoje...** p. 53 e 54.

<sup>264</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; *et. al.* **História da Polícia Civil de Minas Gerais: a Instituição ontem e hoje...** p. 54.

da capital, os municípios mais próximos. No organograma abaixo, (**Figura 3**), é possível observar todas as repartições que foram subordinadas à Chefia de Polícia, bem como os anos em que passaram a funcionar efetivamente.

Figura 3 – Organograma da Chefia de Polícia entre os anos 1891 e 1926



FONTE: MINAS GERAIS. Lei nº 6, de 16 de outubro de 1891; Lei nº 30, de 16 de julho de 1892; Decreto nº 613, de 9 de março de 1893; Lei nº 380, de 27 de agosto de 1904; Decreto nº 2.654, de 13 de outubro de 1909; Decreto nº 2.473, de 20 de março de 1909; Decreto nº 5.030, de 9 de julho de 1918; Lei nº 550, de 22 de junho de 1911. Cria o lugar de médico legista da Capital. **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais: Leis e Decretos**, Belo Horizonte, MG.

É importante ressaltar que todos esses gabinetes e seções, bem como a própria Guarda Civil, que compunham a Secretaria de Polícia, e, em alguns momentos, a Brigada Policial, estavam sob o comando do Chefe de Polícia. Através do decreto nº 1.573 de 24 de janeiro de 1903, o Chefe de Polícia acumulava os cargos de secretário de Polícia, comandante da Força

Pública, além do seu próprio, contando com delegados auxiliares somente quando o Governo julgava conveniente.<sup>265</sup>

Essa situação se manteria até 1909, quando o Chefe de Polícia deixaria de comandar a Força Pública. No início da década de 1910, a Segurança Pública se tornou uma preocupação nacional, o que provocou uma série de reformas na organização policial mineira. Entretanto, Lanna Júnior aponta que essas reformas esbarraram na falta de recursos financeiros e humanos, fazendo com que o comando da Força Pública voltasse às mãos do Chefe de Polícia, por volta de 1914.<sup>266</sup>

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi reforça essa ideia ao informar que, durante o governo de Delfim Moreira (1914-1918), foram introduzidas uma série de modificações, inúmeros cortes e reduções de gratificações, e acrescenta ainda que o fato de tornar a Força Pública de Minas Gerais uma Força Auxiliar do Exército Nacional desagradou às corporações mineiras. Os investimentos retornaram, durante o governo de Arthur Bernardes (1918-1922), à Força Pública, que contou com o crescimento de efetivos e a melhoria de equipamentos, além da concessão de uma série de promoções ao oficialato.<sup>267</sup>

A última grande reestruturação, dentro do período republicano, aconteceria durante o governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrade (1926-1930), por determinação da Lei nº 919, de setembro de 1926, que designou a instalação da Secretaria de Segurança e Assistência Pública de Minas Gerais. Por meio dessa lei, o cargo de Chefe de Polícia seria extinto, competindo ao secretário de Segurança e Assistência Pública suas atribuições e, conjuntamente, a responsabilidade pela Polícia Militar, pela higiene, pela saúde e pela assistência pública.<sup>268</sup>

Após essa análise sobre a composição da Força Pública mineira, pode-se constatar que ela era composta tanto por corpos civis quanto militares. Sofrendo diversas alterações durante o período analisado, diversificou-se em números de componentes, organização, chefia e funções policiais. Entende-se igualmente que as forças policiais no Brasil, especificamente em Minas Gerais, teriam tido por atribuição técnica a função mista de polícia administrativa e judiciária, posto que teriam atuado tanto no caráter fiscalizador quanto na função jurisdicional penal.

---

<sup>265</sup> MINAS GERAIS. Decreto nº 1.573, de 24 de janeiro de 1903. Aprova o Regulamento que reorganiza a Brigada Policial. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1903**: Decretos, Belo Horizonte, MG, p. 38-129, 1903.

<sup>266</sup> LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; *et. al.* **História da Polícia Civil de Minas Gerais**: a Instituição ontem e hoje... p. 60 e 63.

<sup>267</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República...** p. 52.

<sup>268</sup> MINAS GERAIS. Lei nº 919, de 14 de setembro de 1926. Revigora o art. 1º da lei nº 643 de 1º de outubro de 1914, desdobrando em duas a Secretaria de Interior e contém outras disposições. Belo Horizonte, MG, **Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais – 1926**: Leis, Belo Horizonte, MG, p. 12-14, 1926.

Outro ponto identificado é o interesse dos seus idealizadores em implementar, nas instituições nacionais, aspectos das brigadas de nações estrangeiras, como as europeias, consideradas modelo nesse quesito. Observa-se que as denominadas “missões estrangeiras” teriam sido, em grande parte, as responsáveis pela transferência desses modelos.

Definidas e sistematizadas as Forças Policiais mineiras no período republicano, bem como toda a estrutura na qual ela era constituída, obtém-se os referenciais necessários para se compreender a influência que a atuação desses corpos policiais exerceu no desenvolvimento na sociedade belo-horizontina da primeira república.

Tendo apresentado, nesta seção, as informações referentes aos conceitos e ideais que engendraram as reformas e projetos urbanos da Primeira República, discute-se, no próximo capítulo, os seus efeitos sobre a paisagem da capital mineira.

### **CAPÍTULO 3: INFLUÊNCIA DO CONTROLE POLICIAL NA PAISAGEM URBANÍSTICA DE BELO HORIZONTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Com a finalidade de problematizar a apropriação dos espaços e a transformação das paisagens da cidade de Belo Horizonte durante a sua construção e desenvolvimento, bem como a influência exercida pelo controle das forças policiais – mais especificamente, pela Guarda Civil – no cotidiano dos moradores da nova capital, neste capítulo, analisa-se os seguintes documentos: os relatórios da Secretaria de Polícia, enviados anualmente ao secretário de Estado dos Negócios do Interior; algumas Partes Diárias da Guarda Civil; e algumas edições de periódicos do período, como o *Almanaque Laemmert*, e dos jornais *A Capital* e *O Estado*. Além disso, busca-se identificar a transformação da paisagem urbana da Cidade de Minas através das ações da força pública, dando destaque às divisões de suas circunscrições e distritos, e, por fim, demarcar os postos de policiamento dentro deles.

Em seguida, através do levantamento dos resultados das operações policiais, procura-se examinar a utilização dessa força como ferramenta dos grupos sociais que ocupavam o poder. Para tanto, toma-se por base a perspectiva de Cosgrove, de que o poder não se relaciona apenas ao escopo limitado de um grupo executivo ou do governo, mas, sim, ao grupo ou classe cujo poder de dominação sobre os outros se baseia no controle dos meios de vida.<sup>269</sup> Cosgrove argumenta a esse respeito que:

No final, são eles que determinam, de acordo com seus próprios valores, a alocação do excedente social produzido por toda a comunidade. Seu poder é mantido e

---

<sup>269</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 230.

reproduzido, até um ponto consideravelmente importante, por sua capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e por todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência e ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um.<sup>270</sup>

Percebe-se, portanto, que o projeto de construção da nova capital, bem como a ocupação dos seus espaços puseram em prática, sobretudo, os desejos de uma elite republicana que ansiava pelo saneamento, embelezamento e modernização das cidades. Nesse mesmo contexto, o desenvolvimento de um cinturão e o controle de fluxo demonstravam como a preocupação estava centrada nos movimentos de massa.<sup>271</sup> Todavia, é importante destacar que essa imagem se trata apenas de um reflexo da realidade, portanto, não retrata com fidelidade as apropriações da paisagem.

Nesse sentido, pretende-se verificar, na paisagem, a interação da cultura dominante com as culturas chamadas de alternativas ou subordinadas, mesmo sendo elas menos visíveis na paisagem.<sup>272</sup> Assim, se buscará questionar tanto a concepção de ordem implementada pelas autoridades do Estado quanto a efetividade do patrulhamento e do controle da força pública que tentou-se exercer na cidade de Belo Horizonte durante o período da Primeira República.

### 3.1 O controle do cotidiano e da circulação: paladinos da ordem *versus* desordeiros

Ao longo desse estudo, foi possível constatar que as forças policiais mineiras vivenciaram diversas mudanças. Através da análise da legislação competente e da bibliografia que se desenvolveu em torno dela, foi possível constatar que a Polícia, sendo reflexo da sociedade da qual era parte, precisou passar por um processo tanto de moralização quanto de modernização, pois boa parte dos indivíduos engajados como praças, que compunham a maior porção da tropa, pertenciam a camadas da sociedade consideradas mais inferiores.

A esse respeito, Marina Guedes Costa e Silva elucida que, com a finalidade de controlar, simultaneamente e em diferentes escalas de hierarquia, a presença da população nas ruas, a força policial teria organizado seu exercício de poder de maneira piramidal.<sup>273</sup> Na busca pelo equilíbrio entre a disciplina dos quartéis e de inteligência e liberdade para agir nas diversas

<sup>270</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 230.

<sup>271</sup> SENNETT, Richard. *Corpos em Movimento – A revolução de Harvey...* p. 268 e 269.

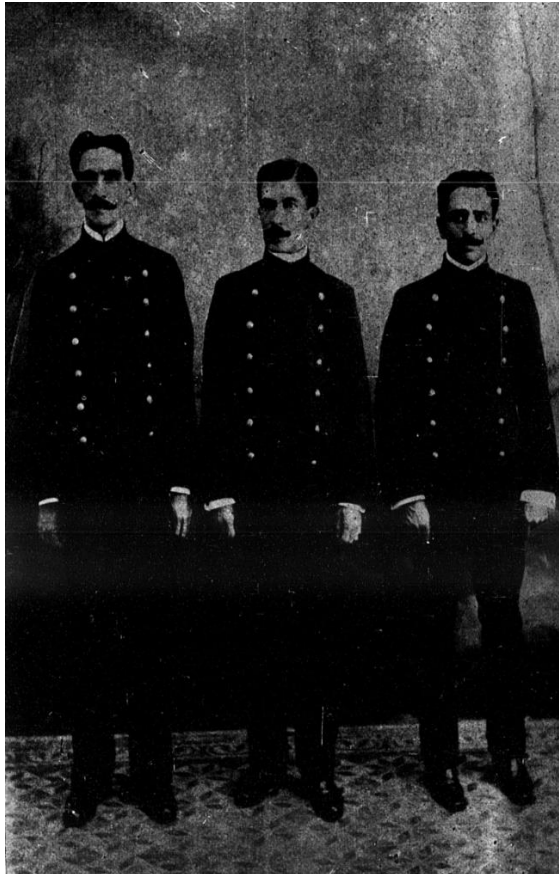
<sup>272</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 233.

<sup>273</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009. p. 55.

circunstâncias que o patrulhamento de rua proporcionava, a polícia acabou por priorizar uma forte militarização.<sup>274</sup>

Esse aspecto se consolida na identificação de alguns pontos em ambas as polícias, civil e militar, do período. A busca pela uniformização e padronização de procedimentos, por exemplo, expressa a tentativa de colocar a unidade à frente do indivíduo, propiciando uma indumentária de fácil reconhecimento (**Figura 4**). Outra característica marcante dessas ordens é a pirâmide hierárquica e a disciplina para mantê-la, estrutura essa observada simultaneamente em diferentes escalas que se aproximavam ou se distanciavam do policiamento nas ruas, mas que deixavam implícita sua presença.<sup>275</sup>

Figura 4 – Guardas da Guarda Civil de Belo Horizonte – 1912



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

Nesse sentido, há de se considerar que, no avançar das três fases vivenciadas pelas forças policiais de Belo Horizonte, foram instituídas diversas mudanças na divisão, cada vez mais precisa, do espaço policial da cidade.

<sup>274</sup> HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro...** p. 225.

<sup>275</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)...** p. 55.

Durante os primeiros anos do policiamento, através do Relatório da Secretaria de Polícia de 1897, pelo então Chefe de Polícia Dr. Aureliano Moreira de Magalhães, é possível notar que esse Chefe ordenou a redução dos postos policiais na capital a um central, junto à Secretaria de Polícia, onde ficaria de prontidão um contingente de sete praças. Para ele, essa redução se justificaria pelas despesas desnecessárias com o aluguel de casas para o alojamento de praças.<sup>276</sup> Indo mais a fundo, pode-se dizer que essas medidas foram adotadas, provavelmente, em decorrência de duas situações: a primeira estaria ligada ao fato de que a ocupação inicial da nova capital não se deu de forma tão acelerada, diminuindo-se assim a necessidade de um extenso patrulhamento naquele momento; a outra estaria relacionada ao número limitado de praças engajados na força pública. Tais situações não se colocariam necessariamente em oposição, uma vez que, mesmo com a redução de postos, o número de guardas disponíveis para o serviço de vigilância mostrava-se ineficiente.

Outro aspecto a se destacar no relatório de Aureliano de Magalhães é sua explicação sobre a construção do palácio destinado à repartição central da Polícia do Estado na nova capital. A construção, situada na rua da Bahia, próxima aos palácios da Secretarias do Interior e das Finanças, teria a fachada no estilo arquitetônico moderno e mediria setenta e cinco metros de frente. Esse edifício abrigaria os gabinetes e salões das repartições que estariam a serviço do Chefe de Polícia.<sup>277</sup>

Já no relatório do ano de 1898, de autoria do mesmo chefe, pode-se observar que a área compreendida dentro da Avenida do Contorno fora dividida em vinte e um distritos irregulares menores na região central e que se tornavam maiores nos limites com a área suburbana. É igualmente importante salientar que essa área, delimitada pelas Avenidas Cristóvão Colombo e Araguaia e com a Avenida Afonso Pena como eixo longitudinal, estava na região implementada pela CCNC para a ocupação dos primeiros trinta mil habitantes.<sup>278</sup>

Ao se analisar a descrição das áreas, compreende-se que os doze primeiros distritos foram fixados nessa região central, entre as avenidas Araguaia e Cristóvão Colombo<sup>279</sup>,

---

<sup>276</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1897. p. 17. Notação: 001 F-5.

<sup>277</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1897. p. 17. Notação: 001 F-5.

<sup>278</sup> AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital**: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. 2006. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006. p. 126.

<sup>279</sup> É importante salientar que avenida Cristóvão Colombo teve seu nome alterado para avenida Bias Fortes, entretanto, parte dela conserva seu nome. A avenida Araguaia, hoje, é denominada Avenida Francisco Sales. A avenida Paraúna é hoje denominada Getúlio Vargas. A avenida Paraibuna é hoje denominada rua Professor Moraes. A avenida da Liberdade é hoje denominada avenida João Pinheiro. A avenida São Francisco é hoje denominada avenida Olegário Maciel. A avenida Paraopeba é hoje denominada avenida Augusto de Lima. A Avenida Floriano Peixoto é hoje denominada Avenida Brasil. Avenida 17 de dezembro hoje é denominada de Avenida do Contorno. Optou-se por manter os nomes da época.

abrangendo: a avenida de Paraúna, a avenida do Brasil, a avenida Álvares Cabral, a avenida do Amazonas, a rua do Paraibuna, a rua Rio Grande do Norte, a rua Paraíba, a rua de Pernambuco, a rua das Alagoas, a rua de Sergipe, a Avenida da Liberdade, a rua da Bahia, a rua do Espírito Santo, a rua do Rio de Janeiro, a rua de São Paulo, a rua de Curitiba, a rua de Santa Catarina, a avenida do Paraná, a rua Guarani, a avenida do São Francisco, a rua do Rio Grande do Sul, a rua Mato Grosso, a rua Antônio de Albuquerque, a rua Thomé de Souza, a rua dos Inconfidentes, a rua Santa Rita Durão, a rua Cláudio Manoel, a rua Gonçalves Dias, a rua Bernardo Guimarães, a rua dos Aimorés, a rua dos Timbiras, a rua dos Guajajaras, a avenida Paraopeba, a rua Goitacazes, a rua do Tupis, a rua dos Tamoios, a rua dos Carijós, a rua dos Tupinambás e a rua dos Caetés.<sup>280</sup> Através da compreensão de que esses distritos policiais acompanham o traçado original da planta de Aarão Reis, pode-se afirmar que a maneira como foram distribuídos se justifica pela forma como foi prevista a ocupação da cidade e sugere uma tentativa de cobrir o policiamento por toda ela. Outro ponto de destaque refere-se ao descaso tanto com a divisão de distritos quanto com ao policiamento em si das regiões suburbanas.

Além disso, por esse mesmo Relatório, o Chefe de Polícia revê a necessidade dos postos policiais, espalhando-os pela cidade e, desta vez, ordenando a construção de casas para o alojamento das praças que ficariam de prontidão para os casos urgentes.<sup>281</sup> Esses postos viriam a se tornar o primeiro esboço das subdelegacias, pois, para complementar o policiamento, seriam nomeados subdelegados para os distritos<sup>282</sup>, que se instalariam em alguns postos.

Aureliano de Magalhães ressalta também a ausência de um estabelecimento destinado a acolher uma cadeia na Nova Capital, ficando essa provisoriamente instalada no edifício da polícia central do Estado. Conforme Aureliano de Magalhães, esse espaço mostrava-se sem os preceitos higiênicos adequados para o fim destinado, devendo-se somar a esse problema o crescimento no fluxo de detentos que eram direcionados para a Capital para responder aos processos após a instalação da comarca de Belo Horizonte. A esse respeito, o chefe de polícia afirmou então que,

o quadro estatístico do movimento dos xadrezes da Capital demonstra quanto é elle importante e que pelo desenvolvimento da cidade, já habitada por milhares de indivíduos de diferentes paizes, raças e costumes, a acção policial exercita-se de modo extenso quanto às prisões, nomeadamente correccionais, para as leves contravenções.<sup>283</sup>

<sup>280</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1898. p. 32. Notação: 001 F-5.

<sup>281</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1898. p. 17. Notação: 001 F-5.

<sup>282</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1899. p. 232. Notação: 001 F-5.

<sup>283</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1898. p. 14. Notação: 001 F-5.

A cadeia ganharia, assim, um novo espaço, considerado mais adequado, a partir de fevereiro de 1900. Desde então, podia-se observar seu aparecimento nos relatórios dos chefes de polícia, que passaram a prestar esclarecimentos anuais sobre a situação dela. Normalmente, eram relatados o número de presos, o responsável pelo fornecimento da alimentação aos enclausurados, o carcereiro e, também, o administrador.<sup>284</sup>

Por meio do relatório entregue no ano de 1905, é possível identificar que a cidade passou a ser dividida em duas circunscrições e, para administrá-las, seriam designados delegados militares. As delegacias funcionariam em prédios alugados, estando a da 1ª Circunscrição situada na Avenida do Contorno e, a da 2ª Circunscrição, na Avenida Amazonas.<sup>285</sup> Contudo, nota-se no relatório de 1908, que a delegacia da 2ª Circunscrição havia mudado sua localização para a rua São Paulo, mudança essa que se tornou possível devido ao fato de a localidade ser alugada.<sup>286</sup>

Em sua pesquisa no APM, Marina Guedes Costa e Silva se deparou com um documento na Série de Ocorrências Policiais cujo conteúdo informava que a cidade de Belo Horizonte seria dividida em duas circunscrições policiais, uma ao norte e outra ao sul da Avenida Álvares Cabral. A primeira, localizada ao norte, seria composta por sete distritos, já a segunda, ao sul, por onze distritos.<sup>287</sup> É importante ressaltar que essa nova divisão, proposta de forma intencional, ocorreu devido ao fato de a segunda circunscrição ser mais povoada do que a primeira, o que resultou numa maior fragmentação e em distritos menores. Além disso, ela incluía o policiamento das zonas suburbanas e dos núcleos coloniais.

No relatório do ano de 1909, produzido pelo chefe Urias de Mello Botelho, atesta-se a nomeação dos subdelegados a seus respectivos distritos de policiamento,<sup>288</sup> corroborando a documentação encontrada por Marina Guedes Costa e Silva. Ademais, destaca-se, nessa nomeação, a ausência de um possível subdelegado para o 11º distrito da 2ª circunscrição, provavelmente pelo fato de que essa área ainda vivenciava um vazio demográfico. Além do mais, nesse mesmo relatório, no anexo de autoria do 1º Delegado Auxiliar, é possível perceber que tanto as delegacias da 1ª e 2ª circunscrições quanto os quatro postos suburbanos, do Barro Preto, Lagoinha, Floresta e Calafate, achavam-se instalados em prédios particulares, gerando grande ônus em aluguéis para o Estado.<sup>289</sup>

<sup>284</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1900. p. 19. Notação: 001 F-5.

<sup>285</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1905. p. 59. Notação: 001 F-5.

<sup>286</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1908. p. 247. Notação: 001 F-5.

<sup>287</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)**... p. 64 e 138.

<sup>288</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1909. p. 42. Notação: 002 F-5.

<sup>289</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1909. p. 139. Notação: 002 F-5.

Na segunda década do século XX, o desenvolvimento e a ampliação da Força Pública resultam numa sofisticação do policiamento da capital. A criação da Guarda Civil, já há muito demandada pelos chefes de polícia, proporcionou a redistribuição dos soldados da Brigada para o patrulhamento das áreas suburbanas, enquanto os guardas civis eram designados à área urbana. Similarmente, a criação do Gabinete de Identificação demandaria mais espaço na secretaria, forçando a redistribuição de delegacias.

No relatório do Chefe de Polícia Dr. Américo Ferreira Lopes, do ano de 1911, destaca-se seu comentário acerca do prédio para a Secretaria de Polícia das delegacias circunscricionais da cidade. Em sua visão, seria vantajosa a aquisição de uma casa situada na rua da Bahia, a fim de acomodar a Secretaria, a Guarda Civil e a Delegacia da 1ª Circunscricção, o que pouparia grande soma nos aluguéis de edificações para acomodá-las. Ele relata, ainda, a urgência em se construir uma sede para a Delegacia da 2ª Circunscricção, com o intuito de gerar economia para as instalações da repartição e dos postos da Lagoinha, Barro Preto, Floresta e Calafate, que haviam sido suprimidos por falta de acomodações convenientes.<sup>290</sup>

Esse é o primeiro relatório a trazer como anexo as observações dos delegados da 1ª e 2ª circunscricções, detalhando de melhor forma o funcionamento do serviço de policiamento da capital no período. Nesse seguimento, revela-se que, em ambas as circunscricções, o policiamento da região urbana seria executado pela Guarda Civil e das regiões suburbanas pelos soldados da Polícia Militar.<sup>291</sup>

Ademais, seria demanda de ambos os delegados o aumento do número de guardas, a fim de exercer o policiamento de forma satisfatória. Segundo Oscar Paschal, delegado da 2ª circunscricção, a cidade crescia a passos gigantesco, havendo muitos pontos que reclamassem uma fiscalização mais severa. Conforme argumentava, o acúmulo do serviço era tão grande que ele sugeria a divisão das circunscricções em duas, ou mesmo a nomeação de auxiliares que pudessem arcar com as atribuições do delegado. Também seriam suprimidos os postos policiais suburbanos e seu pessoal ficaria disponível para o posto daquela delegacia.<sup>292</sup>

Entre os anos de 1910 e 1911, a Secretaria de Polícia passaria por uma reestruturação, tanto do seu pessoal quanto do seu espaço ocupado, (**Figura 5**). No relatório de 1912, do Chefe de Polícia, o Dr. Américo Ferreira Lopes destaca os resultados dessas reformas e aquisições por ele defendidas. No mesmo relatório, ao citar o prédio da Secretaria, Lopes apresenta todas as repartições que funcionariam no local, tal qual a seguir:

---

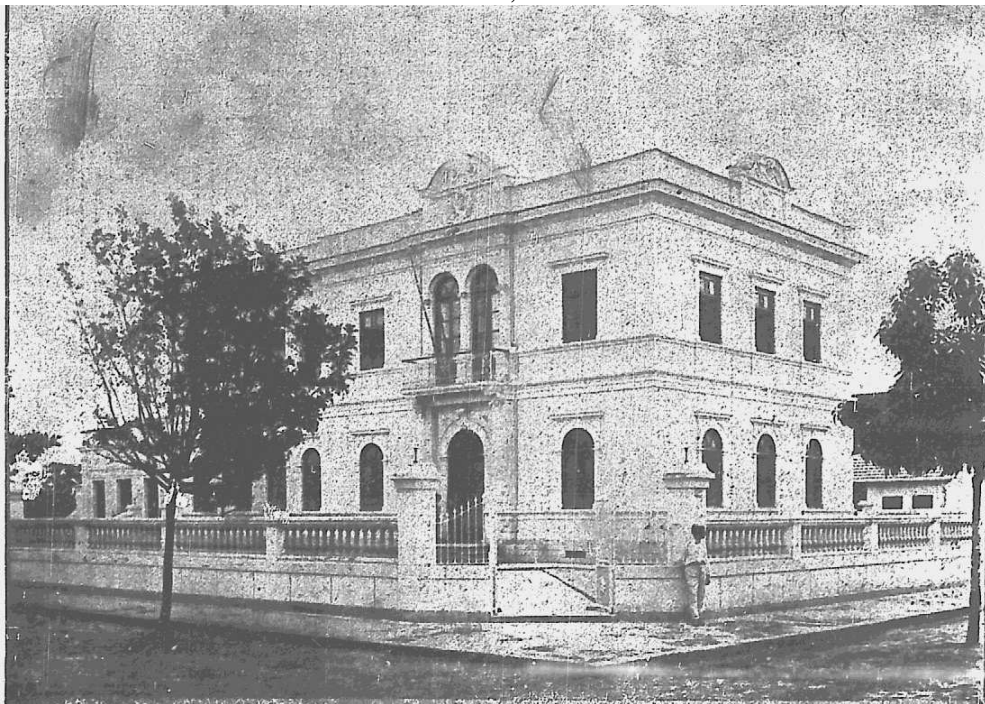
<sup>290</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1911. p. 7. Notação: 002 F-5.

<sup>291</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1911. p. 71 e 76. Notação: 002 F-5.

<sup>292</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1911. p. 76 e 77. Notação: 002 F-5.

ficou o edifício dotado de espaçosos salões, boas salas e diversas dependências, todas rigorosamente limpas e higienicas. No pavimento superior acham-se o Gabinete do Chefe de Polícia, sala do official de gabinete e ajudante de ordens, gabinetes do delegado auxiliar e médico legista, portaria e salões onde trabalham as duas secções. No inferior estão o gabinete do fiscal geral da Guarda Civil, as salas dos ficas e dos guardas; o Gabinete de identificação, constando do gabinete do diretor, secção de identificação, secção de estatística, salas de identificação civil e criminal, arquivo, atelier photographico, arquivo geral da Repartição e deposito de armas. O edificio fica ao centro de amplo pateo todo calçado a pedra faceada, achando-se de um lado as cocheiras dos animaes de tracção dos carros, aposentos para os cocheiros, galpões para os carros de presos e de transportes de cadaveres, garages para os automoveis da Polícia e dos bombeiros e depositos de roupas para presos. Ao lado opposto ficam a delegacia da 1ª circunscripção, o alojamento das praças do respectivo posto, sala de armas e quatro xadrezes para prisões correccionais.<sup>293</sup>

Figura 5 – Edifício da Secretaria da Polícia, Rua da Bahia com Bernardo Guimarães



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

O Chefe ressalta, além disso, que, nesse prédio com tantas dependências e que centralizava tantos serviços, instalou-se um centro telefônico para as comunicações internas. As obras de adaptação e construção de novas dependências somariam mais de 20:000\$000, investimento que se justificaria com a economia gerada pelo término dos aluguéis dos edifícios onde funcionavam a Guarda Civil e a Delegacia da 1ª Circunscripção, (**Figura 6**). O relatório segue mostrando fotografias das repartições, equipamentos e viaturas, bem como alguns funcionários (**Figuras 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13**).<sup>294</sup>

<sup>293</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1912. p. 6. Notação: 002 F-5.

<sup>294</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1912. p. 6 e 7. Notação: 002 F-5.

Figura 6 – Prédio da Inspetoria da Guarda Civil em Belo Horizonte e que foi sede da Delegacia da 1º Circunscrição – MG. Autoria: Raimundo Alves Pinto. Data: 1911.



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Fundo: Secretaria da Agricultura. Notação: SA-1-001(150)

FIGURA 7 – Gabinete do Chefe de Polícia, 1912



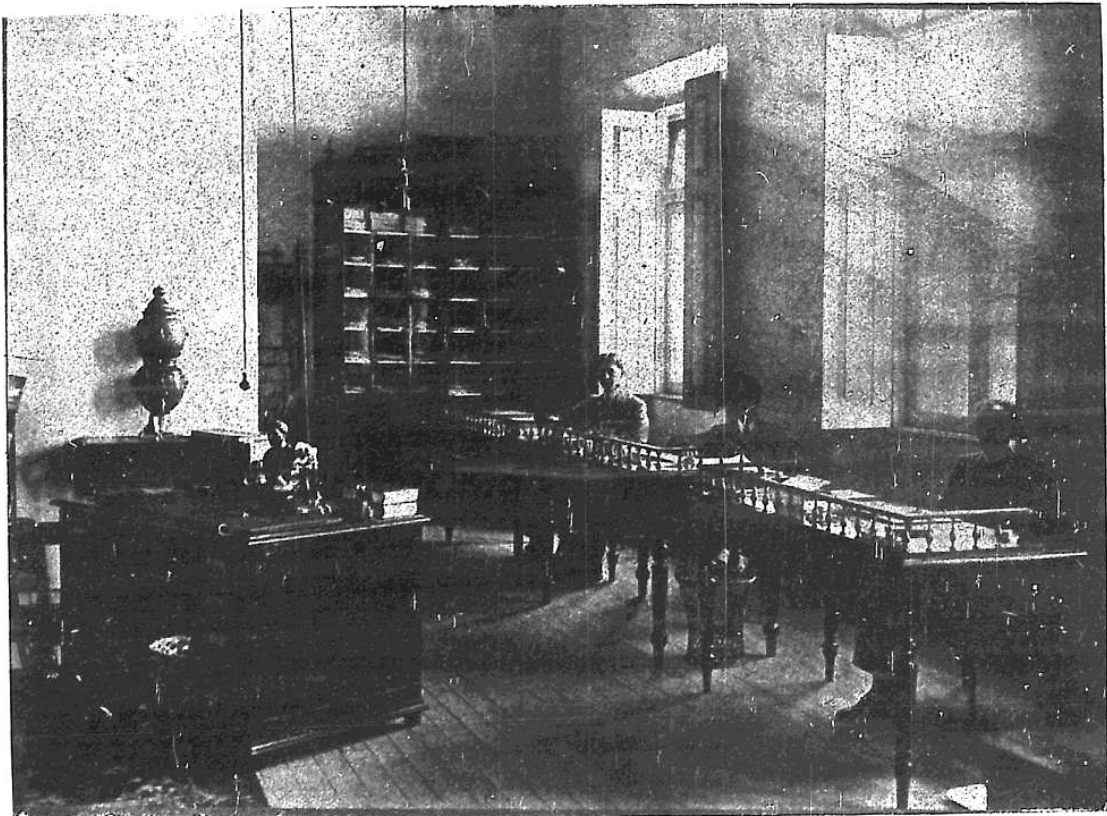
FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

Figura 8 – Sala do Oficial de Gabinete e Ajudante de Ordens



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

Figura 9 – Parte da sala da 1ª Seção da Secretaria



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

Figura 10 – Parte da sala da 2ª Seção da Secretaria



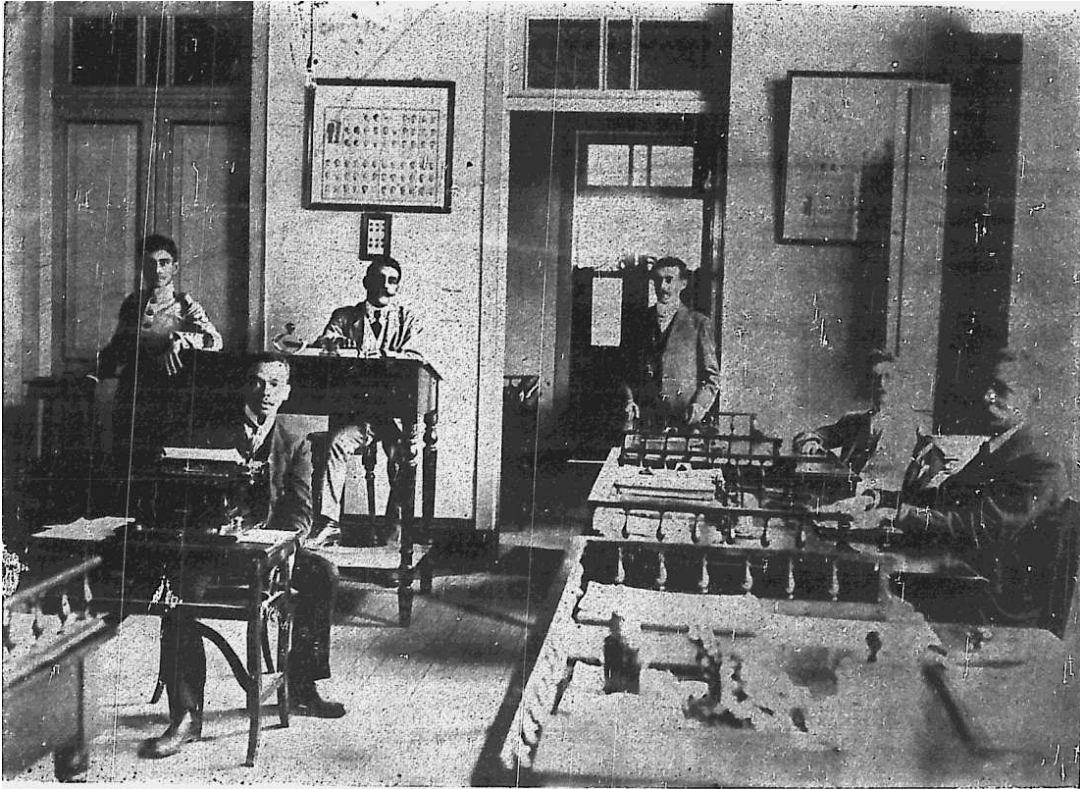
FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

Figura 11 – Face posterior da Secretaria e depósito de veículos

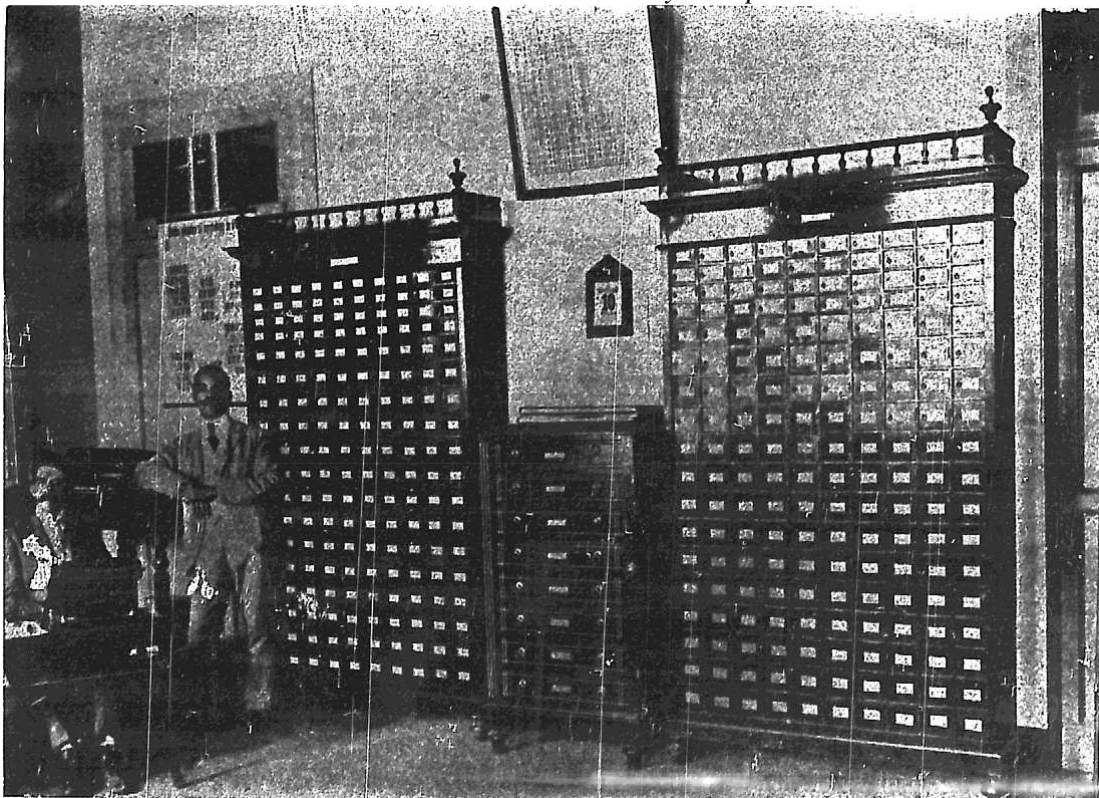


FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

FIGURA 12 - Parte da sala de identificações



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

FIGURA 13 - Armários *Dactyloscopicos*

FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1912. Notação: 002 F-5.

Outra grande alteração, apontada no mesmo relatório, esteve na mudança da Delegacia da 2ª Circunscrição para um edifício próprio, (**Figura 14**), construído em terreno ao lado da cadeia. Esse imóvel seria composto de:

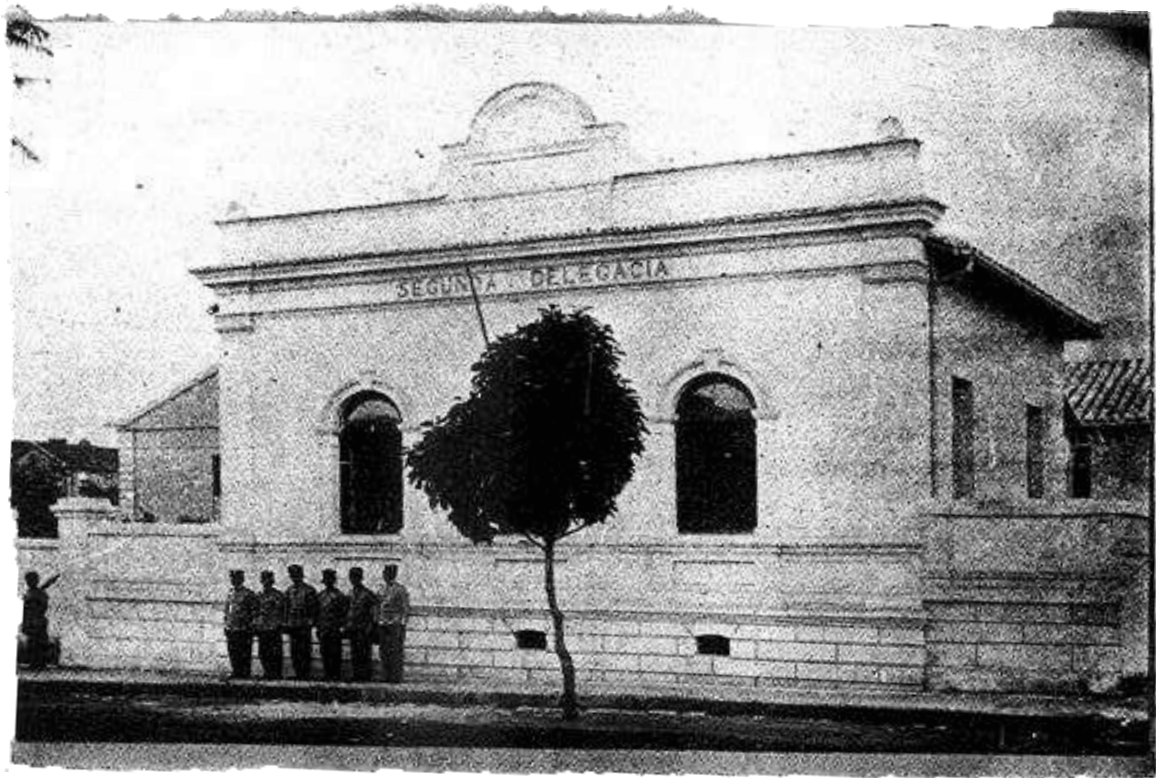
salas destinadas às partes, com as dimensões de 5 por 4 metros; tres salas de 3 por 4 metros, sendo uma destinada a dormitório e duas as audiências do delegado e do subdelegado, além da instalação sanitaria em banheiro em um compartimento de 2 por 3 metros

Annexo ao predio, dentro do pateo que é todo calçado, está o necrotério, de 3 por 4 metros, tendo dias mesas para autopsia e exames instaladas sob os mais rigorosos preceitos de hygiene, caixas de instrumentos cirúrgicos, etc.

O corpo principal do edificio mede 10 por 8 metros. Ao fundo do pateo ficam de um lado os xadrezes, em numero de quatro, cada um deles com dimensões de 2,5 por 4 metros e do outro os alojamentos das praças do posto de guarda da cadeia, sala de armas quartos para os commandantes dos postos, instalações sanitarias, banheiros, cocheiras, etc.

Fechando o pateo e separando-o do terreno da cadeia, foram construidos muros divisorios, estabelecendo-se, porém, comunicação interna dos dois edificios por meio de um portão.<sup>295</sup>

Figura 14 – Edifício da Delegacia da 2ª Circunscrição situado na rua Tamoios.



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1913. Notação: 002 F-5.

É importante destacar que esse relatório aponta essas mudanças como melhorias desenvolvidas pelo chefe de polícia, com a finalidade de justificar aos seus superiores suas

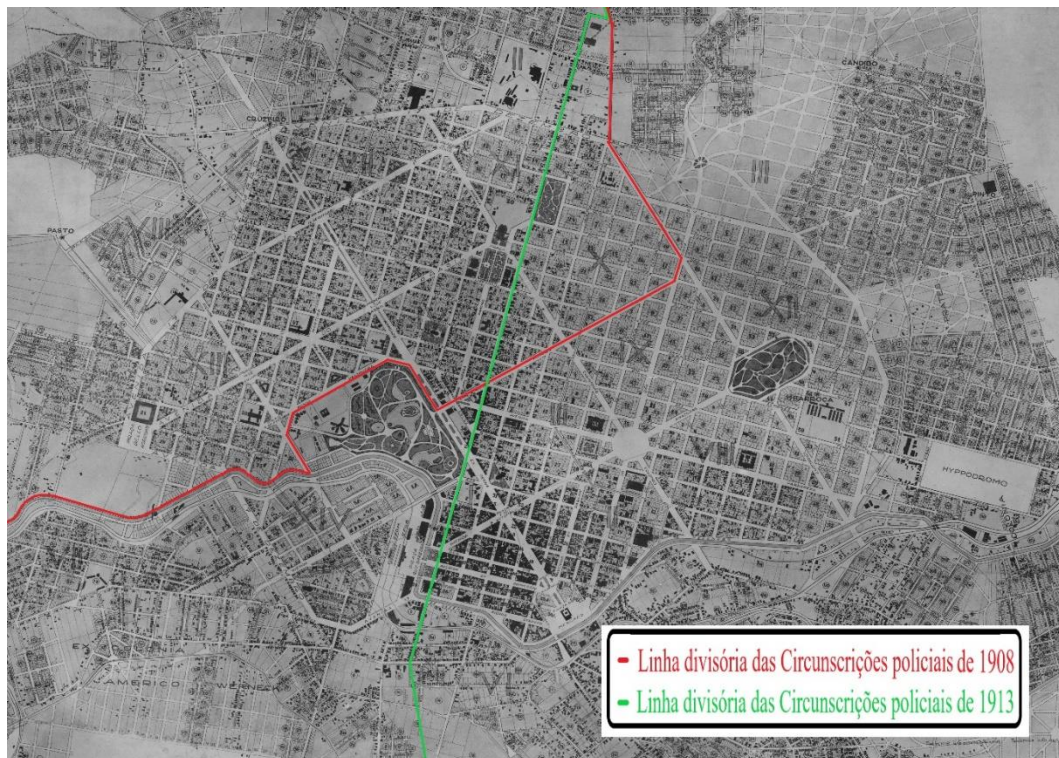
<sup>295</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1912. p. 9 e 10. Notação: 002 F-5.

ações enquanto investido no cargo. Além disso, observa-se que, tanto as novas localizações quanto o resultado arquitetônico das obras de melhorias das instalações, expressam a necessidade da força pública de ter seu espaço demarcado e reconhecido perante a sociedade e a administração pública.

A mudança das sedes das delegacias da 1ª e 2ª circunscrições provocou também a redivisão da cidade, (**Figura 15**) e a redistribuição dos distritos, dado que a divisão anterior sobrecarregaria, em demasiado, a 2ª circunscrição, já que estava localizada na região de maior densidade demográfica naquele momento. Essa hipótese encontra respaldo no relato de Américo Ferreira Lopes, ao afirmar que a divisão, quando determinada pela avenida Álvares Cabral, resultava num movimento não equitativo, o que acarretava embaraços no bom serviço policial. Segundo o Chefe de Polícia,

A densidade da população no bairro commercial e suburbios a elle adjacentes, tornando extraordinariamente movimentada essa poção da cidade, contribuía para que mais e mais se avolumassem os encargos da delegacia, que alli tem sua séde. Para obviar taes inconvenientes e melhor attender a commodidade dos interessados, modifiquei a primitiva divisão, conforme se descreve em outra parte deste relatório, de molde a contrabalançar o serviço, o que já agora se constata pelos quadros mensaes demonstrativos do movimento policial numa e noutra.<sup>296</sup>

Figura 15 – Mapa de Belo Horizonte com as divisões das circunscrições dos anos de 1908 e 1913



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1908 Notação: 001 F-5; 1913. Notação: 002 F-5;

<sup>296</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1913. p. 19. Notação: 003 F-5.

Assim, o que se pode constatar é uma racionalização através da ocupação do espaço urbano pela força pública. Verifica-se que a disposição desses representantes da ordem tinha por intuito favorecer o controle e o fluxo dos transeuntes e dos habitantes da cidade.

Marina Guedes Costa e Silva, pesquisando os relatórios dos chefes de polícia, produziu um quadro (**Quadro 1**) que nos ajuda a compreender, com detalhes, o policiamento de Belo Horizonte entre os anos de 1910 e 1918. Ano a ano, ela divide o quadro por áreas urbana e suburbana e distinguindo entre a primeira e a segunda circunscrições, discriminando quais eram as forças responsáveis pelo policiamento de cada uma delas.

Quadro 1 – Policiamento das áreas urbana e suburbana em Belo Horizonte entre os anos 1910 e 1918

<b>DISTRIBUIÇÃO DO PATRULHAMENTO NAS ÁREAS URBANA E SUBURBANA DE BELO HORIZONTE</b>		
<b>Período</b>	<b>Área Urbana</b>	<b>Área Suburbana</b>
1910/1911	1ª Circunscrição - Guarda Civil	1ª Circunscrição - Praças do posto policial da primeira delegacia
	2ª Circunscrição - Diurno e Noturno - Guarda Civil	2ª Circunscrição - Lagoinha, Floresta, Delegacia e Mercado Municipal - Força Pública
1913/1914	1ª Circunscrição - Guarda Civil	1ª Circunscrição - Polícia Militar 1ª Circunscrição - Polícia Militar
	2ª Circunscrição Exceto Barro Preto - Guarda Civil	2ª Circunscrição Incluindo Barro Preto Polícia Militar
1913/1914	1ª Circunscrição 21 áreas policiadas por 27 guardas civis	1ª Circunscrição Cardoso - Subdelegacia Floresta - 8 soldados de infantaria e 2 de cavalaria Cardoso - 8 soldados de infantaria e 2 de cavalaria Serra - 4 soldados de infantaria e 2 de cavalaria
	2ª Circunscrição - período diurno (6:00 às 18:00) - Praça Rio Branco e Rua Rio de Janeiro com um guarda civil em cada um desses dois locais. - período noturno (18:00 às 6:00) - 19 áreas, cada uma policiada por 2 guardas civis	2ª Circunscrição Calafate – subdelegacia Lagoinha – subdelegacia Colônia Afonso Pena – subdelegacia Colônia Carlos Prates - subdelegacia 6 praças de cavalaria para Lagoinha, Calafate, Barro Preto, Colônias Carlos Prates e Afonso Pena
1914/1915	1ª Circunscrição 27 postos – Guarda Civil	
		1ª Circunscrição Cardoso – subdelegacia com 4 praças Floresta - 4 de Infantaria e 2 de Cavalaria Serra e circunvizinhanças - 2 de Cavalaria

1915/1916	1ª e 2ª Circunscrições Diurno - Guardas Cívicas Noturno - Guardas Cívicas e reforço fornecido pelo primeiro batalhão e pelo corpo de cavalaria	1ª e 2ª Circunscrições Diurno - Guardas Cívicas Noturno - Guardas Cívicas e reforço fornecido pelo primeiro batalhão e pelo corpo de cavalaria
1916/1917	1ª e 2ª Circunscrições Diurno - Guardas Cívicas Noturno - Guardas Cívicas e reforço fornecido pelo primeiro batalhão e pelo corpo de cavalaria	1ª e 2ª Circunscrições Diurno - Guardas Cívicas Noturno - Guardas Cívicas e reforço fornecido pelo primeiro batalhão e pelo corpo de cavalaria
1917/1918	1ª Circunscrição 37 postos noturnos - Guarda Civil 145	
	1ª Circunscrição Diurno - Afonso Pena com Bahia, abrigo Pernambuco, abrigo Ceará, Estação da EF Central do Brasil, Estação EF Oeste de Minas, teatros e cinemas (Teatro municipal, Cinemas Odeon e Floresta)	1ª Circunscrição Cardoso – subdelegacia com 4 soldados Floresta, Serra, Colônia Afonso Pena e Colônia Américo Werneck: - Até meia-noite - soldados da infantaria - Após meia-noite - Cavalaria

Fonte: SILVA, Marina Guedes Costa e. *A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)*.

Nessa mesma ótica, a criação da Guarda Civil, no ano de 1910, que também contemplava a proposta do policiamento do cotidiano, ampliou a vigilância nas regiões centrais da cidade. Ao revisitar os relatórios em busca de confirmar as informações organizadas pela autora, foi possível verificar que, entre os anos de 1910 e 1915, o policiamento da área urbana, nas duas circunscrições, era majoritariamente desempenhado pela Guarda Civil, com os vigias divididos, inicialmente, em três quartos de hora e, mais tarde, em apenas dois. Nas áreas suburbanas, o policiamento ficava a cargo da Brigada Policial, que mesclava as praças de infantaria e cavalaria para o serviço.<sup>297</sup> A exceção, nesse período, se daria entre os anos de 1912 e 1913, quando o patrulhamento do Barro Preto passou a ser desempenhado pela Brigada Policial, graças a um embate entre os militares e a Guarda Civil.

No fundo Chefia de Polícia, disponível no APM, foi possível encontrar um relatório que consta do ano da criação da guarda, com uma lista dos postos que eram espalhados pela cidade e divididos entre a primeira e a segunda circunscrição.<sup>298</sup> Com as informações oriundas desses

<sup>297</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)**. p. 72 e 73.

<sup>298</sup> APM, Relação dos postos de vigilância das duas circunscrições da Capital de 1910. Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

relatórios, produziu-se dois quadros, (**Quadros 2 e 3**), os quais permitem identificar a numeração de cada posto e a descrição das ruas onde eram fixados.

Quadro 2 – Relação dos postos de vigilância da 1ª Circunscrição da Capital no ano de 1910

<b>POSTOS DE VIGILÂNCIA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO</b>	
<b>Posto</b>	<b>ÁREA – Corresponde ao entroncamento de vias.</b>
1	Aimorés com Espírito Santo
2	Bahia com Timbiras
3	Bahia com Gonçalves Dias
4	Aimorés com João Pinheiro
5	Guajajaras com João Pinheiro
6	Sergipe com Timbiras
7	Benjamin Constant
8	Aimorés com Alagoas
9	Bernardo de Guimarães com Pernambuco
10	Claudio Manoel com Pernambuco
11	Santa Rita com Alagoas
12	Praça 13 de Maio (abrigo)
13	Inconfidentes com Rio Grande do Norte
14	Praça 7 de Setembro (abrigo)
15	Aimorés com Ceará
16	Carandaí com Piauí
17	Carandaí com Paraíba
18	Praça José Bonifácio
19	Prontidão

FONTE: APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

Quadro 3 – Relação dos postos de vigilância da 2ª Circunscrição da Capital no ano de 1910

<b>POSTOS DE VIGILÂNCIA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO</b>	
<b>Posto</b>	<b>ÁREA – Corresponde ao entroncamento de vias.</b>
1	Bahia com Álvares Cabral
2	Bahia com Paraopeba
3	Bahia com Goitacazes
4	Bahia com Afonso Pena
5	Bahia com Amazonas
6	Seção do Café
7	Espírito Santo com Comércio
8	Espírito Santo com Amazonas
9	Espírito Santo com Afonso Pena
10	Espírito Santo com Goitacazes
11	Rio de Janeiro com Timbiras
12	Rio de Janeiro com Paraopeba
13	Rio de Janeiro com Tupis
14	Praça 12 de outubro

15	Rio de Janeiro com Avenida do Comércio
16	Caetés com São Paulo
17	Tupinambás com São. Paulo
16	Tamoios com São Paulo
19	Curitiba com Carijós
20	Praça do Mercado
21	Tupinambás com Paraná
22	Tupinambás com Guaranis
23	Tupinambás com São Francisco
24	Prontidão
25	Prontidão

FONTE: APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

Pode-se aferir, por meio da análise dos quadros acima, que, na 1ª Circunscrição, são apresentados dezenove postos, enquanto, na 2ª Circunscrição, foram vinte e quatro, estando todos eles dentro da área denominada de urbana. A respeito da 1ª Circunscrição, pode-se constatar que seus principais postos foram fixados ao longo dos cruzamentos: da rua Aimorés com as ruas Espírito Santo, João Pinheiro, Alagoas e Ceará; da rua da Bahia com a Timbiras e Gonçalves Dias; Carandaí com Piauí e Paraibuna; e também nas praças 13 de Maio, 7 de Setembro e José Bonifácio. Na 2ª Circunscrição, os postos foram fixados nos cruzamentos entre: a rua da Bahia com as avenidas Álvares Cabral, Paraopeba, Goitacazes, Afonso Pena e Amazonas; a rua Espírito Santo com as avenidas do Comércio, Amazonas, Afonso Pena e Goitacazes; a rua Rio de Janeiro com a Timbiras, Paraopeba, Tupis e a avenida do Comércio; a rua São Paulo com a Tupinambás, Caetés e Tamoios; e Tupinambás com Paraná, Guarani e São Francisco; também foram alocados na praça 12 de outubro e na Secção do Café.<sup>299</sup>

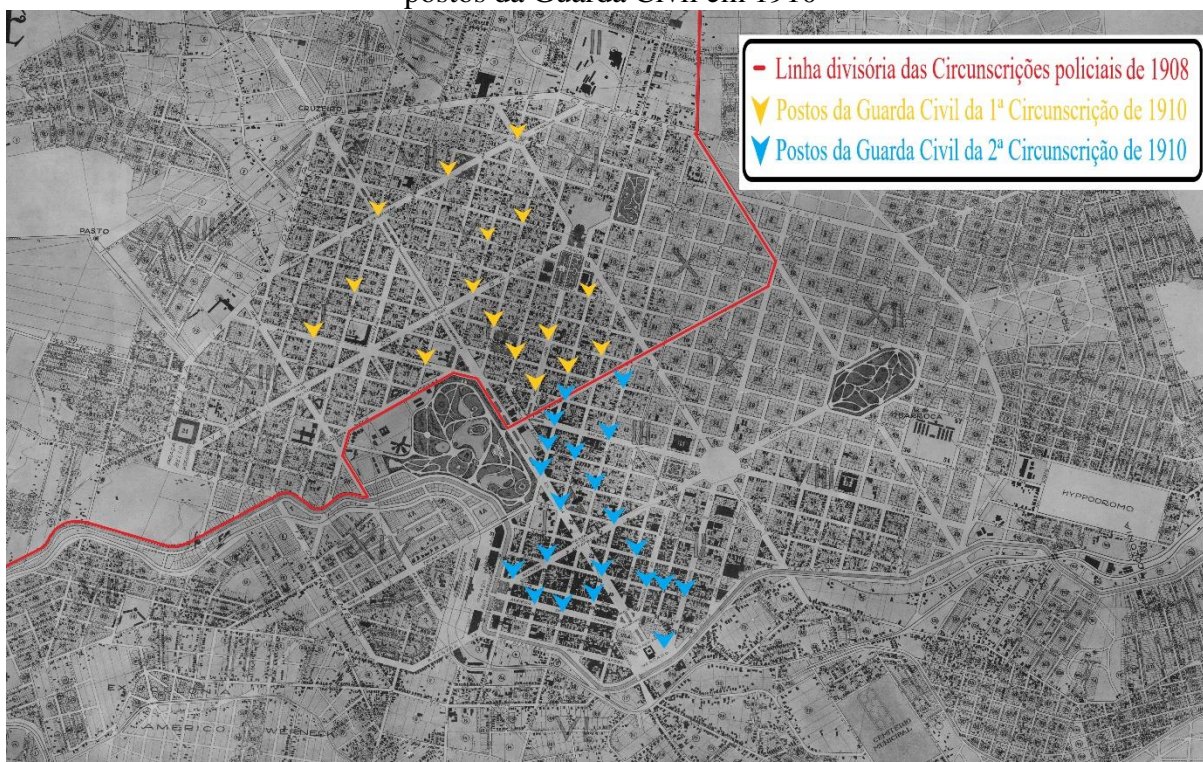
Tomando por base a distribuição de postos apresentada, foi possível produzir um mapa, (**Figura 16**), e, como resultado de sua análise, logra-se as seguintes observações: todos os postos de responsabilidade da Guarda Civil abarcavam a região do interior da Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno, o que mostra a designação dessa corporação de civis para a área urbana da cidade.

Outra importante constatação se dá quanto à disponibilidade de guardas para os postos, avaliada como incompatível, uma vez que, ao somarmos os dezoito postos da 1ª Circunscrição com os vinte e três da 2ª Circunscrição e multiplicá-los pelos três quartos de hora, obteremos a demanda de pelo menos cento e vinte e três guardas por dia, sem considerar os que deveriam estar de prontidão. Supondo-se que esses guardas não deveriam repetir o serviço de um dia para

<sup>299</sup> APM, Relação dos postos de vigilância das duas circunscrições da Capital de 1910. Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação.

o outro, chegaremos, então, ao número mínimo necessário de duzentos e quarenta e seis guardas. Contudo, nos relatórios dos chefes de polícia, verifica-se que o número de guardas é bem menor. Américo Ferreira Lopes, em 1912, apontou, em seu relatório sobre a Segunda Secção, a existência de apenas cento e noventa guardas, o que justificaria o seu argumento quanto ao pedido de incremento de homens na força, feito no mesmo relatório.<sup>300</sup>

Figura 16 – Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições do ano de 1908 com os postos da Guarda Civil em 1910



FONTE: FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1908 Notação: 001 F-5; 1913; APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

Toda essa organização seria revista a partir de 1913, quando a linha divisória das duas circunscrições seria alterada para a rua da Bahia, partindo do marco denominado Rabello e passando pelos limites da colônia Afonso Pena, até o ponto em que esses tocam na rua Christina, e por essa rua, continuando até a rua Carangola e por ela seguindo; percorrendo, ainda, as ruas da Bahia e Januária até Pouso Alegre, prosseguindo por essa até a rua Jacuí, e estendendo-se daí para a zona rural. A partir dessa divisão, o lado leste corresponderia à 1ª Circunscrição e, a parte leste, à 2ª Circunscrição.<sup>301</sup>

<sup>300</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1912. p. 10 e 36. Notação: 002 F-5.

<sup>301</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1913. p. 35. Notação: 003 F-5.

Essa nova divisão também realocaria os distritos nas duas circunscrições do perímetro chamado de urbano, que passaria a se apresentar em número de cinco. Já nas áreas suburbanas, a 1ª Circunscrição teria seis distritos e a 2ª Circunscrição teria cinco distritos.<sup>302</sup> Também se nota uma alteração no sistema de revezamento do policiamento dessas áreas, que deixaria de ser dividido em três quartos de hora para dois períodos de doze horas, tendo como limiar o horário das seis às dezoito horas.<sup>303</sup>

Nessa fase, o policiamento das áreas suburbanas permaneceria a cargo da Brigada Policial. Na 1ª Circunscrição, esse encargo seria efetuado por vinte praças de infantaria e quatro de cavalaria, distribuídos entre os bairros da Floresta, Cardoso e Serra. Já quanto à 2ª Circunscrição, no relatório de seu delegado, o chefe de polícia, Dr. Herculano Cesar, aponta que o policiamento da área, que compreenderia Lagoinha, Calafate, Barro Preto e as colônias Carlos Prates e Afonso Pena, não apresentaram patrulhas de modo eficaz e regular, tanto por parte dos soldados da infantaria quanto da cavalaria.<sup>304</sup>

Novas alterações no patrulhamento da cidade só seriam observadas no ano de 1915, no relatório do chefe de polícia, Dr. José Vieira Marques. Nesse ano, averigua-se o aumento do número de postos, tanto na primeira quanto na segunda circunscrições. Na 1ª Circunscrição, seriam vinte e sete postos que abarcariam as áreas urbana e suburbana, mais os abrigos da avenida Afonso Pena com a rua da Bahia e da rua Pernambuco, além da estação férrea Central e o Oeste de Minas. Na 2ª Circunscrição, identifica-se vinte e nove postos na área urbana, com o patrulhamento efetuado exclusivamente pela Guarda Civil, juntamente com os distritos de Calafate, Barro Preto e Lagoinha, em que o policiamento seria feito por praças de infantaria e cavalaria da Brigada Policial; diferentemente da 1ª Circunscrição, onde podemos observar tanto a atuação da Guarda Civil, em postos da área suburbana, como também o reforço de praças de infantaria e cavalaria nos postos da área urbana durante o período noturno.<sup>305</sup>

Entre os anos de 1916 e 1917, o chefe de polícia optou pela prática de deixar o policiamento das regiões urbana e suburbanas, no período diurno, exclusivamente a cargo da Guarda Civil, havendo, no policiamento noturno, reforço oferecido pelos soldados do 1º Batalhão e pelo Corpo de Cavalaria.<sup>306</sup> Infelizmente, os relatórios do chefe de polícia não apresentam amplas informações sobre o patrulhamento. Todavia, vasculhando-se os arquivos

---

<sup>302</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1913. p. 35 a 38. Notação: 003 F-5.

<sup>303</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1914. p. 64. Notação: 003 F-5.

<sup>304</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1914. p. 64. Notação: 003 F-5.

<sup>305</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1915. p. 130 e 164. Notação: 003 F-5.

<sup>306</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1916. p. 44. Notação: 003 F-5 e APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1917. p. 48. Notação: 003 F-5

que correspondem à Guarda Civil da Capital, deparou-se com um relatório de 1º de março de 1916, em que o fiscal geral da guarda, Oscar Paschoal, relatou a distribuição do policiamento nas duas circunscrições (**Quadros 4 e 5**) e, também, na inspetoria veicular.<sup>307</sup>

Quadro 4 – Relação dos postos de vigilância da 1ª Circunscrição da Capital no ano de 1916

<b>POSTOS DE VIGILÂNCIA 1ª CIRCUNSCRIÇÃO</b>	
<b>Posto</b>	<b>ÁREA – Corresponde ao entroncamento de vias.</b>
1	Pouso Alegre com Itajubá
2	Av. do Contorno com Mucuri
3	Sapucaí com Silva Jardim
4	Praça da Estação
5	Bahia com Tupinambás
6	Bahia com Afonso Pena
7	Bahia com Paraopeba
8	Bahia com Álvares Cabral
9	Bahia com Aimorés
10	Av. João Pinheiro com Bernardo Guimarães
11	Praça da Liberdade
12	Alagoas com Santa Rita Durão
13	Gonçalves Dias com Floriano Peixoto
14	Alagoas com Aimorés
15	Guajajaras com Afonso Pena
16	Pernambuco com Santa Rita
17	Abrigo Pernambuco
18	Paraíba com Thomé de Souza
19	Paraíba com Cláudio Manoel
20	Paraíba com Bernardo Guimarães
21	Paraíba com S. Brandão
22	Faculdade de Medicina
23	Rio Grande do Norte com Gonçalves Dias
24	Rio Grande do Norte com A. Albuquerque
25	Paraíba com Santa Rita Durão
26	Paraibuna com Aimorés
27	Avenida Floriano Peixoto com S. Brandão
28	Ceará com Bernardo Guimarães
29	Piauí com Santa Rita Durão
30	Piauí com Bernardo Guimarães
31	Piauí com Padre Rolim
32	Maranhão com Jequitinhonha
33	Cláudio Manoel com Avenida do Contorno

FONTE: APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação.

<sup>307</sup> APM, Relação dos postos de vigilância das duas circunscrições da Capital de 1910. Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação.

Quadro 5 – Relação dos postos de vigilância da 2ª Circunscrição da Capital no ano de 1916

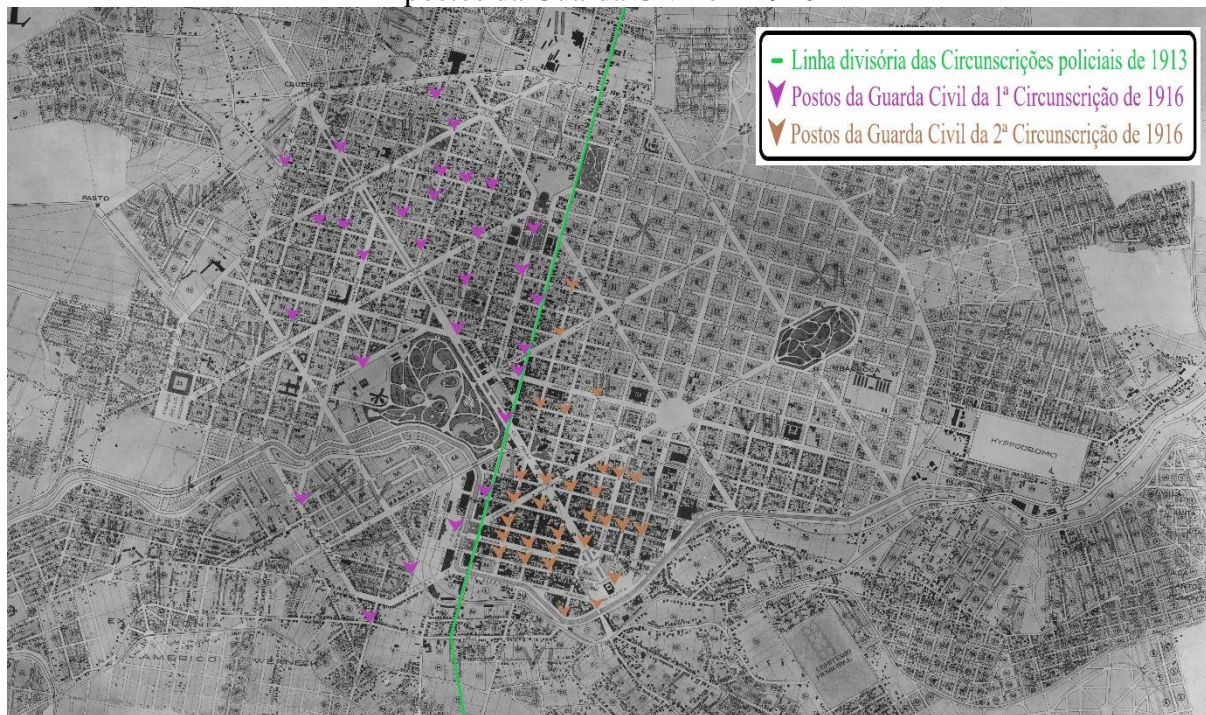
POSTOS DE VIGILÂNCIA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO	
Posto	ÁREA – Corresponde ao entroncamento de vias.
1	Ramal com Itapecerica
2	Ponte da Lagoinha
3	Praça do Mercado
4	Guaicurus com São Paulo
5	Guaicurus com Rio de Janeiro
6	Guaicurus com Espírito Santo
7	Av. do Comercio com Espírito Santo
8	Av. do Comercio com Rio de Janeiro
9	Av. do Comercio com São Paulo
10	Afonso Pena com Caetés
11	Caetés com São Paulo
12	Caetés com Espírito Santo
13	Amazonas com Tupinambás
14	Tupinambás com Rio de Janeiro
15	Tupinambás com Curitiba
16	Tupinambás com Paraná
17	Tupinambás com Guarani
16	Tupinambás com São Francisco
19	Curitiba com Carijós
20	Carijós com São Paulo
21	Praça 12 de Outubro
22	Carijós com Espírito Santo
23	Curitiba com Tamoios
24	Tamoios com Paraná
25	Tamoios com Guarani
26	Rio de Janeiro com Goitacazes
27	Espírito Santo com Goitacazes
28	São Paulo com Paraopeba
29	Espírito Santo com Álvares Cabral
30	Espírito Santo Bernardo Guimarães

FONTE: APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

Nesse mesmo relatório encontra-se, ainda, as listas de postos – que foram distribuídos em um mapa (**Figura 17**) – da 1ª Circunscrição, da 2ª Circunscrição e da Inspeção de veículos. Essa última seção apresentava postos nas praças Tiradentes, do Mercado e da Estação. Também há, no documento, destaque para o posto do abrigo da rua Pernambuco e para o posto do fiscal encarregado do policiamento da Distribuidora até Boa Viagem, bem como da área que abrangia

os cruzamentos da Av. do Comércio com a Rio de Janeiro, da rua Curitiba com a Carijós e da Oeste com a linha da Floresta.<sup>308</sup>

Figura 17 – Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições do ano de 1913 com os postos da Guarda Civil em 1916



FONTE: FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia; 1913. Notação: 002 F-5; APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação.

Quanto aos postos de vigilância dos guardas, tanta na área urbana quanto na suburbana, poucas alterações são observadas em relação à lista dos postos disponível no relatório de 1915, do delegado da 1ª circunscrição. As que se destacariam referem-se: à supressão dos postos da praça Benjamin Constant e dos cruzamentos das ruas Rio Grande do Norte com a Timbiras e a Avenida do Contorno, da rua Ceará com a Aimorés e a Padre Rolim, e da rua Pernambuco com a Cláudio Manoel; à inserção dos postos nos cruzamentos da rua dos Guajajaras com a Afonso Pena, da rua Pernambuco com a Santa Rita, entre a rua Paraíba e as ruas Cláudio Manoel, Bernardo Guimarães, e Silviano Brandão, entre as ruas Paraibuna com a Aimorés e Ceará com Bernardo Guimarães, nos cruzamentos da rua Piauí com a Bernardo Guimarães e com a Padre Rolim e também entre a Avenida Floriano Peixoto com a Silviano Brandão; além do posto na Faculdade de Medicina.

Para o caso da 2ª Circunscrição, não foi possível desenvolver a mesma comparação de postos entre os anos de 1915 e 1916, pois o delegado dessa circunscrição optou por não

<sup>308</sup> APM, Relação dos postos de vigilância das duas circunscrições da Capital de 1916. Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 04. Documento sem paginação.

especificar os postos existentes no relatório entregue ao Chefe de Polícia, como havia feito o da 1ª Circunscrição. Entretanto, por meio da confrontação dos relatórios finais desenvolvidos pelo fiscal geral da Guarda Civil para os anos de 1910 e 1916, a identificação das mudanças na distribuição dos postos para tal área torna-se exequível.

No relatório de 1910, pode-se constatar que a 2ª Circunscrição abarcava um total de vinte e três postos, que se distribuíam entre os cruzamentos: da rua da Bahia com as ruas Álvares Cabral, Paraopeba, Goitacazes, Afonso Pena, e Amazonas; da rua Espírito Santo com a Avenida do Comércio, Amazonas, Afonso Pena e Goitacazes; da rua Rio de Janeiro com a Timbiras, Paraopeba, Tupi e Avenida do Comércio; da rua São Paulo com Caetés, Tupinambás e Tamoios; da rua Tupinambás com a Paraná, Guarani e São Francisco; da rua Curitiba com a Carijós; além daqueles localizados na Secção do Café e na Praça 12 de Outubro.<sup>309</sup>

Já no relatório de 1916, com a alteração da linha divisória entre as circunscrições da Avenida Álvares Cabral para a rua da Bahia, nota-se não apenas a modificação de diversos postos como também a criação de mais sete, chegando-se, assim, a um total de trinta postos na 2ª Circunscrição. Alguns deles estariam situados nos cruzamentos: da rua São Paulo com Guaicurus, Caetés, Carijós, Paraopeba e Avenida do Comércio; da rua Rio de Janeiro com Guaicurus, Tupinambás, Goitacazes e Avenida do Comércio; da rua Espírito Santo com a Guaicurus, Caetés, Carijós, Goitacazes, Bernardo Guimarães e Avenidas Álvares Cabral e do Comércio; da rua Tupinambás com a Curitiba, Paraná, Guarani, São Francisco e Amazonas; da rua Curitiba com Carijós e Tamoios; e da rua Tamoios com a Paraná e a Guarani. Assim como nas localidades do Ramal com a Itapeperica, da Ponte da Lagoinha e da Praça 12 de Outubro.<sup>310</sup> Por meio da comparação entre os dois relatórios, foi possível produzir um mapa, (**Figura 18**), em que se compara as linhas divisórias das circunscrições e a distribuição dos postos nos dois períodos.

Em face das tentativas de expansão das áreas policiadas pela Força Pública, em específico, pela Guarda Civil, sobrevém um questionamento a respeito do interesse do poder público em exercer o controle dos espaços ocupados pela população no cotidiano e, conseqüentemente, em torno da formação da paisagem urbanística da cidade.

Torna-se imprescindível lembrar que esse poder público representa os interesses de uma elite que tem, naquele momento, os ideais modernistas de um republicanismo excludente. Nesse

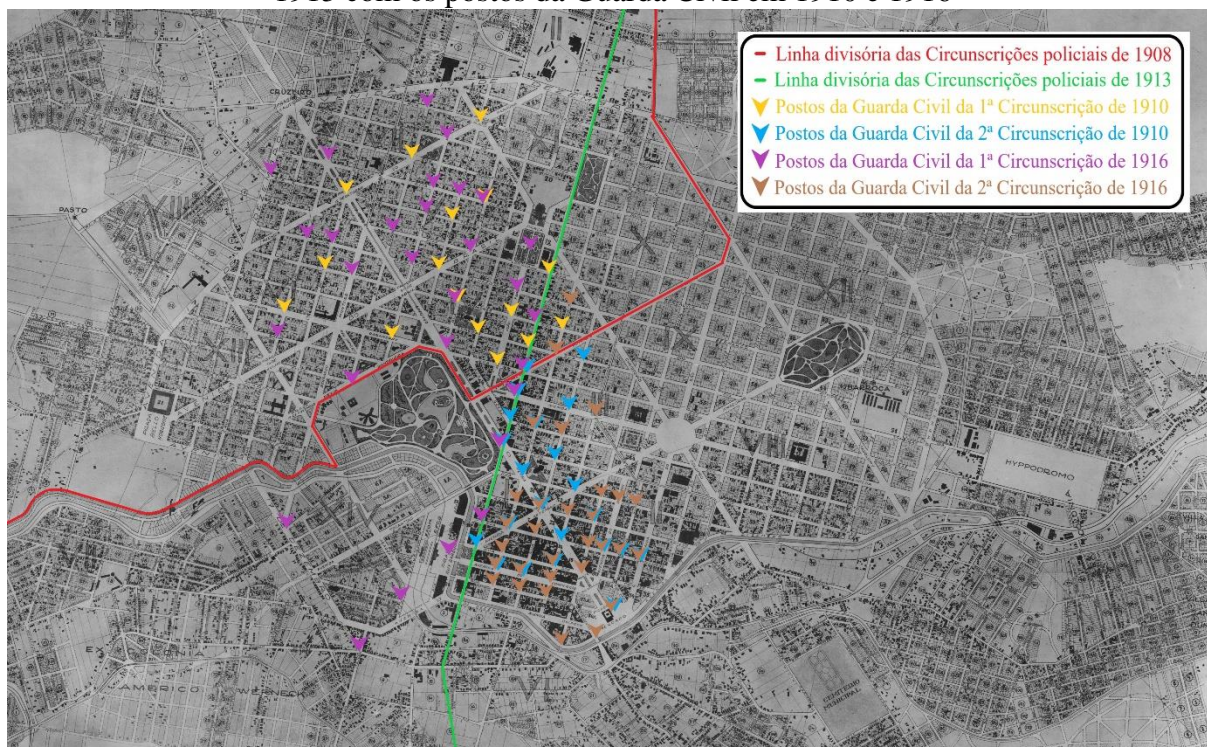
---

<sup>309</sup> APM, Relação dos postos de vigilância das duas circunscrições da Capital de 1910. Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação.

<sup>310</sup> APM, Relação dos postos de vigilância das duas circunscrições da Capital de 1916. Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 04. Documento sem paginação.

âmbito, é igualmente importante retomar a perspectiva de Cosgrove, de que o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura que tenta se sobrepor e dominar a outra, e manifesta-se de maneira tão sutil que as suposições culturais desse grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum.<sup>311</sup>

Figura 18 – Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições dos anos de 1908 e 1913 com os postos da Guarda Civil em 1910 e 1916



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1908 Notação: 001 F-5; 1913. Notação: 002 F-5; APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação; APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

Conseqüentemente, é através dessa apropriação do espaço e da interação dos atores com o meio que se tem a produção da paisagem. No entanto, cabe destacar que ambos os sujeitos e os espaços produzidos e ressignificados por eles estão em concomitante construção. Isso porque deve-se levar em consideração a observação de Augustin Berque, que define a paisagem como marca, que exprime uma civilização, e, ao mesmo tempo, como matriz, que participa dos esquemas de percepção que canalizam a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.<sup>312</sup>

Dessa maneira, as paisagens resultantes desse assenhoramento possuiriam valores simbólicos, porque seriam produtos da apropriação e da transformação do meio ambiente pelo

<sup>311</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 227.

<sup>312</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural... p. 84.

homem. Partindo-se dessa premissa, mesmo que a ligação entre o símbolo e o que ele representa pareça tênue, o simbolismo de uma determinada paisagem serve ao propósito de reproduzir normas culturais e de se estabelecer os valores de grupos dominantes da sociedade.<sup>313</sup>

Através dos pressupostos apresentados acima, torna-se imperioso examinar, como próximo passo, as ocorrências policiais registradas na cidade de Belo Horizonte, com a finalidade de averiguar a efetividade do patrulhamento no controle do cotidiano do cidadão por parte da força pública, em especial, o da Guarda Civil. Diversas ocorrências foram registradas nos relatórios dos chefes de polícia, sendo, muitas vezes, discriminadas em quais circunscrições ocorriam, quais os delitos cometidos e o tipo de detenção aplicada. Dessa forma, pretende-se averiguar a apropriação dos espaços e lugares exercida tanto pela força pública quanto pela população, e, assim, também os possíveis embates resultantes das disputas sobre o controle do cotidiano.

### **3.2 O caos na ordem e a ordem no caos: apropriação dos espaços e lugares pela população e pela Força Pública**

Após percorrer os relatórios da Secretaria de Polícia, buscando compreender o processo de incremento do policiamento nas ruas de Belo Horizonte durante os seus primeiros anos de existência, tentou-se, também, identificar em tais fontes os possíveis resultados decorrentes desse processo civilizador da força pública mineira. Ao longo das investigações dos relatórios, foi possível constatar diversos momentos em que os chefes de polícias orientavam seus subordinados nas tomadas das ações policiais e prestavam contas aos seus superiores. Portanto, esses relatórios apresentam-se como um vasto material para o desenvolvimento desse estudo.

Nesta etapa, será dado destaque aos itens ligados às ocorrências da capital que foram mencionadas nos relatórios da Secretaria de Polícia. Cabe ressaltar que essas ocorrências passaram a ser expostas nesses documentos a partir do ano de 1900 e trazem exclusivamente a visão técnica das autoridades competentes. A ausência de uma voz que possa confrontar a versão, dita oficial, dos fatos propicia um hiato que acaba silenciando importantes participantes desses acontecimentos. Como resultado, torna-se cabal esmiuçar as entrelinhas desses relatórios com a finalidade de se aproximar da forma mais fiel possível do que, de fato, se dava nos enfrentamentos entre a Força Pública e de quem se tratavam os transgressores da norma.

---

<sup>313</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p. 227.

Para complementar este estudo, as informações desses relatórios serão cruzadas com as análises de Fábio Luiz Rigueira Simão e de Marina Guedes Costa e Silva, que desenvolveram pesquisas sobre a ação da Guarda Civil em Belo Horizonte nos primeiros anos de desenvolvimento da nova capital. Ambos, ao vasculharem periódicos produzidos na capital mineira, identificaram o que poderia ser conceituado como uma forma de resistência por parte dos habitantes locais em acatar as diretrizes de ordem impostas pelo Estado e seus representantes. Essas ações, que muitas vezes foram consideradas abusivas, eram frequentemente criticadas ou louvadas nos veículos de comunicação circulantes da época.

Ao adotar a abordagem de cruzamento das informações dos relatórios com as provenientes dos estudos dos pesquisadores mencionados, tem-se por objetivo confrontar posições consideradas oficiais – como os relatórios de autoridades representantes do poder público – com as posições que, teoricamente, estariam livres do crivo institucional. Diante disso, é também pertinente ressaltar o fato de que as mídias estariam, como sugerido por evidências e análises, a serviço de uma pequena parcela da população, demonstrando somente seu posicionamento acerca dos acontecimentos do cotidiano.

Dentre os relatórios analisados, nota-se haver um tema recorrente, tanto nas ocorrências quanto nas orientações dos chefes de polícia: a repressão a jogos. No relatório de 1900, é apontada uma operação que ocorrera na noite de 19 de setembro do ano anterior, na qual seriam fechadas duas casas de tabuleiro, uma na esquina da rua Espírito Santo com a rua Goitacazes e, a segunda, na esquina da rua Espírito Santo com a dos Caetés, onde foram apreendidas fichas, panos e móveis.<sup>314</sup>

No relatório de 1903, produzido pelo chefe Olintho Augusto Ribeiro, tem-se uma circular que fora emitida e que orientava quanto à repressão da atividade dos jogos de azar. Trazendo alguns artigos, dispostos no Código Penal de 1890, o chefe orientava sobre quais seriam as atividades consideradas escusas, as formas de se identificar seus autores, além dos procedimentos a serem tomados pelas autoridades no combate a essa prática.<sup>315</sup> Essas recomendações seriam reforçadas no relatório de 1905, pelo chefe Christiano Pereira Brasil. Para além do jogo de tabuleiro, o chefe em questão considerava o jogo do bicho um problema de impacto maior, como observamos no trecho seguinte:

O denominado jogo do bicho, que tão assustados desenvolvimento tem alcançado em numerosos pontos do Estado, produzindo os mais justos clamores da imprensa em geral, sempre patriota e bem orientada, e dos bons cidadãos, deve atraahir a rigorosa vigilancia e severa acção dos meus propostos.

---

<sup>314</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1900. p. 93. Notação: 001 F-5.

<sup>315</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1903. p. 20. Notação: 001 F-5.

O vírus desse prejudicialíssimo vício tem contaminado quase todas as classes sociais, a começar pela dos mendigos, pois é acessível até a esses desventurados, sendo incalculáveis danos e desgraças que acarreta. Entretanto, autoridades dispõem, como nos casos jogos do paradas e rifas, de meios promptos e decisivos para a sua repressão.<sup>316</sup>

A rua da Bahia era uma das mais movimentadas e famosas em Belo Horizonte no contexto da jogatina. Um articulista do jornal *A Epocha*, considerando-se porta-voz da moralidade, proferida por setores sociais interessados na imposição de uma ordem cidadina moderna, segregacionista e excludente, apontava que aquela localidade, onde funcionariam ao menos três roletas, estava se transformando num Principado de Montenegro. Além disso, ele declarava abertamente ter um plano traçado para combater tal imoralidade, caso as devidas providências não fossem tomadas pelo Chefe de Polícia<sup>317</sup>

O articulista do jornal reitera que o jogo apareceria relacionado ao consumo de álcool e à desordem nas localidades mais pobres. Essa era uma das contravenções mais sérias, legal e moralmente, presentes no Código Penal de 1890, nas circulares dos chefes de Polícia e nas posturas municipais.<sup>318</sup>

Em 1914, o delegado de polícia, Affonso Henriques de Figueiredo Santos, apontaria a falta de trabalho e a extrema pobreza das classes proletárias como responsáveis pelo envolvimento dos mesmos nos jogos de azar. Para ele, a ausência de meios honestos de se viver seriam o maior atrativo à jogatina e aos meios ilícitos de se ganhar dinheiro, prejudicando econômica e moralmente o desenvolvimento da Capital. Além do mais, ele destaca a 2ª Circunscrição como uma região de desenfreada jogatina reinante, onde mesmo a aplicação de ampla repressão mostrou-se ineficaz na busca de extirpar tal atividade.<sup>319</sup>

O delegado da 1ª Circunscrição, Paulino de Araújo Filho, no ano de 1915, aponta uma grande dificuldade no combate ao jogo do bicho. Conforme sugeria, esse jogo se tratava de atividade ramificada por todas as camadas sociais e penetrava em todos os lares. Na 2ª Circunscrição, no dia 22 de dezembro do mesmo ano, seria fechada, pelo delegado Orlando Pimenta Bueno, uma casa de tavalagem situada na rua dos Caethés, sob o rótulo de Café Floresta.<sup>320</sup>

<sup>316</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1905. p. 33 e 34. Notação: 001 F-5.

<sup>317</sup> A EPOCHA, Belo Horizonte, 19 de julho de 1905. *apud* SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 107.

<sup>318</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 108.

<sup>319</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1914. p. 67. Notação: 003 F-5.

<sup>320</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1915. p. 143 e 166. Notação: 003 F-5.

Nota-se que o caso e seus desdobramentos foram relatados, com grande empenho, pelo delegado ao chefe de polícia. Isso se deve, provavelmente, à importância dos envolvidos e à grande repercussão da ação policial na repressão dos jogos naquela área. O imbróglgio deste acontecimento se deu pelos pedidos de *habeas-corporis* de três indivíduos presos, negados pelo juiz de direito da comarca, para o quebramento da fiança. A argumentação para tal recusa se devia ao fato de os envolvidos não terem comprovação domiciliar e nem profissão lícita. Segundo o juiz da comarca:

O caso não era igualmente de prestação de fiança, por que tendo sido os impetrantes considerados pela auctoridade que prendera jogando jogos prohibidos em casa de tavolagem como vagabundos e sem domicilio que não provaram ter, jamais lhe poderia ser permitida a prestação de fiança dedada aos vagabundos.<sup>321</sup>

Segundo o delegado daquela circunscrição, os oito contraventores envolvidos no caso, após serem presos e processados, foram condenados. E, com o desfecho deste caso, em seu relatório, o mesmo delegado ainda asseguraria a inexistência de qualquer outra casa de tavolagem na circunscrição que competia a seu cargo.<sup>322</sup>

Outra ocorrência de grande repercussão na mesma circunscrição, e que data do mesmo ano, é a da escopa de Victorio Lorenzatto. No entender de Marina Guedes Costa e Silva, a prisão do italiano se faz interessante devido à grande documentação produzida sobre a qual se tem acesso, tanto por parte dos homens da lei quanto por parte dos representantes legais dos homens presos.<sup>323</sup> Fábio Luiz Rigueira Simão, por sua vez, sugere que esse caso mostrava a preocupação das autoridades em manter as fronteiras da ordem bem estabelecidas entre as populações pobres da zona suburbana, mesmo que para isso precisasse chegar ao abuso de suas autoridades.<sup>324</sup>

A controvérsia nesse episódio estaria ligada à truculência e à legalidade da ação policial. Segundo a defesa, a prisão do comerciante e dos outros onze envolvidos seria arbitrária e difamadora, visto que classificaram o estabelecimento comercial do Sr. Victorio para a imprensa como casa de tavolagem e jogatina. Tentando se desvincular de uma imagem de desocupados, e participantes de uma jogatina que agredia a moral, esses homens se declaravam cidadãos pacíficos, ordeiros e operários da Capital. Silva defende que o discurso moralizante e do trabalho é usado como contra argumento ao mundo dos divertimentos.<sup>325</sup> Corroborando tal

<sup>321</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1915. p. 167. Notação: 003 F-5

<sup>322</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1915. p. 167. Notação: 003 F-5

<sup>323</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)**... p. 85.

<sup>324</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte**... p. 112.

<sup>325</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas**

perspectiva, Simão admite que o discurso do trabalho digno e regular que fundamentava as perseguições e consequente prisões era o mesmo que valeria para a defesa dos detidos.<sup>326</sup>

Simão expõe a respeito do caso que o subdelegado Alferes João Baptista Soares, liderando alguns soldados armados de fogo, faca e cassetete, encontrava-se em giro de inspeção no Barro Preto e, percebendo uma algazarra orquestrada por uma turma que jogava escopa, dirigiu-se, junto dos soldados, ao estabelecimento do Sr. Victorio Lorenzatto, localizado na Avenida Paraopeba, onde foram recebidos com repúdios e agressões verbais.<sup>327</sup> Ele também aponta que o subdelegado salientava que teria encontrado pelas ruas do Barro Preto – distrito considerado infectado de pessoas desordeiras e desocupadas – homens portando armas, vagabundos e desocupados, aos quais teria dado voz de prisão. O bairro pobre se mostrava, naquele momento, depositário de uma carga imagética de lugar perigoso e propício à proliferação de práticas ilícitas e contravenções.<sup>328</sup>

O desenlace do caso ocorre com o envio da correspondência do Delegado da 2ª Circunscrição, Orlando Pimenta Bueno, que deixa de lado a questão do jogo de azar, mas julga legal a prisão de Victorio Lorenzatto, por possuir natureza correcional, oriunda de motivos circunstanciais e agressão à autoridade do subdelegado Soares, sendo que os suspeitos também seriam soltos na manhã seguinte.<sup>329</sup>

Esses episódios vão, portanto, ao encontro do processo de caracterização das ações policiais como legitimáveis em face da lógica de manutenção da ordem e da moral, ainda que elas fossem fundamentadas no abuso de autoridade.

Nesse contexto, ocorreria a tentativa de implementação da concepção desenvolvida por Fábio Luiz Rigueira Simão denominada de cidade da ordem, em que as parcelas da elite que habitavam a área central da cidade se tornariam difusoras e depositárias de um discurso de cidade modelo, limpa e organizada, pronta para progredir e prosperar. Interessaria a esses grupos, além da cidade ordenada – por meio da qual a segregação espacial promoveria a concentração de recursos para infraestrutura e beneficiamentos na zona urbana – a aplicação

---

**policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)...** p. 86.

<sup>326</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 111.

<sup>327</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte....** p. 108.

<sup>328</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 109.

<sup>329</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 112.

das resoluções legais presentes na Constituição de 1891 e do Código Penal de 1890, destinados, majoritariamente, ao espaço urbano e público.<sup>330</sup>

Nessa conjuntura, dá-se o estabelecimento da prática institucional das prisões correccionais. Previstas no Código Penal de 1890, a prisão celular pelo período de quinze a trinta dias consolidava a denúncia, a perseguição, o controle e a criminalização da vadiagem, na tentativa de modular o comportamento das categorias sociais que fossem alvo de controle. Durante a Primeira República, esse projeto punitivo, travestido de uma correção moral pelo trabalho, ficaria claro no Artigo 399, do Capítulo XIII, do referido código.<sup>331</sup> Através dele, seria considerado vadio o indivíduo que:

Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.<sup>332</sup>

Lucas Carvalho Soares de Aguiar Pereira, em sua pesquisa a respeito do tema, identificou a prática dessas prisões, principalmente a das que eram referentes ao contexto do meretrício, em um período de abrangência próximo ao desta pesquisa. Como resultado, o autor constatou que a prisão celular seria incutida por hora ou noite, e que assumiria o caráter de um instrumento de tom pedagógico, capaz de educar a moralidade e os comportamentos das meretrizes, por meio de ações que induziriam a reflexão acerca do comportamento daquelas que viessem a ser enclausuradas. Assim, seria reforçada a ideia de que o cárcere seria um lugar onde se poderia criar pudor, tornando a prática prisional reconhecida como um processo que corresponderia a aprendizados.<sup>333</sup>

Diante do exposto, entende-se ser viável fazer uso dos dados referentes às prisões correccionais nos relatórios dos chefes de polícia, uma vez que elas estariam ligadas a detenções que buscavam coibir comportamentos viciosos e condenáveis na sociedade. Admite-se, também, que boa parte das prisões correccionais apresentadas nos relatórios estariam ligadas à tríplice do prazer – jogos, embriaguez e prostituição – conceito apresentado por Marina Silva e que teve como referência os estudos de Margareth Rago.<sup>334</sup> Além do mais, voltando-se o olhar

<sup>330</sup> SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 55.

<sup>331</sup> TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. **Vadiagem e prisões correccionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República.** In: REVISTA DE ESTUDOS HISTÓRICO. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p. 381-400, maio-agosto 2016. p. 386.

<sup>332</sup> BRASIL. Código Penal de 1890. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

<sup>333</sup> PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **“No intuito de produzir influência educativa”: delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930).** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012. p. 86.

<sup>334</sup> SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)...** p. 80.

para os relatórios dos Chefes de Polícia, apreende-se que a preocupação para com o meretrício e a embriaguez ou vadiagem – os outros dois pilares dessa tríade – também seriam constantes.

O Chefe de Polícia Alfredo Pinto Vieira Mello, no relatório de 1894, expõe suas ponderações quanto ao sistema correcional aplicado até então. Para ele, o chamado “termo de bem viver” não obedeceria a nenhum critério filosófico penal, pois, em lugar de corrigir moral e filosoficamente os infratores, protegia-os com uma pena sem utilidade prática. Dessa maneira, ele considerava de extrema urgência a fundação das colônias correccionais no Estado como fundamentais para a polícia, com a finalidade de garantir um processo simples e rápido para os infratores.<sup>335</sup> Depreende-se de sua fala, portanto, assim como afirmou Fábio Simão, o discurso do trabalho como instrumento moralizante, que levaria os vagabundos a se tornarem habilitados a prestarem serviços na agricultura e na indústria do país.

No relatório do ano de 1905, o chefe Christiano Pereira Brasil publicou instruções referentes à repressão da vadiagem. Por meio delas, o chefe de polícia orienta os delegados e subdelegados acerca não apenas dos procedimentos a serem tomados nas atuações dos contraventores, mas também sobre quais indivíduos se enquadrariam na categoria da vadiagem, sendo eles: aqueles que não exercem profissão ou qualquer ocupação lícita em que ganhem a vida; os mendigos inábeis ao trabalho; os bêbados por hábito; as prostitutas que perturbarem o sossego público; e os turbulentos que ofenderem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias.<sup>336</sup>

Ratificando essa concepção, no ano de 1911, quando se tem apresentado os relatórios dos delegados da primeira e da segunda circunscrições, pode-se averiguar que esses agentes apresentam as prisões correccionais divididas em uma tabela, onde se nota o destaque para os delitos de desordem, embriaguez, gatunagem e vagabundagem.<sup>337</sup> A seguir, tem-se uma tabela com os dados das prisões correccionais fornecidos pelos relatórios dos chefes de polícia.

---

<sup>335</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1894. p. 18. Notação: 001 F-5

<sup>336</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1905. p. 54 e 55. Notação: 001 F-5

<sup>337</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1911. p. 73 e 79. Notação: 002 F-5

Quadro 6 – Número de prisões correcionais da 1ª e 2ª Circunscrições da cidade de Belo Horizonte entre os anos de 1900 e 1922

<b>ESTATÍSTICA DAS PRISÕES CORRECCIONAIS DE BELO HORIZONTE</b>			
<b>Ano</b>	<b>1ª Circunscrição</b>	<b>2ª Circunscrição</b>	<b>Total</b>
1900	–	–	6
1901	–	–	366
1905	100	146	246
1907	111	727	837
1908	167	635	802
1909	176	507	683
1911	127	250	377
1912	230	740	970
1913	222	1063	1285
1914	452	1426	1878
1915	435	2132	2567
1917	610	–	–
1918	260	755	1015
1922	485	–	–

FONTE: APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais entre os anos de 1900 e 1922. Notações: 001, 002 e 003 F-5.

Faz-se necessário, de antemão, analisar algumas das informações referentes aos dados da tabela acima. Num primeiro momento, consta-se a hipótese de que o aumento das prisões correcionais acompanharia o ritmo de crescimento da cidade. As investigações de Fábio Simão ratificam essa constatação, posto que, através do levantamento populacional, ele observou que a população da nova capital saltaria de pouco mais de treze mil, no ano de 1900, para cerca de trinta e três mil, em 1910, e para cinquenta e cinco mil, em 1920.

Contudo, pode-se somar a essa primeira hipótese e causa principal referente ao crescimento vegetativo, outros fatores externos. O grande crescimento nas prisões correcionais, durante o ano de 1914, teria ocorrido, segundo a justificativa do delegado da primeira circunscrição, como resultado da decretação do Estado de Sítio na capital da República, que teria levado à diáspora dos desocupados e vagabundos daquela localidade para outras regiões, incluindo a capital mineira.<sup>338</sup>

Em consonância com seu antecessor, Orlando Bueno, o delegado da 1ª Circunscrição, Paulino de Araújo Filho, em 1915, apoiava a repressão aos vadios e mendigos. Observa-se também no relatório desse delegado sua defesa em prol da atuação da Polícia de Costumes, pois essa vinha gerando resultados considerados satisfatórios nos Estados do Rio de Janeiro e São

<sup>338</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1914. p. 52 Notação: 003 F-5

Paulo, onde teriam sido promovidas a “ação saneadora” da polícia e a de combate ao meretrício.<sup>339</sup>

Uma das mais importantes relações a se fazer quanto a essas detenções diz respeito ao comparativo das prisões correccionais na 1ª e 2ª circunscrições. Em todos os anos em que os dados são apresentados, reconhece-se que a 2ª Circunscrição apresenta um número maior de detenções. Dessa maneira, as áreas designadas a pertencerem à referida localidade teriam sido ocupadas por grande contingente de trabalhadores braçais que se deslocaram para tal região com a finalidade de atuarem na construção da cidade.

Como já mencionado anteriormente, a região da 2ª Circunscrição se apresentava como uma porção da cidade muito mais movimentada, uma vez que a densidade demográfica do bairro comercial era muito maior. Essa perspectiva se fortalece com as informações apresentadas por Marcelo Cintra do Amaral, ao defender que a capital de Minas, com o seu desenvolvimento, tornou-se uma cidade que ganhara como marca específica a oferta de serviços. Esse autor revela que ocorreu grande crescimento das atividades terciárias ligadas à administração pública e às atividades comerciais nessa área.

Segundo o autor, por conta das restrições de ocupação na área denominada urbana e do grande crescimento populacional e econômico, a mancha urbana ultrapassou rapidamente a área planejada em direção à Lagoinha e Serra, e, posteriormente, ampliou-se para outras áreas ao Sul e ao Norte. O crescimento descontrolado e a exclusão de fatias da população mais pobres seriam explicados pelas condições de acesso à terra, que se fizeram possíveis somente para as famílias ricas, as quais estavam aptas a adquirir ou aceitar lotes; ainda que, nos primeiros anos da construção da cidade, os mais pobres tivessem sido admitidos dentro da área urbana. Já em 1912, as famílias mais carentes se alojavam ao norte do Arrudas.<sup>340</sup>

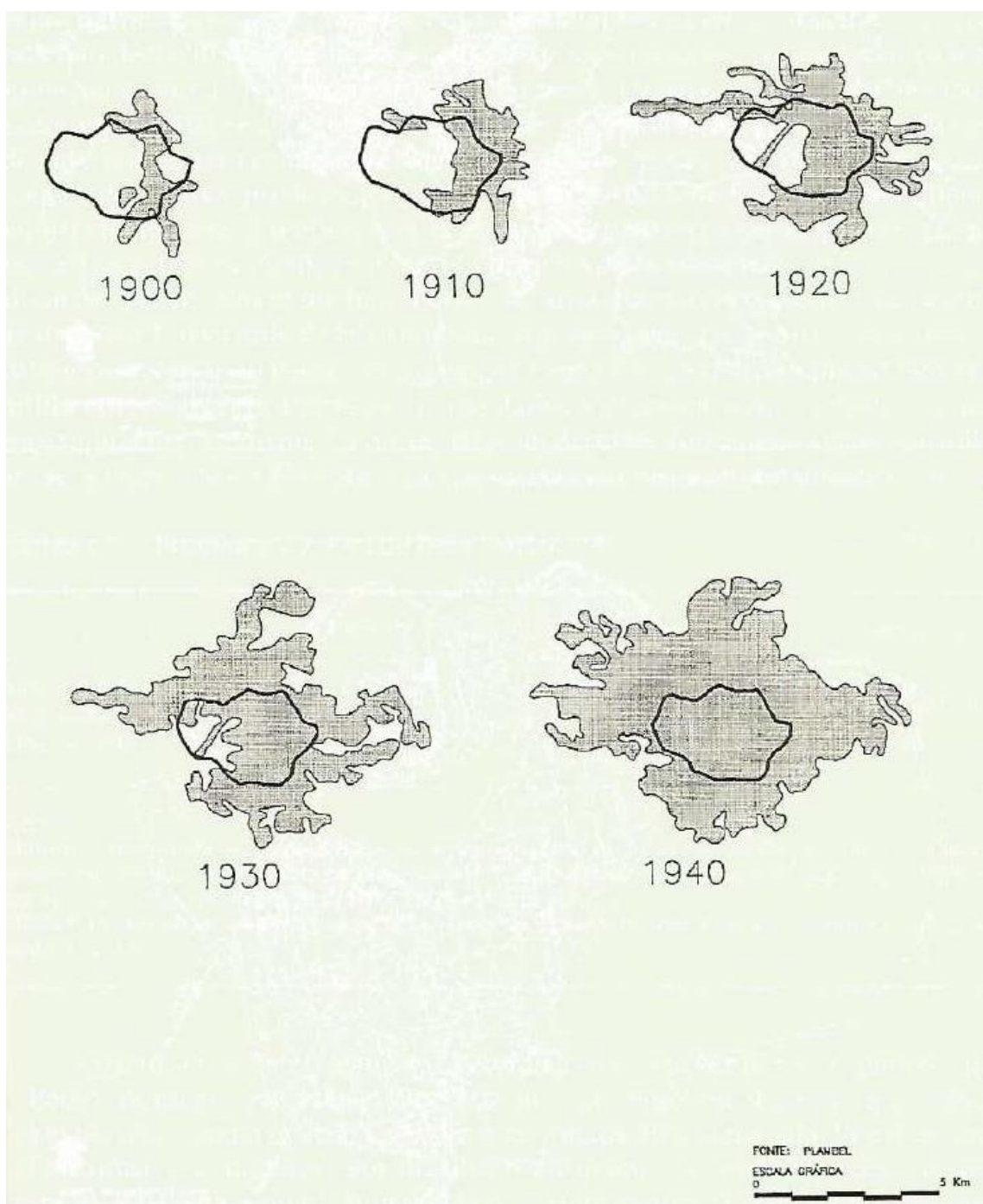
Flávio Villaça, ao analisar o crescimento demográfico da capital mineira nesse período, constatou que, entre os anos de 1905 e 1912, ocorrera uma inversão na proporcionalidade da distribuição da população entre as áreas urbana e suburbana. Segundo esse autor, a área dentro da avenida do Contorno apresentava uma densidade demográfica bruta muito baixa, (**Figura 19**), de cerca de 8,7 hab./ha. e, em 1912, de apenas 13,6 hab./ha. Em 1920, havia quadras inteiras vagas dentro dos limites da avenida do Contorno.<sup>341</sup>

<sup>339</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1915. p. 136 Notação: 003 F-5

<sup>340</sup> AMARAL, Marcelo Cintra do. **A mobilidade da cidade aos pedaços: espaço-tempo-corpo dos deslocamentos de Belo Horizonte...** p. 150.

<sup>341</sup> VILLAÇA, Flávio. A estrutura urbana básica. In: \_\_\_\_\_. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001. p. 128.

Figura 19 – Mapas com as manchas populacionais de Belo Horizonte das décadas de 1900, 1910, 1920, 1930 e 1940



FONTE: VILLAÇA, Flávio. A estrutura urbana básica. In: \_\_\_\_\_. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

É interessante perceber que, apesar de o número maior de prisões correccionais se dar na área da 2ª Circunscrição, a ocupação da área edificada na região urbana era extremamente baixa. Essa circunstância se deu provavelmente pelo fato de os bairros do Floresta, Lagoinha e Barro

Preto pertencerem à referida circunscrição. O grande índice de detenções nessas localidades se dava, portanto, tanto pela população que ali já habitava anteriormente ao plano da CCNC quanto pela massa de trabalhadores que se fixara na região durante o processo de construção da cidade.<sup>342</sup>

Essa conjuntura é explanada, em 1911, pelo delegado da 2ª Circunscrição, Oscar Paschoal. Conforme destaca, a cidade crescia a passos gigantes, aumentando a demanda de locais que exigissem a fiscalização severa da polícia. Apesar do fato de, naquele período, o policiamento da Lagoinha e Floresta ser feito pela polícia militar, o delegado afirma que o vertiginoso crescimento da população e, concomitantemente, dos delitos, teriam sido as causas principais do serviço incompleto do policiamento.<sup>343</sup>

Cabe ainda ressaltar que a solução proposta por esse delegado não se passava do simples incremento do contingente de guardas disponíveis para o patrulhamento, conforme a demanda levantada pelo delegado da 1ª Circunscrição, o Major Antônio Lopes de Oliveira. Oscar Paschoal sugeria também a divisão da 2ª Circunscrição em duas, ou, mesmo, a nomeação de delegados auxiliares para ajudá-lo nas atribuições de seu ofício.<sup>344</sup>

Diversos periódicos da época apresentam matérias comentando – e algumas delas o fazem com uma grande aura sensacionalista – tanto as transgressões quanto as prisões efetuadas pela Guarda Civil e pela Brigada Policial. Um colunista do jornal *O Estado* apresentou, de forma bem depreciativa, um caso de desentendimento entre duas conhecidas:

Maria Gabriella e Theodora Magalhães, duas megeras de cabelinhos nas ventas, e que a afinidade, talvez, de gênios e de vida reuniu num mesmo casebre à Rua Ouro Preto, no Barro Preto, ante-hontem, às 11 horas da noite, depois de bastante alcoolizadas, desavieram-se por motivos fúteis, terminando por trocarem murros e rijos cachações. O resultado foi sahirem ambas da lucta fortemente contundidas. Os guardas civis números 22, 67 e 140 que efectuaram a prisão das duas desordeiras, conduzindo-as ao xadrez da 2ª. Delegacia, estacaram pasmos e ruborizados (...).<sup>345</sup>

Outro episódio, no mesmo bairro do anterior, é descrito por uma articulista do jornal *A Capital* que coloca a situação como descabida e, de certa forma, ironiza a ação da polícia e a prisão correcional. Seu relato segue da seguinte forma:

Ontem à noite por motivos de ciúmes fúteis ou descabidos, travaram-se de razões a marafona Maria Genoveva e seu ‘valiente’ amante Pedro Barbosa, e quando andava mais acalorada a discussão (...) eis que surge a infalível polícia do Barro Preto (pois a cena era ali representada) e sem mais preâmbulos levou-os ao xadrez da 2ª. Delegacia

<sup>342</sup> VILLAÇA, Flávio. A estrutura urbana básica... p. 123.

<sup>343</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1911. p. 77 Notação: 002 F-5

<sup>344</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1911. p. 77 Notação: 002 F-5

<sup>345</sup> O ESTADO, Belo Horizonte, setembro de 1917, p. 2. *apud* SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte**... p. 114.

para assim livrá-los dos ouvidos... indiscretos. Com certeza de lá sairão amanhã mais amigos do que nunca. (...).<sup>346</sup>

Além de ser criticada pelo elevado número de prisões correccionais, a delegacia da 2ª Circunscrição acabou sendo, também, alvo de reclamações. Os colonistas deixavam claro o seu descontentamento com a arbitrariedade e violência com que as autoridades policiais agiam, o que podemos notar no excerto seguinte:

A 2ª. Delegacia continua a fenecer fatos os mais escandalosos ao noticiário local. Raro é o dia em que um espancamento, uma prisão arbitrária, um gesto qualquer de despotismo não sejam levados, pela imprensa independente, ao conhecimento do público, que vê assim os seus direitos calcados aos pés por uma autoridade que não sabe cumprir os seus deveres (...) O dr. João Olavo de Andrade [Juiz de Direito] vai responsabilizar o delegado da 2a. circunscrição pelo seu ato ilegal, conservando uma pessoa presa mais de 1 mês sem culpa formada. O Chefe de Polícia precisa também encarar o caso com seriedade, a bem da moralidade da sua administração.<sup>347</sup>

A análise das colunas apresentadas, publicadas nos periódicos, pode revelar o espectro de marginalização que se desenvolveu na região da 2ª Circunscrição, que, como mencionado anteriormente, era vista como uma área perigosa, onde o Estado se mostrava ausente. De tal modo, chega-se à hipótese de que, apesar de o projeto excludente fomentado pela CCNC não planejar a inserção de camadas sociais denominadas inferiores, como os trabalhadores, deu-se ali o aparecimento e a ampliação desses e de outros elementos da sociedade considerados indesejáveis.

Essa condição é evidenciada através do grande número de detenções correccionais registradas pela chefia de polícia. No entanto, essas prisões, que tinham a finalidade de serem educacionais, na tentativa de moldar os corpos dos atores sociais, acabavam por não desempenhar a função desejada, apenas retirando temporariamente de circulação os sujeitos considerados indesejáveis ou repelindo-os para áreas do subúrbio.

Como resultado das disputas sociais pelo acesso e uso dos espaços urbanos, ocorreu a formação de uma paisagem única na cidade de Belo Horizonte, durante os primeiros anos de sua fundação. A tentativa de se implementar uma paisagem republicana foi dificultada pela restrição do acesso à cidadania e a seus atributos, uma vez que a maior parte da população da nova capital era composta por indivíduos que estavam excluídos do processo de participação política.

---

<sup>346</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 12 de maio de 1913, p. 1. *apud* SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 115.

<sup>347</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dezembro 1913, p. 2. *apud* SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 122.

Por conseguinte, faz-se indispensável identificar as paisagens resultantes desse processo. No contexto do desenvolvimento urbano da cidade de Belo Horizonte, durante a Primeira República, percebe-se a apropriação e a transformação de sua paisagem, tanto pela cultura dominante, quanto pelas residuais, emergentes e excluídas. O resultado da interação dessas culturas na produção paisagística da nova capital mineira se dá de forma ímpar e com características específicas, aspecto, esse, que será discutido na seção seguinte.

### **3.3 Paisagem urbanística de Belo Horizonte na Primeira República (1889-1930)**

Como exposto até o momento, o diálogo entre os distintos grupos sociais que compunham a cidade de Belo Horizonte promoveu o desenvolvimento de uma cultura republicana compatível com a apresentada por Maria Efigênia Lage de Resende, que sugere que as elites políticas brasileiras teriam feito grandes adaptações ao liberalismo, criando um conceito de cidadania que atenderia somente aos seus próprios interesses, mas que viveria o enfrentamento constante dos setores que não se adaptavam a essa proposta.<sup>348</sup> Dessa forma, e como já proposto anteriormente, pode-se afirmar que as políticas públicas referentes à ocupação urbana da nova capital representavam os interesses da elite republicana mineira. Ademais, compreende-se que tanto o sucesso da implementação desse projeto quanto o seu fracasso em determinadas regiões e períodos demonstram a existência de uma certa resistência por parte de alguns residentes de Belo Horizonte. Sob essas circunstâncias, foi que se viu, então, desabrochar uma paisagem singular na região do antigo Curral d'El Rei, que incorporaria diversos elementos.

Tendo-se em vista as informações levantadas, considerou-se interessante dividir o processo de desenvolvimento da paisagem urbanística de Belo Horizonte durante o período da Primeira República em duas fases. Na primeira, que corresponderia ao estágio de implementação da nova capital e aos primeiros anos da década de 1910, haveria destaque para o deslocamento dos antigos moradores do Arraial do Curral d'El Rei e para o grande fluxo de trabalhadores que teriam atuado na construção da cidade e acabariam se fixando por lá. A segunda fase seria a de uma cidade que se apresentaria com considerável parte das edificações da administração e da infraestrutura urbana instaladas, pelo menos no espaço predeterminado

---

<sup>348</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs) **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008, p. 95.

pelo plano de Aarão Reis. Essa etapa se dá entre as décadas de 1910 e 1920, quando é possível notar o município dobrar sua população, atingindo a marca de mais de cinquenta mil habitantes, no final da década de 1910, e mais de cem mil até o final dos anos 1920. Concomitante a isso, tem-se, nesse mesmo período, um maior aparelhamento da força pública, decorrente tanto da criação da Guarda Civil quanto de outros investimentos na área da segurança.

Durante a etapa inicial, julga-se que as tentativas de seguir o projeto original de Aarão Reis na construção da nova capital mostraram-se infrutíferas. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar aponta que, inicialmente, o movimento da cidade ocorria no bairro comercial, nas partes mais baixas da área urbana. Para a região entre a estação da estrada de ferro e a Praça 14 de Fevereiro, hoje denominada Rio Branco, a CCNC havia traçado quarteirões menores na tentativa de ampliar os caminhos, as esquinas e os possíveis pontos de encontro, multiplicando, assim, as frentes de loja.<sup>349</sup>

Entretanto, nos primeiros anos após a fundação de Belo Horizonte, boa parte do comércio da cidade era constituído por vendedores ambulantes em carrocinhas que transportavam os mais diversos gêneros de produtos.<sup>350</sup> Essa situação acarretou um vazio na paisagem urbana, que refletia os aspectos do seu traçado artificial e, de certa forma, influenciou a maneira como viviam seus habitantes.<sup>351</sup>

Assim, naquele momento, tinha-se certamente a zona VI da seção suburbana como a mais povoada da cidade, sendo que, ao norte, se formariam os bairros da Floresta e da Lagoinha. Segundo Tito Flávio de Aguiar, a ocupação dessa regiões deu-se de duas formas: a primeira delas foi através de membros ligados à CCNC e que pertenciam às camadas altas e médias da população da nova capital, com casas construídas em grandes lotes; e a segunda forma teria sido com operários, pequenos comerciantes e funcionários públicos de baixo escalão, os quais teriam ocupado conjuntos habitacionais, chamados de vilas, onde havia várias casas de aluguel barato e que ocupavam um mesmo lote suburbano; essas casas haviam sido construídas por empresários e negociantes que vislumbravam a possibilidade de obter lucros com o aluguel de moradias para pessoas pobres.<sup>352</sup>

Para além disso, devido às restrições oficiais para a aquisição de terrenos e à carência de moradias, vários operários tiveram dificuldade de se estabelecer em definitivo,

---

<sup>349</sup> AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte...** p. 161.

<sup>350</sup> LIMA, J. R. Almanack da Cidade de Minas. *apud* AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte...** p. 161.

<sup>351</sup> JULIANO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)... p. 53.

<sup>352</sup> AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte...** p. 162 e 163.

permanecendo nos barracos e cafuas que teriam sido seu abrigo durante o período de construção da cidade, dando, assim, origem a algumas favelas que seriam um empecilho para a concretização do ideal de cidade perfeita.<sup>353</sup>

Outro elemento indispensável ao se analisar a ocupação da nova capital trata-se do destino dado à população que habitava previamente o antigo arraial de Belo Horizonte. Por ela não refletir os ideais de modernização, apregoados pela CCNC, o projeto de Aarão Reis não abriu espaço para a permanência desses indivíduos nas localidades em que já habitavam.

Através dos apontamentos de Tito Flávio Rodrigues de Aguiar, pode-se apreender que, por meio da prática de desapropriação, muitas vezes desvantajosa para os antigos proprietários, o governo mineiro seria convertido no único proprietário de terra em Belo Horizonte. Com isso, cumpre notar que boa parte dos curralenses seriam impelidos para além do perímetro demarcado pela CCNC, enquanto os que permaneceram tornaram-se inquilinos do Estado.<sup>354</sup>

Perante esse contexto, observa-se que o córrego do Arruda se tornou uma barreira natural para delimitar a área destinada aos indesejáveis e mantê-los afastados. A área mais populosa se encontrava fora da avenida do Contorno, dando ares de centralidade a uma região diferente da que havia sido escolhida pela CCNC e destinada a se desenvolver como o centro da cidade.<sup>355</sup>

Diante desses fatores, acaba-se inferindo, tendo por base a perspectiva de Augustin Berque, que a paisagem existente nesse momento na capital mineira poderia ser denominada como *marca*, porque representava aquela sociedade em suas condições materiais. Mas ela poderia também ser denominada como *paisagem matriz*, uma vez que participaria de esquemas de percepção, sendo a herança dessa paisagem nas mentes e nas estruturas espaciais associadas a um arquétipo.<sup>356</sup>

A CCNC tinha por objetivo eliminar a imagem do antigo arraial e redesenhar, naquela localidade, uma nova representação, que condissesse com o simbolismo e a perspectiva de modernidade defendida pela elite republicana mineira. Entretanto, havia a impossibilidade de se resetar a paisagem, fazendo com que elementos que compunham o panorama do antigo arraial fossem acomodados das mais diversas maneiras.

---

<sup>353</sup> AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte...** p. 163.

<sup>354</sup> AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte...** p. 162 e 163.

<sup>355</sup> VILLAÇA, Flávio. A estrutura urbana básica... p. 124.

<sup>356</sup> BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural... p. 33.

Na produção de um simbolismo aparente, que, segundo Denis Cosgrove, serviria ao propósito de reproduzir as normas culturais dos valores do grupo dominante, obteve-se como resultado a acomodação de diferentes paisagens, que iam desde as paisagens residuais, com a permanência de elementos do antigo arraial, até o embate entre as paisagens da cultura dominante e as emergente e excluídas.<sup>357</sup> A composição dessas sobreposições paisagísticas daria origem ao palimpsesto da cidade de Belo Horizonte, cuja reescrita feita através da ordem do compasso e da régua não obteve o sucesso desejado pelos seus idealizadores.

Entre as décadas de 1910 e 1920, quando se teria a segunda fase do desenvolvimento da paisagem, que poderia se considerar republicana, de fato, o crescimento populacional da cidade produziu novas relações no campo de suas atividades políticas, econômicas e sociais. Mesmo com o crescente número de habitantes, saltando de cerca de trinta e três mil para quase cinquenta e sete mil, a capital mineira ainda se apresentava inacabada em relação ao projeto inicial de Aarão Reis.

Como consequência direta do crescimento demográfico desse período, no ano de 1909, seria autorizada a criação da Guarda Civil, que passaria a atuar no policiamento da cidade no ano seguinte. Além disso, entre os anos de 1910 e 1911, as delegacias da 1ª e da 2ª circunscrição ganhariam novos edifícios, cujas localizações alterariam a linha divisória dessas regiões dentro da avenida do Contorno, bem como a distribuição dos postos.

Vê-se, com isso, uma nova organização espacial e, por conseguinte, a formação de uma nova paisagem. A aquisição de novas edificações em nome do governo do estado para sediar tanto a Secretaria de Polícia quanto as delegacias, assim como a reforma desses respectivos imóveis, demonstrariam, de forma prática, a necessidade que a força pública e seus idealizadores tinham de demarcar sua presença na nova capital.

Sob o encargo do então chefe de polícia, Américo Ferreira Lopes, a Secretaria de Polícia e as delegacias da 1ª e da 2ª circunscrição, a partir de 1911, passariam a ocupar edifícios próprios, com acomodações consideradas mais apropriadas e com localizações mais centralizadas. A demanda para tal transposição já havia sido apresentada pelo seu antecessor, Urias de Mello Botelho, no ano de 1909, ao afirmar que a distância dos quartéis dos batalhões da capital provocavam momentos de ausência no policiamento.<sup>358</sup>

Após diversas mudanças e da reestruturação dos edifícios, a Secretaria de Polícia passou a ser sediada no cruzamento da Rua da Bahia com a Bernardo Guimarães. Consta-se ainda que

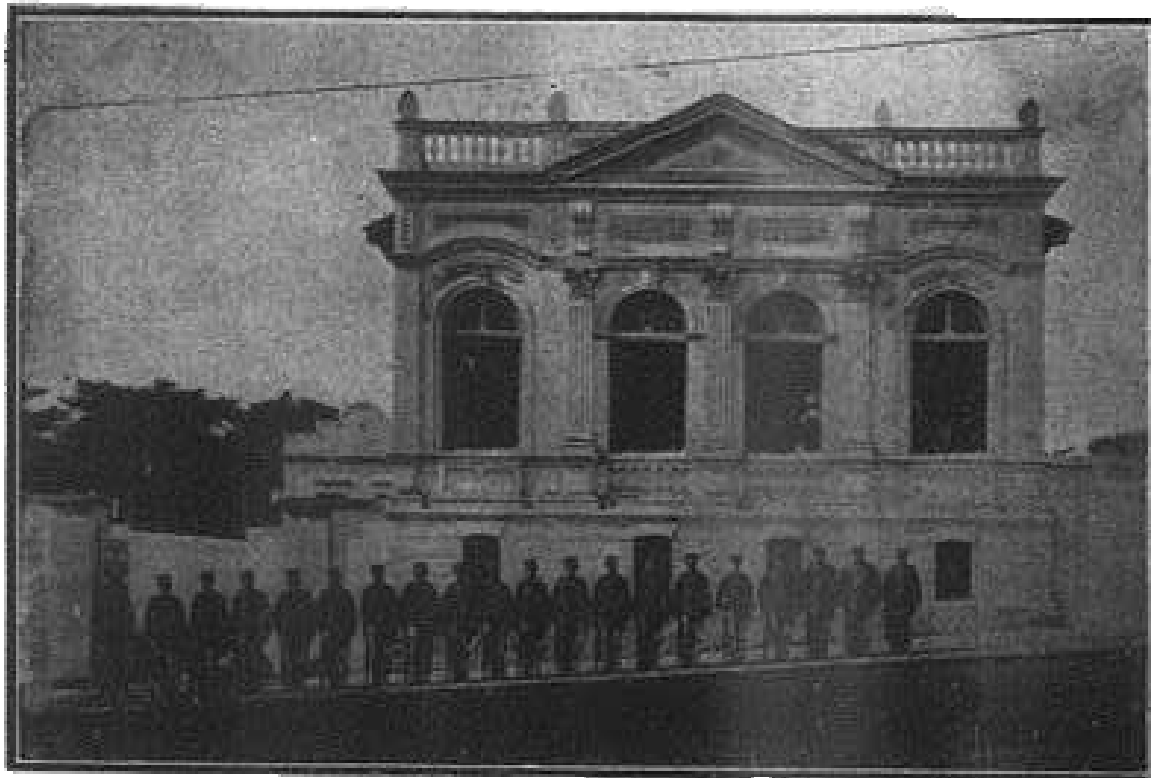
---

<sup>357</sup> COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas... p.228, 230, 233 e 234.

<sup>358</sup> APM, Relatório da Secretaria de Polícia de Minas Gerais de 1909. p. 139. Notação: 002 F-5.

a Inspetoria da Guarda Civil passou a ocupar o antigo prédio da delegacia da 1ª Circunscrição, que ficava anexo ao da Secretaria. Dessa forma, observa-se que essa delegacia acabaria sendo transferida, (**Figura 20**), dentro da 6ª seção urbana, para a Avenida Afonso Pena, no ano de 1911. Pouco antes, no mesmo ano, a delegacia da 2ª Circunscrição havia se estabelecido em prédio próprio, localizado na rua Tamoios, e com infraestrutura considerada adequada por seus responsáveis.

Figura 20 – Edifício da Delegacia da 1ª Circunscrição situado na Avenida Afonso Pena

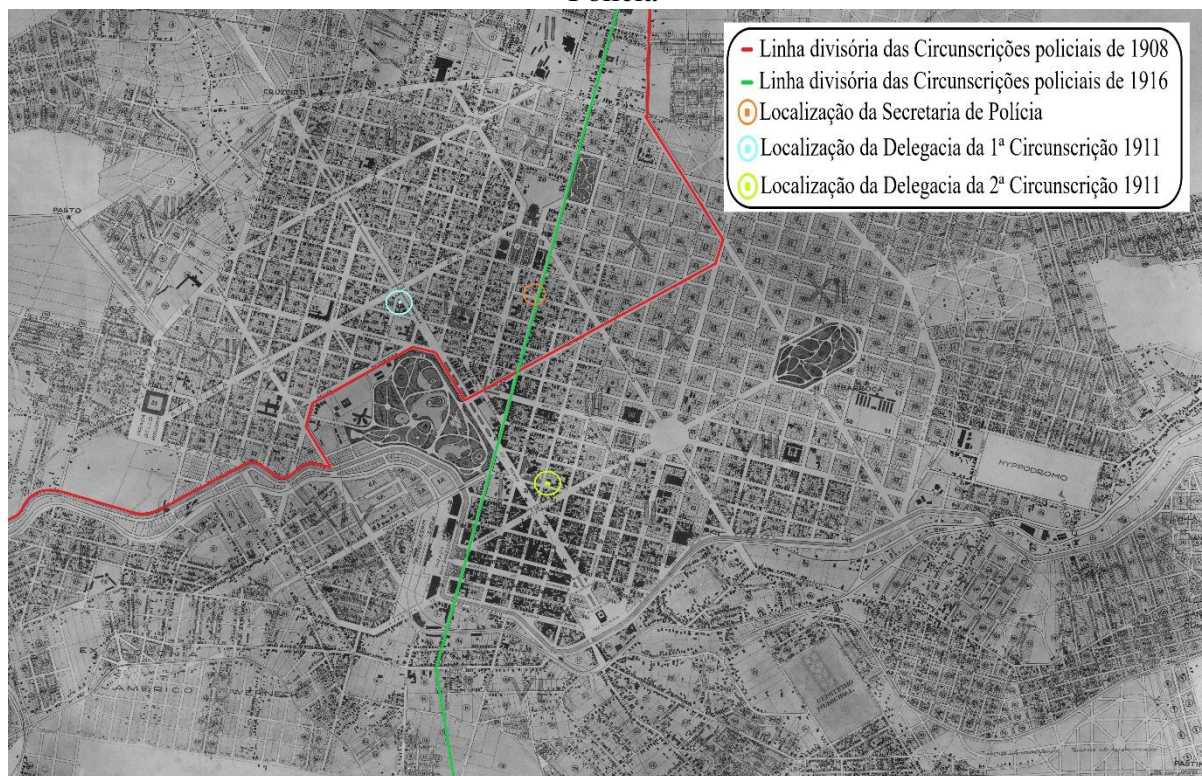


FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1913. Notação: 002 F-5.

Através das publicações do *Almanaque Laemmert*, foi possível identificar o endereço exato das edificações nas quais foram instaladas as duas delegacias, a Chefia de Polícia e a sede da Guarda Civil. Com edições anuais, o *Laemmert* apresenta, além de um panorama descritivo da capital do Estado de Minas Gerais, as repartições públicas federais, estaduais e municipais, bem como os seus endereços e os nomes dos funcionários responsáveis por elas. A edição de 1916 é a primeira em que se é possível identificar o endereço completo de onde estavam situadas as edificações em que foram instaladas as delegacias das duas circunscrições, da Chefia de Polícia e da sede da Guarda Civil.<sup>359</sup> Com o auxílio dessas informações, foi possível produzir um mapa (**Figura 21**) em que essas localizações são destacadas.

<sup>359</sup> ALMANAK LAEMMERT. Edição de 1916. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/acervo->

Figura 21 – Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições dos anos de 1908 e 1913, com as localizações dos edifícios das delegacias das circunscrições e da Secretaria de Polícia



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1908 Notação: 001 F-5; 1913. Notação: 002 F-5; ALMANAK LAEMMERT. Anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e indústria. Estado Unidos do Brasil. Edição de 1916.

Mediante a identificação das localizações dos novos prédios, é possível constatar o interesse das autoridades competentes em reorganizar o espaço ocupado pela força pública. Objetivando tornar o policiamento mais eficiente, o chefe de polícia opta por realocar as delegacias e sua secretaria em regiões mais densamente povoadas. Para além disso, é fundamental lembrar que a ocupação da nova capital não vinha seguindo à risca os preceitos definidos pela CCNC, forçando, de certa forma, os administradores da cidade a se adaptarem à maneira como a ocupação ocorria.

Ademais, ao se analisar as fotografias dos prédios, identifica-se na arquitetura empreendida nas edificações a tentativa de se demarcar a força e o poder da instituição que ela representaria. Na comparação entre o prédio em que era sediada a delegacia de polícia no antigo arraial (**Figura 22**) e os edifícios ocupados pelas forças policiais a partir dos anos 1910, apresentados anteriormente, observa-se uma certa suntuosidade. Nota-se como característica

marcante a presença de elementos arquitetônicos do eclético<sup>360</sup>, donde a importância atribuída ao virtuosismo, à noção de abundância e aos novos ritmos de fruição e consumo originariam uma arte que se apresentaria mais rica que a própria realidade.<sup>361</sup>

Figura 22 – Edifício da Delegacia de Polícia do Arraial de Belo Horizonte.



FONTE: Museu Histórico Abílio Barreto, Comissão Construtora da Nova Capital, 1894-1895.

Revela-se, em meio a esse contexto, dois parâmetros fundamentais na concretização da paisagem de Belo Horizonte. O primeiro se apresenta através do encadeamento de um processo de racionalização da paisagem, por meio do qual seriam utilizados critérios que facilitariam o fluxo de recursos e pessoas, bem como a exposição do indivíduo à vida pública numa espécie de panóptico, onde o acesso à cidadania implicaria a fiscalização e o controle mútuo. Dessa maneira, a força pública, em especial a Guarda Civil de Belo Horizonte, seria inserida na

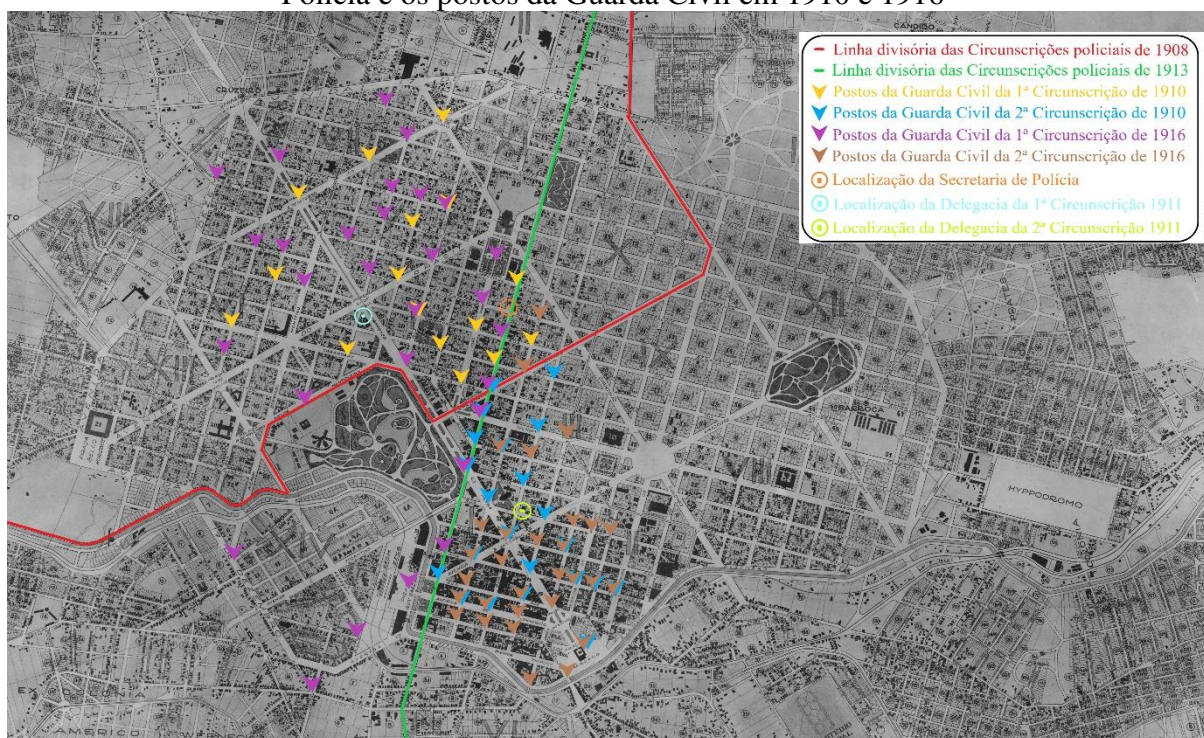
<sup>360</sup> Para se entender melhor a função da matriz arquitetônica eclética brasileira consultar FABRIS, Annateresa (Orgs). *Eclétismo na Arquitetura Brasileira*. Nobel; Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 1987.

<sup>361</sup> FRABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. P 139.

paisagem da cidade como um elemento que representaria a modernidade e os ideais republicanos da época.

Espalhados por diversos postos, nas duas circunscrições policiais da cidade, os guardas não poderiam abandonar as localizações designadas, com a finalidade de ali representarem a ordem e a salubridade de uma metrópole moderna. Além disso, os guardas contavam com o apoio das delegacias das duas circunscrições para onde eram levados os indivíduos considerados indesejados ou perigosos para aquela sociedade. Esse conjunto de espaços policiados (**Figura 23**), funcionando exclusivamente dentro dos limites impostos pela avenida 17 de Dezembro, do Contorno, se apresentou como um aparato repressivo e coercivo do Estado na tentativa de implementar uma paisagem republicana na nova capital.

Figura 23 – Mapa de Belo Horizonte com a divisão das circunscrições dos anos de 1908 e 1913, com as localizações dos edifícios das delegacias das circunscrições e da Secretaria de Polícia e os postos da Guarda Civil em 1910 e 1916



FONTE: Arquivo Público Mineiro, Relatório da Secretaria da Polícia, 1908 Notação: 001 F-5; 1913. Notação: 002 F-5; APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação; APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

Já o segundo parâmetro se caracteriza pela tentativa de se construir a imagem de uma autoridade policial que seria depositária da legitimidade do uso da força, dos ideais liberais modernos e dos desígnios do Estado que a defendiam. Os reflexos de tal esforço podem ser observados tanto nos documentos oficiais, produzidos pelo Estado e suas instituições – como era o caso das *Partes Diárias* da Guarda Civil –, quanto em periódicos da época.

Em 1913, apesar de ter tratado o ocorrido com ironia e irreverência, o jornal *A Capital* publicou uma matéria policial que elucidava uma posição positiva por parte da sociedade acerca da ação da Guarda Civil. Após a briga entre dois sorveteiros, um de nacionalidade turca e o outro italiana, argumentou-se:

o guarda ali de serviço [em frente ao abrigo de Pemambuco] (...) os levou para a Ia. delegacia, incumbindo-se de fazer o serviço de isolamento em duas celas bem separadas. E assim foram extintas as chamas abrazadoras de ódio que os devoravam, apesar de os sorvetes não estarem quentes.<sup>362</sup>

As *Partes Diárias*<sup>363</sup> eram documentos produzidos diariamente pela Guarda Civil, com o intuito de registrar as alterações ocorridas durante o serviço. Normalmente, elas traziam um “Mappa Diario” que discriminava a quantidade de guardas disponíveis para o serviço, bem como as funções que desempenhariam.

Estando de prontidão, nos postos designados, a Guarda Civil era corriqueiramente acionada. Na Parte Diária do serviço do dia 31 de agosto para 1º de setembro de 1910, na 2ª Circunscrição, reportava-se:

às 12 horas da noite mais ou menos, uma mulher desconhecida, aproximou-se do guarda nº 138, que se achava de serviço na rua da Bahia com a avenida Affonso Penna e queixou-se de que havia sido agredida por um soldado de polícia cujo nome ignorava (...).

Ambas as situações narradas demonstram que, apesar das dificuldades, os guardas da Guarda Civil da cidade de Belo Horizonte, sempre devidamente uniformizados e prestando seus serviços com avidez, representavam o poder público e, frequentemente, correspondiam com sucesso às finalidades para as quais haviam sido designados.

A Guarda Civil se mostrara como a maior representante dessa polícia em Belo Horizonte, posto que, como apresentado anteriormente, ela fora concebida dentro dos ideais republicanos daquele momento. Contudo, apesar dos esforços implantados pelos seus idealizadores, os dados relacionados às prisões correcionais mostram grande resistência por parte da população em incorporar os hábitos considerados aceitáveis no ambiente citadino.

Para além disso, o crescimento populacional da nova capital extrapolaria o planejamento inicial dos seus planejadores. Atingindo a marca de mais de cem mil habitantes, ao final dos anos 1920, a ocupação da cidade fugiu ao controle das autoridades do Governo, gerando brechas na organização e na produção da paisagem. Tem-se aí, de certa forma, um exemplo que

<sup>362</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 27 maio 1913, p. 1. *apud* SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte...** p. 120.

<sup>363</sup> Mesmo com a impossibilidade de explorá-las com maior detalhamento, essas Partes Diárias se mostraram como uma interessante fonte para o desenvolvimento dessa pesquisa num momento póstumo.

corroborar a perspectiva de Denis Cosgrove, que aponta que essas lacunas teriam sido preenchidas por uma cultura vista como subalterna naquele momento, a qual, apesar de seguir certos parâmetros referenciais da cultura dominante, acabava por imprimir características próprias na produção da paisagem.

## CONCLUSÃO

Através do trabalho desenvolvido e dos argumentos apresentados anteriormente entende-se que, ao se falar de paisagem, não se está limitando o termo a um contexto de delimitação física do espaço. A paisagem, tal qual suas representações, estariam ligadas ao campo da percepção, onde as experiências sensoriais se apresentam como protagonistas.

Todavia, há também que se considerar que, como sujeitos sociais, as impressões dos seres humanos e os significados que lhes são atribuídos estariam vinculados ao contexto histórico, cultural e social no qual o indivíduo se insere. Dessa forma, falar de paisagem é também falar de cultura, do mesmo modo, para se compreender a construção da paisagem, faz-se necessário entender a produção cultural.

Assim como a cultura não pode ser considerada algo imóvel e rígido – posto que está estando sempre em constante transformação – também a paisagem se apresenta dessa forma, numa espécie de palimpsesto das ações dos seres humanos em interação com o meio ambiente através da cultura. Sob essa lógica, pode-se afirmar que, tal como existem diferentes formas de culturas, que se relacionam em graus e hierarquias diferentes, se alterando com essas interações, é possível também se reconhecer uma multiplicidade de paisagens.

A modernidade trouxe consigo uma série de elementos que se definiram como característicos desse movimento. O emprego da racionalização e do cientificismo, amparados nos ideais iluministas do século XVIII, inspiraram as mais diversas áreas do conhecimento. As cidades se consolidaram como o espaço para o desenvolvimento e aprimoramento de novas técnicas e, por isso, tiveram de passar por reestruturações para atender tal demanda.

Destarte, atesta-se, nesse período, um grande crescimento na confecção de projetos que visavam adequar os espaços urbanos a essa nova realidade. Para atender às propostas modernas, antigas cidades como Paris e Londres passaram por um processo de reestruturação, de modo a facilitar o fluxo de pessoas e mercadorias. Já algumas novas cidades, que tiveram sua construção a partir desse momento, gozaram do benefício de se principiarem de maneira planejada. Assim sendo, este trabalho buscou interpretar a paisagem moderna da cidade de Belo Horizonte e seus significados no contexto da Primeira República (1889-1930).

Pode-se constatar que, desde sua concepção pela CCNC, o projeto para a nova capital mineira esteve imerso no caudal dos ideais de modernização que ganhavam força e se materializavam no ocidente naquele momento. Seguindo os parâmetros da racionalidade e da técnica, o projeto empreendido pelo engenheiro Aarão Reis tentou transfigurar o antigo Arraial do Curral d'El Rei por meio da imposição do compasso e da régua, não levando em consideração a população que já habitava a localidade.

Apesar de alguns elementos que haviam sido determinados pela CCNC terem sido empregados com sucesso na construção da nova capital, como foi o caso do traçado das ruas, constatou-se que a ocupação da cidade acabou não obedecendo aos critérios de gabinete. O crescimento desordenado da população, fora dos limites estabelecidos para a Avenida do Contorno, acabou por gerar uma série de entraves para a consolidação de uma cidade que representasse a modernidade.

Desse modo, notou-se que, naquele momento, o Estado, enquanto representante de uma elite política e econômica, culturalmente dominante, agiu de modo a criar mecanismos que procurassem proteger seus interesses. As leis para a aquisição de lotes centrais, os códigos de posturas municipais e a implementação de forças policiais que atuassem na fiscalização da ordem e dos cidadãos foram algumas das medidas tomadas pelo governo de Minas Gerais para tal.

Sendo assim, nesta pesquisa, explanou-se os caminhos percorridos pelas principais instituições que compunham a Força Pública de Minas Gerais, diferenciando-as em militares e civis, bem como quem as controlava. Além disso, procurou-se identificar quais as atribuições dadas a cada uma delas. A Brigada Policial, futura Polícia Militar, teria atendido ao estado como um pequeno exército, uma vez que permanecia aquartelada e sistematizada numa rígida hierarquia militar. Já no âmbito da Chefia de Polícia, encontrou-se o elemento civil, uma vez que os indicados ao cargo pelo Presidente de Estado deveriam ser bacharéis em direito. Outrossim, observou-se, também relacionada ao domínio civil, a criação da Guarda Civil para a cidade de Belo Horizonte, que atuaria no patrulhamento do cotidiano da capital. Tornando-se responsáveis pelo patrulhamento de toda a área central, os guardas dessa força tiveram por encargo zelar pela conservação da ordem, da moral e dos bons costumes, tentando coibir atos de imoralidade, de embriaguez e de vadiagem.

Para desempenhar tal empreitada o sistema policial lançaria mão da institucionalização das prisões correcionais, nas quais os acusados eram detidos por horas ou dias. Essas aconteciam de forma arbitrária, sem a interposição de juízes ou advogados e tinham por

justificativa retirar os indivíduos, considerado indesejáveis, do convívio, a fim de educar seus corpos.

Contudo, as fontes mostraram ter existido uma certa resistência da população em se enquadrar às normas impostas pelas autoridades. Constatou-se que o número de prisões correccionais cresceu tanto quanto a cidade nos primeiros anos da República. Essa circunstância se deu por dois motivos: o primeiro teria sido o aperfeiçoamento do sistema policial, com crescimento da tropa, e a divisão da cidade em circunscrições, o que facilitaria seu controle.

A segunda causa, e não menos importante, estaria relacionada à resistência da população em incorporar os hábitos considerados modernos pelas autoridades. Práticas consideradas nocivas, como a jogatina, a embriaguez e a prostituição eram corriqueiras e, de certo modo, toleradas pelos agentes do Estado, que deveriam coibi-las.

A partir disso, conclui-se que as instituições governamentais se empenharam com grandes esforços para desenvolver, ao longo da Primeira República, na cidade de Belo Horizonte, uma paisagem que estivesse ligada à imagem de uma metrópole moderna. Para tanto, recorreram ao processo de organização de uma força pública que fosse capaz de vigiar e coagir a população a se enquadrar em um urbanismo que seguia os critérios modernos do higienismo e da salubridade.

Todavia, notou-se que, parte da população da capital, vivendo marginalizada pelo sistema, resistia de diversas formas a essas imposições e, com isso, encontrava brechas para desempenhar suas atividades de sustento e recreação.

**PARTE II**

## **CAPÍTULO 4: UM PARADIDÁTICO COMO PRODUTO DO MESTRADO**

O Mestrado Profissional do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania tem por característica promover o aperfeiçoamento de seus egressos para além da área acadêmica. Assim sendo, um dos requisitos para a obtenção do título de mestre desse programa é o desenvolvimento de um produto que estabeleça uma conexão entre pesquisa, ensino e extensão, promovendo, desse modo, um retorno mais efetivo para a comunidade dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas no ensino superior.

Ao considerar o trabalho desenvolvido por professores do segundo seguimento do ensino fundamental e com o intuito de desenvolver ferramentas que possam deixar o ensino mais dinâmico e atrativo para os alunos, pensou-se que seria interessante a produção de um pequeno manual, que possa servir como um material paradidático. Esse material será explanado a seguir.

O livro digital desenvolvido e intitulado **AÇÕES POLICIAIS NA PAISAGEM REPUBLICANA DE BELO HORIZONTE: A GUARDA CIVIL NA BELLE ÉPOQUE MINEIRA** se apresenta como um instrumento para auxiliar professores e alunos nas aulas de História. Por meio dele é possível apresentar os conceitos de República, Modernidade, Paisagem, Civilidade e Exclusão Social de modo articulado com as ações das forças policiais em Belo Horizonte, na Primeira República (1889-1930).

Dentre os conteúdos presentes em **AÇÕES POLICIAIS NA PAISAGEM REPUBLICANA DE BELO HORIZONTE: A GUARDA CIVIL NA BELLE ÉPOQUE**, pode-se destacar a apropriação e transformação da paisagem. Isso porque o desenvolvimento da Força Policial Mineira durante a construção da Nova Capital contribuiu de maneira oportuna para a produção de uma paisagem republicana na cidade que, para além das características físicas, apresenta também elementos invisíveis, como cheiros, sons e as relações sociais estabelecidas no espaço urbano.

Esse livreto virtual foi desenvolvido seguindo as diretrizes da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que orienta três procedimentos básicos para o ensino e a aprendizagem de História nos anos finais do Ensino Fundamental. O primeiro deles – que busca a identificação de eventos considerados importantes na história do Ocidente, bem como ordená-los de forma

cronológica e de modo a localizá-los no espaço geográfico<sup>364</sup> – é contemplado entre as páginas 2 e 6, onde são abordados aspectos da Primeira República (1889-1930) e da Modernidade.

O segundo procedimento – que busca desenvolver as condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam sobre os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou de várias linguagens<sup>365</sup> – é contemplado em diversas páginas, uma vez que vários documentos, leis, mapas, tabelas e imagens são apresentadas através de hiperlinks. Dessa forma, ao acessá-los, professores e alunos podem debater e reconstruir a história apresentada e seu entorno.

Nessa perspectiva, tem-se um gancho para o terceiro procedimento, que passa pelo reconhecimento e pela interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno, reconhecendo diferentes hipóteses e avaliando os argumentos apresentados, com vistas ao desenvolvimento das habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias.<sup>366</sup>

Esse livreto on-line poderá ainda auxiliar na abordagem acerca do desenvolvimento das instituições que pertencem ao Estado Republicano Brasileiro, especialmente aquelas que foram utilizadas para a coerção e o controle social, informando, ao mesmo tempo, a resposta que os diversos setores da sociedade deram a tais imposições.

Dessa forma, dentro da unidade temática: O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX, espera-se que os alunos desenvolvam as seguintes habilidades previstas na BNCC:

(EF09HI01) Descrever e contextualizar os principais aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos da emergência da República no Brasil.

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954.

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vivem.<sup>367</sup>

Visando o amplo acesso à produção do conhecimento histórico, optou-se pelo desenvolvimento desse material de modo digital, uma vez que a atual realidade da educação brasileira impele a uma mudança urgente. A esse respeito, Moran (2015) alerta que:

A comunicação aberta, em múltiplas redes, é um componente chave para a aprendizagem significativa, pelas possibilidades de acesso, troca, recombinação de ideias, experiências e sínteses. O desafio da escola é

---

<sup>364</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. p. 416.

<sup>365</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. p. 416.

<sup>366</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. p. 416.

<sup>367</sup> BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, SEB, 2017. p. 428 e 429.

capacitar o aluno a dar sentido às coisas, compreendê-las e contextualizá-las em uma visão mais integradora, ampla, ligada à sua vida.<sup>368</sup>

Apoiados pelas tecnologias, os educadores podem desenvolver mais adequadamente a comunicação afetiva com seus alunos. Tendo-se em vista que a aprendizagem depende da motivação, um ambiente de acolhimento e confiança pode promover melhores resultados. Conforme José Moran, o ensino híbrido combina algumas dimensões da motivação extrínseca com a intrínseca. A aprendizagem extrínseca é útil para criar hábitos, rotinas e procedimentos, sobretudo com crianças, mas, posteriormente, é mais importante que seja internalizada pelos próprios estudantes.<sup>369</sup>

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a educação deve ser um processo que abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nas organizações sociais e da sociedade civil e nas manifestações culturais. Inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.<sup>370</sup>

Sob essa ótica, o ensino deve ser ministrado com base nos princípios de: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; e da valorização da experiência extraescolar.<sup>371</sup>

Tomando por base essa legislação, entende-se que o ensino deve ser trabalhado de forma híbrida, articulando, nos projetos pedagógicos, a aprendizagem tanto grupal quanto individualizada. Além disso, faz-se importante alternar entre metodologias off-line, que buscam uma interação do indivíduo com seu eu, as pessoas e o mundo que o rodeia, e a on-line, que coloca à disposição da aprendizagem colaborativa e individualizada as tecnologias *WEB 2.0*.<sup>372</sup>

Clayton M. Christensen compreende que o ensino híbrido é um programa educacional no qual parte do aprendizado do aluno acontece pelo meio on-line, onde o próprio estudante

---

<sup>368</sup> MORAN, José. Educação Híbrida: um conceito chave para a educação de hoje. In: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo (Orgs) **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 47.

<sup>369</sup> MORAN, José. Educação Híbrida: um conceito chave para a educação de hoje... p. 48.

<sup>370</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 14 dez. de 2020.

<sup>371</sup> BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 14 dez. de 2020.

<sup>372</sup> MORAN, José. Educação Híbrida: um conceito chave para a educação de hoje... p. 55.

controlaria seu tempo, lugar, modo e ritmo de estudo. A outra parte se daria de modo off-line, em um espaço supervisionado fora da sua residência.<sup>373</sup>

Apesar de servir para quase todos os modelos de ensino híbrido mais conhecidos, esse livreto on-line se adequa melhor ao modelo de Rotação, onde:

os estudantes revezam as atividades realizadas de acordo com um horário fixo ou orientação do professor. As tarefas podem envolver discussões em grupo, com ou sem a presença do professor, atividades escritas, leituras e, necessariamente, uma atividade on-line.<sup>374</sup>

Esse pequeno paradidático se apresenta como uma ferramenta para auxiliar alunos e professores no momento do trabalho on-line individualizado ou coletivo, uma vez que ele encontra-se disponível na internet, através do domínio: [https://read.bookcreator.com/6wOv6B8y7Cc1fvInk3dM2dKDW353/eU0Vo\\_khTAigAe9dzVBc0A](https://read.bookcreator.com/6wOv6B8y7Cc1fvInk3dM2dKDW353/eU0Vo_khTAigAe9dzVBc0A). Ademais, os conteúdos são apresentados de uma forma dinâmica e irreverente por meio do uso de memes, vídeos, imagens, músicas e hiperlinks, com a finalidade de aproximar a produção acadêmica do cotidiano do educando.

Dentro do modelo de Rotação, os conteúdos estão abordados de forma que os professores possam utilizar a metodologia ativa da sala de aula invertida. Isso porque, realizando a leitura individualizada do paradidático no momento on-line, em casa ou na escola, o aluno pode acessar diversos conteúdos, como fontes, leis, mapas e arquivos agregados ao livro. Espera-se que, dessa forma, os alunos desenvolvam um amplo interesse pelo assunto e se apropriem das informações apresentadas para então produzir reflexões sobre o tema.

No final do paradidático, na seção PARA REFLETIR, onde uma série de questões são apresentadas, sugere-se que os alunos se reúnam com seus professores e desenvolvam um pequeno debate, propondo a resolução de algumas perguntas. Dessa maneira, o que era feito em classe (explicação do conteúdo) agora é feito em casa, e o que era feito em casa (aplicação, atividades sobre o conteúdo) agora é feito em sala de aula.<sup>375</sup>

Tal abordagem se revela como uma estratégia interessante, já que confere ao professor a possibilidade de não “gastar o tempo de aula” com o acréscimo de novos conteúdos. Além disso, é importante ressaltar que, seguindo-se a metodologia aqui proposta, os estudantes podem

<sup>373</sup> CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H. Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. [S. l: s. n], 2013. Disponível em: <https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/10/ensino-hibrido-uma-inovacao-disruptiva.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020. p. 7.

<sup>374</sup> BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. In: \_\_\_\_\_ (Orgs) **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015. p. 78.

<sup>375</sup> BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação... p. 79.

construir “sua visão sobre o mundo ativando seus conhecimentos prévios e integrando as novas informações com as estruturas cognitivas já existentes para que possam, então, pensar criticamente sobre os conteúdos ensinados”.<sup>376</sup>

Na percepção de Lilian Bacich, ao entrar em contato com essa forma de aprendizado, os alunos desenvolvem habilidades de pensamento crítico. Conforme argumenta, os estudantes compreendem melhor conceitualmente uma ideia quando exploram primeiro um domínio e, depois disso, entram em contato com a forma clássica da aula expositiva. Dessa forma, espera-se que os alunos se apropriem de maneira mais efetiva do conhecimento histórico, uma vez que ele terá sido produzido também por eles.

#### **4.1 O paradidático AÇÕES POLICIAIS NA PAISAGEM REPUBLICANA DE BELO HORIZONTE: A GUARDA CIVIL NA BELLE ÉPOQUE**

O livro *AÇÕES POLICIAIS NA PAISAGEM REPUBLICANA DE BELO HORIZONTE: A GUARDA CIVIL NA BELLE ÉPOQUE MINEIRA* não foi desenvolvido de forma convencional, com uma divisão em capítulos acompanhados do texto corrido. Ao contrário, por meio da utilização dos diversos recursos disponíveis na plataforma on-line Boock Creator, foi possível produzir, para esse livro, uma diagramação muito próxima às das HQs, Histórias em Quadrinhos, embora não apresente uma história em si, com um enredo e os personagens.

Na APRESENTAÇÃO o livro evidencia que está relacionado especialmente à História, sendo expostos os conceitos centrais que ele aborda, tais como Modernidade, República, Civilidade, Exclusão Social e Paisagem, além do modo como eles são articulados com as ações das forças policiais em Belo Horizonte na Primeira República (1987-1922). Há, ainda, uma explicação acerca do fato de ter sido elaborado em acordo com os parâmetros da BNCC e de como ele pode ser utilizado para o trabalho com o ensino híbrido.

Nas seções ANTERIORMENTE... e UMA REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS, o paradidático relembra as situações, política e social, que o Brasil vivia no contexto da Primeira República (1889-1930). São citados os principais projetos políticos que concorreram para a implementação da República, os critérios para o acesso aos direitos políticos – como, por exemplo, o direito ao voto – a hegemonia política dos estados de Minas Gerais e São Paulo,

---

<sup>376</sup> BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação... p. 80.

bem como a desigualdade social e econômica da população brasileira. Espera-se que o paradidático seja utilizado pelos alunos e professores ao final do conteúdo, por isso ele não se aprofunda nesses temas.

A mesma situação se dá nas duas próximas seções. Em MODERNO, MODERNIDADE E MODERNISMO, uma citação do livro *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*, de Stuart Hall, é utilizada para explicar sobre a identidade que o cidadão da modernidade desenvolveu. Também, há um link para uma entrevista no YouTube com o professor da Unicamp Jorge Coli, que faz uma pequena explicação sobre o que é a modernidade. Ao seu lado é ainda apresentada uma imagem da escultura *Tocador de Guitarra*, de Victor Brecedet, que é referenciada na entrevista. Além disso, faz-se uma brincadeira com a figura de Charles Chaplin, do filme “Tempos Modernos”. Na cena em que ele se perde nas engrenagens, ele se questiona: “O que é que eu vou fazer com essa modernidade?” embalado pelo hit *Essa tal liberdade*, do Grupo Só Pra Contrariar. Na seção O MODERNO TEM SEU LUGAR, o moderno é apresentado como um elemento de característica urbana, que se consolida ao final do século XIX. Nela é apresentada uma citação de Eric Hobsbawn, na qual ele defende a ideia de que os pobres se constituiriam como uma ameaça pública.

Seguindo esse gancho, a seção A PARIS DE HAUSSMANN, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO apresenta a reforma desenvolvida em Paris entre os anos de 1853 e 1870, pelo então prefeito Georges-Eugène Haussmann, por meio da qual diversas edificações foram derrubadas para abrir ruas e construir boulevards.

A modernidade inserida no campo artístico da literatura e da pintura é trabalhada nas seções PERCEPÇÕES DA MODERNIDADE e GUSTAVE CAILLEBOTTE, RETRATOS DESSA NOVA PAISAGEM. Na primeira, tem-se como indicação as leituras de Charles Baudelaire e Honoré de Balzac, dois escritores que desenvolveram a modernidade como tema. Na segunda, assim como sugerido pelo título, algumas obras do artista Gustave Caillebotte são utilizadas para ilustrar a paisagem da Paris moderna na visão do autor.

Dessa forma, essa seção pode ser conectada às seções seguintes: E POR FALAR EM PAISAGEM... e COM A PALAVRA O GEÓGRAFO, nas quais o conceito de paisagem é abordado. Para isso, apropriou-se da definição do geógrafo Denis Cosgrove de que a paisagem deve ser vista como uma produção cultural. Ao se considerar a diversidade de culturas existentes – bem como as interações que ocorrem entre elas no mundo globalizado – deve-se entender que a paisagem cultural é um cenário de disputas e de acomodações dessas culturas.

A partir da seção UMA NOVA E MODERNA CAPITAL PARA MINAS GERAIS, o paradidático começa a trazer informações referentes à escolha e à implementação da nova

capital. Nela constam o: “Relatório apresentado ao S. Ex. o Sr. Dr. Affonso Penna (Presidente do Estado) de janeiro a maio de 1893” e a “Revista geral dos trabalhos: publicação periodica, descriptiva e estatistica, feita com autorisação do governo do estado”. A inclusão desses documentos tem a intenção de fazer com que os alunos percebam os ideais modernistas nos elementos técnicos utilizados pela CCNC e pelo engenheiro Aarão Reis, tanto nos trabalhos de construção da nova capital quanto na escolha de sua localização.

Na seção BELO HORIZONTE, UM TABULEIRO DE XADREZ, o paradidático traz a planta de Belo Horizonte, acompanhada da descrição dela feita por Aarão Reis no relatório que foi submetido ao governo do Estado. A seção seguinte, O “VELHO” DA LUGAR AO “NOVO”, traz uma comparação da fotografia da Matriz Nossa Senhora da Boa Viagem, que foi demolida, com um detalhe da Planta Geral, desenvolvida por Aarão Reis e que demonstra a diferença entre as áreas: urbana, suburbana e dos sítios. Além disso, existe um box com um link para acessar algumas fotos do antigo arraial e, até mesmo, da sobreposição das ruas planejadas sobre as antigas.

A seção EXCLUSÃO SOCIAL E ESPACIAL aborda como questão central as etapas de construção da cidade, concluídas até o ano de 1894, e, ainda, o processo de ocupação da nova capital. Processo esse que aconteceu de forma excludente, uma vez que os primeiros lotes foram reservados para funcionários do governo do Estado vindos de Ouro Preto. Já na seção BH NOS ANOS 1920, período considerado como áureo no desenvolvimento de Belo Horizonte, são apresentados dados que mostram que o crescimento populacional da cidade foi superior ao das previsões dos seus idealizadores. Para ilustrar esse aspecto, tem-se um link que direciona o aluno para um gráfico que mostra o acréscimo de construções na cidade entre os anos de 1924 e 1926. Para além disso, é feita uma comparação entre as plantas cadastrais elaboradas pela Secretaria de Obras nos anos de 1895 e de 1928/1929.

Dessa forma, chega-se às seções BELLE ÉPOQUE MINEIRA e CIVILIDADE POLICIADA. Na primeira, são definidos aspectos sociais da população que vivia na capital durante o contexto de Belle Époque, no qual houve a tentativa de se importar algumas características europeias, consideradas modernas. Na segunda, a relação entre civilidade e policiamento é sugerida através do artigo intitulado Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831), de Luís Felipe Silvério Lima, e, também, da definição do verbete “polícia” no dicionário Raphael Bluteau, de 1728, ambos disponíveis através de hiperlinks.

Posteriormente, é possível encontrar a seção TRINÔMIO, onde são trabalhados três conceitos considerados chave para a existência da polícia, Segurança, Ordem Pública e Poder

de Polícia. Em sequência, tem-se: E A POLÍCIA..., onde se ressalta o fato de que as instituições policiais ganharam sua forma atual a partir do início da modernidade.

Sequencialmente, a seção GÊNESE DA POLÍCIA MINEIRA discorre sobre como o foco do paradidático se dá no histórico organizacional das forças policiais mineiras. É necessário que o leitor entenda que a origem das organizações policiais no Brasil remontam ao período colonial e que elas ganham novos contornos durante o Império. Entretanto, é na seção FORÇA POLICIAL MINEIRA NA -PRIMEIRA REPÚBLICA (1894-1926) que se observa as forças policiais assumindo características mais próximas daquelas que hoje possuem, como a divisão entre as polícias civil e militar. Também foram oferecidos *links* que possibilitam aos alunos conhecerem especialistas do início do século XX, como Cesare Lombroso e Juan Vucetchi, os quais nortearam as principais teorias criminalistas da época.

Por meio de A BRIGADA POLICIAL, o paradidático traz informações sobre a organização da Polícia Militar. Para tanto, são disponibilizados links que orientam os alunos a pesquisarem sobre a legislação que normatizava a instituição a partir do ano de 1895 e também sobre a Academia de Polícia Militar, com sede em Belo Horizonte, a qual começou a ser organizada pela “missão estrangeira” do coronel do exército suíço Robert Drexler. Dessa maneira, espera-se que os alunos possam identificar elementos competentes ao militarismo e como eles foram incorporados no sistema policial.

Já na seção ELEMENTO CIVIL, o paradidático aduz a importância da criação da Secretaria de Polícia, para onde seria alocado o Chefe de Polícia. Dá-se destaque às atribuições que se tornariam de competência do Chefe de Polícia, cuja nomeação era feita pelo Presidente de Estado. Além disso, são citados os gabinetes civis que foram sendo criados ao longo do período e que ficaram subordinados ao Chefe de Polícia.

Outro elemento de destaque nas instituições policiais civis é a GUARDA CIVIL. As principais características dessa corporação são pontos elementares da seção a ela dedicada, na qual disponibiliza-se, também, um link para acesso ao Decreto nº 2.654 de 13 de outubro de 1909, que criou e organizou a Guarda.

Após desenvolver uma análise sobre a Guarda Civil e retomando o conceito de paisagem, o paradidático envereda pela APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELA FORÇA PÚBLICA. Ao tratar desse tópico, buscou-se identificar a ocupação espacial desempenhada pelas Forças Policiais e, conseqüentemente, a paisagem resultante dessa apropriação na capital. Para isso, foi desenvolvido um mapa, a partir da Planta Geral de Belo Horizonte de 1928/1929, que aponta a localização, bem como fotografias das fachadas, dos edifícios da Secretaria de Polícia e das delegacias das 1ª e 2ª Circunscrições.

Os tópicos anteriores conduzem, por sua vez, à seção **POLICIAMENTO NA CAPITAL**. Nela, tem-se a descrição do funcionamento do policiamento desempenhado pela Guarda Civil. O paradidático apresenta uma lista dos postos, utilizada como fonte para pesquisa, assim como um novo mapa, dessa vez trazendo como destaque os postos designados para os guardas.

A seção **PRISÕES CORRECIONAIS** desenvolve uma explanação sobre a ferramenta utilizada pelas Forças Policiais para a manutenção da ordem. É colocado à disposição dos alunos um link para o Código Penal de 1890, com o intuito de que eles tenham acesso à legislação que sistematizava essa prática. Também existem outros dois links que apresentam os Mapas das Prisões Correcionais das duas circunscrições nos anos de 1910.

Próximo ao seu fim, o paradidático traz a seção **PARA REFLETIR**. Por meio dele, professores e alunos são convidados a desenvolver a parte coletiva do estudo. De modo on-line, espera-se que os alunos trabalhem na resposta da questão *b)* e que, fazendo uso de ferramentas como o *Google Street View*, identifiquem as localizações da sede da Chefia de Polícia e também das delegacias das duas circunscrições, para que, a partir disso, analisem as mudanças e permanências que ocorreram na paisagem de Belo Horizonte.

Para responder as questões *a)*, *c)* e *d)*, espera-se que os alunos desenvolvam um pequeno debate, orientado pelo professor, acerca das questões levantadas. Entende-se que essa parte do paradidático deve ser trabalhada off-line e de forma coletiva.

A seção **A POLÍCIA NAS MÍDIAS** faz referência às diferentes formas pelas quais a polícia é trabalhada enquanto tema nas principais mídias artísticas. São citados, então, alguns exemplos de filmes, como *Tropa de Elite 1 e 2*; no campo da literatura, são indicados diversos livros acadêmicos, alguns deles utilizados na pesquisa e produção do paradidático; e, ainda, diversas músicas.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, o paradidático procura amarrar os conceitos nele apresentados, concluindo que o projeto de Aarão Reis e da CCNC não obteve sucesso, já que, devido às disputas entre os diferentes setores da sociedade, a constituição da paisagem de Belo Horizonte ficou muito aquém dos ideais republicanos e modernos. Por fim, as **REFERÊNCIAS** são listadas ao final do paradidático com o intuito de permitir que alunos e professores acessem a bibliografia utilizada para a sua produção.

#### **4.2 Considerações finais sobre a produção do paradidático**

Conforme demonstrado na descrição, na seção anterior, o paradidático é uma proposta que tem como base a pesquisa realizada nesta dissertação. Esse livreto é uma ferramenta que

visa auxiliar professores e alunos no estudo de História da Primeira República, relacionando essa temática a outros conceitos como Modernidade, República, Civilidade, Exclusão Social e Paisagem, e articulando-a com as ações das forças policiais em Belo Horizonte.

Entende-se ser importante entender o Contexto Histórico, bem como a paisagem e as Instituições Históricas que atuaram na sua produção. Por meio desse conhecimento, pode-se questionar as interações entre os diversos atores sociais e as relações que eles desenvolvem com a paisagem.

Além disso, o paradidático foi produzido de acordo com os parâmetros da BNCC de 2017, que incentivam os alunos a serem protagonistas no seu processo de aprendizagem, ativando saberes prévios e tornando o conhecimento mais próximo de sua realidade. Acredita-se que este volume será útil para auxiliar no desenvolvimento da dinâmica do ensino híbrido, que utiliza o trabalho, tanto individual quanto coletivo, nos ambientes on-line e off-line.

No livro on-line elaborado é apresentado o moderno e suas características científicas, atreladas às ideias republicanas que se desenvolveram no Brasil no final do século XIX e início do século XX. O republicanismo da época, que se consolida entre os anos de 1889 e 1930, era excludente e não abrangia a todos os setores da sociedade.

A produção de uma abordagem de uma escala nacional para local, tendo em vista a capital do estado de Minas Gerais, também foi planejada com o intuito de que os alunos se sintam mais envolvidos pela temática e assim atuem de forma mais participativa no processo de ensino aprendizagem. De tal modo, espera-se que os educandos, através de perspectivas distintas, possam criar novas formas de interpretar o passado e, conseqüentemente, desenvolver novas teorias acerca da sociedade em que vivem.

## **FONTES**

### **Fontes impressas**

ALMANAK LAEMMERT. Anuário administrativo, agrícola, profissional, mercantil e indústria. Estado Unidos do Brasil. Biblioteca Nacional

GUARDA CIVIL DE BELO HORIZONTE, Relações da distribuição do policiamento diurno e noturno nas duas circunscrições (1916). APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 08. Documento sem paginação.

GUARDA CIVIL DE BELO HORIZONTE, Relações dos postos das duas circunscrições a partir da Capital a partir (1910). APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 07, Pc. 08. Documento sem paginação.

GUARDA CIVIL DE BELO HORIZONTE, Parte Diária da Guarda Civil entre os dias 31 de agosto e 1 de setembro de 1910. APM, Fundo POL, Série 14, Cx: 01, Pc. 10. Documento sem paginação.

ESTADO DE MINAS GERAIS, Comissão De Estudos das Localidades para a nova Capital. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Afonso Pena pelo Engenheiro Civil Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.

MINAS GERAIS. Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto e Belo Horizonte 1891 a 1930. 29 volumes, ALMG (Assembleia Legislativa de Minas Gerais)

MINAS GERAIS, Congresso. Annaes da Constituinte de 1891. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1896.

MINAS GERAIS, Comissão Construtora da Nova Capital. Revista Geral dos Trabalhos. Rio de Janeiro, 1895-1896. 2 volumes, APC-BH (Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte).

RELATÓRIOS DOS CHEFES DE POLÍCIA (1897-1920), APM (Arquivo Público Mineiro).

### **Jornais**

A CAPITAL, Belo Horizonte, 27 maio 1913,

A CAPITAL, Belo Horizonte, 31 dezembro 1913.

O ESTADO, Belo Horizonte, setembro de 1917.

A CAPITAL, Belo Horizonte, 12 de maio de 1913.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.
- AMARAL, Marcelo Cintra do. **A mobilidade da cidade aos pedaços: espaço-tempo-corpo dos deslocamentos de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: UFMG, 2015, 545 f. v 1 e v 2. Tese. (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências.
- ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Campanha da Princesa: urbanidade civilidade em Minas Gerais, 1798-1840**. 2008. Tese (doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP. 2008.
- BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo. Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação. *In: \_\_\_\_\_ (Orgs) Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República**. *In: Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, MG. ISSN: 2359-5736. n. 49. julho de 1979.
- BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva: (história antiga e história média)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995. 2 v.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. *In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 84
- BESSE, Jean-Marc. As cinco portas da paisagem – ensaio de uma cartografia das problemáticas paisagísticas contemporâneas. *In: \_\_\_\_\_*. **O gosto do mundo: exercícios de paisagem**. Trad. de Annie Cambe. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2004.
- BESSE, Jean-Marc. **Ver a Terra: sei ensaios sobre a paisagem e a geografia**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/pol%C3%ADcia>. Acesso em: 17 abr. 2019.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins; MOTA, Carlos Guilherme Santos Seroa da. **Liberalismo: ideologia e controle social: um estudo sobre São Paulo de 1850-1910**. 1976. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, liberalismo versus positivismo no Brasil: 1870-1900, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25973/27704>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- BRESCIANI, Maria Stella. Fronteiras em seus limites incertos: multietnias, civilidade e

cidadania nas sociedades contemporâneas. A indiferença – espaço psicológico de tensão? *In*: NAXARA, Márcia, Org.; MARSON, Izabel, Org.; BREPOL, Marion, Org. **Indiferenças: percepções políticas e percursos de um sentimento**. São Paulo, Intermeios, 2015.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Guerra das ruas**. O povo e a Polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1997.

BRETAS, Marcos Luiz & ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas. *In*: **Revista Topoi**. v. 14, nº 26, jan/jul. 2013, p. 162-173.

BRETAS, Marcos Luiz. **A Polícia Carioca no Império**. *In*: Revista Estudos Históricos. v. 12, n. 22. p. 219-234, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075/1214> Acesso em: 28 fev. 2018.

BUTTNER, A. (2015). Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar / Place, reach, and the sense of place. *Geograficidade*, 5(1), 4-19. <https://doi.org/10.22409/geograficidade2015.51.a12915>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CABRAL, Luiz Otavio, A paisagem enquanto fenômeno vivido. *In*: **Geosul**, Florianópolis, v.15, nº 30, jul./dez. 2000. p. 38 e 39.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Marieta Pinheiro. **Uma ideia de cidade ilustrada: as transformações urbanas da nova corte portuguesa (1808-1821)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, 2003.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. Brasília: Ed. Nacional. 1977.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da Paisagem**. Trad. Marcos Marcionilo. Ed 1. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Tratado de direito administrativo**. 4ª Ed. Vol. I. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1956.

CHIAVENATO, Júlio José. **Os voluntários da Pátria e outros mitos**. São Paulo, Global, 1983.

CLARK, Kenneth. **Paisagem na Arte**. Ulisseia, Lisboa, 1949.

COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. *In*: **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 20, n.39, 1990.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

COTTA, Francis Albert. **No rastro dos Dragões**: políticas da ordem e o universo militar nas minas setecentistas. 2004. 307 f. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia. *In: Revista de informação legislativa*. Senado Federal, Brasília. Ano 22, n. 88, pp. 105-128, out./dez. 1985.

CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H. Ensino híbrido: uma inovação disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. [S. l: s. n], 2013. Disponível em: [https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/10/ensino-hibrido\\_uma-inovacao-disruptiva.pdf](https://www.pucpr.br/wp-content/uploads/2017/10/ensino-hibrido_uma-inovacao-disruptiva.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. A força Pública do Estado de São Paulo. *In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira*. t. III, O Brasil republicano. v. 9, Sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A Cultura Jurídica Brasileira e a Questão da Codificação Civil no Século XIX**. *In: Revista da Faculdade de Direito – UFPR, Paraná*. n. 44, pp. 61-76. jul./dez. 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Pondé Vassalo. Petrópolis, RJ: Vozes. 1987.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho Franco. **As ideias estão no lugar**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2499829/mod\\_resource/content/1/pensamento/Maria\\_Sylvia\\_as\\_ideias\\_estao\\_no\\_lugar.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2499829/mod_resource/content/1/pensamento/Maria_Sylvia_as_ideias_estao_no_lugar.pdf). Acesso em: 29 jun. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001

GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade. *In:\_\_\_\_\_*. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.

GROSSI, Yonne de Souza. Belo Horizonte: Qual *Polís*? *In: Cadernos de História*. PUC-Minas, Belo Horizonte. V. 2, n. 44, pp. 12-24. out. 1997.

HALL, Stuart. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. *In:\_\_\_\_\_*. **A identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

HARVEY, David. Modernidade e Modernismo. *In:.* **Condição pós-Moderna**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Estela Gonçalves. 14ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. “Os mitos da modernidade”. A Paris de Balzac. *In: \_\_\_\_*. **Paris a capital de modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Boitempo, 2015.

HARVEY, David. Modernidade como ruptura. *In: Paris a capital de modernidade*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Boitempo, 2015.

HOBBSAWM, Eric. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora. *In: A Era do Capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 23ª ed. São Paulo. Paz & Terra, 2015.

HOLANDA, Sergio Buarque. O Semeador e o Ladrilhador. *In: \_\_\_\_*. Raízes do Brasil. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). *In: DUTRA, Eliana de Freitas*. (orgs). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; *et. al.* **História da Polícia Civil de Minas Gerais: a Instituição ontem e hoje**. Ed. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008. v. 1. 197p.

LAZZARINI, Álvaro. Limites do poder de polícia. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 198, p. 69-83, out. 1994. ISSN 2238-5177. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/46412>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

LEAL, Aurelino. **These 7ª da 1ª secção**. *In: Polícia e Poder de Polícia*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1918. 314p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEPETIT, Bernard. A História leva os atores a sério? *In: SALGUEIRO, Heliana Angotti*. **Por Uma Nova História Urbana**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

LUCHIARE, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. *In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L.* (Orgs.). Paisagem, imaginário e espaço. São Paulo: EdUERJ, 2001.

MELLO, Ciro Flávio Bandeira. A noiva do trabalho - uma capital para a república. *In: DUTRA, Eliana de Freitas*. (orgs). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

MALTA, Renata Barreto. A narrativa publicitária como fonte para a compreensão sociocultural: uma proposta teórico-metodológica. *In: RENÓ, Denis & CAMINOS, Alfredo*. (Orgs). **Imagens, Narrativas e Meios**. Aveiro, Ria Editorial, 2018.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. **A civilização do delegado**. Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

MATTOS, Maria de Fátima Silva Costa Garcia de. (2009). O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. **dObra[s] – Revista Da Associação Brasileira De Estudos De Pesquisas Em Moda**, 3(6), 96-103. <https://doi.org/10.26563/dobras.v3i6.291>. Acesso em: 29 set. 2019.

MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In*: Eduardo Yázigi. (Orgs.). **Paisagem e turismo**. São Paulo: Contexto, 2002.

MORAN, José. Educação Híbrida: um conceito chave para a educação de hoje. *In*: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Melo (Orgs) **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia na educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MUNCH, Cláudia. **Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929**. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto alegre, RS. 2011.

MUNIZ, Jaqueline. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional**. *Security and defense Studies Review*. v. 1, Winter 2001. Rio de Janeiro.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX. *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs) **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. **“No intuito de produzir influência educativa”: delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a gênese da haussmannização. *In*: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades Capitais do Século XIX**: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Luciana de Almeida Neves (Orgs) **O Brasil Republicano**. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008

RICUPERO, Bernardo. Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a03.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ROSEMBERG, André. **Significado do militarismo na Força Pública de São Paulo (1870-1924)**. *In*: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPHU. São Paulo, julho de 2011.

SAUER, C.O. A morfologia da paisagem. In: Paisagem, Tempo e Cultura. CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998 (1925).

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Paisagem e Geografia In: **Finesterra**, v. 36 n. 72 ano 2001. p. 9-28.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. 2ª. Reimp. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar: ensaios selecionados. São Paulo. Penguin Class Companhia das Letras, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: \_\_\_\_\_. (Orgs). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. v. 3, A Abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre e Editora Objetiva. 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. [S.l: s.n.], 2015

SENNETT, Richard. Corpos em Movimento – A revolução de Harvey. In: \_\_\_\_\_. **Carne e Pedra** – O corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. **O Renascimento**. 16ª ed. São Paulo: Atual, 1994.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões de progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Orgs) **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Ideias e instituições constitucionais do século XX no Brasil: o papel dos juristas**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, n. 111, pp. 229-245, jul./dez. 2015.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte**. 2008. 136 p. Dissertação (Mestrado em História)

Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG 2008. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/F%C3%A1bio-Sim%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 16 set. 2018.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das Palavras, além das Formas. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro et al. **Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)**. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, pp. 71 a 106.

SOUZA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro: pobreza mineira no século XVIII**, Rio de Janeiro: Graal, 1982.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. **Vadiagem e prisões correccionais em São Paulo: mecanismos de controle no firmamento da República**. In: REVISTA DE ESTUDOS HISTÓRICO. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58, p. 381-400, maio-agosto 2016.

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

VELLASCO, Ivan de A. Policiais, pedestres e inspetores de quarteirão: algumas questões sobre as vicissitudes do policiamento na província de Minas Gerais (1831-1850). In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **Nação e cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007

VERBETE BIOGRÁFICO DE FRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA VIANA, FGV – CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-jose-de-oliveira-viana>. Acesso em: 26 nov 2020.

VILLAÇA, Flávio. A estrutura urbana básica. In: \_\_\_\_\_. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A capital controversa. In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano 43, nº 2, julho/dez. 2007.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República**. In: Locus Revista de História. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20401>. Acesso em: 29 out. 2018.

## APÊNDICE

## APÊNDICE A – Paradidático produzido pelo autor



# APRESENTAÇÃO

Este material se apresenta como uma possibilidade para ser inserido nas aulas de História na etapa da Educação Básica. Por meio dele são trabalhados os conceitos de Modernidade, República, Civilidade, Exclusão Social e Paisagem, articulados com as ações das forças policiais em Belo Horizonte na Primeira República (1987-1922).

Elaborado de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), ele busca identificar e ordenar de forma cronológica e geográfica eventos considerados importantes na história do Ocidente. Além disso, visa desenvolver as condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam e reflitam os significados da produção, circulação e utilização de documentos (materiais ou imateriais), elaborando críticas sobre formas já consolidadas de registro e de memória.

Com isso, ele contribui para que os educandos avaliem os argumentos e reconheçam as hipóteses de diferentes versões de um mesmo fenômeno, e que assim possam desenvolver as habilidades necessárias para a elaboração de proposições próprias.

O AÇÕES POLICIAIS NA PAISAGEM REPUBLICANA DE BELO HORIZONTE: A GUARDA CIVIL NA BELLE ÉPOQUE se apresenta como uma ferramenta para auxiliar alunos e professores através do sistema de ensino híbrido, tanto no trabalho on-line, individualizado ou coletivo, quanto no momento off-line, em sala de aula. Além disso, os conteúdos são apresentados de uma forma dinâmica e irreverente através de: memes, vídeos, imagens, músicas e hiperlinks, com a finalidade de aproximar a produção acadêmica ao cotidiano do educando.

AUGUSTO CEZAR LOURENZATO

# SUMÁRIO DAS SEÇÕES

- |  |  |
|--|--|
| 1. APRESENTAÇÃO                                      | 15. EXCLUSÃO SOCIAL E ESPACIAL                   |
| 3. ANTERIORMENTE...                                  | 16. BH NOS ANOS 1920                             |
| 4. UMA "RES" NÃO TÃO "PÚBLICA" ASSIM                 | 17. BELLE ÉPOQUE MINEIRA                         |
| 5. MODERNO, MODERNIDADE E MODERNISMO                 | 17. CIVILIDADE POLICIADA                         |
| 6. O MODERNO TEM SEU LUGAR                           | 18. TRINÔMIO                                     |
| 7. A PARIS DE HAUSSMANN, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO    | 18. E A POLÍCIA...                               |
| 8. PERCEPÇÕES DA MODERNIDADE                         | 19. GÊNESE DA POLÍCIA MINEIRA                    |
| 9. GUSTAVE CAILLEBOTTE, RETRATOS DESSA NOVA PAISAGEM | 20. FORÇA POLICIAL MINEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA |
| 10. E POR FALAR EM PAISAGEM...                       | 21. A BRIGADA POLICIAL                           |
| 11. COM A PALAVRA O GEÓGRAFO                         | 23. ELEMENTO CIVIL                               |
| 12. UMA NOVA E MODERNA CAPITAL PARA MINAS GERAIS     | 24. GUARDA CIVIL                                 |
| 13. BELO HORIZONTE, UM TABULEIRO DE XADREZ           | 25. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELA FORÇA PÚBLICA     |
| 14. O "VELHO" DA LUGAR AO "NOVO"                     | 27. POLICIAMENTO NA CAPITAL                      |
|  | 29. PRISÕES CORRECIONAIS                         |
|  | 30. PARA REFLETIR                                |
|  | 31. POLÍCIA NAS MÍDIAS                           |
|  | 32. CONSIDERAÇÕES FINAIS                         |
|  | 33. REFERÊNCIAS                                  |



No final do Segundo Reinado, por conta das questões religiosa, militar e escravista, movimentos como o Republicanismo, o Liberalismo e o Positivismo se desenvolveram e acabaram se unindo contra a figura do Imperador e o que ela representava.

Acompanhando as mudanças que ocorriam no mundo e no Brasil a República foi proclamada e a Constituição de 1891 foi promulgada.

## UMA REPÚBLICA DAS OLIGARQUIAS

O voto não era mais censitário. Contudo isso não garantiu a ampla participação da população nas eleições. Para votar era preciso ser: homem, ter mais de 21 anos e ser alfabetizado.

O "voto de cabresto", controlado pelos coronéis, era uma prática corriqueira.



Com a Política do "Café com Leite" os estados de Minas Gerais e São Paulo desenvolveram uma certa hegemonia e passaram a comandar a política nacional.

A desigualdade política, econômica e social é uma marca do período. Como se existissem dois Brasis, um da pobreza e miséria que excluía, e outro da riqueza e prosperidade, que se modernizava.



TAMBÉM...

## MODERNO, MODERNIDADE E MODERNISMO

No século XIX pode-se observar a difusão e consolidação dos ideais modernos, que surgiram no século XVIII com o Iluminismo.

"O cidadão individual tornou-se enredado nas máquinas burocráticas e administrativas do estado moderno. Emergiu então uma concepção mais social do sujeito. O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e definido no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras das sociedades modernas."

HALL, Stuart. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. In: \_\_\_\_\_. *A identidade Cultural na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro. DP&A, 2004. p. 30.



O QUE É A MODERNIDADE? - PROF. HISTORIADOR JORGE COLI (UNICAMP)

TOCADORA DE GUITARRA - VICTOR BRECHERET (1925)



"O QUE É QUE EU VOU FAZER COM ESSA MODERNIDADE?"



CHARLES CHAPLIN EM CENA DO FILME TEMPOS MODERNOS



## O MODERNO TEM SEU LUGAR

O modernismo surge como um fenômeno, em grande parte, urbano. Intimamente ligado a forte migração para os centros urbanos, com várias cidades passando a marca do milhão no final do século XIX.

"Os pobres constituiriam uma ameaça pública e suas concentrações potencialmente capazes de se desenvolver em distúrbios deveriam ser cortadas por avenidas e bulevares que levariam os pobres dos bairros populosos a procurarem habitações em lugares não especificados, mas presumidamente mais sanitizados e certamente menos perigosos." HOBSBAWM, Eric. *A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora*. In: *A Era do Capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 23ª ed. São Paulo. Paz & Terra, 2015. p. 320.

Inspirados nos iluministas, que concebiam cidades como artérias e veias, os modernistas desenvolveram novos usos para esse imaginário, onde o indivíduo não seria mais agitado pela multidão e sim protegido por ela. O desenho urbano do século XIX tanto promoveu a circulação de grande número de indivíduos, mercadorias e riquezas quanto incapacitou o movimento de grupos ameaçadores surgidos com a Revolução Francesa.

## A PARIS DE HAUSSMANN, UM EXEMPLO A SER SEGUIDO

No século XIX, seguindo esses princípios, surgiram projetos de planejamento urbano que visavam reorganizar as cidades. O pioneirismo ficou a cargo do Barão de Haussmann, que liderou uma grande reforma na capital francesa.

Esse projeto tinha por característica uma preocupação com os fluxos naturais e humanos, de modo a facilitar a circulação do ar, da luz, dos homens e das mercadorias. Valendo-se da racionalização e utilizando compasso e régua, Haussmann, derrubando diversos edifícios, transformou a antiga Paris em um cidade máquina, que atenderia mais tarde pela alcunha de "Cidade Luz".

Seu projeto dividiu a cidade em três redes, que se ligavam por largas avenidas que permitiam a passagem de tropas e carroças militares.



BEM-ME-QUER,  
MALMEQUER...

GEORGES-EUGÈNE  
HAUSSMANN E SEU  
PROJETO DE  
REURBANIZAÇÃO DE  
PARIS (1853-1870)



## PERCEPÇÕES DA MODERNIDADE

"Charles Baudelaire (1821-1867) viveu esse momento e foi um crítico do seu tempo. Captando as transformações e contradições da sociedade burguesa e capitalista, observava com avidez o cenário frio das ruas — onde os passantes não mais enxergavam uns aos outros —; deslocando-se pelas ruas e avenidas, tentava registrar na memória a imagem do que via e do que não desejava perder."

MATTOS, Maria de Fátima Silva Costa Garcia de. (2009). O sentido da Modernidade no imaginário do século XIX. *dObra(s) - Revista Da Associação Brasileira De Estudos De Pesquisas Em Moda*, 3(6), 96-103.

#FICAADICA



Honoré de Balzac nasceu em 1799, na cidade de Tours. Foi o autor de: A Comédia Humana, composta de 89 romances, novelas e histórias curtas. Através dessa obra, Balzac apresenta aos leitores o seu "estudo de costumes", que trás descrições de cenas da vida privada, cenas da vida provinciana, cenas da vida parisiense, cenas da vida política, cenas da vida militar e cenas da vida rural.

#FICAADICA

SANTOS, MARLI CARDOSO DOS BALZAC E OS MITOS DA MODERNIDADE: Fausto e Don Juan em La peau de chagrin et L'elixir de longue vie / MARLI CARDOSO DOS SANTOS — 2015 182 f.



## GUSTAVE CAILLEBOTTE, RETRATOS DESSA NOVA PAISAGEM



**Gustave Caillebotte** (1848-1894) foi um pintor francês que retratou cenas do cotidiano da cidade de Paris.

A partir de suas pinturas é possível identificar a paisagem moderna.

[Click aqui](#) para saber mais!



A PONTE DA EUROPA - 1876

HOMEM JOVEM à SUA JANELA - 1875



RUA PARISIENSE, DIA CHUVOSO - 1877

## E POR FALAR EM PAISAGEM...

EXISTEM DOIS TIPOS:

**NATURAIS**, que estariam ligadas a elementos da natureza e não se modificaram ou que foram pouco alterados pelo ser humano.

**CULTURAIS**, que podem ser vistas como um produto cultural. Assim, elas seriam o resultado das transformações do meio através da interação dos seres humanos com a natureza.



## COM A PALAVRA O GEÓGRAFO

Ao se considerar que as pessoas vivem em sociedade, deve-se entender que as relações das diferentes formas culturais se apresentam com a tentativa de uma exercer poder sobre a outra. Essas disputas se manifestam através da produção de um simbolismo que imprime sua marca na natureza.

Portanto, existem paisagens ligadas a:

Cultura Dominante, que representa o grupo com o poder;

Cultura Subalterna, como as alternativas, as residuais, as emergentes e as excluídas.

TODO INTERVENÇÃO HUMANA NA NATUREZA, QUE ENVOLVE SUA TRANSFORMAÇÃO, É CONSIDERADA UMA PRODUÇÃO CULTURAL.



YEAH!

GEÓGRAFO DENIS E. COSGROVE (1948-2008)

## UMA NOVA E MODERNA CAPITAL PARA MINAS GERAIS

A cidade de Ouro Preto, por suas características coloniais, não apresentava os atributos considerados essenciais para um capital de estado que desejava se enquadrar nos moldes da modernidade.

Após longos debates da Assembleia Legislativa Mineira optou pela mudança e a construção de uma nova capital, que se adequasse a tais valores.

No Relatório e na Revista Geral dos Trabalhos, feitos pela Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) é possível observar estudos e dados técnicos que embasariam a decisão da escolha da nova localidade.

As análises: do solo, qualidade do ar, disponibilidade de recursos hídricos, fauna e flora, entre outros pautariam tal argumentação de forma científica.

COMISSÃO  
CONSTRUTORA DA  
NOVA CAPITAL

O ENGENHEIRO AARÃO  
REIS, AO CENTRO  
COM A PLANTA GERAL

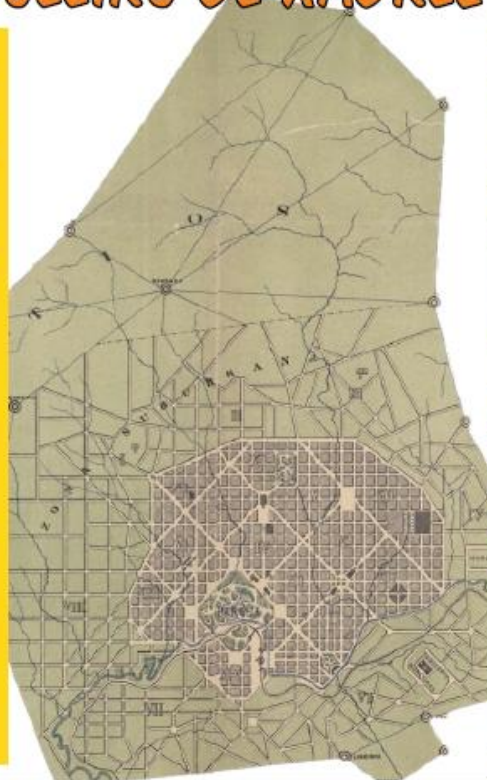


## BELO HORIZONTE, UM TABULEIRO DE XADREZ

O projeto de Aarão Reis previa a divisão da cidade em três áreas. A primeira, urbana, dividida em quarteirões de 120x120 metros com ruas de 20 metros de largura cruzadas em ângulos retos e cortadas por avenidas em ângulos de 45° e que tinham 35 metros de largura.

A segunda, suburbana, seria separada da primeira por uma avenida de "contorno". Os quarteirões seriam irregulares, acompanhando a topografia e as ruas teria apenas 14 metros de largura.

Já a terceira área, seria reservada a pequenos sítios, que se encarregariam do abastecimento de gêneros para a cidade.



## O "VELHO" DA LUGAR AO "NOVO"

Os moradores da região foram desapropriados de suas terras, em favor do Estado. Com isso, antigo arraial do Curral d'El Rei daria lugar ao ambicioso projeto de construção da nova capital. Os curralenses, como eram chamados esses antigos proprietários, não tinham sua permanência prevista no projeto de Aarão Reis.



MATRIZ NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM - 1890



DETALHE DA PLANTA DE AARÃO REIS MOSTRANDO AS TRÊS ÁREAS

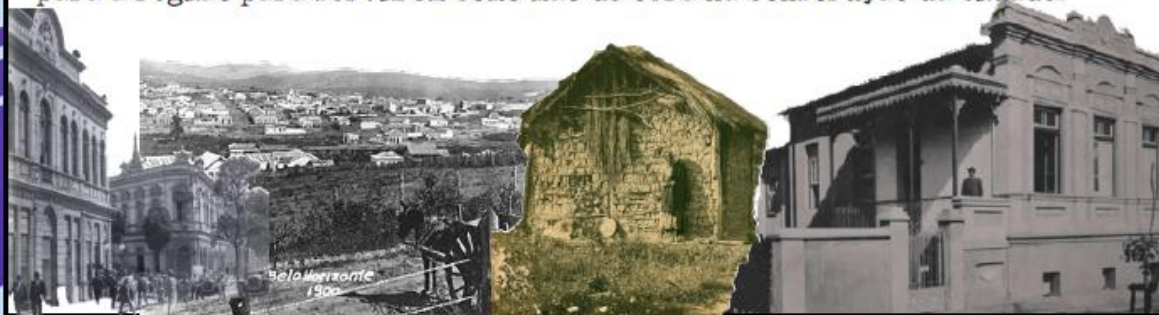
[CLIQUE AQUI](#) PARA VER A SOBREPOSIÇÃO DA PLANTA DO PROJETO DE BELO HORIZONTE SOBRE O ANTIGO ARRAIAL

## EXCLUSÃO SOCIAL E ESPACIAL

No ano de 1894 a CCNC daria início as obras, arrasando rapidamente com o arraial. Na sua inauguração em dezembro de 1897, a Cidade de Minas, como passou a ser chamada, já contava com as vias públicas, cinco edifícios públicos, serviços de água, esgoto, iluminação, ramal férreo e estação ferroviária.

Entretanto, a substituição do engenheiro-chefe e os trabalhos da CCNC seriam dificultados devido o agravamento da crise financeira do encilhamento. A paralisação das obras de construção de residências na cidade afetou os comerciantes e principalmente os trabalhadores.

A ocupação inicial da zona urbana se daria exclusivamente por funcionários do governo, transferidos de Ouro Preto. A da zona suburbana se daria pelos antigos moradores e pelos trabalhadores que se deslocaram para a região para servirem como mão de obra na construção da cidade.



## BH NOS ANOS 1920

A estabilidade econômica e política mineira nos anos subsequentes da Primeira República proporcionaram um cenário próspero para o desenvolvimento da nova capital.

Seria desenvolvida a primeira planta cadastral da cidade desde 1895. Tal situação contribuiu para uma série de irregularidade, que seriam corrigidas a partir de então.

Observa-se, nesse período, um gigantesco...



populacional.

Concebida para abrigar uma população de, no máximo 200 mil habitantes, Belo Horizonte atinge a marca dos 100 mil já na década de 1920, ultrapassando seu limite na década posterior.  
[Clique aqui!](#)

Nesse período destacam-se as seguintes mudanças: a nova estação, considerada a porta da cidade; o novo mercado municipal; o novo matadouro municipal; as obras de infraestrutura da seção VIII, como canalização de água e esgoto e iluminação.

No final da década de 1920 a cidade apresenta grandes alterações, se comparada com o projeto inicial de Aarão Reis. O [mapa](#) elaborado pela 1ª Seção da Subsecretaria de Obras, referente aos anos de 1928-1929, demonstra o insucesso em segui-lo à risca.

## BELLE ÉPOQUE MINEIRA

Os mineiros tinham o sonho de fazer da nova capital o centro irradiador do progresso e da cultura mineira. Pretendendo fazer de Belo Horizonte uma pequena Paris os novos moradores da capital começaram a copiar os hábitos dos parisienses. As roupas que usavam, as práticas sociais que adotavam, em tudo o que faziam havia a intenção de demarcar seu espaço e garantir sua presença e participação na cidade moderna e civilizada.

MORADORES DE BELO HORIZONTE NO VIADUTO SANTA TEREZA 1928



DA ESQ. PARA A DIR. POLICIAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX DAS CIDADES DE LONDRES, SÃO PAULO, BOSTON E BUENOS AIRES

## CIVILIDADE POLICIADA

Além de todo planejamento da cidade, com seus *boulevards* e avenidas facilitando os fluxos e impelindo os cidadãos a fiscalização mútua da vida pública, os administradores da nova capital observaram a necessidade do policiamento dos corpos.

Para entender a relação entre civilização e policiamento leia [esse artigo](#) de Luís Filipe Silvério Lima, sobre o tema, e o verbete [Polícia](#) no dicionário Raphael Bluteau.

A noção de **SEGURANÇA** das pessoas e das coisas, está ligada a ideia de manutenção da paz física e espiritual dos indivíduos no âmbito particular e social, de forma a garantir a convivência pacífica de todos os cidadãos.

## O TRINÔMIO:

A **ORDEM PÚBLICA** seria constituída por um mínimo de condições essenciais, de certa ordem moral, que fundamenta a segurança dos bens e das pessoas, a salubridade e a tranquilidade.

O **PODER DE POLÍCIA** é um conjunto de atribuições da Administração Pública, inspirados nos ideais de segurança e ordem pública, que controlam os direitos e liberdades das pessoas, naturais ou jurídicas sendo indelegáveis entre particulares.

## É A POLÍCIA...

Até meados do século XIX a palavra estaria ligada a ideia de polis, de cidadão polido. Entretanto, com o advento da modernidade, a polícia passou a desempenhar o papel até do próprio Estado em todas as relações que ele assume para com o cidadão. Fortalecendo a ordem interna e consolidando a coisa comum, todas as atribuições que antes foram do exército e da justiça passaram à polícia, que poderia fazer o emprego de força caso julgasse necessário. Ela deve ser definida como um conjunto de poderes coercitivos exercidos pelo Estado sobre as atividades do cidadão, mediante restrições legais impostas a essas atividades, quando abusivas, a fim de assegurar-se a ordem pública. Nessa força, designada e organizada para proteger a sociedade, a livre atividade dos indivíduos é limitada pela autoridade pública.

## GÊNESE DA POLÍCIA MINEIRA

A formação das forças policiais mineiras remontam o período colonial. Com a extração do ouro, na região das Minas Gerais, a Coroa Portuguesa organizou tropas para proteger e fiscalizar a região.

A dificuldade na manutenção dos diversos corpos criados deu-se pela ausência de investimentos, que ficavam a cargo dos comandantes, membros das elites. Os quadros inferiores seriam preenchidos pelos tipos sociais considerados inferiores, devido a baixa remuneração.

Durante o período do Império pode-se observar a tentativa de se desenvolver uma melhor organização, em todas as províncias, dessas forças. Ancorada na ideia de criação de um Estado Nação essas instituições apresentariam maior organização jurídico institucional.

Além disso, já é possível observar a distinção entre as polícias militar e civil. A criação da Secretaria de Polícia, que daria origem a polícia civil, e do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, considerado o embrião da Polícia Militar.

Inicialmente como agente disciplinador, a polícia, seria um instrumento de repressão institucionalizado, voltado principalmente contra escravos e pobres, uma força armada que tornava a coerção possível e efetiva.

Esse legado persistente de técnicas policiais e atitudes mutuamente hostis entre a polícia e os setores da sociedade deixariam o impacto de sua ação no final do Período Imperial e na República.

## FORÇA POLICIAL MINEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Uma vez que a Proclamação da República representou, para o cientificismo da época, a colocação do Brasil no contexto da modernidade, as instituições policiais seriam influenciadas seguindo o ritmo da evolução a médio prazo.

O governo enviaria ao exterior, pessoal encarregado de estudar o sistema policial, para que novas técnicas fossem empregadas. No Brasil, os projetos de [Lombroso](#), [Ferri](#), [Bertillon](#) e [Vucetich](#) eram discutidos nas reformas e estudos.

Entretanto, o que se observou é que entre os projetos cientificizantes e a realidade das ruas, o aparato policial foi organizado para ampliar seu espaço contra outras utilizações da violência, num processo em que a eficácia repressiva seria o caminho para se fixar a identidade das corporações que se tornaram senhoras das ruas.

Assim, as forças policiais adotariam os moldes: ou do militarismo do exército ou dos ideais civilizatórios das guardas urbanas.



## A BRIGADA POLICIAL

O desenvolvimento da militarização da Força Pública Mineira se deu através da criação da Brigada Policial. Verificando o [Decreto nº 767, de 17 de agosto de 1894](#), que compete a sua organização, concluiu-se que ela teria por atribuição manter as instituições republicanas, a ordem e a segurança pública.

As praças seriam engajadas, entre os 17 e 45 anos e se tivessem aptidão física e moral. O estado maior era composto por: um coronel, um tenente coronel, um major, um capitão, um capitão médico, um tenente e um alferes. Já o estado menor, oficiais de baixo escalão, seria composto por: um sargento ajudante, um sargento mestre, um corneta-mor, sargentos, furriéis e cabos.

A disciplina, característica fundamental do militarismo, também seria definida no regulamento apresentado. As transgressões disciplinares são definidas como todas as falhas previstas no regulamento além de atos imorais e ações ofensivas ao sossego e a ordem pública. Os infratores seriam julgados por um conselho de inquirição, presente em cada batalhão.



1º BATALHÃO, SITO NA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO



OFICIAL E GRUPO DE SOLDADOS  
TODOS NÃO IDENTIFICADOS

As Forças Públicas estaduais acabaram por herdar toda uma rigidez no trato com a disciplina e a hierarquia do Exército Nacional. Isso se deve, primeiramente, pelo fato de boa parte de seus componentes serem ex-integrantes das forças armadas e, além disso, corriqueiramente, os corpos policiais atuarem como forças auxiliares do exército em diversos momentos da sua existência.



POLÍCIA MILITAR 1892



ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR

Outro elemento fundamental no processo de militarização das tropas foi a utilização de "missões estrangeiras". O governo de Minas Gerais contratou o capitão do exército suíço Robert Drexler, que foi comissionado no posto de coronel da Força Pública de Minas e criou diversos corpos de ensino no período de 1912 a 1927, inclusive o embrião da Academia de Polícia.

## ELEMENTO CIVIL

Em outubro de 1891 foi criada a Secretaria do Interior do Estado, que ficaria responsável pela: justiça, higiene, instrução pública e segurança, incluindo a Chefia de Polícia e a Força Pública.

Outras instituições surgiram dentro da Secretaria de Polícia: O Gabinete de Identificação e Estatística Criminal, criado no ano de 1909; a Inspetoria de Veículos, desagregando a turma de inspetores da Guarda Civil, a partir do ano de 1918; o Gabinete Médico Legal, criado em 1911; e o Gabinete de Investigações e Capturas, iniciado com uma turma destacada da Guarda Civil em 1912, funcionando de fato a partir de 1920.

O Chefe de Polícia era nomeado pelo Presidente de Estado e precisava ser doutor ou bacharel em direito, com pelo menos quatro anos de prática de foro administrativo. Suas atribuições abrangiam as funções de Polícia Judiciária, cuidando das diligências necessárias para a investigação de crimes, realizar corpo de delito e fazer buscas e apreensões; mas também, agiam como Polícia Administrativa, fiscalizando os termos de bem viver, passaportes, dispersar ajuntamentos ilícitos, inspecionar teatros e espetáculos públicos e prevenir delitos, mantendo a tranquilidade e a segurança pública.



AUTORIDADES DO GABINETE DA CHEFIA DE POLÍCIA - 1916

## GUARDA CIVIL

A Guarda Civil seria implementada na capital no ano de 1909. Ela chegou a ser composta por duzentos homens, divididos em três classes, sendo trinta de 1ª, setenta de 2ª e cem de 3ª. Além disso, ela possuía um Fiscal Geral, nomeado pelo Presidente de Estado, nove Fiscais de Turmas e um Auxiliar de Escrituração, todos estes escolhidos pelo Chefe de Polícia entre os guardas de 1ª classe.

PARA TER ACESSO AO DECRETO Nº 2.654, DE 13 DE OUTUBRO DE 1909 QUE CRIOU E ORGANIZOU A GUARDA



MEMBROS DA GUARDA CIVIL

Com sede, inicialmente, na Secretaria de Polícia e com seus guardas distribuídos pelas circunscrições policiais, a Guarda Civil teria a função de garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade pública da Capital do Estado através da vigilância. Para isso, postos de vigilância seriam espalhados pelas duas circunscrições.



PRÉDIO DA SECRETARIA DE POLÍCIA E SEDE DA GUARDA CIVIL

## APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PELA FORÇA PÚBLICA

Assim como outras instituições governamentais, a Força Pública ocupou diferentes edifícios, em diferentes localizações, no decorrer do desenvolvimento da capital.

Com a finalidade de se facilitar o policiamento e o controle da população, a cidade passou a ser dividida em setores. Inicialmente, a área dentro da Avenida do Contorno, contaria com vinte e um distritos, a medida que a cidade crescia, novas divisões foram colocadas em prática.

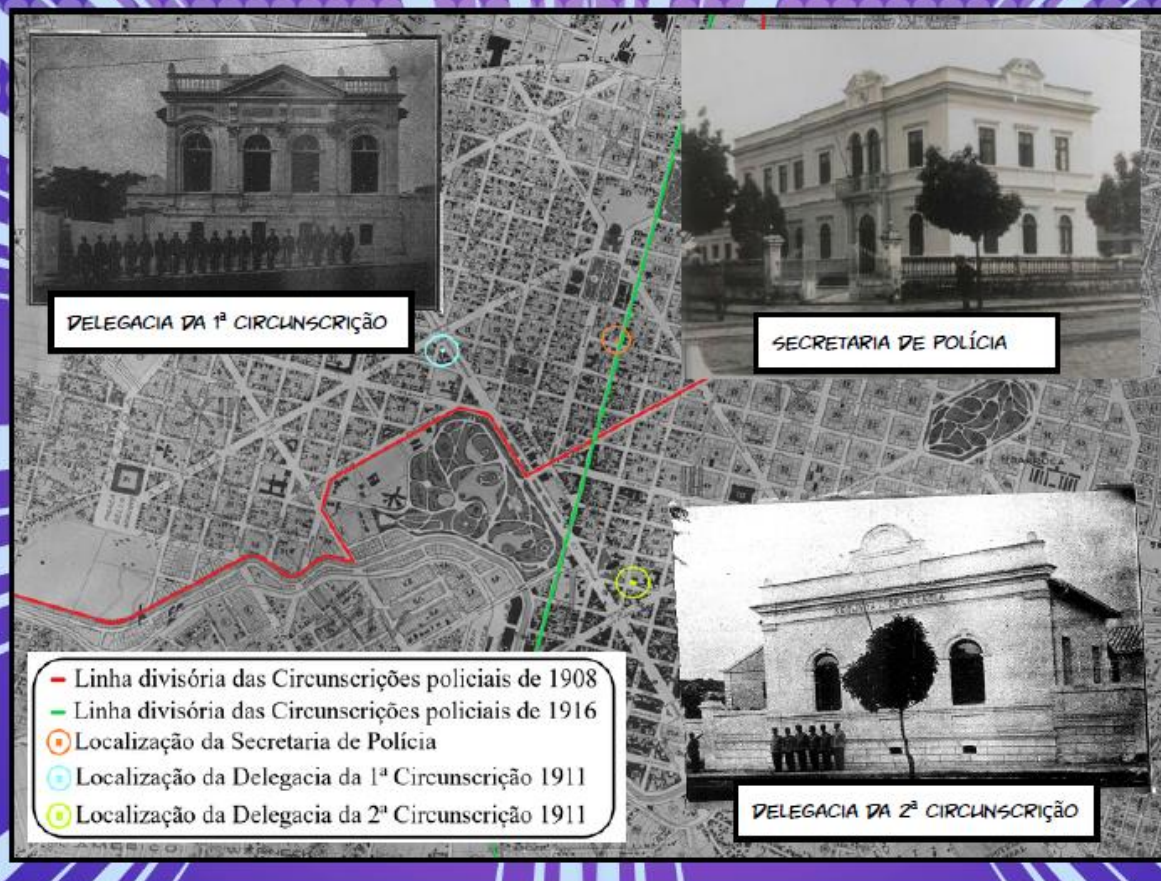
A partir de 1905 passaram a existir duas circunscrições, dentro da área urbana, que seriam administradas por duas delegacias. Entretanto, observa-se que: tanto a linha que separaria as circunscrições, quanto as sedes das delegacias responsáveis por elas, seriam alteradas de acordo com a necessidade.

Após diversas mudanças e da reestruturação de edifícios, as Delegacias ocuparam localizações mais adequadas a administração das suas circunscrições.

Secretaria de Polícia  
- Rua da Bahia, nº 1653;

Delegacia da 1ª  
Circunscrição -  
Avenida Afonso Pena, nº 2033;

Delegacia da 2ª  
Circunscrição -  
Tamoios, nº 311.



# POLICIAMENTO NA CAPITAL

O policiamento da capital era realizado de forma ostensiva pela Guarda Civil, com postos fixados nos cruzamentos das ruas e avenidas mais movimentadas.

Em 1910, o dia era dividido em 3 "quartos" de hora, nos quais os guardas eram designados para ficar nos postos durante esse tempo. A partir de 1916 essa divisão passou a ser em apenas 2 "quartos". Com isso, durante o dia, os guardas se mantinham próximos aos lugares determinados. A noite, alguns postos recebiam o reforço de praças da Brigada Policial.

Observe:

[Postos da 1ª Circunscrição de 1910;](#)

[Postos da 2ª Circunscrição de 1910;](#)

[Postos da 1ª Circunscrição de 1916;](#)

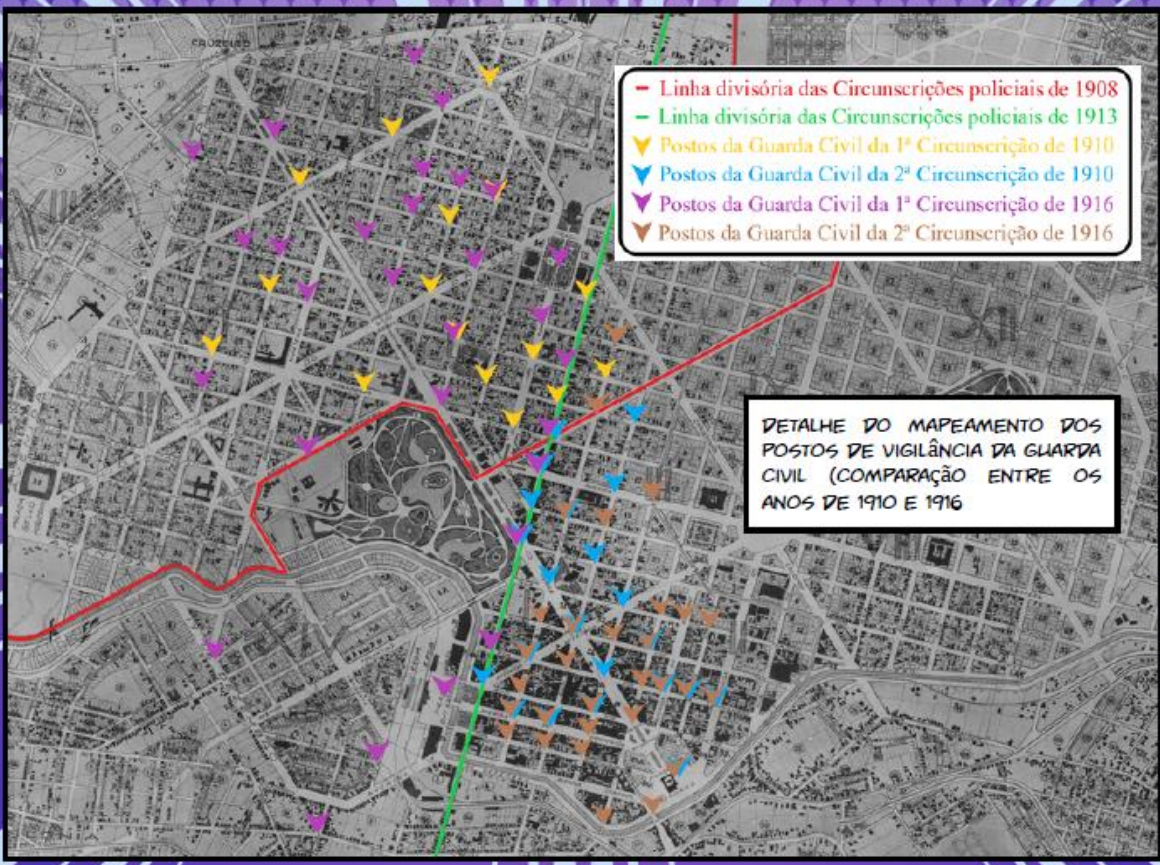
[Postos da 2ª Circunscrição de 1916.](#)

Quarto da 1ª Circunscrição  
 Alameda Antônio Pereira Junqueira

Postos

1	Praça Alegre com Afajuba
2	Alameda com Medeiros
3	Alameda com Silva Jardim
4	Praça da Estação
5	Bahia com Robinsons
6	Bahia com Alameda Pereira
7	Bahia com Lavaredo
8	Bahia com Alameda Brasil
9	Bahia com Timonês
10	Alameda com Alameda Guimarães
11	Praça da Liberdade
12	Alameda com Alameda Pereira
13	Alameda com Alameda Pereira
14	Alameda com Alameda Pereira
15	Alameda com Alameda Pereira
16	Alameda com Alameda Pereira
17	Alameda com Alameda Pereira
18	Alameda com Alameda Pereira
19	Alameda com Alameda Pereira
20	Alameda com Alameda Pereira
21	Alameda com Alameda Pereira
22	Alameda com Alameda Pereira
23	Alameda com Alameda Pereira
24	Alameda com Alameda Pereira
25	Alameda com Alameda Pereira
26	Alameda com Alameda Pereira
27	Alameda com Alameda Pereira
28	Alameda com Alameda Pereira
29	Alameda com Alameda Pereira
30	Alameda com Alameda Pereira
31	Alameda com Alameda Pereira

DETALHE DO DOCUMENTO EM QUE SÃO LISTADOS OS POSTOS DE VIGILÂNCIA



DETALHE DO MAPEAMENTO DOS POSTOS DE VIGILÂNCIA DA GUARDA CIVIL (COMPARAÇÃO ENTRE OS ANOS DE 1910 E 1916)

## PRISÕES CORRECCIONAIS

A principal ferramenta utilizada pela Guarda Civil no processo de manutenção da ordem, eram as chamadas Prisões Correccionais. Institucionalizada através do Código Penal de 1890, essa prática consistia em privar temporariamente do convívio social, entre 24 a 72 horas, o indivíduo considerado perigoso ou nocivo, para a moral e os bons costumes.

Seriam considerados vadios os indivíduos que: não exercessem profissão ou qualquer mister lícito em que ganhem a vida; os mendigos inábeis ao trabalho; os bêbados por hábito; as prostitutas que perturbassem o sossego público; e os turbulentos que ofendessem os bons costumes, a tranquilidade pública e a paz das famílias.

As prisões correccionais efetuadas pela Guarda Civil eram encaminhadas e registradas nas delegacias das duas circunscrições.

Esses registros eram enviados pelos delegados para o Chefe de Polícia, que os anexava no relatório anual enviado ao Secretário do Interior.

[Mapa das prisões correccionais da 1ª Circunscrição de 1910;](#)

[Mapa das prisões correccionais da 2ª Circunscrição de 1910.](#)

ESTATÍSTICA DAS PRISÕES CORRECCIONAIS DE BELO HORIZONTE

Ano	1ª Circunscrição	2ª Circunscrição	Total
1900	–	–	6
1901	–	–	366
1905	100	146	246
1907	111	727	837
1908	167	635	802
1909	176	507	683
1911	127	250	377
1912	230	740	970
1913	222	1063	1285
1914	452	1426	1878
1915	435	2132	2567
1917	610	–	–
1918	260	755	1015
1922	485	–	–

## PARA REFLETIR...



Com base nas informações apresentadas nesse paradidático, e, juntamente com seus colegas e professor, desenvolva um pequeno debate sobre as seguintes questões:

- O projeto inicial da Comissão Construtora da Nova Capital pode ser seguido à risca? Qual o papel da Guarda Civil na tentativa de se concretizar tal projeto?
- Pesquise sobre os endereços onde foram instaladas as delegacias e a Secretaria de Polícia. Seus edifícios foram preservados? Levante hipóteses para explicar as mudanças que ocorreram.
- Com base na lista de postos da Brigada Policial, na página 22, monte um organograma dessa instituição. Por que a Guarda Civil não adotou um sistema de hierarquia parecido?
- Observando a paisagem de Belo Horizonte, naquele período, podemos afirmar que a capital mineira se consolidou como uma capital do republicanismo?

## A POLÍCIA NAS MÍDIAS

### CINEMA



TROPA DE ELITE  
(2007)



TROPA DE ELITE  
- O INIMIGO  
AGORA É OUTRO  
(2010)

Os longas do diretor José Padilha desenvolvem uma denúncia ao *status quo*, à corrupção que permeia a polícia e faz com que ela aja de forma ineficiente e truculenta.

[Crítica do Adoro Cinema](#)



### LITERATURA

Os número de trabalhos literários, acadêmicos e jornalísticos, que tem a polícia como tema vem crescendo nos últimos anos. Diversos novos títulos vem sendo publicados sobre o assunto.

Para conhecer mais alguns [click](#)

REPORTAGEM EM QUADRINHOS DOS JORNALISTAS  
AMANDA RIBEIRO E LUIZ FERNANDO MENEZES

### MÚSICA

Na música tem-se um grande número de produções que abordam a polícia como tema, a maior parte delas se apresenta como forma de denúncia contra a violência policial.

Para ter acesso a uma lista com 27 título [click aqui!](#)



SELVAGEM (1986) - OS  
PARALAMAS DO SUCESSO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se compreender a Paisagem que se constituiu na cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1984 e 1922, torna-se fundamental identificar tanto o contexto histórico político da Primeira República (1889-1930), quanto as características que compõem o fenômeno da Modernidade.

A polícia acabou mostrando-se como peça fulcral para a consolidação de projetos de modernização em diversas países do ocidente, o caso do Brasil não foi diferente. As força policiais mineiras, por exemplo, foram se reorganizando para fiscalizar a imposição dessa nova ordem.

A demanda por tais mudanças vinha de uma parte da sociedade brasileira que desejava se equiparar a países europeus, considerados desenvolvidos. Entretanto, observa-se que essa vontade não era unânime, uma vez que a população brasileira não tinha uma organização

social homogênea.

Dessa forma constata-se que as força policiais mineiras, em específico a Guarda Civil, atuaram como braço do Estado na tentativa de se produzir uma *belle époque* em Belo Horizonte.

Entretanto, analisando a distribuição dos posto de vigilância e os números referentes as prisões correcionais, é possível inferir que alguns setores da sociedade resistiram a imposição desse projeto modernizador.

Por fim, verificando o processo de ocupação da cidade de Belo Horizonte, entre os anos de 1897 e 1929, entende-se que o projeto desenvolvido por Aarão Reis e pela CCNC não tiveram a sua plena execução, uma vez que, setores marginalizados da sociedade permaneceram no espaço urbano e também contribuíram para a composição da paisagem.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da Nova Capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006.

BAGGIO, Sheila Brandão. **A Força Pública de Minas na Primeira República**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, Belo Horizonte, MG. ISSN: 2359-5736. n. 49, julho de 1979.

BARRETO, Abílio. **Memória histórica e descritiva: (história antiga e história média)**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro (Centro de Estudos históricos e Culturais), 1995. 2 v.

BRESCIANI, Maria Stella M. O cidadão da República, liberalismo versus positivismo no Brasil: 1870-1900, disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25973/27704>.

BRESCIANI, Maria Stella Martins; MOTA, Carlos Guilherme Santos Seroa da. **Liberalismo: ideologia e controle social: um estudo sobre São Paulo de 1850-1910**. 1976. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976

BRETAS, Marcos Luiz & ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanços e perspectivas. In: Revista Topoi. v. 14, nº 26, jan/jul. 2013, p. 162-173.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens urbanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

COTTA, Francis Albert. **Matrizes do sistema policial brasileiro**. Belo Horizonte: Crisálida, 2012.

CRETELLA JÚNIOR, José. Polícia e poder de polícia. In: **Revista de informação legislativa**. Senado Federal, Brasília. Ano 22, n. 88, pp. 105-128, out./dez. 1985.

GIDDENS, Anthony. Os contornos da alta modernidade. In: \_\_\_\_\_. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2002.

HALL, Stuart. Nascimento e Morte do Sujeito Moderno. In: \_\_\_\_\_. **A identidade Cultural na Pós Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

HARVEY, David. "Os mitos da modernidade". A Paris de Balzac. In: \_\_\_\_\_. **Paris a capital de modernidade**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo. Boitempo, 2015.

HOBBSBAWM, Eric. A Cidade, a Indústria, a Classe Trabalhadora. In: **A Era do Capital, 1848-1875**. Tradução de Luciano Costa Neto. 23ª ed. São Paulo. Paz & Terra, 2015.

HOLLOWAY, Thomas. **Polícia no Rio de Janeiro**. Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

JULIÃO, Letícia. Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920). In: DUTRA, Eliana de Freitas. (orgs). **BH: horizontes históricos**. Belo Horizonte: C/ARTE, 1996.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins; et. al. **História da Polícia Civil de Minas Gerais: a Instituição ontem e hoje**. Ed. 1. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2008. v. 1. 197p.

PEREIRA, Lucas Carvalho Soares de Aguiar. "No intuito de produzir influência educativa": delegacia de costumes e a prática do meretrício em Belo Horizonte (décadas de 1920 e 1930). Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2012.

PICON, Antoine. Racionalidade Técnica e Utopia: a gênese da haussmannização. In: SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

ROSEMBERG, André. **Significado do militarismo na Força Pública de São Paulo (1870-1924)**. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPHU. São Paulo, julho de 2011.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In: \_\_\_\_\_. (orgs). **Cidades Capitais do Século XIX: Racionalidade, Cosmopolitismo e Transferência de Modelos**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4ª Ed. 2ª. Reimp. São Paulo: Edusp, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As marcas do período. In: \_\_\_\_\_. (Orgs). **História do Brasil Nação: 1808-2010**. v. 3, A Abertura para o mundo 1889-1930. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre e Editora Objetiva, 2012.

SENNETT, Richard. **Corpos em Movimento – A revolução de Harvey**. In: \_\_\_\_\_. **Carne e Pedra – O corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª ed. Rio de Janeiro. Editora Record, 2003.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias de ordem e ilusões de progresso. In: NOVAIS, Fernando A. (Orgs) **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes: a experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte. 1897-1926)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2009.

SIMÃO, Fábio Luiz Rigueira. **Os homens da ordem e a ordem dos homens: ordenamento urbano e policiamento em Belo Horizonte**. 2008. 136 p. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/F%C3%A1bio-Sim%C3%A3o.pdf>>.

SIQUEIRA, Juliana Maria de. Além das Palavras, além das Formas. In: CASTRO, Maria Céres Pimenta Spínola Castro et al. **Folhas do Tempo: imprensa e cotidiano em Belo Horizonte (1895-1926)**. Belo Horizonte: UFMG; Associação Mineira de Imprensa; Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1997, pp. 71 a 106.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A Força Pública em Minas Gerais na Primeira República**. In: Locus Revista de História. Recuperado de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20401>